

JOSÉ ROBERTO FRANCO REIS

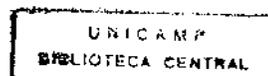
HIGIENE MENTAL E EUGENIA: O PROJETO DE "REGENERAÇÃO
NACIONAL" DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL (1920-30)

ORIENTADORA: PROF^a DR^a MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

1994



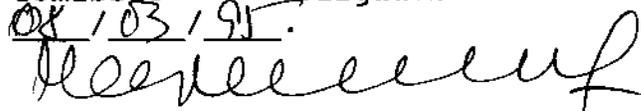
JOSÉ ROBERTO FRANCO REIS

HIGIENE MENTAL E EUGENIA: O PROJETO DE "REGENERAÇÃO
NACIONAL" DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL (1920-30)

Dissertação de Mestrado
apresentada ao
Departamento de História
do Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de
Campinas, sob a
orientação da Prof^a Dr^a
Maria Clementina Pereira
Cunha

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em

08/10/95.



Dezembro de 1994

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos talvez seja um dos momentos mais prazerosos do trabalho. Primeiro porque, via de regra, é alguma coisa que se faz por último, quando o trabalho já está concluído ou próximo da conclusão. Particularmente nas condições em que se permite a produção intelectual no Brasil, conseguir chegar ao fim suscita um misto de alegria e esperança difícil de descrever. Segundo porque, de fato, algumas pessoas contribuíram nessa travessia.

Ao amigo historiador Flávio dos Santos Gomes devo mais que se supõe. Desde nossos primeiros papos de pesquisa no "bandejão" do IFCS até às seguidas viagens para Campinas, o seu incentivo foi crucial. Talvez ele não saiba quantas vezes o entusiasmo que demonstra pela pesquisa histórica encorajou-me vivamente a não desistir. Ao amigo Gino (Luigi Negro) gostaria de registrar meu agradecimento pela hospitalidade nas noites e manhãs frias de Campinas. Sou grato também ao professor José Luis Werneck da Silva, que ainda nos tempos da graduação e do Museu da República serviu de inspiração pelo seu exemplo. Além disso, devo a ele um especial obrigado por ter aceito orientar-me numa bolsa de "aperfeiçoamento científico" do CNPq, propiciando-me um

primeiro contato efetivo com pesquisa histórica. Na Unicamp registro meu agradecimento aos professores Alcir Lenharo e Adalberto Marson pelas críticas valiosas feitas quando do "exame de qualificação. À professora e orientadora Maria Clementina Pereira Cunha, minhas dívidas são muitas, tanto pelas suas preciosas sugestões e indicações dos rumos do trabalho, animando o meu espírito com doses precisas de elogios dados na hora certa, quanto pela sua paciência e apoio diante das minhas dificuldades. Como esquecer, por exemplo, da generosa carta, "para o caso do seu ego ter ficado um pouco abalado", quando do parecer, no mínimo estapafúrdio, do assessor anônimo da Fapesp negando-me uma bolsa de pesquisa num momento em que ela era fundamental. À Gisele agradeço a presteza na digitação do trabalho e - mérito maior - decifração dos meus garranchos. À Maria Dalva pelo apoio que vem me dando e que extrapola a vida intelectual. Ao CNPq e CAPES pelo financiamento parcial da pesquisa. À UNICAMP pela bolsa "FAEP" concedida no momento imprescindível da redação final do trabalho. Às minhas filhas Talita e Clara um delicioso beijo por terem suportado amorosamente minhas frequentes ausências nos fins-de-semana, feriados e até férias escolares, quando muitas vezes o sol brilhando lá fora nos convidava à praia ou à diversão. Pode ser pra depois da dissertação?, é o que mais elas escutavam. Não tendo muito clareza do que se passava aceitavam minhas desculpas sem grandes broncas. E é por isso e por serem como são que cumprirei com a máxima alegria todas as minhas

promessas. Àquele (ou àquela) que está por vir, desde já sou grato pelo estímulo que proporcionou apenas ao se anunciar para a vida. À Ana Cristina fica difícil dizer qualquer coisa. Sua paciência, amizade e confiança foram fundamentais para que a empreitada chegasse ao fim. Por isso e por seu carinho dedico-lhe um especial obrigado. Aos meus pais agradeço pela valiosa amizade.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discorrer sobre as propostas da psiquiatria higiênica brasileira das décadas de 20 e 30, notadamente de sua instituição mais expressiva no período que foi a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), criada em 1923.

Tomando por eixo de análise os desdobramentos teóricos e práticos dessa psiquiatria, que consagrava o princípio da prevenção e elegia a eugenia e higiene mental como referentes conceituais básicos, buscou-se esclarecer aspectos importantes do seu novo e ambicioso projeto de intervenção social que, de forma geral, se vinculava ao tema - tão caro à época - da "regeneração" e/ou "construção" nacional.

Como para alcançar tal intuito de regenerar a nacionalidade exigia que se enfrentasse a questão da composição racial do brasileiro, os psiquiatras e médicos agrupados em torno da Liga Brasileira de Higiene Mental se valeram extensamente de proposições eugênicas, vistas, pois, como melhor meio de racionalizar esse processo.

ABSTRACT

This work has the objective of discoursing the proposals of the Brazilian hygiene psychiatry during the decades of the 20's and 30's, specially its most important institution, the Brazilian League of Mental Hygiene (LBHM), founded in 1923.

Using as axis of analyses the theoretical and practical expansion of this psychiatry that rendered the principal of prevention and had elected the eugenic and mental hygiene as basic concepts of reference, this work has the intention of enlightening important aspects of its new and ambitious project of social interference which, in a general sense, was linked to the so highly esteemed theme of that time: the national "regeneration" and/or "construction".

To achieve such aim of regenerating the nationality, required that one should face the problem of racial mixture of the Brazilian population, so psychiatrists and doctors gathered in the Brazilian League of Mental Hygiene, were supported greatly on the eugenic proposal, due to the fact that it became the best form of rationalizing this process.

"O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente."
Carlos Drummond de Andrade

"O essencial não é o que foi feito do homem, mas o que ele faz daquilo que fizeram dele."
Jean Paul Sartre

ÍNDICE

	Página
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1.....	14
"PREVENTISMO: FASE SUPERIOR DO PSIQUIATRISMO"	
CAPÍTULO 2.....	49
HIGIENE MENTAL E EUGENIA: O CASO LBHM	
CAPÍTULO 3.....	132
IMIGRAÇÃO EUGÊNICA: A CONTRIBUIÇÃO DA PSIQUIATRIA AO "PROBLEMA" RACIAL BRASILEIRO	
CAPÍTULO 4.....	218
"DE PEQUENINO É QUE SE TORCE O PEPINO": A INFÂNCIA NOS PROGRAMAS EUGÊNICOS DA LIGA.	
CAPÍTULO 5.....	269
"DEGENERANDO EM BARBÁRIE: A HORA E A VEZ DO EUGENISMO RADICAL"	
ÚLTIMAS PALAVRAS.....	337
BIBLIOGRAFIA.....	342

INTRODUÇÃO

"Certa vez, interessámo-nos por um projeto de lei sobre pericia médico-legal, apresentado na Câmara de Deputados; o projeto não fôra lá escrito; alguns técnicos o haviam elaborado e um mestre de Medicina, com assento no Congresso, o apresentara. O projeto fôra á comissão de Saúde Pública, que entregou a um de seus membros, doutor em Medicina, a quem procurámos. - Foi bom terem vindo até cá, disse-nos ele a nós e a outros colegas; eu não entendo disso; ha tantos anos vivo entregue á cultura do café e á política; já não sei por onde vão os conhecimentos da profissão; mas já cá estive um fulano, que se interessa por isso; parece que o projeto vai prejudica-lo.

Para encurtar razões: o projeto foi sepultado na pasta, ha bons doze anos: o relator nada entendia daquilo e o amigo poderia ser prejudicado. Ai está como nas democracias se seleciona o legislador (...) A um desses, cujo valor técnico não merece duvida, perguntei-lhe um dia por que dêra o voto a um projeto ilógico, aberrante das suas próprias convicções doutrinárias. Explicou-me ele com esta locução sugestiva: a disciplina do partido...

E a disciplina do partido anulara, naquele homem, a única vantagem que podia haver, na sua eleição para deputado: o ser um técnico de valor (...) Essa não é, porém, a seleção racional, para quem aspira ao prazer supremo da vida tranquila e limita as suas ambições ao conforto necessário á alternativa do trabalho produtivo e do repouso reparador, que lhe permita amar sem sustos á esposa e ao semelhante e fabricar uma nova geração mais perfeita e mais feliz." (1)

Esse trecho um tanto longo da fala de um representativo nome da psiquiatria nacional dos anos 20 e 30, traduz bem a compreensão que estes tinham acerca dos descaminhos da vida social e política brasileira, ao mesmo tempo que implicitamente sugere as retificações necessárias para que

se pudesse vir a alterar esse quadro e alcançar o "prazer supremo de uma vida tranquila". Primeiro de tudo era a própria "ilusão" da democracia representativa que abertamente se acusava. Atrelada ao princípio da disciplina partidária - onde imperava a "ambição do mando e do dinheiro" - era vista como um empecilho à ascensão de critério superior da técnica na gestão da coisa pública, único capaz de assegurar a vigência de uma política planejada em bases elevadas e racionais. Outro aspecto presente, nesse caso menos explícito, era a idéia de "purificação racial" e/ou eugenia, embutida no desejo do psiquiatra de "fabricar uma nova geração mais perfeita e mais feliz". Aqui, "amar sem sustos a esposa" claramente se refere a sexo controlado, sem riscos à espécie - quase sem prazer - cuja finalidade precípua seria a reprodução de "rebentos sadios que se [fizessem] homens robustos e úteis a coletividade" (2).

Esses dois aspectos acoplados - saneamento eugênico e racionalidade técnica - definiram as linhas centrais do projeto de "regeneração nacional" implementado pela intelectualidade médica, sobretudo psiquiátrica, que se aglutinou em torno da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), instituição criada no começo dos anos 20 no Brasil, sobre a qual se concentra o fundamental deste estudo.

Até por uma questão de identificação temática, este trabalho se inscreve em uma linhagem de estudos - em maior ou menor grau influenciadas pelas formulações analíticas de

Michel Foucault - que tem interpretado o aparecimento do saber psiquiátrico desde uma perspectiva que, grosso modo, o tem visto enquanto peça importante dos processos de controle e regulação social, portanto de poder, instituídos no contexto de aburguesamento das sociedades, além, é claro, dos próprios interesses da corporação psiquiátrica. Nesse sentido, apontam as sólidas raízes políticas da psiquiatria desmontando certos mitos que davam conta da sua constituição sobre o pano de fundo de um mandato exclusivamente médico-científico e crescentemente humanizador (3).

Assim, acompanhando essa linha de reflexão sobre a história da psiquiatria e atentos à advertência de Maria Clementina Cunha de que "não há para o historiador outra alternativa que não a de trazer a discussão para o seu próprio campo"(4) nosso interesse pelo tema se movimenta por fora de qualquer debate que se detenha a interrogar a "cientificidade" ou não do saber psiquiátrico. Por isso, senão no limite da sua interferência na atitude política do psiquiatra, não se pretende aqui avançar nenhum tipo de análise crítica em termos de acertos ou desacertos, coerência ou incoerência, dos pressupostos teóricos, "per si", da medicina mental acerca da loucura, bem como das suas indicações terapêuticas. Nosso objetivo primordial foi situar os psiquiatras enquanto intelectuais/cientistas que atuaram na cena política nacional, formulando um projeto claro, e em certo sentido particular, de construção e "regeneração" nacional. Apenas com essa orientação pareceu-

nos suficiente ler seus programas eugênicos e higienistas anunciados desde o final dos anos 10 mas particularmente atuantes nos anos 20 começo dos 30.

Por certo que nessa travessia cruzou-se necessariamente com suas formulações teóricas, porquanto eram elas que, em tese, fundamentavam seus ambiciosos programas de intervenção social. Com efeito, em se tratando de uma instituição que agrupava "homens de sciencia", era com base na pretensa "verdade" - e nesse caso superioridade - das suas formulações científicas, que os psiquiatras autorizavam a si e aos seus projetos, sendo fundamentalmente nesse lugar que eles se viam e, mais importante exigiam - ou desejavam - que a sociedade como um todo os visse.

Marilena Chauí estudando o que ela definiu como "discurso competente", chama a atenção para a instrumentalização política que se faz dele, cuja eficácia reside na simplicidade aparente da fórmula que diz que nem todos tem a competência para falar "qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância". Apenas o especialista situado num lugar hierárquico autorizado "pode transmitir ordens aos degraus inferiores e aos demais pontos da hierarquia que lhe forem paritários". Além do mais, acrescenta a autora, esse discurso não é inspirado em idéias e valores, mais fundamentalmente na "suposta realidade dos fatos" e, por essa razão, crê vivamente na eficácia dos seus meios de ação. É, de fato, um "discurso de poder" que busca

astuciosamente - ou ideologicamente - anunciar-se apenas enquanto "discurso de conhecimento"(5).

Ora, o que os psiquiatras da LBHM viviam proclamando aos quatro cantos do país era precisamente o seu papel de especialistas/cientistas do "perfeito modo de pensar". Era com base na convicção de que falavam em nome da verdade e da ciência, que eles se sentiam no direito pleno de propor projetos ambiciosos e frequentemente radicais de intervenção eugênica na sociedade, com o objetivo de regenerá-la moral e racialmente, e que, segundo diziam, eram medidas apenas de "apparencia draconiana". Aliás, como sugeria um deles, em se tratando dos "objetivos sagrados da eugenia e do saneamento integral da nossa raça" não deviam haver "escrúpulos", como tais, "inconciliáveis com o ponto de vista científico."

Nesse sentido, quando se anuncia que a trama teórica do discurso psiquiátrico não será motivo de análise crítica, não significa dizer que ele não será discutido. Diante da sua frequente instrumentalização política ele evidentemente será problematizado - mas apenas enquanto tal.

Sendo assim, esse trabalho não pretende analisar o pensamento psiquiátrico desde uma perspectiva que procure opor ciência/verdade x ideologia/falsidade, atentos à advertência de Foucault de que nas sociedades ocidentais a "verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem" e que por isso não se deve "pensar o problema político dos intelectuais(...)em termos de ciência/ideologia, mas em termos de verdade/poder."(6) Em

outras palavras: o mais importante não é tanto o discurso da psiquiatria em seu sentido de "coisas verdadeiras a descobrir", ou seja, sua cientificidade, mas sim a possibilidade de sua utilização para certos fins, sua eficácia política enquanto "discurso competente", ou, como quer Foucault, seus "efeitos específicos de poder".

Entretanto, é preciso desfazer possíveis confusões: embora se aceite plenamente a idéia de que o melhor meio de abordar o discurso científico não é aquele fundamentado na oposição ciência/verdade x ideologia/falsidade, ainda consideramos, ao contrário de Foucault, que a noção de ideologia seja utilizável. O próprio "discurso competente", por exemplo, é visto aqui como um discurso ideológico, não porque seja portador de uma mensagem falsa em oposição a outra verdadeira - a boa ou justa ideologia - mas precisamente porque pretende operar organizando um campo particular de representação da experiência política e social, ocultando-se precisamente enquanto tal, isto é, enquanto ponto de vista particular com "efeitos específicos de poder". Nesse caso, insinuando-se como discurso impessoal, neutro, vale dizer, verdadeiro e universal, acima dos interesses e das paixões e, por conseguinte, das lutas políticas e do poder que movem as ações humanas. Em outras palavras, é ideológico exatamente porque pretende operar se autorizando na distinção ciência/verdade x ideologia/falsidade/erro. Aliás, como diz Marilena Chauí é fundamentalmente devido ao fato de que não "diz tudo e não

pode dizer tudo que o discurso ideológico é coerente e verdadeiro."(7)

Assim, o esforço básico deste trabalho será problematizar a LBHM, entendendo-a como entidade central da psiquiatria na formulação de um projeto novo e ampliado de intervenção social - fundamentado no princípio da prevenção via eugenia e higiene mental - de acordo com a hipótese central que orienta nosso trabalho: de que durante os anos 20 no Brasil, articulou-se um projeto novo de dominação calcado numa "ideologia científica" de gerenciamento dos conflitos - racial e social - e que emergiu de diferentes pontos da sociedade, um dos quais inegavelmente a medicina mental. O que não quer dizer que esse projeto tenha sido único, bastando lembrar, como exemplo, o "regime de exceção" - na expressão de Paulo Sérgio Pinheiro - do governo Bernardes (1922-1926) para se ter claro o papel da ação policial na imposição da ordem e da dominação social (8).

Por outro lado, é evidente também que não se pensa tal solução científica como exclusiva dos anos 20 em diante, podendo ser percebido isso facilmente nas políticas de saneamento e "regeneração" urbanas implementadas na virada do século na capital federal e em São Paulo, que já tinham como suposto básico a submissão da política à técnica. (9)

Entretanto, nesse momento, tratava-se de uma solução pontual, que ganhava fôlego e visibilidade nos contextos de crise - sanitária sobretudo - esvaindo-se tão logo o período crítico fosse superado, retornando, pois, sua discussão, no

mais das vezes, ao leito reservado das corporações científicas particulares. Nesse caso, a "política" continuava sendo preferencialmente assunto para políticos. Nos anos 20, contudo, o que se observa é uma exasperação desse processo, onde a perspectiva técnica pretende claramente ocupar o lugar da "política" - vista negativamente sempre como "politicalha"(10). Arvorada em critério superior, porquanto neutro, de organização da sociedade, o objetivo é deixar a técnica permanentemente em cena, disputando palmo a palmo seu lugar com a política, de forma a expulsar esta última francamente da história, instituindo, pois, outro paradigma de gestão social no Brasil - vale dizer, de dominação - ancorada nos valores da ciência e da racionalidade técnica.

Assim será precisamente por esse viés que se buscará ler tanto o tema da eugenia quanto o da higiene mental, respostas científicas da psiquiatria às questões nacional, racial e social, que tanta inquietação causava nos intelectuais e políticos brasileiros do período que pensavam a nação. Para tanto, todas as atividades propostas, campanhas e serviços da LBHM serão aqui discutidos em diálogo constante com o quadro mais geral da política brasileira dos anos 20 e 30, com ligeiras incursões no período do Estado Novo.

Tendo em vista esses objetivos, o trabalho foi dividido em 5 capítulos: um primeiro, de caráter introdutório, onde se traça um histórico daquilo que se poderia chamar vocação

social e política da psiquiatria, inscrita desde as suas origens, até o seu desembocar numa proposta preventiva no final dos anos 10 e início do 20 - no caso brasileiro - resultando, então, no triunfo da idéia da higiene mental e da eugenia.

O segundo capítulo busca recuperar especificamente a instituição Liga Brasileira de Higiene Mental, tematizando algumas de suas propostas, serviços e campanhas - como a questão do combate ao alcoolismo e da higiene mental aplicada ao trabalho - enfeixados, todos, pelos programas saneadores da eugenia. No capítulo seguinte a discussão recai basicamente na temática racial. Tendo em vista a importância da perspectiva eugênica na instituição, a questão do controle imigratório assume um peso expressivo nos programas da LBHM desde seus primórdios. Assim, buscando alcançar essa questão, acabou-se por investigar a visão mais ampla da medicina mental acerca da raça, inserindo-a no debate geral da construção da nacionalidade, idéia-força que empolgava a intelectualidade brasileira do período. Por outro lado, a discussão desse tema, aliás imprescindível para os propósitos do trabalho, tem o mérito de auxiliar no deslindamento preciso de certas opções da Liga em termos do saneamento eugênico da raça.

O 4º capítulo pretende abordar fundamentalmente a questão infantil na instituição, porquanto a perspectiva preventiva que orientava os seus projetos - movidos pela necessidade de forjar o "futuro de uma grande raça" -

colocava claramente a necessidade de cuidados e orientações desde a mais tenra idade. Por fim, o 5º capítulo procura discutir o processo de radicalização eugênica da instituição, observado na virada dos anos 30 em diante, onde certas propostas "duras" de seleção das populações, de fundo racial, moral e social, - em muitos aspectos identificadas com o que se passava na Alemanha nazista - ganham fôlego novo, com destaque para o tema da esterilização eugênica.

Olhando para o conturbado mundo desse fim do século, com toda onda de preconceitos, racismos e intolerâncias, percebe-se que velhos fantasmas voltam a rondá-lo. Ainda que eles se diferenciem daqueles que ocuparam o cenário nos anos 20/30/40, alguma coisa de inquietante obscurece o horizonte. Dessa vez, o argumento foge das "mitologias" eugênicas da "purificação racial" e/ou "raça superior", retomando, porém, antigas suspeições xenófobas. Na Europa, investe-se contra os imigrantes pobres do 3º mundo e os contingentes de desempregados do desmoronado leste europeu, chamando-os de "novos bárbaros". No Brasil, os esquadrões de extermínio agem impunemente, chacinando "pivetes", "malfeitores", "delinquentes", enfim, aquilo que é taxado de "escória social", e até eliminando presos nos "Carandirus" da vida. São o "peso inútil" da nação tal como diziam os eugenistas em outros tempos sombrios. Uma certa modalidade de "fascismo" tupiniquim ressurge, os chamados "carecas", atacando nordestinos, negros, judeus, homossexuais. O argumento é, em todo caso, tanto lá como cá, aparentemente

original: a defesa do emprego que as levas de forasteiros usurpam aos "locais". No entanto, algo de familiar ressoa: a "questão social" transmutada em preconceito ou o preconceito transformado em "questão social". Uma nova/velha clivagem se instala nos corações e mentes: aquela que demarca os campos entre "o grupo a que nós pertencemos e os outros". Os outros serão sempre "os bárbaros". A comunicação se encontra interrompida. Convém restaurá-la. Nesse caso, se da história há muito não se espera que ela nos ofereça lições, refletir sobre um tempo pretérito de intolerância, tem a vantagem de pelo menos dificultar que ele, bem como a intolerância, se banalizem. Afinal, como adverte o personagem de José Saramago em *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, "O mundo esquece tanto que nem sequer dá pela falta do que esqueceu."

NOTAS

1. PORTO-CARRERO, Julio. "O Dever das Elites", In: *Psicanálise de uma civilização*, RJ, Editora Guanabara, [1934], pp. 213-215.
2. Id. "Remédios Sexuais e Remédios Sociais", In: *op.cit.*, p. 225.
3. Ver a este respeito: MACHADO, Roberto e outros. *Danação da Norma - Medicina Social e Constituição de Psiquiatria no Brasil*, RJ, Graal, 1978; PORTOCARRERO, Vera Maria. *Juliano Moreira e a descontinuidade histórica de psiquiatria*, PUC, RJ (Tese de mestrado em Filosofia), 1980; AMARANTE, Paulo. *Psiquiatria social e colônia de Alienados 1830-1920*, RJ, UERJ/IMS, 1982 (tese de mestrado); SAIDE, Oswaldo. *Psiquiatria e organização do Estado Brasileiro*, RJ, UERJ/IMS, (tese de mestrado), 1980; SCHECHTMAN, Alfredo. *Psiquiatria e Infância: um estudo histórico sobre o desenvolvimento da psiquiatria no Brasil*, RJ, UERJ/IMS, (tese de mestrado), 1981; CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Espelho do Mundo - Juquery, a história de um asilo*, RJ, Paz e Terra, 1986; Id. *Cidadelas da Ordem - A doença mental na República*, SP, Brasiliense, 1990; CASTEL. *A ordem psiquiátrica: Idade do ouro do alienismo*, RJ, Graal, 1979; e evidentemente, FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*, SP, Ed. Perspectiva, 1987.
4. CUNHA, Maria Clementina P. *Espelho do Mundo*, RJ, Paz e Terra, 1986, p. 17.
5. CHAUI, Marilena. "O discurso competente", In: *Cultura e Democracia*, SP, Ed. Moderna, 1982, pp. 7-13.
6. FOUCAULT, Michel. "Verdade e Poder", In: *Microfísica do Poder*, RJ, Graal, 1981, pp. 12-13.
7. CHAUI, Marilena. "Crítica e Ideologia", In: *op.cit.*, p. 22.
8. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão - A Revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935*, SP, Companhia das Letras, 1992. Especialmente o capítulo 6, "O 'Regime de Exceção' Republicano", pp. 105-115.
9. Ver: BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos. Um Haussmann Tropical*, RJ, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990; CHALHOUB, Sidney. *A Guerra Contra os Cortiços: cidade do Rio, 1850-1906*, IFCH/Unicamp, Primeira Versão nº 19, 1990.

10. Expressão empregada diversas vezes pelo sanitaria Belisário Penna na sua obra *O Saneamento do Brasil*, RJ, Typ. Revista dos Tribunais, 1918.

CAPÍTULO 1

"PREVENTISMO: FASE SUPERIOR DO PSIQUIATRISMO"

Em meados do século XIX, a medicina mental européia, pode-se dizer, encontrava-se atormentada por um sentimento de certo fracasso, diante da sua incapacidade de recuperação de boa parte dos pacientes mentais cuja expectativa de cura havia sido francamente anunciada no programa de "tratamento moral" e no princípio do "isolamento terapêutico" estabelecido por Pinel, Esquirol e discípulos (1). Como observara Duménil, alienista francês daquele período: "A experiência nos mostrou que o número de loucos está crescendo muito rapidamente em todos os países e que medidas que pareciam amplamente estudadas se mostraram insuficientes." (2)

Na medida em que o programa que Pinel imaginara esgotara seus créditos, os psiquiatras ao invés de se intimidarem, admitindo certa falência de suas modalidades de ação terapêutica, investem-se de novo mandato, o de "higienistas do espírito" ou "higienistas sociais", metamorfoseando-se em algo mais do que meros especialistas de cura mental, sua função de alienista.

Assim, é num contexto de impotência e frustração diante dos resultados do chamado "tratamento moral" e do modelo asilar da internação - assentados ambos numa compreensão

pouco sutil da periculosidade da loucura, o que determinava a sequestração apenas da vesânia espetacular - que os psiquiatras europeus em meados do século XIX, resolvem alçar vôo para além dos muros do asilo, decididos a intervir no amplo espaço social com o objetivo de, esquadrihando-o, obter novos dados sobre "as causas do aumento dos alienados e sobre os meios higiênicos e profiláticos mais apropriados para prevenir tão grave enfermidade." (3)

Se antes buscaram obstinadamente tornarem-se os administradores de um asilo medicalizado e também garantirem frente ao desatino o monopólio de sua verdade médica e de sua ação, nesse contexto trata-se - diante do aumento dos números da loucura, da intratabilidade de vários casos e dos longos períodos de internamento que ocasionava frequentes problemas de superpopulação hospitalar - de encontrar outras bases de ação e argumentação teórica. Nessa guinada tornava-se necessário, antes de tudo, reforçar o antigo grito de alerta contra os efeitos deletérios da civilização moderna, responsabilizando-a mais e mais pelo crescente dos distúrbios mentais. Reforço estratégico porque, em verdade, a consciência de uma loucura atrelada a uma certa forma de devir humano, outro lado do progresso e da razão é, conforme aponta Michel Foucault, uma construção originária do século XVIII (4). Segundo esse autor foi no abafamento da verdade animal do homem - proximidade feliz de uma vida de natureza submetida ao preenchimento das satisfações humanas imediatas - que o alienismo do século XVIII creditou à civilização a

ameaça de crescimento do desatino. Nessa reflexão, a loucura é compreendida como parceira da história humana, temporalidade linear e irrefreável do progresso burguês que altera a sensibilidade e os hábitos dos indivíduos, incute-lhes o gosto pelo conhecimento e pelas especulações abstratas e ainda o expõe aos excessos do imaginário. Nesse itinerário de mudanças, os riscos da alienação ampliavam-se incessantemente. Entretanto, se a noção da loucura como contrapartida do progresso e da civilização, como sugere Foucault, deve sua consciência ao setecentos, o século XIX a atualiza num ponto básico: passa a identificá-la não tanto como uma espécie de duplo da riqueza e do progresso do espírito humano (embora isso persista), mas sim como visibilidade problemática do seu inverso. Com isso, a loucura abandona o trem feliz do progresso civilizatório burguês - ainda que aparecesse como alteridade assustadora - e oferece-se como contradição econômico-social, obedecendo doravante à linha de força de um ambiente social marcado por um quadro de crescente miséria e debilidade moral e intelectual. Assim, de posse dessa compreensão da loucura - como inverso do progresso e da riqueza - e também do fracasso do projeto "pineliano", como já se disse, os psiquiatras deslocam suas baterias para a necessidade de intervir no meio social - não indiscriminadamente em qualquer meio mas sobretudo naquele cuja convivência social o alienismo identifica a presença perturbadora de focos de amoralidade, desordem e miséria. Nesse processo nem tanta

novidade: o alienismo de certa forma apenas se apropriava das fantasmagorias produzidas pelos literatos e higienistas do começo do século XIX acerca da representação mítica que identificava classes populares, classes perigosas (5). Certamente não terá sido à toa que o médico e alienista Morel produz, nesse período, sua teoria da degenerescência - "tour de force" do alienismo que desde então deixará impressa, mais ou menos modificada, sua marca no conjunto das formulações psiquiátricas - observando as populações pobres e exploradas da localidade de Rouen na França, notória, como diz Ruth Harris, "por sua pobreza, casas sujas, duras condições de trabalho (...) e também altos índices de mortalidade infantil." (6)

Ouçamos Morel:

"Trabalhando em ocupações perigosas ou insalubres e vivendo em cidades malsãs e superpulosas, o organismo humano está sujeito a agentes de debilitação sem precedentes, e portanto à degeneração. Sei muito bem do que é capaz o espírito humano lutando contra influências perniciosas. Contudo esta força tem limites. Apesar de todo o progresso da ciência, é impossível que ele não se transforme, pelas más condições de trabalho nas fábricas e minas de onde extrai substâncias tóxicas e onde é obrigado a passar a maior parte de seus dias no seio da terra. Agora, acrescentam a estas condições geralmente más a influência profundamente desmoralizante da pobreza, da falta de educação, do desejo de prosperidade, do abuso do álcool, dos excessos sexuais e da alimentação inadequada, e terão uma idéia das circunstâncias complexas que tendem a modificar desfavoravelmente os temperamentos das classes pobres." (7)

Apoiando-se em definições biológicas mas também filosóficas e até religiosas (8), a análise da degeneração

moreliana supõe uma progressiva debilitação da espécie a partir de um tipo humano primordial idealizado, que seria transmitida hereditariamente. Entretanto, frequentemente poderia ser adquirida no curso de uma vida marcada por influências nocivas de origem patológica - tuberculose - sífilis, paludismo etc... - ou social - industrialização, urbanismo, pauperismo, desregramento dos costumes, alcoolismo etc...(9). Ocorre que, uma vez instalada, necessariamente se transmitiria às gerações seguintes terminando seu ciclo apenas quando a linhagem se extinguisse. Aspecto importante é que, para Morel, o que se transmitia não eram os traços característicos de um determinado distúrbio mental e sim tendências patológicas gerais, sendo as diversas entidades clínicas do quadro nosológico psiquiátrico, como sugere Harris, "meras manifestações do substrato patológico de degeneração latente" (10). Nesse caso, o máximo que os psiquiatras podiam buscar era "um modelo probabilístico para compreenderem o curso da doença que esperavam, e diziam, ajudaria num programa de intervenção preventiva contra indivíduos perigosos e condições deletérias do ambiente." (11)

Sendo assim, segundo a fórmula moreliana, colocava-se a necessidade de outros meios de ação que superassem os postulados estritos de uma "profilaxia defensiva" - limitada ao sequestro e tutela de indivíduos perigosos ou doentes em espaços reservados e fechados - passando-se ao combate das

causas das doenças e à prevenção dos seus efeitos. Por esse caminho era um vasto campo social, consoante os postulados de uma "profilaxia preservadora", que os alienistas almejavam atingir:

"Compreende-se que o objetivo a ser atingido na aplicação dos meios terapêuticos e higiênicos tenha aumentado consideravelmente. De fato, não estamos diante de um homem isolado, mas sim na presença de uma sociedade, e o poderio dos meios de ação deverá ser proporcional à importância do objetivo." (12)

Além disso, a entrada em cena da citada teoria aumentava o poder de fogo da psiquiatria não apenas porque ampliava sua superfície de intervenção ou oferecia respostas aos seus problemas de inadequação terapêutico/administrativa. Municiaava-a também pelo aporte científico que lhe conferia. Com efeito, tendo por base uma compreensão biológica da doença mental, defendia a idéia da loucura como uma debilidade orgânica transmitida hereditariamente, reaproximando-se dessa forma da medicina geral que, já à época, se validava nos critérios "positivos" oferecidos pela anatomopatologia. Se no caso da medicina mental essa debilidade ou lesão orgânica dificilmente conseguia ser perceptível ao nível de um dano propriamente visível do sistema nervoso ou do cérebro - exceção confirmadora (ou confortadora) para o caso da sífilis - configurava-se muitas vezes enquanto estigma físico que automaticamente denunciava uma degeneração: lábios leporinos, estrabismo, deformação craniana, orelhas de abano, sintomas sensoriais e motores como a gagueira etc. (13).

Entretanto, como muitas vezes não era possível identificar deformações na estrutura morfológica ou fisiológica dos indivíduos, a degeneração se evidenciava, enquanto verdade científica, pela presença afirmadora da 'hereditariedade mórbida' atestada no amplo espectro dos antecedentes familiares (14). E mais: tal hereditariedade mórbida - bálamo psiquiátrico para uma posituação médica da loucura - muitas vezes operava segundo a fórmula metaforizada de um "acúmulo de capital patológico" ao longo de sucessivas gerações. Por isso, um ancestral apenas sutilmente debilitado podia produzir um degenerado em alto grau, predisposto ao crime ou a loucura grave:

"Com muita frequência o estigma familiar se manifesta apenas gradualmente com uma ou várias gerações mostrando pequenas perturbações preparatórias, por assim dizer. A hereditariedade (mórbida) precisa ser acumulada, capitalizada de alguma forma, antes de se tornar um defeito identificável. Entre os antepassados dos loucos encontram-se frequentemente indivíduos afetados por um estado habitual de excessiva excitação, entusiastas excêntricos, inventores malsucedidos, perdulários, pessoas incomuns afetadas por tiques morais e intelectuais."
(15)

Finalmente, como já se disse, tal processo degenerativo podia também ser adquirido paulatinamente no curso de uma vida desregrada em contato com um ambiente nocivo. Estabelecida a anomalia - frequentemente pelo abuso e contato repetido - esta se transmitia aos filhos num grau de agravamento progressivo.

Como consequência disso tudo a loucura deixava de ter uma visibilidade imediata. Imersa nos meandros de uma

hereditariedade mórbida, cujo "modus operandus", apesar de implacável, apresentava possibilidades variadas e gradualizadas, apenas o psiquiatra com seu olhar treinado e competente poderia "in status nascenti", tentar identificá-la. Se a anterior compreensão da loucura, como patologia da razão, elevava o delírio a condição de critério superior de identificação da insanidade - o que estabelecia o princípio da loucura clara e distinta, isto é, loucura no singular onde se era louco ou não - doravante nenhuma relação exclusiva podia ser estabelecida entre a insânia e suas manifestações exteriorizadas.

Nesse percurso alguns indícios de mudança já vinham sendo anunciados pela teoria da "monomania" - formulada por Esquirol e discípulos nos anos 20 e 30 do século passado - que procurava esclarecer o paradoxo da convivência num mesmo indivíduo de um comportamento aparentemente racional e "normal" e atos repentinos e irresistíveis de extrema periculosidade, o principal deles sendo o impulso homicida (16). Loucura parcial, sem delírio aparente, criava um problema sério de competência com o judiciário, que tinha dificuldades em aceitar a irresponsabilidade de um indivíduo capaz de se portar bem e manter um discurso coerente tanto antes como imediatamente após o ato aberrante (17). Entretanto, a despeito de sua fragilidade - os próprios psiquiatras passam a atacá-la em meados do século - a teoria da monomania sinaliza já um certo deslocamento do mandato social da psiquiatria. Desde que se pudesse supor uma

loucura sem objetividade imediata, impossível de ser antevista pelo comportamento espetacular do louco, restava ao psiquiatra, como aponta Castel, procurar "sinais escondidos de desordem atrás das aparências de um comportamento racional" (18). Nessa percepção, aquilo que inicialmente surgira numa querela exclusiva com o aparelho judiciário, define já uma mudança de atitude da psiquiatria que busca agora combater o risco virtual da loucura, lançando um olhar de suspeição sobre um vasto leque de comportamentos humanos. Aqui, uma outra consequência também: relativiza-se necessariamente o anterior caráter dicotômico da oposição normal-patológico, onde se era louco ou não. Relativização que, em bases muito menos controversas, a teoria da degeneração moreliana de certa forma vem aprofundar mas também aperfeiçoar. Por isso que, para Morel, não se tratava mais do paradoxo de uma loucura parcial, mas apenas a manifestação de um estágio de uma loucura una, integral, garantida na base pelo substrato da degeneração latente e previsível pela presença da hereditariedade mórbida. Por aí, uma variedade de estados intermediários da loucura passam a encontrar ancoradouro seguro, onde, então a figura definitiva do limítrofe ou, como diz Cunha, do "'demi-fou' do degenerado a 'caminho' da loucura, do tarado portador de uma doença invisível" torna-se o objeto central de preocupação da medicina mental (19).

Como se vê, bela teoria: por um lado aparentemente frágil, diante da extensão do seu poder explicativo - que

englobava desde proposições econômico-sociais, biológicas e até morais - , por outro, e em virtude dessa mesma extensão, apresentava-se dotada de uma versatilidade confortadora - e vitoriosa - no contexto de consolidação da nova ordem burguesa, com sua representação inquieta e temerosa das cidades e sua pobreza e multidão urbanas. (20)

Pois bem, se esse processo todo de metamorfose do saber alienista na Europa, indiscutivelmente se articulava às novas demandas de ordenamento social e político do mundo burguês parece que, no Brasil, respeitadas às nítidas diferenças de tempo e lugar histórico, alguns pontos comuns podem ser observados. Com efeito, a incorporação do saber psiquiátrico no Brasil, na segunda metade do século XIX, - inicialmente como uma vertente da chamada "medicina social" - se deu num contexto de explosão urbana relacionado à afirmação da ordem burguesa no país e cujo crescimento trouxe à tona - e isso vale precisamente para o Rio de Janeiro e São Paulo - todo um quadro de mudanças frenéticas e, na ótica das classes dirigentes, inquietantes: crescimento demográfico desordenado, focos permanentes de desordem e perigo; crises epidêmicas e sanitárias ameaçadoras; condições precárias das habitações populares propiciadoras de todo tipo de doença e desvio social; aumento concentrado das atividades fabris; portos infectados, esses lugares fundamentais de circulação de pessoas, mercadorias e capital; arquitetura espremida sem

visibilidade nem ventilação, portanto potencialmente subversivas etc...(21)

Coube, então, à psiquiatria - ao lado de vários outros saberes disciplinares como a recente criminologia, a engenharia sanitária, a medicina higiênica - buscar intervir no corpo social de forma a esconjurar o crescente de riscos sociais que rondava os centros urbanos, dentre os quais a loucura e sua recente periculosidade (22). Inicialmente, como já se disse, foi do interior da "medicina social" que a psiquiatria surgiu, reivindicando, como esclarece Cunha, sua "competência para dirigir os destinos da loucura com os poucos hospícios leigos então existentes" (23). Foram os tempos inaugurais de afirmação da psiquiatria como "medicina especial" devotada ao comportamento, e cujo objetivo primeiro era "medicalizar" o asilo e conseqüentemente a loucura, condição de possibilidade de sua afirmação como saber autônomo. Assim o propósito inicial do alienismo brasileiro, como sugere Machado, foi transformar a loucura num problema do Estado, que passaria então a ter o direito de "sequestrar o louco aliená-lo de seus direitos em nome da defesa coletiva e da liberdade individual" contanto que fosse "assessorado pela psiquiatria." (24)

Em outro momento, que se confunde com o alvorecer da República, o saber psiquiátrico - caucionado pelos novos ventos teóricos soprados pelo organicismo e pela teoria da degenerescência - buscou ampliar seus objetivos: olhando para fora dos muros do asilo, recrutou para si parte

importante da tarefa de esquadramento preventivo do meio urbano, numa clara intenção de controle social. Nesse caminho, tratava-se de investir na identificação e isolamento daqueles indivíduos que muito por sua condição social, mas também por sua fraqueza moral e racial, encontravam-se na linha de frente do risco degenerativo, portanto suspeitos de serem portadores e transmissores hereditários dos germes da desordem e da desagregação social: delinquentes, alcoolatras, suicidas, prostitutas, vagabundos, jogadores e também anarquistas, imigrantes e negros (25). Como afirmava Franco da Rocha, fundador do Hospício do Juquery em São Paulo,

"Na luta pela vida os fracos baqueiam por modos diversos: uns desesperam após uma temporada de vida desregrada, em que deram ao mundo má prova de si; não encontrando meio de se adaptar à sociedade, acham no suicídio uma saída; outros, num suicídio lento, lançando-se ao abuso do álcool, disfarçam a embriaguês as idéias tristes (...) outros apreensivos sobre os meios de subsistência no futuro, fazem excessos no trabalho físico ou mental, abrindo as portas à loucura; outros, ainda, entram pelo caminho do crime, em virtude de tendências congênicas de que são escravos; outros, finalmente, sobrevivem por circunstâncias especiais simplesmente neurastênicos; servem para a propagação desastrosa da espécie. São a maioria destes fracos, indivíduos de cérebro anormal, que formam o grupo bem delineado pelo professor Magnan, desde o degenerado superior (...) até o idiota, incapaz de prover a própria subsistência." (26)

Mais do que nunca a partir do marco da teoria da degenerescência caberia aos psiquiatras a competência de indentificar e mapear esses candidatos potenciais ao

hospício, visto o grau de nebulosidade, e ao mesmo tempo amplitude, que envolvia os novos contornos da vesânia:

"Há indivíduos, e contam-se por legiões, que não são declaradamente loucos nem de mentalidade perfeitamente normal: são os degenerados que, gradativamente, sem linha bem definida, estabelecem a transição entre o louco e o são de espírito." (27)

Assim sustentada por uma nova percepção da visibilidade e periculosidade da loucura oferecida pela teoria moreliana, impõe-se claramente a presença de um enfoque diferente do combate à insanidade, onde a linguagem da prevenção - "profilaxia preservadora" na terminologia moreliana - ganhava, em tese, cada vez maior notoriedade. A melhor forma de abordagem nesse caso passa a ser a de um amplo processo de intervenção saneadora no meio social com o objetivo de evitar a proliferação de certas "populações de risco". Entretanto, essa primeira abordagem da prevenção encontrava-se ainda bastante aferrada à idéia negativa de "defesa da sociedade" contra os "corpos estranhos" que ameaçavam a sua saúde social, ou seja, de busca da ordem urbana através da expulsão/exclusão dos indivíduos ditos degenerados do convívio social. Por isso, em verdade, se encontrava muito mais próxima de uma perspectiva definida como "profilaxia defensiva" que tinha no hospício seu suporte institucional básico. Conforme aponta Cunha, em sugestivo estudo sobre o assunto, nas duas primeiras décadas do século XX "o grande enfoque do alienismo brasileiro, apesar de sua base teórica, estava na implantação de espaços médicos de internamento, hospícios sob a direção de especialistas" (28). Isso quando,

na Europa, os hospícios já eram largamente questionados, pelo menos enquanto forma privilegiada de intervenção médica, identificados muitas vezes à espaços de "incurabilidade" (29). Evidentemente que se tratava de um asilo renovado em suas funções e modalidades de assistência, distante da exclusiva tecnologia pineliana de submissão a "regras invariáveis de polícia interior" (30), e cujo ecletismo, então, seria sua marca definidora.

O hospício do Juquery em São Paulo, sob a inspiração de Franco da Rocha, encarnava a melhor síntese desse novo modelo asilar. Abrigava ao mesmo tempo a loucura imediatamente visível, ligada a manifestações francamente exteriorizadas que tinha no delírio sua expressão maior, até àquelas formas mais subterrâneas e sutis apenas decifráveis pela perspicácia científica do psiquiatra. Ali também as modalidades de assistência variarão muito, desde resistentes "terapêuticas morais" de base pineliana, inauguradora do asilo medicalizado, até formas "modernas" com tratamentos especializados para cada tipo de doente: terapias medicamentosas, tratamento por banhos, laborterapia, "open door" (sistema que operava segundo o critério de "máxima liberdade possível" a depender, é claro, do paciente, ou "ilusão de liberdade" no dizer de Juliano Moreira), assistência hetero-familiar, colônias agrícolas, mas também "modernas terapêuticas da tortura" - na expressão irônica da historiadora - como capacetes de gelo, "traumaterapia", "malarioterapia" etc..., tudo isso integrado num conjunto

harmônico, porém diferenciado, refletindo uma também diferenciada e imprecisa loucura (31).

Entretanto, apesar da introdução desse sistema assistencial diversificado - que no caso de São Paulo apresentava uma estrutura centralizada no Juquery e no Rio de Janeiro resultou na criação de asilos colônias independentes - a perspectiva de controle e prevenção social exercidas pela psiquiatria brasileira nesse período ainda se encontrava fortemente marcada pelo paradigma da expulsão/exclusão, isto é, do enclausuramento preventivo de indivíduos das chamadas populações de risco ou "classes perigosas", numa clara ação de polícia médica. Por mais que o psiquiatra procurasse retirar do novo hospício tudo que pudesse lembrar "caserna ou prisão que irrit[asse] os doentes" buscando oferecer-lhes o "máximo de liberdade possível" segundo o critério do "open-door", ou mesmo prestar-lhes assistência hetero-familiar (ápice do sistema de "simulacro de liberdade" no dizer de Franco da Rocha) em casas de pequenos agricultores, habitantes das imediações dos hospitais-colônia, o paradigma da "internação", tendo por base alguma forma de asilamento ou isolamento, continuava informando os modos de intervenção psiquiátrica.

Por essa razão, talvez não se possa falar nesse momento de uma perspectiva propriamente preventiva, compreendida na sua plenitude como um meio de ação que exigiria uma intervenção preferencial diretamente sobre as "superfícies de emergência da loucura" para usar uma expressão de Castel.

Ou seja, uma intervenção nos lugares privilegiados de incitação da desordem mental, como a família, o trabalho, a escola e em todas as condições sociais vistas como adversas que, afirmava o higienista já na década de vinte, podiam "perturbar e em grau extremo até esmagar as mentalidades mais firmemente equilibradas". (32)

Aqui, o dispositivo institucional psiquiátrico tenderia a dispersão e a redução, poupando-se o asilo e o internamento, e procurando igualar o tratamento da loucura ao de qualquer outra doença física. São os chamados "serviços abertos": ambulatorios e dispensários psiquiátricos com o amparo de "serviços sociais", que no Brasil só começaram a aparecer no final dos anos dez, início do vinte.

A confiar nas histórias triunfantes elaboradas pela psiquiatria nacional, teria partido de Juliano Moreira, ainda em 1906, o grito de alerta para a necessidade de se atentar para a época da "higiene profilática" no domínio da psiquiatria. Dizia ele,

"Os governos bem intencionados vão provendo as cidades de manicômios bem dotados, dando aos doentes a assistência de especialistas bem treinados. A consciência, porém, destes últimos é que não se sente ainda satisfeita, por isso que a liberdade do doente de qualquer modo sofre limitações apesar dos bons manicômios, apesar dos asilos-colônias, apesar da assistência familiar. Além disto, o aumento quotidiano dos casos de alienação mental vai elevando cada vez mais a cifra do orçamento para assistência aos insanos, ou, como sucede entre nós, a assistência a prover esse aumento com o devido remédio vai diminuir a dose de cuidados a dar a cada internado. É claro, portanto, que é tempo de estudar a fundo os

meios de diminuir de mais em mais o número de alienados. É evidente que não podemos nutrir a esperança de uma vitória decisiva a curto praso, mas aqui, como já ocorre a outras molestias humanas, em breve surgirá a época da higiene profilática." (33)

Observe-se que nessa fala de Juliano Moreira já há evidências claras de que a psiquiatria - apesar dos governos bem intencionados, dos especialistas bem preparados, dos bons manicômios, dos asilos-colônias e da assistência familiar, ou seja, toda uma orientação moderna do sistema assistencial - não vinha conseguindo enfrentar o problema da loucura, visto o aumento cotidiano dos casos de alienação. É verdade que isto tenta ser apresentado como um problema de consciência humanitária do psiquiatra ante a limitação da liberdade dos doentes (mesmo com essa rede moderna de assistência que o psiquiatra dizia existir). No entanto sua inquietação real é outra: trata-se de buscar outras bases de ação para a medicina mental, não mais centrada no modelo exclusivo da internação - seja do manicômio tradicional ou em suas variantes renovadas - pois do contrário os problemas da loucura só tenderiam a agravar-se e os hospícios superlotados, apesar de sua orientação "completamente científica, e basta" como queria Franco da Rocha, "permaneceriam com seus objetivos limitados à depósitos de doentes chronicos" (34). É claro que a culpa disso, na ótica dos psiquiatras, não devia ser creditada a uma limitação ou insuficiência do dispositivo (teórico e prático) da psiquiatria. Antes, refletia as consequências de uma civilização que progredia rapidamente mas trazia no seu

avesso o risco da loucura e da degeneração: Como dizia Plínio Olinto, responsável pelo futuro serviço de profilaxia mental do ambulatório Rivadavia Correa,

"Está plenamente verificado que a loucura cresce paralelamente com a civilização, arrastando consigo um grande número de psychopatas..." (35)

Acionavam como prova de suas afirmações, toda uma série de estatísticas alarmantes (e frequentemente questionáveis) que, segundo eles, não deixavam dúvidas quanto ao terrível prognóstico de um mundo dominado pelo espectro da loucura, cuja "situação no atual momento, mais do que qualquer outro mal ameaça o mundo inteiro", como que preparando a cena para sua entrada triunfal por sobre os escombros de suas formulações passadas (e ultrapassadas):

"Afirma Helley que a loucura tem aumentado de 200% em 50 anos na América do Norte. O Estado de Nova York conta 6.000 alienados por milhão de habitantes. Continuando assim, em três séculos a população se comporá de alienados ou pelo menos de desequilibrados.

Winslow prevê que o mundo inteiro se lançaria na loucura se não se produzisse uma transformação radical em nossa maneira de viver. Mas a reação, felizmente já se vem fazendo, brilhante e vitoriosa.

E se todos nós concorrermos desde agora com entusiasmo e com fé, seremos honrados pelos nossos descendentes continuadores dessa obra meritória que aproveitará aos filhos de nossos filhos.

Dia virá em que as ruínas dos manicômios serão tidas como curiosidades paleontológicas e em cada antigo hospício se instalará uma escola.

Haverá talvez então a felicidade sobre a terra!" (36)

Fala curiosa essa, verdadeiro evangelho de um novo tempo onde se pode intuir o sentimento messiânico e grandiloquente

da psiquiatria, que se pretendia, doravante, redentora da humanidade, promovedora de uma felicidade possível na terra. Aqui, o que se vislumbra no horizonte é muito mais do que o simples combate aos hospícios superlotados, tratamentos que não apresentavam sucesso, internações intermináveis, mas sim a promessa de erradicação futura da própria loucura.

Bela virada: no momento em que o dispositivo da medicina mental dá sinais claros de esgotamento, vítima das contradições entre a própria extensão do mandato político e social que atribuiu para si, às limitações de seu aparato institucional e do seu arsenal teórico/terapêutico - o que vinha tornando os espaços de internamento lugares de degradação e desesperança - os psiquiatras ao invés de se recolherem, resolvem escanchar ainda mais sua vocação intervencionista e sonham regenerar de vez a espécie humana. Com tal objetivo, trazem a cena a boa nova da medicina mental preventiva chamada Higiene Mental, que, diziam os psiquiatras, "com justo direito aspira tonar-se a moral universal do amanhã" (37). Nessa nova compreensão praticamente não há limites para a ação psiquiátrica que deve prestar socorro à todos os setores da atividade humana. Em comunicação no 1º Congresso Médico Paulista de 1916, o psiquiatra Ernani Lopes assim se pronunciava:

"Quem lance um olhar sobre o desenvolvimento da pshychiatria nos últimos tempos reconhecerá que essa sciencia já se não occupa em exclusivo com o tratamento dos alienados durante a sua internação. Cada vez mais se verifica a necessidade que há da intervenção do psychiatra em numerosos casos de vida social. Si nos dedicassemos a fazer o estudo

da mentalidade dos individuos socialmente desclassificados, encontraríamos as mais das vezes as causas do não exito em perturbações bem caracterizadas do domínio psychico.

Na Allemana, sobrettudo, encontramos demonstrações diversas de que scientistas e homens administradores já compreenderam o alcance desse sério problema. Assim, é que em varias sociedades de beneficencia e de assistencia às classes pobres, discute-se com frequencia, sob o ponto de vista psychiatrico, varias questões que outrora eram vistas apenas sob um criterio estritamente moralistico."

(38)

Sobretudo nesses tempos modernos marcados pelo ritmo febril do trabalho nas grandes cidades, a possibilidade do distúrbio mental se ampliava incessantemente. Os efeitos disso, entretanto, podiam ser muito graves: arriscavam paralisar o próprio desenvolvimento econômico e social de um país, visto que entre a debilidade física e a mental existiam diferenças substantivas quanto a sua interferência nociva no fator trabalho, idéia-força dos "povos civilizados":

"No momento actual, em que a atenção dos povos civilizados está voltada para o valor commercial do homem, trata-se de obter o máximo de aproveitamento da capacidade de trabalho de cada um, mormente nas grandes cidade, onde é maior a lucta pela vida e onde se começam a exigir de todos, homens e mulheres, esforços que se iniciam com tenra idade e que se abandonam quando o peso dos annos não nos permite tal actividade. É nesta ephoca a grande preocupação de todos os povos obter do indivíduo o maximo de rendimento com o minimo de fadiga, poupando ao mesmo tempo os gastos de seu organismo (...). A prophylaxia individual, a dos pequenos males, tão importantes como a das doenças contagiosas, só pôde ser observada apelos que tiverem entendido bem qui a capacidade produtora do trabalho do organismo humano é proporcional ao seu bom funcionamento visceral, ao equilibrio completo de suas funções mentaes. É necessário salientar que se uma grave lesão de um ou de

alguns órgãos pode ser compatível com uma vida profissional quasi normal, um leve disturbio mental conduz á diminuição ou á parada da actividade produtora. É, pois, principalmente sobre a Hygiene Mental que devemos fixar a nossa attenção. E ella deve ser iniciada pelos normaes (...) É assim que o exame periodico completo physico, mental, vocacional dos obreiros de todos os generos se impõe como medida de grande vantagem sob o ponto de vista economico, não somente individual, mas ate mesmo social. O hygienista moderno traz sobre os hombros esse nobilissimo encargo." (39)

Nessa fala, além da prioridade total atribuída ao equilíbrio psíquico, a higiene mental se desdobra em novas possibilidades. Com efeito, aqui seu interesse não se resume a combater preventivamente o aparecimento da perturbação mental em "numerosos casos da vida social", mas também operar sobre os normais de mentalidade ("deve ser iniciada pelos normaes") visando o aproveitamento máximo de sua capacidade. À primeira vista essa relação parece óbvia e lógica: prevenir a eclosão do distúrbio mental onde ele ainda não se manifestou supõe intervir precocemente sobre certas superfícies sociais incitadoras da loucura e/ou desequilíbrio - o que na circunstância apontada podia significar o domínio social inteiro já que "tudo pode ser causa da loucura" - e não exatamente, ou apenas, nos indivíduos sobre "suspeição mórbida". Entretanto, o que a passagem de uma concepção à outra revela é mais que isso. Nesse itinerário, a loucura - ainda que vista sob o enfoque de uma vesânia diluía em sua diversidade e gradualidade - quase deixa de ser o ponto de referência da ação psiquiátrica. Com efeito, mesmo que esta viesse servindo cada vez mais como suporte legitimador de uma intervenção

ampla da medicina mental no corpo social, era com base na sua presença e no combate ao perigo que representava que a psiquiatria vinha se autorizando. Entretanto, quando se trata de agir sobre a personalidade normal visando promover sua eficiência e aumentar seu bem estar - em sintonia com uma lógica racionalizadora e produtivista do trabalho humano - é o próprio tema da loucura e por conseguinte a atribuição intrínseca do psiquiatra que parece ficar diluído. Nesse lugar o que aparece em cena é antes de tudo o seu papel de "reformador social", ou "profilactor social", que sonha tornar obrigatório o "exame periódico completo (...) dos obreiros de todos os gêneros", independente de qualquer sinal prévio de desequilíbrio, numa compreensão do papel da higiene mental que supera até aquela anterior que a pretendia intervindo nos casos em que pelo menos "já se [pudesse] suspeitar a iminência mórbida, cujos sinais não [escapassem] a um cuidadoso exame psicológico." (40)

Todavia, como não se tratavam de estratégias excludentes, mas sim de superposição de atribuições, a simples virtualidade da loucura ou de qualquer "leve distúrbio mental" (o importante no caso é que ambas conduziriam "à diminuição ou paralização da atividade produtora") - seguia autorizando mais esse vôo expansionista do psiquiatra, garantindo, ao mesmo tempo, seu lugar profissional (é nesse desdobramento, aliás, que uma "psicologia experimental" ligada a aplicação de "testes mentais" ganha vulto). Como sugere Ernani Lopes, tratava-se

tão-somente de uma "outra parte" da sua "função de higienista social" não menos importante e até mais vasta:

"A outra parte, porém, meus senhores, não é menos importante e é muito mais vasta ainda: é a da hygiene mental constructiva, que deve realizar um amplo programa orthofrenico no seio da sociedade, e que de um lado também previne a perturbação cerebral quando seus preceitos sejam seguidos pelos predispostos, de outro lado, promove a eficiencia e aumenta o bem estar, quando os seus dictames sejam cumpridos pelos normaes de mentalidade."
(41)

Como recurso de legitimação dos princípios da hygiene mental os psiquiatras procuravam mostrar que tal idéia, a rigor, não era coisa nova. Antes, fazia parte há muito do patrimônio intelectual/moral da humanidade. Assim, era possível observá-la "desde a antiguidade, na Índia e entre os hebreus" que já apresentavam "regras e indicações precisas sobre a hygiene do espírito e sobre a hygiene do corpo". Mesmo o cristianismo com a "estigmatização do mal do 'peccado' englobou o que é prejudicial ao indivíduo e à sociedade" (42). Além do mais, indagava outro psiquiatra, não havia "todo um grupo de homens de vida simples e de vocação não contrariada" como "burgueses prosperos, burocratas mesurados, operários morigerados e desambiciosos, mães de família entregues à lides do lar doméstico" que se podia afirmar seguirem "intuitivamente uma correcta hygiene mental?"(43) Não obstante, esses são casos fundados na pura empiria. É preciso avançar em direção a "hygiene Mental organizada".

O primeiro passo dado nessa direção, pois, foi a organização de um ambulatório, chamado Rivadavia Correa, sede do futuro "Instituto de Prophylaxia de Doenças Nervosas e Mentaes" do país" (44). Anexo à Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, foi fundado em 1919, por iniciativa de Gustavo Riedel, diretor da Colônia, embora sua inauguração oficial tenha se dado apenas em 1920. Inicialmente contava apenas com pavilhões reservados ao atendimento de especialidades médicas diversas (clínica, médica, pediátrica, oftalmológica, otorrinolaringológica, ginecológica, além de um departamento de sífilis), onde, ao mesmo tempo, as pessoas eram aconselhadas (e observadas) sobre os meios de prevenção da doença mental. Logo depois ao ambulatório se agregaram outros serviços como o "Consultório Central de Doenças Nervosas e Mentais" - que na verdade apenas organizava melhor o antigo trabalho de atendimento e aconselhamento preventivo da doença mental; um dispensário de neuro-sífilis estabelecido pela Fundação Gaffré-Guinle; e um pavilhão chamado Epitácio Pessoa, criado em 1924, para "hospitalização livre" isto é, sem caráter de internamento e com o mínimo de formalidade para o ingresso. Havia também um "Serviço Social" constituído por um médico visitador e monitoras de higiene mental, que eram as enfermeiras da "Escola Alfredo Pinto" existente na própria Colônia, cuja função era acompanhar os doentes que podiam ser tratados em casa, fazer sindicâncias sobre as condições sociais em que vivia esse doente (conferir se ele podia ser tratado sem

hospitalização) e difundir as "noções mais practicas de hygiene mental e eugenética entre as pessoas das famílias dos doentes" (45). Além disso, organizara-se ainda um laboratório de "Psicologia Aplicada", área de conhecimento do psiquismo que cada vez mais crescia de importância no contexto dos programas de higiene mental.

A justificativa para a organização de Consultórios de especialidade médicas era explicitamente definida como estratégica, ou seja, tinha por objetivo que "doentes de todo o gênero para lá se dirigissem" já que é "por seu intermédio que o Consultório Central de Doenças Nervosas e Mentais recebe os que precisam ser observados, tratados ou internados" (46). É o que sugere também de forma clara Ernani Lopes, em conferência pronunciada na Faculdade de Medicina de Porto Alegre em 1925, quando afirmava que o

"Instituto de Prophylaxia do Engenho de Dentro (...) satisfazia a triplíce finalidade de realizar a prevenção das doenças mentaes pelos methodos modernos, pôr em pratica os mais úteis objectivos eugenéticos e, como pretexto, prestar ótima assistência médica a grade parte da população pobre do subúrbio do Rio de Janeiro." (47)

Apenas isso, segundo Lopes, explicava o fato "inédito na história da psiquiatria" de se inaugurar um "serviço de prophylaxia da loucura, com todas as suas seções transbordando de clientes, isto é, ao pé da letra: de candidatos ao extravio da razão." (48)

Nessa fala de Lopes, alguns elementos importantes aparecem. Primeiro, a referência a "população pobre do subúrbio", local onde foi instalado o "Instituto de

Prophylaxia", esclarece o sentido da ação psiquiátrica que se voltava principalmente para os contingentes trabalhadores e pobres da população. Se a degeneração era um risco previsto em todos os cantos dessa sociedade - existindo inclusive a figura do "degenerado superior" avesso à disciplinarização e que brotava do interior das próprias classes dirigentes - certos contextos sociais marcados pela miséria e, segundo os psiquiatras, amoralidade, evidentemente fomentavam o seu aparecimento. Portanto, é sobretudo aí que a medicina mental devia oferecer o melhor do seu combate. Isso fica claro já no discurso de inauguração do ambulatório quando Riedel aponta o seu,

"objectivo mais prático para a divulgação das noções eugenicás, porque aproveita a oportunidade da consulta e da medicação gratuitas aos necessitados, na maioria analphabetos, para mostrar-lhes o quadro mórbido das doenças capazes de o atirarem a si e a sua descendência à invalidez da loucura.

É pois, altamente social o alcance desses ambulatórios porque se o apuro da civilização como afirma Rubião Meira (...) é um dos factores mais poderosos da degeneração das raças, corroendo a energia mental de innumera gente que vai ter aos hospícios com as intoxicações que ella acarreta, a muralha da resistência está na educação hygienica, systematica, do povo e diffusão dos principios eugenicós." (49)

O segundo aspecto a ressaltar, e isso pode ser observado tanto no discurso de Lopes quanto no de Riedel, é a presença frequente do objetivo eugênico. Com efeito, nessa sua nova tarefa preventiva a psiquiatria higiênica não pretendia estar só. Acoplado à sua ação regeneradora ela convocará à colaboração os princípios saneadores de uma nova "ciência"

chamada eugenia ou "eugenética", que nos anos 20 e 30 cada vez mais encontrará abrigo no cerne mesmo das formulações e da prática psiquiátrica. Juntas (higiene mental e eugenia), seria possível, diziam os psiquiatras, prever o nascimento de um novo tipo de homem, sadio, vigoroso, acima de qualquer suspeita, digo tara ou degenerescência. Se o "paraíso bíblico o homem destruiu" com "a eugenia o homem criará o paraíso terrestre" é o que promete Riedel no mesmo discurso de inauguração, repetindo fórmula de Renato Kehl, "papa" do eugenismo brasileiro do período, apenas para continuarmos fazendo uso de representações religiosas.

Constuma-se admitir que a eugenia teve sua primeira formulação pela pena do inglês Francis Galton, na segunda metade do século XIX. Estudioso da hereditariedade impregnado das idéias de Darwin, aliás seu primo, a concebeu enquanto "ciência do melhoramento do patrimônio hereditário", que se preocupava "em dar, numa certa medida, às linhagens mais adaptadas ou mais bem dotadas mais oportunidade em relação aquelas que o são menos" (50). Isso porque era corrente na Europa temores obsessivos a respeito do "suicídio da raça" ou "degenerescência da raça", decorrência do pressuposto de que os indivíduos das ditas "raças superiores", se abstendo deliberadamente de procriar, apresentavam uma taxa de reprodução muito baixa. Esse quadro se agravava ainda mais devido ao fato de que com o progresso da civilização, apanágio das nações cultas e adiantadas, protegia-se cada vez mais, por humanitarismo e sensibilidade

social ("filantropia contra-seletiva") os doentes físicos e mentais, além daquela espécie de degenerado tipicamente moral, que de outra forma deveriam desaparecer - leia-se seleção natural - rebaixando assim o nível geral da espécie (51).

No caso brasileiro os primeiros esforços sistemáticos de eugenia ocorreram em 1918, com a fundação da "Sociedade Eugênica de São Paulo" por iniciativa de Renato Kehl e que reunia a maioria da elite médica da cidade de São Paulo. Contava com 140 membros, sendo presidente Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo. Embora tenha recebido uma recepção bastante favorável, tanto nos meios médicos como na imprensa, a Sociedade Eugênica teve vida efêmera, não conseguindo sobreviver à morte de seu presidente e à ida de Renato Kehl, seu maior entusiasta, para o Rio de Janeiro em 1919 (52). Todavia sua chama permaneceu acesa através de vários autores, destacadamente médicos, que se deixaram seduzir pela idéia de uma ciência que anunciava medidas decisivas para o grave problema da composição racial do brasileiro. E certamente um dos lugares onde a eugenia recebeu uma ótima recepção foi nos meios psiquiátricos nacionais. De fato, impregnados de um biologismo teórico, até certo ponto fatalista, que os levava a identificar, pela contaminação hereditária, novos degenerados a cada esquina, os psiquiatras se mostravam fascinados pelas possibilidades reparadoras da Eugenia:

"Dahi a aspiração ambicionada pela Eugenia, a verdadeira religião da humanidade, de uma

perfectibilidade maior para a espécie humana na dupla visada física e mental.

Apurando as qualidades da raça, evitando a reprodução dos defeituosos nocivos à espécie pela transmissão de taras aos descendentes e prevenindo os factores de degeneração humana pelo combate ao alcoolismo, syphilis, tuberculose etc..., a Eugenia paira hoje acima de devaneios biológicos. Exprime uma sciencia natural e materia subsidiária da política e da sociologia." (53)

Por isso, desde 1919 pretendem criar um "Centro Eugenético" na Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, associação científica mais antiga e importante da medicina mental brasileira (54).

Por isso também ao criar o ambulatório Rivadavia - "em zona onde o pauperismo é um facto vivendo as classes desfavoráveis a mercê do acaso" - Riedel afirmava claramente que o seu objetivo era transformá-lo em um "Instituto Eugênico destinado como é a prophylaxia das doenças mentaes e nervosas" (55). É possível reconhecer essa intenção inclusive através de uma das tarefas destinadas ao ambulatório, qual seja a de tentar elaborar - por intermédio de um inquérito médico realizado com todos os consultantes das diversas clínicas, na qual apenas se suspepitasse a degeneração - uma caracterização do "typo de degenerado mental" com o fim de propor "ulteriormente uma ficha nacional tanto da normalidade como da estigmatização dos estados degenerativos". Trabalho importante dizia o psiquiatra, pois visava o estabelecimento de uma estratégia de prevenção da doença mental mas fundamentalmente do maior alcance, "para a defeza da raça" brasileira na busca do seu tipo idealizado, e/ou eugenizado (56).

Além disso, outro objetivo sempre citado do Instituto era o de divulgar os princípios de Eugenia e Higiene Mental junto à "ellite intelectual e diretamente às camadas populares, à população pobre propriamente dita" (57) sendo que, no segundo caso, como muitas vezes tratavam-se de analfabetos, a propaganda devia ser "exercida pela distribuição de folhetos contendo conselhos praticos e gravuras expressivas dos mais frisantes efeitos da degeneração" (58). E mais: afirmando cabalmente a intenção eugênica do ambulatório, era previsto no seu regulamento que esses folhetos fossem "distribuidos nas pretorias aos individuos que se habilitam a casar e aos que registram o nascimento de filhos." (59)

Entretanto, apesar dos constantes elogios superlativos das virtudes do ambulatório - "alcance altamente social", "grandioso papel educador" - e do seu reconhecimento como "verdadeiro caminho indicado a therapeutica psiquiatrica do futuro" (60), parece que este ainda era insuficiente enquanto forma mais apropriada para a divulgação e implantação dos programas de eugenia e de higiene mental. Por isso, em 1923, os psiquiatras resolvem fundar uma instituição exclusivamente dedicada a propagação desses temas, chamada Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), que significará, então, o ápice da penetração, no domínio da ação psiquiátrica, dos ideais de eugenia e do saneamento preventivo da população.

NOTAS

1. O "tratamento moral" e o "isolamento terapêutico" eram princípios básicos e complementares da tecnologia psiquiátrica da primeira metade do século XIX. O primeiro supunha uma ampla pedagogia normalizadora (com horários fixos, rotinas bem definidas, divertimentos regulares etc...) de forma que o paciente se visse envolto, por toda parte, numa ordem metódica que moldasse sua existência. Disciplina, docilidade e obediência eram, pois, os parâmetros de restituição de um fundo de ordem - portanto de normalidade - no paciente, condição de possibilidade de supressão do delírio, esse excesso de subjetividade que nada mais era, diziam os alienistas, do que a tradução de uma falta. Nessa percepção, a obrigatoriedade da submissão à autoridade do médico era absoluta, posto que necessidade terapêutica. Aqui, o asilo também se torna imprescindível à obtenção de uma vitória médica sobre a loucura, dadas às suas condições supostamente favoráveis à implantação de uma "tecnologia da ordem com todo rigor e energia. Por isso, "isolamento terapêutico" no asilo e "tratamento moral" se complementavam. Ver: CASTEL, Robert. *A Ordem Psiquiátrica: A Idade de Ouro do Alienismo*, Graal, RJ, 1978, pp. 114-118.
2. Apud: , Editora Perspectiva, SP, 2ª ed., 1987, pp. 366-377.
3. Apud: CASTEL, Robert. *op.cit*, p. 263
4. FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*, Editora Perspectiva, SP, 2ª ed., 1987, pp. 366-377.
5. Ver: HARRIS, Ruth. *op.cit*, p. 82 e p. 91 (nota nº130).
6. Id. *Ibid.*, p. 59. Ver também: CASTEL, Robert. *op.cit*, p. 263
7. Apud: HARRIS, Ruth. *op.cit*, p. 61.
8. Id. *Ibid*, p. 61; DARMON, Pierre. *Médicos e Assassinos na Belle Époque*, SP, Paz e Terra, 1992, p. 41.
9. Id. *Ibid*, p. 42.
10. HARRIS, Ruth. *op.cit*, pp. 62-63.
11. Id. *Ibid*, p. 63.
12. Apud: CASTEL, Robert. *op.cit*, pp. 262-263

13. CARRARA, Sergio, Crime e Loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século, RJ, UERJ/Museu Nacional, pp. 100-128; DARMON, Pierre. op.cit, pp. 130-131.
14. Id. Ibid, p. 131; HARRIS, Ruth, op.cit. pp. 73-75.
15. Apud: Id. Ibid, p. 74
16. Sobre a monomania ver: HARRIS, Ruth. op.cit, p. 66; DARMON, Pierre, op.cit, pp. 122-130; CASTEL, Robert, op.cit, p. 162-176.
17. Sobre o debate com os juristas ver os mesmos autores acima.
18. CASTEL, Robert. op.cit, p. 114.
19. CUNHA, Maria Clementina Pereira. O Espelho do Mundo - Juquery, a história de um asilo, RJ, Paz e Terra, 1986, p. 25.
20. Sobre a representação das cidades como lugares de ameaça e perigo ver: BRESCIANI, M. Stella Martins. "Metrópolis: as faces do monstro urbano (as cidades do século XIX), In: Cultura e Cidades, Revista Brasileira de História, nº 8-9, SP, ANPUH/Marco Zero, 1984/1985.
21. Ver: MACHADO, Roberto e outros. Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da psiquiatria no Brasil, Graal, RJ, 1978; CUNHA, Maria Clementina Pereira, op.cit.; BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos, um Haussmann Tropical, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, RJ, 1990.
22. Conforme mostra Maria Clementina Cunha, em boa medida aqueles que serão depois vistos como loucos perigosos, no século XIX muitas vezes eram identificados a tipos pitorescos de rua, "aceitos com tolerância, protegidos espontaneamente (...) objeto às vezes de forte apreço popular, motivo de riso frequentemente, mas não necessariamente de medo e inquietação". Ver: CUNHA, M. Clementina. Cidadelas da Ordem - A doença mental na República, SP, Brasiliense, 1990, pp. 7-14.
23. Id. Espelho do Mundo, RJ, Paz e Terra, 1986, p. 41.
24. MACHADO, Roberto e outros. op.cit. p. 486, bem como toda 2ª parte do livro que trata dos momentos inaugurais do conhecimento psiquiátrico no Rio de Janeiro (pp. 375-492). Para o caso de São Paulo vide CUNHA, M. Clementina, op.cit, pp. 21-54.
25. Id. Ibid.

26. Apud: Id. Ibid, pp. 52-53
27. Apud: Id. Ibid, p. 51.
28. Id. Ibid, p. 54.
29. Id. Ibid, p. 68.
30. Apud: CASTEL, Robert. op.cit, p. 18.
31. CUNHA, Maria Clementina, op.cit, pp. 87-103.
32. FONTENELLE, J. P. "Hygiene Mental e Educação". In: ABHM, ano I, nº01, março de 1925, p. 02.
33. Apud. CUNHA LOPES, Ignácio. "Aspectos da Higiene Mental no Brasil". In: Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria, ano XXIII, nº 1 e 2, janeiro-abril de 1940, pp. 4-5.
34. Expressão empregada por Gustavo Riedel no seu relatório à Assistência a Alienados referente ao ano de 1923.
35. "Assistência a Alienados". In: Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Imprensa Nacional, 1924, p. 98.
36. "Assistência a Alienados". In: Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Imprensa Nacional, 1922, pp. 125-126.
37. ABHM, ano I, nº01, março de 1925 (página de apresentação).
38. "Trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental", In: ABHM, ano I, nº02, dez. de 1925, pp. 155-156.
39. "Assistência a Alienados". In: Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Imprensa Nacional, 1924, p. 97.
40. Id. Ibid, p. 99. Curiosamente essa sentença e a anterior remetem ao mesmo psiquiatra, Plínio Olinto.
41. "Noticiário", In: ABHM, ano I, nº 02, dez. de 1925.
42. RIEDEL, Gustavo., "Na phase de hygiene mental". In: Arquivos Brasileiros de Medicina, março de 1931, p. 133.
43. "Trabalhos da Liga..." In: ABHM, ano I, nº 02, dez. de 1925. p. 154.
44. "A Inauguração do Ambulatório Rivadávia Correa", In: Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria, ano

- II, 1920, pp. 188-195. Ver também "Trabalhos da Liga..."
In: ABHM, ano I, nº 02, dez. de 1925. p. 256-258.
45. Id.
46. "Assistência a Alienados". In: Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Imprensa Nacional, 1922, p. 98.
47. "Trabalhos da Liga..." In: ABHM, ano I, nº 02, dez. de 1925, p. 156.
48. "Gustavo Riedel, o Grande Realizador" In: ABHM, ano VII, nº02, abril-junho de 1934, pp. 88-89. Seguindo informam os psiquiatras, em 1921 foram lá se consultar 69.000 pessoas, sendo que para o consultório de doenças nervosas acorreram 173 deste total. Em 1922, 82.826 pessoas com 7.352 matriculadas e em 1923, 112.552. Ver: "Assistência a Alienados". In: Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Imprensa Nacional, 1922, 1923, 1924.
49. "A Inauguração do Ambulatório Rivadávia Correa" In: Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria, ano II, 1920, p. 192.
50. DARMON, Pierre. op.cit, p. 195.
51. ROLL-HANSENS, Nils. "The progress of eugenics: growth of knowledge and change in ideology". In: History of Science, vol. 26, nº73, september 1988, p. 301.
52. STEPAN, Nancy. "Eugenesia genética y salud pública: El movimiento eugenésico brasileiro y mundial", In: Quipu. Revista Latinoamericana de História de las Ciências y la Tecnología, vol. 2, nº 03, México, set/dez. 1985, pp. 356-357. Kehl assim se pronunciara sobre o fim da Sociedade Eugênica de São Paulo: "Meus Senhores (...) a associação eugênica que tive a honra de fundar sob os auspícios de Arnaldo Vieira de Carvalho depois da morte deste illustre patricio cahiu em estado de latencia, para não dizer que morreu (...) Ninguém quiz arcar com os encargos de a manter em actividade." Apud: MARQUES, Vera Regina Brandão. Eugenia da Disciplina: o discurso médico-pedagógico dos anos 20, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Campinas, Unicamp, 1982, pp. 39-40.
53. RIEDEL, Gustavo. Os factores dysgenisantes do habitat brasileiro en synthese, memória apresentada ao VI Congresso Latino Americano de Havana, RJ, Typ. do Jornal do Commercio, de Rogrigues e C., 1922, p. 04.

54. "Acta da 15ª Sessão Ordinária realizada em 11 de setembro de 1919" In: Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria, ano I, 4º trimestre, 1919, p. 432.
55. "Inauguração do Ambulatório..." In: Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria, ano II, 1920, p. 191.
56. RIEDEL, Gustavo. op.cit. pp. 19-20.
57. Id. Ibid. p. 20.
58. "Trabalhos da Liga..." In: ABHM, ano I, nº02, dez. de 1925, p. 157.
59. Id. pp. 157-158.
60. RIEDEL, Gustavo. op.cit. p. 20.

CAPÍTULO 2

HIGIENE MENTAL E EUGENIA: O CASO LBHM

A Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) foi fundada em janeiro de 1923, por iniciativa de Gustavo Riedel, após seu retorno como representante brasileiro de um Congresso Médico Latino-Americano realizado em Havana, em 1922 (01). Logo no mesmo ano, por força do decreto 4778 de Dezembro de 1923, é reconhecida como de utilidade pública, passando a receber uma subvenção federal para o desempenho de suas atividades (02). Entidade que reunia a elite da psiquiatria nacional, dela faziam parte também diversos médicos, educadores, juristas, intelectuais em geral, e mesmo alguns empresários e políticos brasileiros (03). Procurava divulgar seus postulados através de uma variedade de meios, ou seja, artigos na imprensa, folhetos de propaganda, palestras, pronunciamentos radiofônicos e também pela veiculação de uma revista própria chamada "Archivos Brasileiros de Higiene Mental", que começou a circular em 1925 (04).

Além disso, pretendiam oferecer diversos serviços à população, efetivando assim uma intervenção propriamente prática dos princípios que professavam. De fato, durante os anos de sua existência, a LBHM montou laboratórios de psicologia aplicada, ambulatórios de psiquiatria, consultório gratuito de psicanálise, aplicou testes

psicológicos em escolas públicas e em fábricas, organizou diversas semanas anti-alcóolicas, montou uma "Clínica de Eufrenia" infantil, além de estabelecer contratos de assistência psiquiátrica com a prefeitura (05).

Os objetivos da instituição, conforme expresso nos seus estatutos de fundação, seriam os seguintes:

a) prevenção das doenças mentais pela observação dos princípios de higiene geral e especial do sistema nervoso; b) proteção e amparo no meio social dos egressos dos manicômios e aos doentes mentais passíveis de internação; c) melhoria progressiva dos meios de assistir e tratar os doentes nervosos e mentais em asilos públicos, particulares ou fora deles; d) realização de um programa de Higiene Mental e Eugenia no domínio das atividades individual, escolar, profissional e social (06).

O que se observa aí é uma nítida conjugação de objetivos, ligados tanto à busca de melhoria exclusiva da assistência psiquiátrica aos doentes "nervosos e mentaes", dentro e fora do asilo, quanto de atenção à higiene mental propriamente dita, definitivamente alinhada a um tipo de intervenção de caráter médico-social, com indicações preventivas e eugênicas e cujo raio de ação amplo pretendia atingir, como se leu, as "atividades individual, escolar, profissional e social". Nesse caso, nenhuma estranheza: o estatuto apenas expressava aquilo que era compreendido como fazendo parte de um programa completo de higiene mental, acompanhando assim as diretrizes definidas no Congresso

Médico Latino-Americano de Havana, congresso no qual Riedel retornaria disposto a fundar uma "instituição de medicina social" e que, em verdade, aprofundava aquilo que o psiquiatra havia iniciado com o Instituto de Profilaxia Mental do Engenho de Dentro:

"Pour la vulgarisation des notions indispensables d'hygiène mentale dans notre Pays, pour démontrer comment la prophylaxie des maladies mentales intervient dans la réaction sociale contre les réactions psychopathiques, en contribuant dans le domaine économique à une meilleure adaptation de l'individu au travail; comment elle complète les programmes d'éducation à l'école, dans la famille, et pour l'humanité, par l'amélioration du psychisme...celui qui écrit ces lignes a promu la constitution du Comité Latino-Américain d'Hygiène mentale, au Congrès de la Havane (Cuba), réuni l'année dernière en novembre. Il a organisé chez nous la Ligue d'Hygiène mentale..."(07).

O aparecimento da Liga nesse período não é um fenômeno isolado. Ele se dá numa conjuntura política de reavivamento do nacionalismo verificado no âmbito da 1ª Guerra Mundial. De fato, com o crescimento dos chamados setores médios urbanos impulsionado pelo avanço industrial observado no decorrer da 1ª guerra, diversos movimentos nacionalistas emergem na cena nacional apoiados num programa agressivo e militante de combate aos males do país. Assim é que, Liga de Defesa Nacional (1916), Liga Nacionalista de São Paulo (1917), Propaganda Nativista (1919), Ação Social Nacionalista (1920), além dos periódicos Gil Blas, Braziléia, Revista do Brasil, surgem nesse contexto de busca de uma solução original e autônoma aos diversos problemas que atingem a Nação brasileira (08). E certamente não é à

toa que na relação de membros da LBHM a Liga de Defesa Nacional apareça como associação benemérita e o fundador da Ação Social Nacionalista, Conde Afonso Celso, tenha sido escolhido como um dos presidentes de honra da instituição (09).

O meio intelectual médico, particularmente na sua vertente sanitária, não se fará ausente desse debate. De forma especial a partir de 1916, com a publicação do relatório da expedição médico-científica de Arthur Neiva e Belisário Pena - sanitaristas que viajando o sertão brasileiro denunciam a condição doente do brasileiro do interior, vítima de todo tipo de males - que os setores médicos brasileiros se mobilizam em torno de medidas que exigiam a intervenção do Estado visando solucionar a precária situação da saúde pública no Brasil, condição de possibilidade, na ótica desses médicos, de construção da Nação (10). Como consequência disso é fundada em 1918 a "Liga Pró-Saneamento", movimento caracteristicamente nacionalista que tinha por objetivo fazer a propaganda das idéias de saneamento, particularmente o dos "sertões", denunciando a grave situação de saúde das populações rurais. Congregava número expressivo de intelectuais, na sua grande maioria médicos, muitos dos quais depois viriam a fazer parte da LBHM, como Juliano Moreira, Renato Kehl, Antonio Austregesilo, Afrânio Peixoto, Maurício de Lacerda, J.P. Fontenelle e outros (11).

A pressão exercida por esse movimento foi responsável, em grande medida, pela criação em 1920 do Departamento Nacional de Saúde Pública, entidade de âmbito nacional cuja existência assinala, conforme aponta Nilson Costa, "mudanças importantes na prática estatal no campo da saúde coletiva", significando um momento de "ampliação da iniciativa pública sobre os problemas sanitários" (12). Em verdade, havia uma profunda ligação entre essa demanda de centralização estatal e uma dada visão racional-cientificista que impregnara às elites médicas brasileiras, cada vez mais convencidas do seu papel central enquanto profissionais/técnicos dotados dos conhecimentos científicos indispensáveis à superação do atraso brasileiro, cuja situação extremamente crítica da saúde pública do país - expressa na frase de Miguel Pereira "O Brasil é um enorme hospital" - era o principal obstáculo a ser vencido. O comentário do sanitarista Belisario Pena, criador da Liga Pró-Saneamento e um dos ocupantes das agências federais de saúde criadas ao fim da década de 10, ilustra bem esse estado de espírito:

"O saneamento é a base incontável do vigor físico, da melhoria da raça, da produção, da alegria, da riqueza e do progresso" (13).

Por certo que tal prescrição otimista de Pena acerca do saneamento contagiara também os psiquiatras, particularmente Riedel. É por isso que logo no começo de sua memória apresentada no citado Congresso de Havana de 1922 afirmava:

"Os factores pathologicos que concorrem para a corrupção da nossa raça, reunidos aos elementos de ordem social, são sufficientes para assegurar que, com a energia vibrante dos

dirigentes da Nação, será possível impedir-se a degeneração do nosso povo.

No momento actual da evolução brasileira, realmente nenhum programa mais infiltrado na consciência nacional que o desfraldado pelo Governo actual, que compreendeu de um surto a necessidade de desdobrar com energia o problema vital, essencial á prosperidade e aos interesses do Paiz - Saneamento-Eugenia" (14).

E em relatório de 1923 confirma tal impressão:

"É que sou convencido das nossas possibilidades...e a consciência da Nação proclama que a questão saneamento-eugenia é uma aspiração da população brasileira e por isso com ella me identifiquei na esphera da prophylaxia Mental" (15).

Importante observar que, para Riedel, em pé de igualdade com o discurso valorizador do saneamento aparece sempre a eugenia, antiga paixão sua, entendida como a "verdadeira religião da humanidade (...) pois que exprime aperfeiçoamento moral, physico e mental da espécie humana" (16).

Aliás disso, é preciso lembrar que a Sociedade Eugênica de São Paulo, já mencionada no capítulo anterior, surge também nesse contexto influenciada pelos mesmos ideais de regeneração nacional, sendo, igualmente, uma instituição composta quase que só por médicos. Como mostra Nancy Stepan, o movimento eugênico brasileiro desse período era claramente congruente com as teses higienistas ligadas ao tema do saneamento. Por isso a fórmula "sanear é eugenizar" era insistentemente repetida pelos eugenistas nacionais, o que pode ser atestado inclusive pelo próprio discurso de Riedel. (17)

Em 1923, mesmo ano da fundação da LBHM, surge na cena nacional outra instituição civil - à semelhança da Liga Pró-Saneamento e da Sociedade Eugênica - com objetivos de saúde pública, chamada Sociedade Brasileira de Higiene. Criada em janeiro de 1923 reunia, segundo Madel Luz, os "expoentes da higiene e Saúde pública no Brasil" geralmente "funcionários públicos que exerciam funções de comando nos diversos cargos e instituições (...) em vários estados da federação", bem como no Departamento Nacional de Saúde (18). Responsável pela realização frequente de Congressos Nacionais de Higiene, inclui, já no de 1924, o segundo que realiza, a "hygiene mental como um dos temas officiaes", por proposta do psiquiatra Faustino Esposel na "última sessão ordinária do Congresso transacto de 1923" (19). Diversas contribuições tratando do tema, então, são apresentadas no referido Congresso, revelando, segundo os psiquiatras, a confirmação de que o "interesse pela hygiene mental no Brasil já não se limita ao círculo dos especialistas em neurologia e alienística" (20). As próprias conclusões do relator oficial do tema, o médico Plácido Barbosa, foram consideradas um êxito da representação da Liga "naquelle certamen scientifico" posto que consagravam diversas medidas constantes do programa da instituição (21).

E mais: a comunicação do médico J.P.Fontenelle, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Higiene e colaborador da Liga, colocava definitivamente a instituição em foco,

responsabilizando-a por levar à frente todo o programa referente ao tópico da higiene mental no país:

"A Liga Brasileira de Higiene Mental deve caber a centralização e coordenação de todos os esforços, ficando encarregada de agitar permanentemente o problema, por todo o país, e propagando os meios tendentes a resolvê-lo.

O Departamento Nacional de Saúde pública e as repartições sanitárias estaduais e municipais não precisam, nem devem, por ora organizar secções especiais de higiene mental, mas apoiar a acção da Liga e cooperar nas medidas que directamente estão dentro do programa que já executam ou que lhes incumbe ineludivelmente executar" (22).

Portanto, é nesse contexto de grande mobilização social e política que os psiquiatras brasileiros fundam a LBHM, instituição especificamente voltada para a defesa da saúde psíquica, "individual e colectiva", convencidos da importância de sua contribuição na ampla tarefa de regeneração nacional a que se haviam lançado os setores médicos brasileiros, finalmente livres, como afirmava Riedel, da "influência tutelar dos centros científicos do velho mundo na apreciação dos nossos males" (23).

Assim, é imbuido desse espírito de missão, nacionalista e regeneracionista, que a LBHM vai definindo seu campo de acção, elegendo, pois, certos temas, como prioritários na tarefa de "garantir a defesa da mentalidade da raça": combate ao alcoolismo e aos "vícios sociais"; imigração; seleção e orientação profissional; controle dos casamentos (para prevenir as uniões indesejáveis, bem como incentivar as eugenicamente desejáveis); esterilização compulsória dos

ditos degenerados; atenção à infância para um desenvolvimento mental sadio e eugênico.

Em verdade, todos esses temas derivam daquele que é a obsessão maior dos psiquiatras e médicos brasileiros (como de resto de toda a intelectualidade) do período. Refiro-me ao tema do "melhoramento da raça brasileira", visto como fundamental para o propósito de transformar o Brasil, de fato, numa Nação, e que encontrava sua condição de possibilidade na execução dos programas eugênicos e higienistas.

Com efeito, para a elite intelectual do período era preciso organizar a nacionalidade brasileira a partir de uma perspectiva que rompesse com os antigos "racismos científicos", que condenavam o futuro do Brasil, acusando-o de possuir uma raça degenerada, biologicamente comprometida pela mistura do elemento branco com o negro e o índio. Conforme sublinha Antônio Cândido, a adoção integral dessas teorias estrangeiras vinha colocando o intelectual brasileiro numa "posição existencial dramática". Isso porque, "num contexto dominado pela obsessão biológica do século perguntava ansiosamente a quantas ficaria, ele, fruto de um povo misturado, marcado pelo medo da alegada inferioridade racial, que no entanto aceitava como postulado científico" (24).

Assim, era preciso romper com essa visão negativa colocando em seu lugar propostas de exaltação de uma singularidade racial brasileira, própria dos trópicos. Nesse

caso, à miscigenação cabia transformar em fator de positivação da identidade nacional, e para tal, operando-se uma verdadeira metamorfose teórica, no sentido de tornar o brasileiro viável, do registro do clima/raça para o doença/educação. Assim, o grande problema do atraso do Brasil passa a ser sobretudo a situação de doença e analfabetismo de sua população, mal alimentada e ignorante. Monteiro Lobato e seu "Jeca Tatú" é o exemplo mais acabado dessa modificação. Influenciado pelo relatório Neiva-Pena, mencionado páginas atrás, Lobato transforma seu personagem que passa de "ignorante, letárgico, supersticioso que julgava inútil erguer uma casa decente, plantar ou armazenar a própria colheita" para, depois de tratado pelo médico, trabalhador que dá duro na roça, feliz e saudável numa verdadeira ressurreição (aliás o artigo da transformação chama-se a ressurreição de Jeca Tatu) (25).

Convém sublinhar, porém, que a metamorfose operada estava longe de ser radical. Embutida nessa perspectiva que de alguma forma procurava acertar as contas com a miscigenação, estava menos a certeza científica do que a convicção ideológica travestida de científica, de todo modo reconfortadora, de que a população brasileira embranquecia. Apenas a partir dessa convicção era possível reconhecer na mistura racial atributos positivos, deixando a miscigenação de ser "causa de la degeneracion en Brasil" para ser "mais bien causa de su regeneracion"(26).

Isso ocorreria, segundo os defensores da idéia, devido à boa seleção natural e social que tomaria para si a tarefa de fazer desaparecer a população negra pura e índia (pelo número de mortos elevados, taxa de reprodução baixa e miséria física e moral), bem como pela superioridade biológica dos brancos que em sucessivas gerações de cruzamentos com mestiços não degenerados (os degenerados eram caso perdido) favorecia pouco a pouco a criação de "mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência"(27).

É a conhecida tese racista do embranquecimento natural da população (tema que será discutido em profundidade no Capítulo 5) que ganha força no discurso da elite brasileira do período e particularmente nos meios médicos e psiquiátricos nacionais. Todavia, não tão natural assim! Com o escopo de afastar qualquer risco de incerteza nesse processo de branqueamento, a inteligência brasileira se socorrerá do conhecimento dito científico então em voga no mercado das idéias, que era a Eugenia. Eugenia essa que, segundo nos adverte Hannah Arendt, havia se originado do ventre mesmo da seleção natural aparecendo como promessa para se "vencer as incômodas incertezas da doutrina da sobrevivência, segundo a qual era tão impossível prever quem viria a ser o mais apto quanto proporcionar a uma nação os meios de desenvolver aptidão interna". Sendo assim, era preciso "transformar o processo de seleção natural, que

funcionava às ocultas do homem em instrumento racional conscientemente empregado" (28)

Particularmente no caso brasileiro a tarefa eugênica se tornava mais urgente e grave, face ao estigma da miscigenação, esse risco grudado, literalmente, a pele (e a alma) do brasileiro, que tanta insegurança causava aos destinos da Nação. Como afirmava Riedel a "mestiçagem representa um degrao da incorporação sociogênica e nunca um equilíbrio ethnico estável" provindo daí a inquieta consciência que temos de transitoriedade de nosso estado actual (29).

Assim foi num contexto de busca obstinada de constituição da autêntica nacionalidade, onde a questão racial aparecia como um elemento chave a ser equacionado, que os intelectuais brasileiros, sobretudo os médicos, aderiram à causa eugênica. Conforme aponta Nancy Stepan, "la eugenesia en Brasil debe verse como um subproduto del entusiasmo nacional generalizado, como la 'regeneracion' que recorrio a la 'intelligentsia' en el decenio de 1920, y para la ciencia misma como un signo de modernidad cultural. Una ciencia que se ocupaba del 'majoramiento de la raza' tenia un atrativo obvio para uma elite convencida del poder de la ciencia para crear 'orden y progreso' y molesta por la composicion racial de su pais. La eugenesia también agradó, como sucedió en otras partes, a una clase medica creciente, ansiosa de promoverse como expertas y especialistas de la vida social." (30)

Particularmente em relação aos que se dedicavam à especialidade psiquiátrica, a preocupação com o tema do melhoramento racial se agravava, tendo em vista a convicção que tinham de que a proporção das doenças mentais era mais alta entre as "estirpes inferiores", o que, de todo modo, não seria problema se o número de nascimentos entre as "camadas superiores" não estivesse em franco declínio em relação às aquelas. A prosseguir assim, nenhuma dúvida: estava traçado o caminho para o "abastardamento mental" da espécie humana (31).

Desde que se encontravam também convencidos da relação entre o aumento da loucura e as exigências da civilização moderna, a imagem aterradora de uma humanidade a caminho da degeneração povoa o imaginário político-social dos psiquiatras. Assim, diante deste quadro de iminente catástrofe, mais do que nunca se torna indispensável o recurso à eugenia, porquanto, dizia Riedel, seria ela também "nas doenças mentais (...) forçosamente um elemento indispensável a oppor-se a degeneração social" (32).

Em certa medida, essa imagem de um mundo atormentado pelo espectro da loucura, que os levava a identificar um novo desequilibrado potencial a cada esquina, era reforçada com o objetivo de exigir das autoridades políticas uma atenção maior aos destinos da saúde mental (o que não quer dizer que não pudessem estar convencidos dessa realidade). Argumentavam, nesse sentido - e esse era um discurso formulado pela psiquiatria higiênica mundial que a medicina

mental brasileira evidentemente reforçava - que as cidades modernas "estavam infinitamente melhor aparelhadas para nos por a salvo, por exemplo, da febre typhoide, da tuberculose, da syphilis, da peste, da immensa maioria das infecções", ao mesmo tempo que "tudo conspira contra a saúde mental dos seus habitantes" (33).

Essa perspectiva resultou, inclusive, em uma crítica, no mesmo Congresso de Higiene no qual os psiquiatras brasileiros tiveram reconhecidos os seus propósitos de Higiene Mental, vinda de um "higienista de nome" participante do evento:

"Estávamos em Bello Horizonte, no 2º Congresso Brasileiro de Hygiene, em 1924. A propósito de certa comunicação, o Dr. X., higienista de nome e homem de cultura pouco commum como humanista, dá um aparte em que allude, chocarreiramente, ao vezo dos alienistas de verem por toda parte loucos e diz que julga os nossos actuaes collegas de especialidade capazes de pedir o internamento de Napoleão, si tivessem sido seus contemporâneos" (34).

Todavia, essa crítica, segundo afirmam, foi prontamente rebatida "com grande felicidade", por Heitor Carrillo, revertendo a tal ponto a opinião daquele "collega de talento e cultura" que "entre os votos do Congresso, um, de sua autoria, pede que sejam creados novos ambulatórios de prophylaxia mental do typo do Ambulatório Rivadavia Corrêa, que normalmente funciona com um 'serviço aberto' para psychopatas" (35).

Entretanto, no contexto de fundação da LBHM, essa não foi a única crítica observada. Muito mais contundente e

ferina foi a pronunciada pelo psiquiatra positivista Jefferson de Lemos, dirigida diretamente a instituição, e cuja atualidade, nos moldes de uma denúncia moderna acerca da vocação expansionista e de poder da psiquiatria, embutida no aparentemente inocente princípio da prevenção, é surpreendente:

"Confessemos que o plano é engenhoso e que em matéria de organização pedantocrática é o que há de mais completo. Nem se precisará mesmo criar um novo 'Departamento da Saúde Mental' no qual ficaria subordinado, está visto, o da 'Saúde Pública', nem também se precisará transformá-lo em ministério. A Liga já se constitui por si mesma, como se costuma dizer, em Estado dentro de Estado. E Estado preponderante, de onde se poderá decretar a integridade ou desintegridade mental deste ou daquele, não escapando o Presidente da República, nem mesmo o Papa (...) Essa Liga assim constituída, sob um tal plano, não seria nada menos, do que uma tentativa de absorção, por um grupo limitado de cientistas de todos os poderes sociais, postos assim sob suas ordens' (36).

Ainda que o psiquiatra exagere um pouco nas tintas, adotando um tom um tanto panfletário, aliás característico de um certo positivismo ao qual o autor se filiava, e, anos depois tenha modificado seu ponto de vista (participa inclusive da "Campanha Pró-Higiene Mental" organizada pela Liga em 1934 para obter fundos), isso não invalida a precisão de sua crítica, no sentido de uma denúncia certa dos objetivos extra-territoriais de poder da psiquiatria, embutidos nessa sua perspectiva de esquadramento preventivo da loucura. Com efeito, nesse lugar o psiquiatra se arvora de bom grado em observador privilegiado de toda cena social, superfície ampla de emergência da loucura que

ele deve atacar, com seu olhar treinado e penetrante, em nome da felicidade do gênero humano. Veja-se, por exemplo, a definição de Riedel acerca do que era entendido como parte de um programa de higiene mental, não deixando dúvidas sobre o sentido das suas pretensões:

"A hygiene mental incluindo no seu programma todos os factores relacionados com o vasto campo de conducta humana abrangueu quasi por completo o organismo social, ou antes todas as manifestações da actividade humana. Quando o homem age, é a sua intelligência que trabalha, eis porque elle só pode agir com correcção e aproveitamento, quando é perfeito o seu modo de pensar. A hygiene mental neste alcance de concepção que dominou a psychiatria, como disse Genil Perrin, se tornou a base de toda a ethica" (37).

Ora, é cristalina uma certa pretensão totalizante da psiquiatria, em sua fase de higiene mental, responsável por "todas as manifestações da actividade humana", "base de toda ethica", decorrência do lugar de honra concedido ao psiquismo, sede da intelligência e do "perfeito modo de pensar", portanto, fonte por excelência de toda ação humana correta e aproveitável

A presença do nome do psiquiatra Genil-Perrin, sinaliza, em boa medida, a importância da inspiração francesa nos contornos iniciais do movimento de Higiene Mental brasileiro (38). De fato, além deste, o também francês Legrain e sobretudo E. Toulouse, são citados frequentemente como grandes apóstolos das novas diretrizes assumidas pela medicina mental:

"Il est juste de citer l'effort de Toulouse qui, bien avant l'impulsion des américains, avait compris la portée du problème de

l'application sociale de la psychologie et de la psychiatrie. Il fonda la Ligue de Prophylaxie et d'Hygiene mentales en 1920, avec l'appui de Genil Perrin, et surtout de Legrain, qui revient en France, conscient du succès des dispensaries américains.

Ce fut Toulouse que inspira les premières recherches sur la sélection des travailleurs et demanda, et y a plus de 20 ans, la création d'un laboratoire du Travail, qui fut ultérieurement réalisé au conservatoire des Arts et Métiers. (...) Les organisations du Dr. Legrain pour la prophylaxie anti-alcoolique étaient un vaste moyen de préservation mentale (...) Ce fut Toulouse encore qui obtint (...) la création d'un comité d'hygiene mentale, lequel se trouva dès sa constitution en face de problèmes de plus importants: prophylaxie de la folie, réforme de l'internement des aliénés, sélection de écoliers, choix des agents du service de sécurité, organisation de laboratoires et étude de méthodes d'exame.

Pour appuyer les efforts du comité, pour diffuser plus profondément dans les masses les notions nécessaires de l'hygiene mentale, Toulouse créa, en octobre 1920, la Ligue de Prophylaxie et d'hygiène mentales. Grâce à l'enthousiasme de Toulouse, de Genil Perrin et de Legrain, la France réalise aujourd'hui une oeuvre de construction, formidable pour la défense sociale" (39).

Por mais que se considere o fato do psiquiatra ter edulcorado a higiene mental francesa no seu discurso, já que se tratava de uma comunicação apresentada num Congresso realizado na França, isso não diminui a importância da influência dos psiquiatras deste país junto aos nacionais, particularmente junto a Riedel. Basta comparar o programa constante do edital da LBHM com a descrição de Riedel do que vinha se fazendo na França em termos de profilaxia e higiene mental, para se afastar qualquer dúvida a esse respeito. Ademais, no seu relatório de 1923 enviado à "Assistência a Alienados", ele confirma explicitamente esta influência,

reforçando ao mesmo tempo certa concepção "totalizante" do psiquismo na vida social:

"Toulouse, que dirige o Instituto de Prophylaxia Mental em Sant'Anna e cujo nome exprime a synthese do que se pretende realizar entre nós, já affirmara em 1921 na Liga Franceza de Hygiene Mental que é o psychismo dos indivíduos que forma a condição essencial de toda a actvidade social" (40).

Tendo por fundamento esta sentença de Toulouse acerca do psiquismo, Riedel dá prosseguimento à sua visão do problema:

"No que se refere ao rendimento de um indivíduo, elemento de prosperidade nacional - a integridade psychica é pois de primordial importância. Por isso mesmo devemos todos concentrar também esforços em prol da reconstituição permanente do nosso capital de energia psychica (...) Até então promovia-se a intervenção tão somente nas psychopathias declaradas. Hoje, em toda parte, desenvolve-se um grande movimento prophylatico para prevenir as molestias mentaes" (41).

Assim, de posse da constatação definitiva da importância do psiquismo na vida individual e social moderna e do cenário de inquietação no que tange ao futuro racial brasileiro, os psiquiatras atribuem a si, de bom grado, a tarefa obstinada, quase religiosa, de regenerar a nacionalidade, evitar a degeneração mental da população através da Higiene Mental e de medidas preventivas de caráter eugênico. Por isso, desde a fundação da LBHM, o conjunto eugenia-prevenção ocupa um espaço significativo nos seus programa de ação (o que de certa forma explica o papel destacado que Renato Kehl, que a bem dizer nunca foi propriamente um psiquiatra, teve durante a vida da instituição). Já no seu primeiro estatuto, como vimos, esses

temas aparecem claramente definidos em 2 de seus objetivos. Ademais, se acompanharmos atentamente as idéias de Riedel, primeiro presidente e fundador da Liga, desde que criara o "Instituto de Profilaxia do Engenho de Dentro" é inquestionável o reconhecimento de intenções preventivas e de caráter eugênico já nos primórdios da instituição.

Assim, movidos por esse ideal de aperfeiçoamento eugênico do homem brasileiro (leia-se purificação racial), é que todo um conjunto de propostas, ganha um sentido claramente articulado entre si, se tornando motivo de debates calorosos no seio da elite médico-psiquiátrica do período e particularmente no interior da LBHM: imigração selecionada; combate sem trégua ao alcoolismo (certamente a principal bandeira da liga); esterilização compulsória de "grandes degenerados" e criminosos; exame pré-nupcial; segregação por motivos eugênicos; higiene mental e eugenia infantil; seleção e orientação profissional com vistas à racionalização do trabalho.

É interessante observar como boa parte desse conjunto de propostas eugenizadoras da raça, tem por alvo a própria sexualidade desse homem. Conforme chama a atenção Foucault, o sexo foi objeto de intervenção privilegiada das novas tecnologias de controle político da medicina desde a segunda metade do século XIX. Por via do conjunto perversão-hereditariedade-degeneração, é toda uma política de responsabilidade biológica que é traçada, exigindo uma gestão correta e controlada do sexo e da fecundidade com o

objetivo de evitar o comprometimento patológico da espécie. Daí, segundo o autor, o "projeto médico, mas também político, de organizar uma gestão estatal dos casamentos, nascimentos e sobrevivências"(42). Nessa chave, o sexo como prazer vira risco e irresponsabilidade, ou como sugere o psiquiatra Porto-Carrero, abafamento do "sentido da espécie":

"O prazer, sentimento com que a natureza nos engoda para a procriação das gerações subsequentes, é utilizado como finalidade e não como meio. É o prazer pelo prazer, o que o homem busca. Pouco lhe importa que a progenie seja nula ou inferior." (43)

Sendo assim, o psiquiatra aponta uma série de medidas eugênicas necessárias à correção desse "mal", que ele mesmo define como "remédios sexuais e remédios sociais" (aliás título do artigo):

"O primeiro deles, pois que é urgente preparar as novas gerações, é o dever de procriar em saúde. Para esse fim, não basta o decantado exame prenupcial, que, a ter eficiência garantiria talvez o primeiro filho gerado no casamento, mas não asseguraria o estado higido dos filhos ilegítimos nem o dos filhos legais últimos. (...) O que vale fazer-se, antes de tudo, é a educação higiênica do povo, para que os casais se unam, perante a lei ou à sua revelia, sejam bons procriadores de prole sadia; o que vale fazer é facilitar a assistência aos que enfermem das grandes doenças transmissíveis por herança; e nesse particular, a assistência que se faz, no nosso país, aos sífilíticos, tuberculosos e leprosos apenas cumpre ser intensificada e alargada a outros perigos mórbidos sociais (sic), entre eles, ao alcoolismo derrancador da raça; o que vale fazer é a propaganda dos hábitos sãos de vida (...) Mas o Estado tem ainda outro dever: o da seleção dos reprodutores humanos, para que a raça não depereça. Para isso, a esterilização de certos reprodutores perigosos

para a estirpe já se faz em países adiantados..."(44)

Afinal de contas, como dizia Porto-Carrero em outro trabalho seu, para levar uma "nação à prosperidade (...) mais valem quatro ou cinco milhões de adultos normais ou superiores, capazes de dirigir uma massa selecionada de imigrantes."(45) Aqui, apenas uma mostra de como, para certos psiquiatras, a tarefa de construção da nação cruzava-se necessariamente com a exigência de uma decidida política eugênica voltada para a formação de "homens robustos e úteis á coletividade".

Os primeiros tempos de existência da Liga são relatados como de muitas dificuldades, ressentindo-se a instituição de uma acolhida mais decidida por parte dos governos: "os governos olham com sympathia a nossa actuação mas, apesar disso, não têm podido prestar-nos o auxílio que seria de desejar" (46). Em certos momentos a instituição além de ter sua subvenção federal cortada e a Municipal reduzida, esteve na iminência de ter suas atividades paralisadas em decorrência da perda de sua sede (47). Diversos trabalhos que vinham sendo realizados sofreram solução de continuidade como consequência desses contratempos. Com efeito, a instituição, em 1926, havia organizado um ambulatório de psiquiatria preventiva, cuja frequência, diziam, "augmentava dia a dia", com um programa amplo que de segunda-feira a sábado contemplava os seguintes temas:

"Segundas-feiras: a) prevenção dos accidentes nervosos da infancia. Conselhos ás mães e ás amas pelo Dr. Gustavo de Resende; b) Clínica de Toxicomanos. Conselhos as suas familias

pelo Dr. Cunha Lopes. Terças-feiras: Assistência prophylatica aos pequenos 'nervosos', pelo professor Mauricio de Madeiros. Quartas-feiras: Tratamento e prevenção das reações anti-sociais da infancia pelo Dr. Heitor Carilho. Quintas-feiras: Pesquisas genealogicas destinadas a orientar a hygiene Mental, pelo Dr. Floriano de Azevedo. Sextas-feiras: as mesmas consultas das segundas-feiras. Sabbados: Exames médicos periódicos, visando a conservação da saúde mental, pelo Dr. Murillo de Campos" (48).

Montara também, no segundo semestre desse mesmo ano, um consultório gratuito de psicanálise, dirigido pelo "eminente psycho-analysta brasileiro, Prof. J.P. Porto-Carrero" (49). Ainda no mesmo semestre, dera início a um laboratório de psicologia aplicada, trazendo para organizá-lo os psicólogos franceses, Sr. e Sra. Alfred Fessard, da Sorbone (50).

Porém com a transferência forçada da sede da Instituição para uma sala do Instituto de Surdos e Mudos, em 1927, e a perda da subvenção pecuniária federal, estes serviços todos, como adiantamos, tiveram de ser interrompidos. Conforme esclareceria Ernani Lopes, em seu relatório de 1929,

"como fazer funcionar ambulatórios para psicopatas, laboratórios de psicologia aplicada, consultórios de exames pré-nupciais, salas de leitura de obras modernas, serviços de visitadoras sociais etc... sem recursos pecuniários suficientes?" (51).

Entretanto, isso não significou uma paralisação completa das suas atividades, porquanto nesse período "fizeram-se funcionar alguns dos aparelhos mais indispensaveis e os tests mentaes foram largamente experimentados nas Escolas públicas por um grupo de professoras, sob a direção do Professor Ernani Lopes. Por outra parte activou-se a campanha contra o alcoolismo, realizando-se, em outubro de

1927 a primeira semana anti-alcoolica que teve repercussão em todo o paiz" (52).

Em 1928 organizam uma biblioteca de obras especializadas em "higiene Mental e ciencias affins", com sala de leitura pública, além de iniciarem uma série de conferências, 13 ao todo, sobre temas variados de higiene Mental (53).

Os imprevistos sofridos, ou, como diziam, esse quadro de "mil e uma difficuldades", era inconcebível do ponto de vista dos psiquiatras. Como tão importante obra regeneradora, aquela que se levada a cabo tornaria possível o "remoto ideal de uma humanidade feliz" não conseguia ser reconhecida e pelo contrário era até boicotada?

"E facto interessante e paradoxal - ao mesmo tempo que se nota esse pavor geral das doenças mentaes, observa-se igualmente uma opposição surda, mascarada, sub-repticia, que porfia em deter a marcha das grandes campanhas em favor da hygidez mental. Não se comprehende como se possa hostilizar e crear difficuldades justamente àquelles que se intregam ao combate desinteressados de um mal que a todos aterroriza. Não se comprehende mas a verdade é que existe essa má vontade, que precisa desaparecer" (54).

Em alguns momentos a febre psiquiatrizante dos integrantes da Liga vêm em socorro de suas próprias difficuldades. Procuram interpretar a indiferença dos governantes como uma espécie de teste psicológico que o governo os estava submetendo "visando medir-lhes a pertinácia e a aptidão para resistir à adversidade". Todavia, reconhecem com indisfarçada vaidade, "parece que estamos resistindo galhardamente ao test em apreço" (55).

A despeito das dificuldades, a expectativa dos psiquiatras nunca foi de completo desânimo. Apesar do governo de Washington Luiz, "logo nos albores de sua administração" ter cortado a subvenção federal da Liga e desalojado a instituição "em curto prazo" da sede que ocupava, ainda consideravam haver "motivos para algum optimismo". Isto porque, por iniciativa de "illustres edis cariocas" foi conseguida uma "melhoria do auxílio municipal". Além disso o prefeito empenhara-se pessoalmente em tentar obter o restabelecimento da subvenção federal. Sentiam-se confiantes também pela acolhida que diziam receber dos "cultos legisladores do Senado e da Camara Federaes". Ademais, o mesmo presidente da República que cortara a subvenção e retirara sua sede, havia concordado "em comissionar os (...) prezados consocios Drs. Gustavo Riedel e Plínio Olinto para representarem o Brasil no Primeiro Congresso Internacional de Higiene Mental em Washington" (56). Em vista disso tudo, concluem que o fato de não terem ainda as instalações que necessitavam não devia de modo algum inibir a atividade da instituição "nos vários domínios em que ella sempre poderá exercitar-se dentre os quaes sobressae o da propaganda educativa". E efetivamente é nisso que se resumem os trabalhos da Liga nesse período: campanhas educativas e de propaganda através de cursos, conferências, reproduzidas muitas vezes na imprensa diária (imprensa essa que reconhecem por diversas vezes nunca ter lhes faltado com apoio), e também no nascente rádio.

Particularmente a campanha contra o álcool, por intermédio das "semanas anti-alcoolicas" organizadas anualmente desde 1927, se transforma na principal bandeira da instituição, onde ela se sente confortada em saber "que a elite do nosso país esta ao nosso lado, prestigiando-nos com a sua adesão e com o seu apoio moral" (57). É possível também, a partir de outubro de 1929, reiniciar a publicação dos Archivos (que havia sido interrompida em 1926), provavelmente em função do aumento do auxilio municipal.

Entretanto, para os membros da Liga os ventos parecem começar lentamente a mudar de direção após a reviravolta política ocorrida com a chamada "Revolução de 30". Já no editorial do Archivos de 1931, são comentadas diversas notícias alvissareiras - com a chegada do "novo estado de cousas na política nacional" - que vão desde providências no combate ao alcoolismo e na assistência aos doentes mentais, até a audiência de um representante da Liga com Getúlio Vargas onde, segundo afirmam, "mostrou-se favorável à idéia de oficialização de um serviço de higiene mental dentro do novo Ministério da Educação e Saúde Pública" (58). Particularmente no campo da luta anti-alcóolica suas esperanças são redobradas, pois a República nova "inaugurou-se sob os melhores auspícios para os amigos da Temperança" (59). Belisário Pena, diretor do Departamento Nacional de Saúde pública (nesse período ministro interino da Educação e Saúde pública) é chamado de "evangelizador-hygienista" sendo escolhido para patrono da 4ª Semana anti-alcoolica.

Imediatamente reconhecem que pequenas "medidas sensatas de proibicionismo parcial foram tomadas " e resultados mais consistentes são esperados com otimismo.

Do ponto de vista dos psiquiatras "o novo estado de cousas" que se inicia após o movimento "revolucionário" de 30 era motivo para entusiasmo. Sinalizava, segundo entendiam, mudanças que apontavam para a utilização de algum critério técnico - vale dizer racional-científico - na condução dos problemas que assolavam a sociedade brasileira. Como dizia o psiquiatra-psicanalista Porto-Carrero, referindo-se ao pouco que se tinha feito no período do governo provisório,

"A nossa própria democracia já reconheceu que o Congresso é uma instituição decadente. Os Conselhos Nacionais, do Trabalho, da Educação, da Saúde Pública, dos Contribuintes são organizações técnicas que legislam, que ditam jurisprudência, que decidem, ao lado do Poder Legislativo.

A obra de legislação empreendida pelo Governo Provisório de 30, embora os defeitos naturais de um governo revolucionário, permitiu chamar às comissões legislativas nomes respeitáveis, que nenhum partido político elegeria deputados por estarem fora de sua grei facciosa."(60)

Na concepção deste autor a democracia era, de fato, um grande equívoco: criava a ilusão, baseada na "comédia do sistema representativo" e na "hipocrisia do sufrágio universal"(61) de que o "governo e[ra] acessível a todos, sem distinção de classes"(62). Ademais, nesse sistema, o critério técnico, racional, ficava completamente submetido aos interesses particulares ou partidários, sem "qualquer

ponto de vista superior, que atenda ao real interesse da coletividade".(63)

"Tudo indica que para os misteres superiores da legislação e da administração, é mister selecionar os técnicos. Para exercer um simples lugar de quarto escrivão de Fazenda, deve o candidato submeter-se a concurso de provas de habilitação; para ser deputado, senador ou presidente da República, basta saber ler e escrever e ter, em certos casos, um mínimo de idade(...) Um sistema de governo em que se entrega ao leigo a capacidade de escolher quem administre e legisle, um sistema de governo em que o chefe e o corpo legislativo operam em obediência à disciplina do partido e não de acordo com o que lhe aconselham o saber e a experiência - não é sistema de governo, mas sim de desgoverno, que favorece a ambição do mando e do dinheiro: é a vaidade a serviço da plutocracia(...) Daí se conclui que, onde intervém a política, cessa o critério da seleção de capacidades; onde a política retrai o seu domínio, esse critério se impõe." (64)

Aqui, evidentemente, não se trata de uma fala isolada - mas de opinião secundada por muitos intelectuais do período.

O educador Anísio Teixeira, por exemplo, em carta ao amigo Monteiro Lobato, exprime argumento semelhante:

"Estamos em cheio na atmosfera que devia dominar a Europa de 1848. A busca ainda de liberdades políticas e liberdade civil! Quando veremos que o problema de organização e não o problema político, é o que realmente importa. Preparem-se homens. Criem-se os técnicos. Eles organizarão. Da organização virá a riqueza. E tudo mais - política são, liberdades etc. etc. - virá de acréscimo." (65)

Com efeito, pode-se dizer que, a partir dos anos 20, o discurso de um novo ator político, que poderia ser qualificado de "reformador social" (educadores, médicos, higienistas, engenheiros, psicólogos), começa a ganhar vulto

na cena nacional, irradiando-se de vários pontos do social - como instituições empresariais, educativas, médicas, agrupamentos intelectuais e profissionais - e cuja base comum se define pelo papel sobressalente obtido por uma fala de ambições técnicas (66). É a partir dessa (ideológica) base discursiva que é possível, doravante, se credenciar como possuindo um "saber sobre o social": perspectiva vista como eminentemente técnica, dotada de um sentido de missão regeneradora, de visão de bem-comum que a livra, na ótica de seus formuladores, de possíveis suspeitas políticas de caráter pessoal. Assim, uma série de instituições (Associação Brasileira de Educação - ABE, IDORT, Liga Pró-Saneamento, Sociedade Brasileira de Higiene, Ação Social Brasileira, União Pró-Temperança, Liga Brasileira de Higiene Mental, Liga Paulista de Higiene Mental, Sociedade Eugênica de São Paulo etc...) compostas por grupos profissionais ascendentes de classe média, surgem exatamente neste contexto. Decepcionados com os rumos da política oligárquica brasileira - "politicalha" como costumava chamar Belisário Penna - vista como incapaz de resolver problemas básicos, e ao mesmo tempo essenciais, do país, estes intelectuais resolvem organizar-se em instituições diversas, convencidos da sua capacidade para planejar racionalmente as reformas (morais, educacionais, sanitárias, eugênicas, das relações de trabalho) que se estavam a exigir para o aprimoramento da Nação.

Por isso, além dessa apologia da técnica e da organização e ainda da enorme descrença no "fazer político" - cujo resultado descamba num elitismo e autoritarismo atroz - é possível observar também certa similaridade de objetos de intervenção dentre as propostas desses reformadores sociais, tais como: vícios sociais, ignorância, doença, pobreza, amoralidade, falta de hábito de trabalho, vagabundagem etc., além de um óbvio alvo social comum, qual seja, as populações pobres, rurais e urbanas, que era preciso transformar em cidadãos-trabalhadores. Certamente não é à toa que de uma instituição a outra, os nomes se repitam com bastante frequência (67).

E mais: é também nesse processo de reavaliação, pela técnica, da instância do político e/ou social - isto é, de inserção da ciência como referência necessária de organização da sociedade - que os intelectuais, particularmente os do campo médico, constroem o seu discurso em direção ao Estado, visto agora como criador, condição de possibilidade de emergência de uma verdadeira nação. Conforme aponta Bomeny, em interessante estudo sobre o período, particularmente nos campos da educação e saúde, símbolos do "que mais retrógrado, tradicional e resistente" havia ao projeto de "modernização da sociedade brasileira", o "apelo e a defesa da intervenção do Estado" aparecia como "uma espécie de imperativo dadas à fragilidade das instâncias civis intermediárias e à extensão do empreendimentos que se pretendia implementar.(68)

No que diz respeito à contribuição da psiquiatria higiênica brasileira, nossa análise aponta para um crescente fortalecimento de suas proposições em direção a novas modalidades de exercício do poder, ao mesmo tempo intersticiais e globais, e cujo modelo discursivo, como se disse, é amplamente escorado na construção de um "saber sobre o social" de feição marcadamente técnico-científica e que confia no Estado como importante aliado no processo de "regeneração" nacional. Em alguns aspectos, o projeto "científico" da Liga pode ser visto como exemplar. Confluindo no seu programa há a organização de todo um campo estratégico que justapõe tecnologias mais brandas e sutis de dominação (palestras, campanhas educativas maciças nas escolas e junto às famílias, uso frequente de comunicações radiofônicas, seleção e orientação profissional com vistas à "racionalização" do mundo do trabalho, agenciamentos científicos-psicológicos do comportamento etc..) (69), ao lado de outras explicitamente repressivas e autoritárias "lei seca", controle legal da imigração, esterilização compulsória, regulamentação médico/estatal dos casamentos etc...).

Entretanto, contrários como eram ao espírito "liberal-democrático" - segundo diziam impedia o "sacrifício do indivíduo ao bem social" quando a "tendência moderna" da sociedade "quer científica, quer social" exigia o oposto (70) - no fundo acabavam sempre privilegiando a ação

impositiva do poder público na execução dos seus programas profiláticos.

Esta orientação, aliás, fica bastante clara quando se analisa a questão do combate ao alcoolismo na LBHM. Bandeira antiga da instituição, que vinha promovendo semanas anti-alcoólicas de ampla divulgação desde 1927, parece ganhar fôlego novo com a entrada em cena do governo provisório de Vargas, pois, segundo entendiam, desde seus primeiros tempos, a nova administração vinha tendo por preocupação dominante "tomar acertadas providências de repressão e prevenção do vício da embriaguez"(71) levando com que as "agregações temperantes" sentissem-se "confortadas pela solidariedade honrosa dos detentores do poder público"(72). Sendo assim, a expectativa de uma ação mais decidida em torno de medidas restritivas ao consumo de álcool - de "maior extensão e estabilidade" - eram auspiciosamente aguardadas, tendo em vista que o "ambiente acha-se em condições muito mais favoráveis para aceitar providências repressivas enérgicas graças ao trabalho de propaganda anti-alcoólica (73).

Apesar da afirmação de que a existência de um ambiente favorável era "graças ao trabalho de propaganda anti-alcoólica", é evidente a relação entre "providências repressivas enérgicas" e novo "estado de cousas na política nacional". Basta ver que, na semana anti-alcoólica que seria realizada entre 25 e 29 de outubro de 1931 - coincidindo com o aniversário do "grande dia da victoria da República Nova"

- os psiquiatras diziam sentir-se no "direito de esperar do novo regime o gesto forte que nos venha libertar do flagelo ominoso" (74).

Gesto forte que durante a vigência da anterior ordem política, segundo entendiam, parece ter sido exatamente o que faltou. De fato pouco antes da chamada revolução de outubro - precisamente no editorial dos Archivos de setembro de 1930 - era dito que a campanha anti-alcoólica havia atingido "seu ponto de saturação" demonstrável pelos "geraes applausos merecidos pelo excellente projeto de lei ora em transito no Congresso Nacional", o que lhes deixava inclusive à vontade para intensificar a campanha da Liga em direção aos outros "relevantes domínios da hygiene mental"(75). Entretanto, esse projeto, relatado pelo médico e integrante da Liga deputado Afrânio Peixoto, vinha encontrando as maiores dificuldades no seu andamento pois como "ha grandes interesses em torno do álcool" a "organização dos corpos legislativos na chamada República Velha permittiu a infiltração fácil dos interessados nos arraiaes das boas intenções, entravando e paralygando as melhores iniciativas"(76).

Nesse caso, pode-se sugerir que a vantagem da "Nova República" não se encontrava propriamente no fato dos poderes públicos terem, nesse momento, na sua direção homens comprometidos com anti-alcoolismo, como Belisário Pena que, em dezembro de 1930, em reunião da Liga de homenagem à memória de Severino Lessa, já anunciava que o governo

provisório iria "dotar o paiz dentro de breves dias com uma legislação anti-alcoólica racional"(77). Isto porque, também na "República Velha", os poderes públicos parece que vinham de alguma forma apoiando a campanha de combate ao alcoolismo, tendo inclusive a semana anti-alcoólica de 1929 sido patrocinada pelo presidente da República. Além do mais, como diziam, "todos os anos o Ministro da justiça tem se dignado a telegraphar aos governadores e Presidentes de Estados solicitando o apoio para a luta contra o alcoolismo"(78). Ernani Lopes chega a afirmar, na 1ª Conferência Latino-Americana de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal realizada em Buenos Aires (1928), que o "grande êxito" das semanas anti-alcoólicas no Brasil devia-se "em grande parte ao notável auxílio moral que (...) tem prestado o actual governo"(79).

Sendo assim, é possível sugerir que na ótica dos psiquiatras da LBHM, a vantagem principal do governo provisório de Vargas fosse sobretudo a ausência de "corpos legislativos" que permitiam a infiltração fácil dos interesses pró-álcool. Nesse caso, com tal ausência, o trabalho ficaria facilitado, bastando o "gesto forte" do governo que, segundo afirmavam, confiando nas promessas do novo diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, "parece que não tardará"(80).

Todavia, na prática, não foi bem isso que se verificou. Apesar de Belisário Pena ter tido a intenção de cumprir suas promessas, organizando logo "excellente projeto de lei" para

ser submetido "ao critério do governo provisório", parece que este não avançou sendo impugnado no Ministério da Fazenda sob o "pretexto de acautelar os interesses do Fisco"(81).

Aliás, a questão de perda de receita financeira obtida através dos impostos sobre o álcool, sempre foi percebida como um dos maiores entraves ao avanço do anti-alcoolismo, sendo, inclusive, uma das principais razões para que tivessem dificuldades em defender a adoção no Brasil da chamada "lei seca" que vinha sendo aplicada nos Estados Unidos desde 1920 e que afinal era o que desejavam para o país (82).

Conforme apontava Severino Lessa, em palestra apresentada na 1ª Semana Anti-alcoólica em 1927, intitulada "Como resolver o problema do alcoolismo", a adoção de uma lei seca no Brasil representaria um "déficit superior a 200 mil contos (...) à receita geral"(83). Além disso, no caso de proibicionismo total, lembrava o autor, havia sempre de se levantar a "hyperesthesica consciência ultra-liberal do paiz, sempre irritadiça quando é preciso sacrificar um pouco da liberdade pessoal pelo bem coletivo"(84).

Assim, diante dessas inúmeras dificuldades, é que a Liga, em editorial dos Archivos de março/abril/maio de 1932, procura alertar para a "simplicidade das medidas proibicionistas radicaes", julgando que não seria "desde já aconselhável o proibicionismo" total em nosso meio"(85). Entretanto, se tal "proibicionismo ainda não era possível -

embora futuramente desejável - alguma coisa nessa direção podia e devia ser avançada. Isso porque, pelo menos em termos de "hiperesthesica consciência ultra-liberal" contrária a qualquer sacrifício da "liberdade pessoal pelo bem coletivo", as condições eram, segundo entendiam, supostamente mais favoráveis:

"Não seria, porém, o caso de appellar para uma medida d'essa índole [proibicionista], limitada à bebidas destilladas, sabidamente as mais nocivas".(86)

E passam a apontar, então, 3 circunstâncias favoráveis à adoção de uma tal medida: a) o fato do alcoolismo no Brasil, como "as estatísticas de Severino Lessa vieram provar" ser sobretudo "aguardentismo, mais de 82%"; b) a possibilidade de superação do problema econômico - impostos e interesses dos fabricantes - devido ao "surto do álcool-motor"; c) as já anunciadas condições favoráveis para "providências enérgicas e repressivas graças ao trabalho de propaganda anti-alcoólica" que, como vimos, estavam muito relacionadas com as características do "novo regime" que entrava em cena, no qual alimentavam suas esperanças de um "gesto forte".

É provável que os psiquiatras tenham tido nessa matéria uma boa dose de frustração, tendo em vista que medidas anti-alcoólicas na direção de algum tipo de proibicionismo mais decidido nunca chegaram a ser implementados pelo governo Vargas, o que, na ótica deles, representava a vitória do que chamavam "álcool-capital". Na reunião da diretoria da Liga em 1935, Henrique Roxo, então presidente da instituição, criticava a posição do governo para não atender à Liga

"quando ella pediu que não fosse permittida a venda de bebidas alcoólicas, a granel, nas ruas transversas das avenidas nos dias de carnaval, que não lhe concederam um grande augmento de impostos na champanhe, nos vinhos, nas cervejas etc.."(87).

Em 1938, provavelmente motivada pelo fato do governo, como diziam, oferecer a "vantagem de simplificar a organização das leis" novamente se podem ouvir os apelos da instituição para que se "augment[asse] a taxa das bebidas alcoólicas"(88).

Mesmo assim, consideravam que as campanhas haviam dado resultado posto que, afirmava Roxo, "ella conseguiu que a percentagem de alcoolistas internados (...) descesse de 32% entre 1895 e 1990, para 13% mais ou menos na última estatística aqui feita", embora não diga o ano(89).

Aliás, o elevado número de internações nos hospícios por abuso de álcool era uma das principais justificativas que apresentavam para o seu acirrado anti-alcoolismo, havendo até quem chamasse o álcool de a "loucura engarrafada"(90). Com efeito, o alcoolismo, ao lado da sífilis eram apontados como os principais responsáveis pelas internações psiquiátricas, estimadas, por alguns deles, como Roxo, em até 80% dos casos(91). Entretanto, desse total, 50% se devi à infecção sifilítica e 30% ao alcoolismo. Com base nesses dados o correto seria dedicar o melhor do seu combate à causa da sífilis e não ao alcoolismo Porém, não foi isso que ocorreu. A campanha inegavelmente mais importante da Liga,

em praticamente toda sua existência, foi a que girou em torno do combate ao consumo do álcool, a ponto da instituição se ver obrigada inclusive a esclarecer no editorial dos Archivos que a "Liga não era sinônimo de Liga anti-alcoólica"(92). Além disso, desde 1927, como já dissemos, que se começou a organizar semanas anti-alcoólicas anuais, disseminadas por todo país, onde se fazia uso de vasta rede de propaganda, inclusive pelo recente rádio.

É possível que a preferência da LBHM pelo combate ao alcoolismo, em detrimento da sífilis, se devesse ao fato desta última já ser motivo, como dizia Riedel, de grande "atenção dos poderes públicos", tendo inclusive o Departamento Nacional de Saúde Pública, por "brilhante conquista de Carlos Chagas na reforma da nossa Hygiene" criado uma "Inspectoria exclusiva para prophylaxia de moléstias venereas"(93). Além disso, os serviços de combate à sífilis contavam com a "instituição de dispensários gratuitos disseminados em todos os pontos da cidade, offerecidos ao governo pelos irmãos Guinle, onde se trata da moléstia adquirida e se ensina a evital-a, [realiza-se] a educação do povo por meio de conferências, a vulgarização dos preceitos de hygiene sexual, consoante os programmas destes ambulatórios organizados pelo prof. Rabello"(94).

Por isso, afirmava Roxo, "mantida pela Saúde Pública a orientação do notável Prof. Rabello, dentro de alguns annos os resultados práticos se antoalharão mais nítidos"(95). Entretanto, se com relação à sífilis bastava manter esses

"serviços criteriosamente organizados" em relação ao álcool dizia Roxo "tudo esta[va] praticamente por fazer"(96).

É evidente, porém, que a enorme preocupação com o alcoolismo decorria do fato dele ser considerado forte fator de debilitação racial. A própria "teoria da degenerescência", elaborada por Morel já apontava o abuso alcoólico como importantíssimo fator provocador de uma herança degenerada(97). No Brasil o álcool foi claramente definido como "inimigo da raça", como dizia Fernando de Magalhães, e por isso sua eliminação era assunto eugênico ligado à defesa nacional e à constituição da nacionalidade.(98)

Juliano Moreira, por exemplo, o apontava, em texto de 1905, ao lado do "bárbaro processo de colonização", como forte fator degenerativo da população, "razão de ser de muita tara actual attribuida á raça e á mestiçagem"(99). Gustavo Riedel, em sua memória apresentada ao Congresso Médico de Havana em 1922, considerava o alcoolismo, junto com a tuberculose e novamente a sífilis, como a "triade dos males" dos habitantes das zonas litorâneas(100). Apresentando dados estatísticos de Belisário Pena de 1921, acusava o consumo de "171,4 litros por habitante e por ano" só de cachaça ou "paraty", num total, de 435.000.000 litros anuais. Se a esses números se acrescentassem outras bebidas alcoólicas, teria-se, então, a cifra de 834.685.000 litros de álcool potável consumido no país, o que representava grave fator deprimente da nacionalidade, além de enorme

gasto de dinheiro(101). Ademais, o álcool era apontado, por Riedel, como responsável por 70% dos casos de detenção penal no país e por 32% (estatística de Roxo) ou 28% (estatística de Afrânio Peixoto) da quota de alienados internados.

Diante desse quadro, o psiquiatra exalta a "grande nação americana do norte" a "maior cultura da Eugenia" pela lei proibicionista que havia adotado, lembrando, entretanto, que no Brasil, a lei 4294 de 06 de julho de 1922, que "criava estabelecimentos especiais com tratamento e regimem de trabalho para os ébrios habituaes e para os intoxicados pelo ópio, cocaína, morphina e seus derivados" além de "estabelecer penalidades para os seus vendedores" passou perto de solucionar o problema. Como dizia Riedel, "mais um passo e ter[íamos] obtido a solução do problema - a proibição pura e simples do fabrico, da exportação, da importação e do consumo de toda e qualquer bebida alcoólica segundo a formula adoptada pela America do Norte"(102).

Enquanto essa medida não vinha, devia-se solicitar do governo pelo menos o "augmento do imposto sobre o álcool", tendo em vista que "a tributação pesada póde transformar grandes bebedores em moderados o que ainda é um mal, embora menor"(103).

Aliás, desde a adoção da "lei seca" nos EUA, que esta tornara-se o paradigma da discussão sobre o tema, tendo aqueles, como Riedel, Fernando de Magalhães, Henrique Roxo, que defendiam sua aplicação no Brasil e outros que, embora almejando-a futuramente, não viam condições para sua

implementação imediata no país. Ernani Lopes, por exemplo, em comunicação no 2º Congresso Brasileiro de Higiene, intitulado "Prophylaxia social do alcoolismo no Brasil" afirmava que as atenções ao problema deveriam se concentrar em 2 frentes: mudança de "officio dos alcoolizadores", isto é, daqueles que exerciam atividade comercial ou industrial ligados à venda do álcool potável; e principalmente no incessante trabalho de propaganda educativa. Nesse último caso, o objetivo era "sobretudo educar nos princípios abstemios as novas gerações, o que equivale a dizer, dever-se-ha instituir o ensino alcoólico desde as escolas primárias em todos os Estados da federação" tendo em vista que nessa matéria "tudo o que não seja o trabalho preparatório indispensável da persuasão será entre nós prematuro, ocioso, platônico"(104).

Assim, dentro dessa perspectiva, Lopes justificava sua posição no 2º Congresso de Higiene - quando este propôs que se "devia reclamar e promover a proibição do fabrico e da importação do álcool destillado potável" - de "applaudir a suggestão", embora "accentuando não julgar possível a sua efectividade a curto prazo". E aí conclui:

"Reclamemos(...) e promovamos a praticabilidade dessa, ou de qualquer outra das boas medidas anti-alcoólicas, que assim justamente estaremos realizando o trabalho magno de propaganda educativa, formadora da opinião, sem o que melhores leis, regulamentos e posturas carecerão sempre de sua plena eficácia"(105).

Já a posição de Henrique Roxo, em certo sentido, é bastante diversa. Embora apostasse na utilidade da

propaganda nas escolas, porquanto nesse caso se assinalaria "aos que ainda se não entregaram ao álcool o mal que lhes advirá se o fizerem" estava longe de acreditar na sua eficácia com os já envolvidos com o vício:

"Não acredito na efficacia da propaganda por meio de discursos ou conselhos. O alcoólatra qui os escuta, achal-os-ha talvez muito justos e razoáveis, mas não resistirá ao convite do companheiro para ir sorver na venda um novo trago de paraty.

Os bellos cartazes, de côres vivas, que assignalam os estragos do álcool no organismo e o estado de verdadeira miséria orgânica, em que fica o bebedo, inveterado, não causarão grande móssa a este qui sempre os interpretará como ocorrente em quem bebbe mais do que elle".

Nesse caso sua opção pela lei seca é clara:

"Acredito que o combate contra o alcoolismo só se tornará verdadeiramente efficaz no dia, em que se transformar em lei o projeto do talentoso Professor Afranio Peixoto, que estabelece a lei secca"(106).

Havia também aqueles que acreditavam na força da psicanálise, que poderia atuar tanto individualmente, descobrindo "os conflitos emotivos íntimos que determinavam a inclinação do indivíduo para a intoxicação" quanto prevenindo o mal pela interferência na educação, sendo que, esta última "quando guiada pela psicanálise há de fazer muito mais do que quantas leis de taxaço de bebidas ou de restricço qualquer uso destas"(107).

Outros, como o médico e deputado federal Carlos Penafiel, membro da seção de Legislação Social da Liga, em artigo publicado em 1923 no Jornal do Comercio, transcrito na "seção permanente" contra o alcoolismo dos Archivos,

chamava a atenção para a "questão social infinitamente complexa e delicada" que se reveste o problema do uso do álcool, contestando a eficácia da introdução de uma "lei seca" no Brasil. Argumentava, nesse sentido, que as leis constitucionais do país "pelo seu espírito liberal a repellem" sendo, além disso, "prematura de mais para o grau que atingimos em matéria de costumes e hábitos". Encara o problema do alcoolismo sob 2 aspectos: "1º) o alcoolismo é uma doença moral e seu remédio está na educação; 2º) o alcoolismo é uma doença social e seu remédio está na ordem", uma vez que o "pessimismo reinante que leva o homem a embriagar-se" decorre da "anarchia mental dos tempos que atravessamos". Aponta então, como tarefa da Liga nessa matéria, "pregar ou apellar para a solidariedade de todas as classes sociais, propôr uma civilização na qual todos participem, invocar um ideal"(108). Sendo assim, acrescenta Penafiel, não será pela "exortação dos moralistas ou prognósticos assustadores de higienistas e médicos" que o proletariado moderno "uma das maiores vítimas do álcool" evitaria tais escolhos no seu caminho". Em outro texto, da mesma época, ele é mais explícito:

"Ignorará por ventura, o operariado em geral que o álcool seja nocivo? Bem o sabe, via de regra, o trabalhador, quando se atira ao álcool, que compra um bilhete de ingresso para um hospício ou para um hospital. Si elle encontra no álcool uma hora de alegria e de esquecimento, um oásis de prazer entre os desgostos e tristezas do vasto deserto do pessimismo contemporâneo, pouco se lhe dá o estado infeliz a que ficarão reduzidos o seu fígado, os seus rins, o seu estômago e o seu cérebro.(...)Sem falar do texto de taes

prospectos, quais sempre de uma fealdade grotesca, basta este caso, referido por um autor: 'Quando vejo isso, dizia-nos um operário, não tenho outro remédio: vou logo me consolar tomando um absinthe'.

É que a causa do mal não é biológica, nem tampouco econômica. A causa principal é de ordem sociológica. (...) O que é preciso é devolver a esse pobre homem a vontade de viver"(109)

Defende, nesse caso, que a própria classe operária "pregue nos seus jornais, nos seus livros, nas tribunas de seus clubes de propaganda social os perigos do alcoolismo e que sobretudo berre ela própria aos quatro ventos da publicidade que o alcoolismo constitui o pior obstáculo à emancipação operária"(110).

A despeito da especificidade do discurso de Penafiel - onde se pode observar a presença de um "solidarismo social" de evidente acento positivista, não fosse ele deputado pelo Estado do Rio Grande do Sul - num aspecto é possível considerá-lo representativo das preocupações comuns dos anti-alcoolistas em geral. Trata-se da questão do consumo alcoólico entre as chamadas "classes trabalhadoras". Nesse caso, nem tanto por algum tipo de visão social em termos de identificação com os destinos dos trabalhadores e excluídos da sociedade, mas sobretudo porque em suas estatísticas - como a de Severino Lessa - o consumo de álcool aparecia basicamente relacionado ao uso da aguardente "bastante barato e popular com mais de 50% de teor etílico" representando 82% da totalidade do álcool potável consumido no Brasil, o que transformava os trabalhadores que o

consumiam em "peso morto" à economia do país, ao invés de elementos de vigor e prosperidade nacional:

"O alcoolismo brasileiro, podemos affirmar-o em nome das estatísticas, é muito mais grave e impressionante na realidade do que na apparencia. É o alcoolismo das bebidas fortes e de baixo custo, é, pois, alcoolismo das classes pobres, tal como se nos afigurava 'a priori'. (...) Não é, pois, o alcoolismo dos abastados, cujas consequências só as victimas e os descendentes attinge; não é o dos remediados que com os seus malefícios se vêm a sós; é o alcoolismo do pobre, do trabalhador urbano e rural, mourejando na officina ou no campo, e cujo vigor physico é indispensável á economia do paiz e cuja invalidez é um peso morto, que se pode auferir pelas victimas nos manicômios, nos hospitaes, nas penitenciarias e nos asylos, ou deambulando nas ruas, míseros derelictos (sic) humanos, fluctuando, inuteis, na torrente da vida"(111).

Esse ponto de vista inclusive aparece reforçado de forma indireta no editorial dos Archivos de 1931, quando a Liga apesar de pregar o voto de abstinência dos adeptos da causa anti-alcoólica, reconhecia a existência de um certo número de "pessôas capazes de sufficiente autodominio para não irem além das doses de facto moderadas"(112). Ora, com toda certeza os indivíduos provenientes dos meios operários, onde não se fazia presente, como dizia o conhecido advogado socialista Evaristo de Moraes, "a reação da cultura, da educação moral, da tradição familiar e de outros freios inibitórios"(113), por certo não fariam parte desse seletto grupo de equilibrados. Isso, inclusive, podia ser constatado pelas estatísticas apresentadas pelo psiquiatra Leme Lopes referente à internação por alcoolismo num estabelecimento particular para psicopatas. De 1900 a 1909 essa percentagem,

segundo o autor, foi de 13,9%; de 1910 a 1919 baixou para 8,4%; e entre 1920-1929 caiu para 5,9%(114). Esses dados o levavam a concluir que "nas classes médias não existia em grande escala o habito de bebidas alcoólicas". Aproveitava também para sugerir que a diminuição do último decênio podia ser atribuída à "campanha em prol da hygiene mental e à incentivação do movimento contra o alcoolismo" tendo em vista que "nos meios de maior educação e cultura [os] methods de propaganda encontram terreno mais propício"(115).

A grande questão, pois, parece ser a incapacidade do trabalhador de adotar padrões culturais e hábitos morais de conduta conformes à nova ética burguesa do trabalho, o que afetava, inclusive - e isso era o mais grave - a sua capacidade produtiva. Como apontava Esposel, os industriais,

"hoje vão rejeitando os operários amantes do álcool, muito menos productivos que os demais [podendo] se citar inúmeras estatísticas e o resultado de sérios estudos experimentaes feitos no meio proletário em que se comprova a acção desvalorizante e deprimente do álcool; decresce segura e infallivelmente a productividade do operário após a ingestão alcoólica"(116).

Assim, para assegurar a produtividade do operário no trabalho era preciso mais do que conformá-lo à submissão no ambiente da fábrica. Dentro do novo evangelho burguês do trabalho era preciso controlar o trabalhador também fora do universo fabril, inculcando-lhe elevado espírito de disciplina e "civilidade" para que não viesse a se entregar

a seus "baixos instintos", o que resultaria em vícios, degradação moral e baixa produtividade(117).

Veja-se, por exemplo, este trecho do relatório elaborado pelas associações empresariais paulistas, enviado ao Conselho Nacional do Trabalho, a respeito do decreto 17496 de 30/10/1926, que instituía a lei de férias:

"Os lazeres, os ócios, representam um perigo eminente para o homem habituado ao trabalho, e nos lazeres ele encontra seduções extremamente perigosas, se não tiver suficiente elevação moral para dominar os instintos subalternos que dormem em todo o ser humano". (118)

Daí a necessidade de criar mecanismos disciplinares extra-fábrica que exerçam uma coerção moral e psicológica sobre o tempo integral de vida dos trabalhadores. É nessa chave, que o consumo de álcool aparece como forte elemento perturbador da constituição desse novo sujeito moral. Por isso, uma das propostas mais frequentes de combate ao alcoolismo pretendia restringir ou até proibir a venda de bebidas alcoólicas nos domingos e feriados. Constava inclusive do projeto de lei do deputado e médico, Plínio Marques, apresentado ao Congresso Nacional em 1929 - o qual a Liga no editorial dos Archivos de 1929 apelava "vehementemente" para que os deputados e senadores o apoiassem, considerando-o "verdadeiramente patriótico"(119) - que, na semana anti-alcoólica de 1929, assim o justificou:

"É de observação ampla e frequente que justamente nesses dias é que as classes menos cultas se embriagam. Houve aqui, na semana anti-alcoólica do anno passado, a apresentação de uma estatística elaborada por distinto collega da Penitenciária de São Paulo, pelo qual se demonstrava insophismavelmente, que a

facilidade de aquisição das bebidas alcoólicas nesses dias era a principal responsável pelos crimes praticados.(...)Um operário, que não pode avaliar até onde vae a acção nefasta, prejudicial do álcool, não podendo abandonar o trabalho, nos dias úteis para adquiril-o, delle não faz uso. Mas, num dia de folga, passando pelas tendas, pelas vendinhas levado um pouco por si mesmo mas grande número de vezes arrastado pelos viciosos, não pode resistir"(120)

De modo idêntico Ernani Lopes aponta a incapacidade do trabalhador - "o povo" - de consagrar os seus dias de folga e as "entrepausas do seu trabalho" a outras atividades que não o hábito da bebida, como responsável pelo "augmento notável" nos domingos e feriados e "nos dias imediatamente vizinhos desses", dos crimes de sangue e dos acidentes de trabalho(121). Sendo assim, reconhece como "indeclinável a necessidade de coibir(...)o uso de bebidas nos dias referidos" apontando como "dever imperioso" de todos os anti-alcoolistas o apoio ao projeto do Deputado Plínio Marques. Convoca-os, inclusive, a fazerem parte de uma "delegação popular" que na "semana seguinte" iria à Câmara dos Deputados pressionar pela aprovação do tal projeto.

Apesar de ressaltar a importância da medida, Lopes lembrava que ainda haveria o risco dos alcoolistas consumirem a bebida em suas próprias casas. Nesse caso, porém, encontrariam a resistência das suas famílias "dada a sobriedade habitual das senhoras brasileiras". Aqui, o que se observa é um discurso dirigido à mulher brasileira, vendo nela uma possível aliada na cruzada de resistência à disseminação alcoólica. Imagem idealizada da mulher que, pela sua posição central no interior da família,

particularmente reforçada com o processo de aburguesamento da sociedade, tornava-se alvo central do discurso do poder (122). Esperava-se dela que fosse capaz de controlar sua família, incitando-a à temperança, aos hábitos moderados e moralmente corretos, consoantes à nova ética burguesa do trabalho. Veja-se, por exemplo, a proposta do médico Alfredo Brito, delegado regional da Liga na Bahia, apresentada na 1ª Semana anti-alcoólica em 1927:

"É preciso que ella [mulher] saiba que o álcool será capaz de desmanchar todos os lares e de dissipar todas as fortunas; é necessário que se lhe diga que o álcool conduz aos portaes de uma penitenciaria ou encaminha às portas de um manicômio, é indispensável que se lhe conte que o álcool deforma a sua physionomia e altera o seu corpo; é mister que se lhe informe que o álcool arruina a saúde e rouba a vida.

E convencida de tudo isso, ella passará com o exemplo da sua abstinência a ser um verdadeiro apóstolo desta cruzada bendita. Será a mulher-mãe, mostrando ao seu filho os perigos e inconvenientes das bebidas alcoólicas(...); será a mulher-professora que na escola completa a educação materna e fornece a instrução necessária para a boa compreensão dos desastres da intoxicação alcoólica; será a mulher-noiva, que com os seus encantos e o ardor da sua paixão conseguirá, farta vez, com um simples olhar, o abandono pelo seu eleito de um vício talvez adquirido em más companhias(...); será a mulher-esposa que com o seu amor e o seu carinho tudo conseguirá do seu esposo, e, nas horas de adversidade ou nos momentos de tristeza, com o seu conforto, evitará que ella procure afogar as suas dores na alegria fictícia e phantastica do álcool"(123)

Interessante observar que, no começo da fala, a preocupação do psiquiatra é convencer a mulher de que ela própria não devia beber. Somente após esse convencimento é que se podia contar com sua colaboração na "cruzada

bendita". Possivelmente a necessidade dessa advertência inicial decorresse da constatação - ao contrário do que sugeria a idealização de Lopes ("sobriedade habitual das mulheres brasileiras") - de que no Brasil o alcoolismo feminino era proporcionalmente elevado. Conforme assinalava o médico Cunha Cruz, em texto de 1905, o número de "mulheres com perturbações mentais devidas ao alcoolismo" nos "hospícios e colônias" do país é "tão grande" que se tornava difícil "encontrar igual em estatísticas mesmo nos países mais alcoolizados"(124). De fato, nas estatísticas elaboradas pelo psiquiatra Walderedo Oliveira, para os anos entre 1930-1935, no Hospital de Alienados de Pernambuco, os números do internamento alcoólico feminino, embora bem menor que o de homens, era expressivamente elevado - 13,9% do total - se comparada por exemplo com os 2 a 2,5% encontrados no Uruguai, segundo dados do médico Bernardo Etchepane citados pelo próprio psiquiatra brasileiro (125). Nesse caso, a precaução inicial do delegado regional da Liga na Bahia tinha procedência, o que, entretanto, não invalidava a sua proposição geral, porquanto nas imagens idealizadas da mulher elaboradas pelo discurso médico-psiquiátrico, esperava-se dela que, operária ou burguesa, fosse capaz de cuidar da estruturação moral, emocional e administrativa da família.

Apesar de todo empenho dos psiquiatras a verdade é que é pouco provável que as suas campanhas anti-alcoólicas tenham exercido alguma influência na diminuição do consumo do

álcool a nível nacional ou mesmo na alardeada redução do número de internamentos por alcoolismo nos hospícios. Nas estatísticas do mesmo Walderedo Oliveira, de 1927 a 1930, período que se iniciou as semanas anti-alcoólicas e onde a campanha encontrou seu "ponto de saturação", a percentagem de internamento alcoólico ficou entre 9 e 10% sem alteração (126). E não se pode dizer que Pernambuco não participasse da campanha, pelo contrário, o delegado regional da Liga na região, o psiquiatra Ulisses Pernambucano, sempre foi um ardoroso combatente da luta anti-alcoólica.

O fato é que, a compreensão que os psiquiatras e médicos em geral tinham das causas do alcoolismo é que talvez complicasse seus resultados. Embora muitas vezes afirmassem que o alcoolismo era uma "doença social", como no editorial dos Archivos de 1927, não conseguiam ver claramente a imbricação entre consumo de álcool e as condições de desigualdade, miséria e exclusão social da maioria da população brasileira.

O álcool era, em muitos casos, de fato um "alimento de poupança", como costumavam dizer - embora negando isso(127) - dessa população, constituindo-se parte de sua dieta alimentar. Sylvia Damazio em seu estudo sobre as condições de vida das classes populares no Rio de Janeiro, cita um trabalho do médico Antônio Pimentel, onde o higienista, analisando a questão alimentar no Rio de Janeiro em 1889, afirmava que as "classes deserdadas da fortuna" consumiam frequentemente aguardente, só o substituindo aos domingos,

quando os "ganhos permitiam", pelo "vinho de venda"(128). Sidney Chalhoub, por outro lado, chama a atenção também para o fato de que os conflitos ocorridos em botequins e quiosques no começo do século mostravam, entre outras coisas, que os trabalhadores frequentavam estes estabelecimentos até "nos interstícios da jornada de trabalho"(129). E como certamente iam lá também para beber, não parece muito descabido sugerir que, em muitos casos, estivessem procurando "complementar" sua alimentação. O médico Fernando Fonseca, na semana anti-alcoólica de 1933, em palestra realizada no microfone da Rádio Sociedade Record, sobre "O alcoolismo na zona rural" faz a seguinte constatação:

"Pela manhã, ao partir para o trabalho, leva o colono a sua garrafa ou litro cheio de bebida. Ao cair da tarde, de regreso a casa, voltam as garrafas e os litros vazios. Já desde a adolescência esse habito se installa na vida do trabalhador da roça".(130)

Ademais, os encontros nos botequins e bares da vida, onde evidentemente se bebia, certamente funcionavam com pontos de sociabilidade operária. Ruth Harris, chama a atenção para a importância que os café franceses - similar do botequim nacional - tinham como elementos de sociabilização dos trabalhadores deste país, onde eles podiam "ler jornais, discutir política, comer e beber sem interferências" funcionando às vezes até como uma "bolsa de trabalho informal"(131). Do mesmo modo, Sidney Chalhoub, lembra, por exemplo, que os botequins no Rio de Janeiro eram a "principal opção de lazer dos pobres do sexo masculino"

onde eles sorvendo goles de "café, cachaça, cerveja ou algum vinho barato" afogavam suas "mágoas da luta pela vida", funcionando como uma espécie de "observatório popular", "centro aglutinador e difusor de informação entre os populares"(132).

Ora, esses aspectos é que os reformadores médicos e psiquiatras não conseguiam vislumbrar, observando, no íntimo, sempre algum tipo de degeneração ou perversão moral. Se algumas vezes apontavam para a relação pobreza-alcoolismo ou mesmo reconheciam que o consumo de álcool pudesse fazer parte do cotidiano cultural popular, via-os com os óculos invertidos do preconceito, impregnados por formulações higienistas e eugênicas de cunho fundamentalmente moral e biológico, antes que verdadeiramente social(133). Por isso concentravam suas campanhas sempre em algum tipo de propaganda moralizadora ou de propostas repressivas determinadas por ações do poder público em direção ao controle da produção, venda e consumo do álcool potável. Ora, na medida em que adotavam esse enfoque biológico e moral exclusivista, as chances de êxito de suas campanhas eram, de fato, muito pequenas. Aliás é possível perceber esse fracasso nos discursos dos próprios psiquiatras. Em 1942, por exemplo, o Secretário Geral da Liga, Odilon Galotti, continuava afirmando que o "álcool era um dos maiores fatores de loucura e criminalidade" responsável imediato, no caso das doenças mentais, por 12% das internações no Hospital Psiquiátrico da Praia Vermelha

(antigo Hospital Nacional) no Rio de Janeiro. Imediato porque, acrescentava o psiquiatra, se se levar em conta os "idiotas, imbecis e epiléticos que devem seu infortúnio ao alcoolismo dos pais" essa percentagem se torna "bem mais elevada"(134). No mesmo ano, o presidente da Liga, Henrique Roxo, baseado em dados da penitenciária de São Paulo coletados pelo médico Moraes e Mello, afirmava - com evidente exagero - que 99,13% dos 1400 criminosos aí localizados eram alcoólatras; 45% cometeram o crime quando alcoolizados; e 81% eram filhos de alcoólatras. Além disso, 100% dos crimes realizados nos sábados "dia em que os operários mais bebem" eram realizados por alcoólatras e 99,67% nos domingos.(135)

Na semana anti-alcoólica de 1944, Adauto Botelho, vice-presidente da Liga e Diretor do Serviço Nacional de Doenças mentais, ainda afirmava, como Riedel em 1922, que o alcoolismo andava "de parrelha e talvez na frente da tuberculose, para cumprir o triste desígnio de corromper os povos e destruir a vida"(136). Em 1947, no último número dos *Archivos*, uma coluna intitulada "Novidades em psiquiatria", apresentava os números do imposto sobre consumo de bebidas alcoólicas de 1945 (Cr\$ 129.357.467,80) e 1946 (Cr\$ 168.079.098,80), estimando que em 1947 subiria a "200 mil contos". E logo a seguir afirma: "triste é dizer que isto se baseia em dados oficiais, prova quão pouco se tem conseguido na campanha anti-alcoólica".(137)

Entretanto, se em 1944 e 1947 era sobretudo esse ar de desolação que imperava nos discursos, na semana anti-alcoólica de 1941 - nesse caso, como veremos, corroborando a idéia de que os psiquiatras esperavam muito das ações do poder público - não foi esse o tom que se pôde observar. De certa forma nota-se um fôlego novo na campanha, a ponto dos organizadores afirmarem o seu "êxito fora do comum" dado o "avultado número de oradores e conferencistas que accederam ao convite da Liga", assim como pela "ampla repercussão dada pela imprensa e pelo rádio", embora limitado ao Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre(138). De fato, nos Archivos de 1942 foram localizadas 11 palestras radiofônicas realizadas nessa semana por eminentes psiquiatras e médicos, onde facilmente se percebe uma grande empolgação nos discursos. Pois bem, uns dias antes da realização da campanha o presidente da Liga afirmava ter tido conhecimento do novo decreto-lei sobre contravenção penal, onde se estabelecia que aquele que "fosse encontrado em estado de embriaguês [teria] prisão simples de 15 dias a 3 meses ou multa de 200\$ a 2 contos de réis"(139). Além disso, cumpriria "prisão simples de 2 meses a 1 ano ou multa de 500\$ a 5 contos de réis quem servi[sse] bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, a quem se acha[sse] embriagado, (...) sofre[sse] das faculdades mentais ou (...) est[ivesse] judicialmente proibido de frequentar lugares onde se consome bebida de tal natureza". E aí conclui:

"Vê-se que muito acertadamente o governo deixa de se limitar a prender no xadrez quem

foi encontrado embriagado durando apenas 24 horas a reclusão. Haverá maior punição e se fará melhor profilaxia antialcoolica.

Verifica-se, por conseguinte, que, no momento atual, aquele que se embriaga, não só pode ser bem informado dos malefícios do álcool(...) como também ficará, no mínimo, quinze dias na cadeia, acarretando, talvez, a prisão de quem lhe forneça a bebida".(140)

Assim, não parece muito despropositado relacionar o recrudescimento do entusiasmo da campanha nesse período à iniciativa governamental de incrementar a severidade da repressão ao consumo e venda de álcool. De qualquer modo, o que se percebe com isso é que os psiquiatras da Liga continuavam depositando muito das suas esperanças no papel intervencionista do Estado, ainda que ninguém mais fosse capaz de defender qualquer tipo de proibicionismo radical depois do fracasso da "lei seca" americana, revogada em 1933(141). Entretanto, no começo da década, logo após a chamada "revolução de 30", a expectativa dos psiquiatras era de franco otimismo com relação a medidas repressivas, até radicais, chegando em alguns casos a buscar estreita colaboração com a polícia. Nos Archivos de 1931, como vimos, depois de afirmar que a "república nova" - de quem se podia esperar o "gesto forte" - havia-se inaugurado sob os "melhores auspícios para os amigos da temperança", tece rasgados elogios ao "desassombrado político, partidário em todos os tempos da repressão legal efetiva do alcoolismo - o Sr. Dr. Baptista Luzardo, digno Chefe de Polícia do Distrito Federal" em virtude das "especiaes deferencias" feitas por este aos diretores da Liga e também pelo louvor público "dirigido às campanhas de nossa instituição"(142). Do mesmo

modo, em 1933, a Liga transcreveu nos Archivos o documento que enviou a Felinto Müller, novo chefe de polícia, sugerindo providências em relação ao combate ao alcoolismo. Afirma também ter recebido, "sem tardança", resposta deste, inclusive com ofício reservado de uma "das mais efficientes delegacias policiais do Distrito Federal em que são fornecidos os nomes e endereços de 5 ébrios"(143).

Assim, nenhum receio em afirmar que a LBHM sempre pautou sua atuação em torno de propostas que, de alguma forma, contavam com a ampliação da esfera de ação do poder estatal, o que, entretanto, não deve ser visto como sinônimo de pura repressão. A própria criação da instituição se deu num contexto de ressurgimento de um nacionalismo militante, cuja vertente médico-sanitária, onde ela evidentemente se inseria, se posicionou sempre a favor de medidas que impunham a presença de um Estado forte e interventor, o qual, apoiado nos diagnósticos e soluções dos técnicos do setor tivesse condições de enfrentar os graves problemas de saúde pública no Brasil.

Conforme aponta M.C. Pereira Cunha, desde o final dos anos 20 que a eugenia e a medicina mental vinham articulando uma "representação orgânica da sociedade, imagem biológica de harmonia e complementariedade entre partes de um mesmo corpo social". Nessa representação, acrescenta a historiadora, ao Estado cabia o lugar de honra, vale dizer, de "cérebro que compatibiliza[va] e coordena[va] as funções do organismo social"(144).

Aliás, não seria nenhum exagero sugerir que a medicina mental foi um dos focos centrais - e talvez iniciais - de articulação de um novo discurso racionalizador do conflito social. Com efeito, realizando operosamente sua tradicional vocação social e política, a psiquiatria, sobretudo nessa sua fase de higiene mental, lançava apelo a toda uma estratégia de "psiquiatrização" dos conflitos oriundos do mundo do trabalho, acusando frequentemente os movimentos reivindicativos de indisciplina resultante de algum tipo de distúrbio do sistema nervoso. Veja-se, por exemplo, o comentário feito por Ernani Lopes de um livro chamado *Higiene Mental do Operário*, que resenhava para os Archivos, onde o psiquiatra chega ao limite de patologizar toda uma categoria de trabalhadores. Baseados nas informações colhidas no tal livro acerca do trabalho incessante dos gráficos, propensos, segundo o mesmo, a sofrerem distúrbios psíquicos, chama a atenção das autoridades públicas e das "nossas adiantadas empresas jornalísticas, pois, sem dúvida, há de, em parte, encontrar-se nesse estado de morbidade nervosa a explicação das fáceis revoltas e da adoção impulsiva das doutrinas extremistas por parte da laboriosa classe dos gráficos" (145).

Interessante ressaltar, nesse caso, é o paternalismo claramente despolitizador embutido na fala desse alienista, perceptível através da terminologia elogiosa utilizada. Ao mesmo tempo que aponta os distúrbios psíquicos resultantes do tipo de trabalho realizado pela categoria como uma das

causas do seu constante movimento de reivindicação, identifica-os como uma "laboriosa classe" - dando a entender que, em verdade, esses laboriosos trabalhadores não poderiam nem ser responsabilizados pela frequente situação de revolta em que se encontravam, pelo simples fato de que desconheciam as reais causas dessa sua recorrente condição de insubordinação. Apenas eles, os especialistas da boa higiene psíquica, seriam capazes de esclarecer as razões dessa situação, e portanto, os únicos que se encontrariam instrumentalizados para oferecer as soluções higiênicas e (psico)técnicas necessárias à resolução dessa patologia trabalhista.

Aqui, um belo exemplo de agenciamento científico com o intuito de equacionar tecnicamente os conflitos sociais. Nesse caminho, não se tratava mais de uma luta política e social num contexto de acirramento dos conflitos de classe, e sim um puro desequilíbrio mental que, nas palavras de um outro psiquiatra, geram frequentemente "paixões, crimes, ideas extremistas, reivindicadoras ou revolucionárias" (146).

Em certa medida, desde que a higiene mental ocupou o proscênio dos programas psiquiátricos o tema da racionalização do trabalho (e do trabalhador) tornou-se uma preocupação da medicina mental. A formação de um operário disciplinado, moralizado, adaptado às exigências da nova ordem urbano industrial será, doravante, assunto sobre a qual a medicina mental brasileira se debruçará de corpo e

alma. Sobretudo nesses tempos modernos regidos pelos signos do progresso e da indústria, era preciso estar de olhos abertos, atentos ao seu avesso. Todo esse progresso poderia se ver ameaçado pelo desequilíbrio moral e mental que andaria a par com a civilização da máquina.

Discutindo a importância do "elemento psychico no trabalho humano" o ex-deputado federal e professor de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, Carlos Penafiel, colaborador da "Seção de Estudos sobre Legislação Social" da Liga, inicia seu artigo afirmando o seguinte:

"Esses trabalhos de Hercules, que realiza a machina na industria moderna, actividades febricitantes impossíveis com o músculo humano, assim também com o músculo animal, mas que vieram requerer muito mais das qualidades cerebraes do operariado que de suas qualidades physicas, - crearam neste meio século ultimo, novos problemas médicos psycho-physicos que estão a desafiar a hygiene publica, ou mais especialmente a Hygiene Mental.

As consequencias, já actualmente apuradas em inqueritos memoraveis da grande industrialização moderna e nas transformações a esperar, em futuro mais ou menos próximo, - são por si sufficientes para compreender que o homem não trabalha sinão muito raramente, como um motor physico: trabalha e operará cada vez mais como um aparelho psycho-physiologico."

Em função disso, conclui o médico:

"É chegada a hora decisiva dos médicos, dos psicólogos, correrem em auxilio dos engenheiros e da mecânica industrial, e, além das fábricas enveredarem pelas escolas a dentro, qual novos profetas a iluminar, a dirigir, o grande princípio do treinamento psíquico."(147)

Em São Paulo, essa hora decisiva já tinha sido percebida até por alguns industriais desde o final da 1ª Guerra Mundial, como atestam as experiências de Roberto Simonsen em

suas empresas, e anos à frente, de Nogueira Filho numa fábrica de tecidos em São Caetano (148). Entretanto, de acordo com Maria A.M. Antonacci, em seu estudo sobre o tema, foi com o objetivo de quebrar o poder do operariado "que aplicava seus conhecimentos sobre o processo de trabalho no sentido de controlar a produção" e também o "mercado de trabalho", que os industriais paulistas passaram a aplicar "métodos e técnicas de administração científica ampliando a expropriação da força de trabalho e aprofundando seu domínio".

Segundo a autora, a situação de profunda luta social em São Paulo no imediato pós-guerra, atestada por inúmeras greves que denunciavam os "rigores dos regulamentos das fábricas em termos de horários, cadências, normas disciplinares, prolongamento da jornada de trabalho com maior utilização do maquinário, fixação de remunerações constrangedoras ao máximo de rendimento", estavam a indicar que uma profunda "reorganização no plano da técnica, do trabalho e do salário estava em curso em certos setores da indústria paulista (...) minando as estratégias operárias no controle do processo de trabalho"(149). Assim, é no curso desse processo de disciplinarização operária que se abre espaço para a inclusão de um novo campo de estudos consagrado ao tema da psicologia industrial ou higiene mental aplicada ao trabalho. Com efeito, acrescenta a historiadora, foi "propondo dispor cada operário na tarefa onde se mostrasse mais produtivo e onde fossem reduzidas as

insatisfações, o absenteísmo, a negligência, a rotatividade, o 'freio' e as inúmeras hostilidades aos novos ritmos, natureza e condições de trabalho" que os "princípios e instrumentos da fisiologia e da psicologia industrial secundaram os objetivos do taylorismo." (150)

O quadro de lutas operárias do mesmo período no Rio de Janeiro, sugere uma situação semelhante. Os anos pós primeira guerra mundial são apontados como de grande acirramento dos movimentos reivindicativos, com seguidas greves que atingem seu ponto mais alto na conjuntura de 1917-1920 (embora os anos 1903 e 1911-1912 também sejam reconhecidos como de constantes greves), ocorrendo até uma greve geral em 1917 e uma tentativa insurrecional em 1918 (151). Indícios de que, também na capital, os operários procurassem obter o controle do mercado de trabalho são apontados em diversos estudos, salientando tratar-se claramente de "uma arma de ataque ao patronato e de mobilização entre os trabalhadores" (152).

Nesse sentido, a perspectiva de impor estratégias de racionalização do mundo do trabalho fabril, apontando para o objetivo de quebrar uma "sólida tradição de trabalho" operária, era certamente uma das metas dos psiquiatras da Liga ao se apropriarem do instrumental "científico" da psicologia. É claro que, no lugar que se viam de técnicos/especialistas da boa higiene mental, sua preocupação será apresentada frequentemente como decorrência do nobre intuito de buscar apenas uma melhor adaptação

psíquica do trabalhador. Entretanto, em alguns discursos essa intenção se apresenta sem máscaras. Sugerindo à LBHM o que ela deveria fazer no domínio psicológico, Penafiel afirma que a instituição,

"pode dar-se à tarefa de organizar um systema que possa, por meio de perícias de um Instituto apropriado, collocar methodicamente a experiência technica medico-psychologica a serviço do Commercio e da Indústria moderna.

As tres directrizes principaes dessa ordem de investigações devem relacionar-se , segundo as melhores autoridades no assumpto, com as três questões praticamente mais importantes para o homem de negócios e para o industrial em busca de bons collaboradores e operários úteis.

1º - Como conhecer as qualidades mentaes que fornecirão o melhor rendimento para os trabalhos a executar;

2º - Que condições psychologicas asseguram o melhor e o mais considerável rendimento do trabalho;

3º - Que meios educativos elevarão ao máximo as faculdades de que a Indústria e o Commercio têm necessidade" (153).

A questão é clara: com o concurso de técnicas médico-psicológicas oferecer ao industrial operosos trabalhadores úteis, adaptados e disciplinados, isto é, sem "idéias mórbidas de reivindicação, delírios pleitistas" (154), e que melhorem o rendimento do trabalho, vale dizer, a produtividade industrial.

Sendo assim, será por intermédio da chamada psicotécnica ou psicologia dos testes e aptidões, cuja tarefa residiria em "orientar cientificamente a escolha das profissões" de acordo com "as inclinações, as tendências, as capacidades verificadas pelos exames" (155), propiciando ao trabalhador que atingisse o ideal da "alegria no trabalho", que a Liga buscará alcançar esses objetivos (156). Por isso, como

dissemos, desde seus primeiros tempos que a instituição, procurou organizar um laboratório de psicologia experimental, contratando inclusive especialistas estrangeiros, o casal de psicólogos franceses Sr. e Sra. Fessard - por sugestão de Henri Pieron, "preciosa amizade" da LBHM - para implementá-lo:

"O gabinete de psychologia tinha, então, montado numerosos dispositivos destinados á seleção profissional, assumpto de enorme relevância para hygiene psychica do trabalhador" (157).

Havia também efetuado pesquisas sobre a "fadiga dos menores trabalhadores" em estabelecimentos fabris localizados no Distrito Federal, pesquisa essa conduzida pelo professor W. Radecki, polonês que havia sido contratado para organizar o serviço de psicologia do ambulatório de sífilis da Fundação Gaffré-Guinle, e também para dirigir a "parte technica da psychologia experimental" na Liga (158).

Para os psiquiatras passa a ser fundamental, no contexto dos programas de hygiene mental, orientar cientificamente a escolha das profissões, posto que as consequências de se exercer "uma profissão a contragosto" ou "desempenhar uma função sem vocação", são graves: levam os indivíduos a um "estado neurasthenico, ou psychasthenico, e quiçá o motivo adjuvante no despertar de uma crise cyclothimica, maniaco-depressiva". E mais: por vezes são responsáveis por induzi-los "ás intoxicações, particularmente a alcoólica e aos outros venenos chamados sociaes", e, acrescentam, "da intoxicação euphoristica á vadiagem ha um passo como

igualmente outro passo (...) da vadiagem á criminalidade" (159). Por isso, diz o psiquiatra, seus resultados positivos podem ser sentidos tanto no campo propriamente dito da higiene - prevenindo distúrbios nervosos, alcoolismo, "venenos sociaes", vadiagem e até o crime - como no aspecto "sociológico e econômico", posto que certamente "aumentará a produção nacional e crescerá a fortuna pública se cada cidadão trabalhar satisfeito e exercendo o mistér para o qual tem aptidões naturaes." (160)

Além disso, a aplicação de exames psicológicos, conforme o tecnicismo da Liga, por certo evitaria outras complicações, como por exemplo aquelas que decorrem das situações de acidente no trabalho pois é "sabido que estes são mais frequentes nos operários que não tem aptidão para o serviço que exercem". Mais do que nunca naquele momento, com a lei de acidentes no trabalho (1919) em que se "atribui ao patrão, ou ao capital, o encargo de amparar o operário e a sua família, em caso de enfermidade contrahida no serviço, ou em caso de qualquer acidente" é indispensável selecionar cientificamente os trabalhadores tendo em vista que "fazer uma prevenção dos accidentes é poupar-se ao pagamento das respectivas indemnizações" (161).

Até mesmo em relação a problemas de ordem criminal, a inadaptação ao trabalho, decorrente da não aplicação correta dos princípios da boa seleção psicotécnica profissional, era considerada causa importante do surgimento de delinquentes. Segundo Heitor Carrillo, é grande o número de criminosos

que, examinados no manicômio judiciário, mostravam uma "discordância entre o seu feitio psicológico e a natureza do trabalho que se dedicavam", sendo isso "um fator anti-higiênico importante (...) de grande monta na respectiva atuação anti-profissional". Conclui então que a "fraca resistência às solicitações criminais (...) tiveram na vida profissional mal adaptada um motivo para sua desastrosa evidência" (162).

Apesar de todo esse potencial benéfico dos serviços de psicologia experimental apontando pelos psiquiatras, com suas finalidades de orientação, seleção e adaptação profissional, parece que, no Brasil, segundo informam, a sensibilidade dos industriais e autoridades públicas para o problema ainda não dera os frutos desejados. Como acusa Faustino Esposel em conferência datada de junho de 1929, no Brasil "pouco se tem feito nesse assumpto" (163). Esse desabafo do psiquiatra, entretanto, deve ser lido com cautela: possivelmente trata-se de uma observação muito mais relacionada com o que vinha acontecendo na capital, indevidamente generalizada por Esposel, posto que, em São Paulo, como já se disse, parece que o assunto, pelo menos, não vinha sofrendo esse desprezo que o autor aponta, e os psiquiatras da Liga provavelmente alguma informação tinham disso já que, Pacheco e Silva, membro mais expressivo da medicina mental paulista, colaborador frequente da LBHM, encontrava-se, junto com outros cientistas, à testa desse movimento (164).

Na ótica dos psiquiatras da Liga essa falta de atenção ao problema decorria, como de costume, da prática política mesquinha, menor, que imperava no país, ainda distante dos objetivos mais elevados de uma gestão racional, científica, da coisa pública:

"Entre nós (...) o que chamam política absorve e faz esquecer aquilo a que se deveria chamar política, mas esperemos confiantes que os nossos governantes, os nossos estadistas, em comunhão com os nossos técnicos, os nossos psicólogos, e os nossos filósofos resolvam brevemente esse problema de tão grande alcance humanitário, patriótico e nacional" (165).

Finalmente, segundo entendem, parece que esse momento se aproximava com o "novo estado de cousas na política" instituído com a entrada em cena do governo de Getúlio Vargas. Com efeito, o vislumbre de um Estado mais intervencionista, afastados os pruridos liberais de "salvaguarda dos direitos do indivíduo" (Farani) ou de defesa "dos melindráveis direitos individuais" (Kehl), evidentemente é recebido com indisfarçada satisfação. Veja-se o entusiasmo de Henrique Roxo, presidente da instituição em 1937, com a chegada do governo autoritário do Estado Novo, saudado como a glorificação desse processo técnico-intervencionista. De forma explícita na apresentação dos *Archivos* de 1938, o psiquiatra lembra a necessidade da Liga "trabalhar concordemente com o governo, amparado sempre pela sua boa vontade, ainda mais que um governo como o nosso oferece a vantagem de simplificar as leis" (166)

Assim, em 1932, apesar dos problemas financeiros que dificultam a publicação do novo número dos *Archivos*, o editorial anuncia uma nova fase, onde finalmente é possível encontrar no poder público "administradores clarividentes que o honraram com o mais decidido apoio, proporcionando-lhe os meios de dar início em ótimas condições a uma série de trabalhos especializados" (167). Parte desse otimismo está relacionado à assinatura de um contrato com a prefeitura, cujo objetivo principal seria a manutenção de um ambulatório de psiquiatria gratuito, em local cedido pelo poder municipal, onde seriam atendidos os "nervosos e pequenos psychopathas enviados ou não pela Assistência municipal". Pelo contrato a Liga deveria também realizar exames neuropsiquiátricos que a assistência municipal solicitasse, instalar um gabinete de psicologia para atender os doentes do ambulatório e os alunos das escolas públicas. Em contrapartida a prefeitura daria uma generosa subvenção anual e ofereceria os estabelecimentos municipais para a instalação desses serviços, além de ceder enfermeiros e funcionários (168). Apesar do otimismo com que é recebido esse acordo, tudo indica que a prefeitura não se preocupou muito em cumprir o contrato firmado. Logo no Editorial do *Archivos* de outubro/dezembro do mesmo ano, a instituição acusa os "dirigentes das repartições municipais de deixar de atender várias pretensões da Liga expressa em cláusulas do acordo" (169). O resultado foi que, no ano seguinte, a prefeitura comunica que o contrato havia se expirado e que

não existia "no orçamento de 1933 nenhuma dotação para os serviços da Liga" (170).

Todavia, a expectativa de uma fase positiva para os destinos da Higiene Mental no Brasil estão, na ótica dos psiquiatras, longe de arrefecer. No mesmo ano de 1932 é acusada a nomeação para a pasta de Educação e Saúde Pública, do "neurologista e psiquiatra illustre" Washington Pires, membro da Liga, que imediatamente escolhe para o cargo de Diretor Geral da Assistência a Psicopatas, nada mais nada menos que Gustavo Riedel, fundador e primeiro presidente da LBHM - que passa então a "chefiar o serviço onde mais efficientemente poderiam desenvolver novas iniciativas no campo da prophylaxia mental" (171).

Municiada desse entusiasmo e certamente mordida pelo malogro da experiência com a prefeitura - chegam a afirmar textualmente que já que não lhes haviam proporcionado "os meios para realizar o mais fácil deliberamos provar que realizaremos o mais difícil" (172) - partem então para uma iniciativa que consideram arrojada: organizar uma clínica para atendimento infantil, velha aspiração da instituição embora "apenas como cousa futura", chamada "Clínica de Eufrenia", semelhante às "Clínicas de hábitos" existentes nos Estados Unidos. Em verdade, dentro dos programas de eugenia da instituição a questão da infância sempre ocupou lugar de destaque. E não poderia ser de outra maneira: a criança, diante da pesada herança pretérita, representava o bálsamo do futuro viável. Através de decididas medidas de

eugenia seria possível moldá-la, "cera molle e plástica" que era como dizia o psiquiatra, sinalizando para uma sonhada "idade de ouro" da nacionalidade. Entretanto, no meio do caminho havia uma pedra: o passado, esse risco racial de aproximadamente 400 anos que era preciso, antes de qualquer coisa, solucionar - ou sepultar - em prol do futuro da nação. Nesse caso, a imigração era o principal tema em pauta.

NOTAS

1. Existem informações contrastantes sobre a data de fundação da LBHM, com certos psiquiatras identificando sua criação nos "últimos dias de 1922", como Ernani Lopes e Mirandolino Caldas e até o próprio Riedel. Entretanto, nos "Arquivos Brasileiros de Higiene Mental" (ABHM) de 1941 - publicação oficial da instituição - é reproduzida a ata de fundação da Liga, cujo registro no Cartório Alvaro de Teffé, data de 26 de fevereiro de 1923. Além disso, nessa mesma ata são citadas reuniões ocorridas nos dias 20, 23 e 25 de janeiro de 1923, na residência de Juliano Moreira e no Salão de Conferências da Colônia de Alienados do Engenho de Dentro, com a presença de vários médicos e psiquiatras, onde teria sido combinado a fundação de uma "associação de Hygiene Mental". Ata de Fundação da Liga em 1923, In: ABHM, ano XIII, nº 1, Julho de 1941, pp. 91-95.
2. CALDAS, Mirandolino. "A Hygiene Mental no Brasil", In: ABHM, ano III, nº 03, março de 1930, p. 71; Actas e Trabalhos da LBHM - Sessão do Conselho Executivo de 14.02.1925. In: ABHM, ano I, nº 01, março de 1925, pp. 209-210.
3. Só para citar alguns nomes de colaboradores: Juliano Moreira, A. Austregesilo, Miguel Couto, Henrique Roxo, Fernando Magalhães, Conde Affonso Celso (todos presidentes de honra), Carlos Chagas, Manoel Bonfim, Roquette Pinto, Lemos Brito, J.P. Fontenelle, Moncorvo Filho, Gastão Cruls, Carneiro Leão, Renato Kehl, Afranio Peixoto, Eucristo de Moraes, Jonathan Serrano, Pacheco e Silva, Ulisses Pernambucano etc... (esses 2 últimos, delegados regionais). O Conselho Executivo composto de 12 membros era o seguinte: Heitor Carrilho, Carlos Penafiel, Miguel Osorio, Faustino Esposel, Júlio Novaes, Murillo de Campos, Fernandes Figueira, Zopyro Goulart, Alberto Farani, Mauricio de Medeiros, Humberto Gotuzzo, Olavo Rocha. Teve como primeiro presidente, Gustavo Riedel; vice-presidente, Plenio Olinto; secretário geral, Ernani Lopes. Estatutos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. In: ABHM, ano I, nº 01, março de 1925, p. 223.
4. Os Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, órgão oficial da Liga, começou a ser publicado em 1925. Porém devido ao corte da subvenção federal, ficou 3 anos fora de circulação, retornando em 1929. Manteve-se regular até 1935, interrompendo-se de novo em 1936-1937 e voltando a cena de 1938 a 1947.
5. Esses serviços serão apresentados ao longo da dissertação.

6. "Estatutos da Liga Brasileira de Hygiene Mental, In: ABHM, ano I, nº 01, março de 1925. pp. 223-234.
7. RIEDEL, Gustavo. L'hygiene Mentale au Brésil. Memoire presenté au Congrès International de Propaganda de l'Hygiène Sociale et de l'éducation prophylactique. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1923. pp. 26-27.
8. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A Questão Nacional na Primeira República, Brasiliense, SP, 1990. cap. 7 ("O nacionalismo militante") pp. 145-168; TRINDADE, Hélió. Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30), SP. Difel, 1974. pp. 19-34.
9. "Estatutos da Liga Brasileira de Hygiene Mental". In: op.cit.
10. Ver sobre o relatório Neiva-Pena: SANTOS, Luiz A. de Castro. "O Pensamento Sanitarista na Primeira República: uma ideologia de Construção da Nacionalidade", In: Dados, vol. 2º, nº 02, RJ, pp. 193-210.
11. COSTA, Nilson do Rosario. Lutas Urbanas e Controle Sanitário, Ed. Vozes, 1985, RJ, pp. 95-98; BRITTO, Nara e LIMA, Nísia Trindade. Saúde e Nação: A Proposta do Saneamento Rural. Um Estudo da Revista Saúde (1918-1919), Casa de Oswaldo Cruz, Estudos de História e Saúde nº03, maio, 1991, RJ.
12. COSTA, Nilson do Rosario. op.cit.
13. Apud: BOMENY, Helena "Novos Talentos, Vícios Antigos: os renovadores e a política educacional". In: Estudos Históricos, nº 11, Editora Fundação Getúlio Vargas, janeiro-junho 1933, pp. 24-39.
14. RIEDEL, Gustavo.. Os factores dysgenisantes do "habitat' brasileiro, em synthese, memória apresentada ao VI Congresso Latino Americano de Havana, RJ, Typ. do Jornal do Commércio, de Rodrigues e C., 1922.
15. Id. "Assistência a Alienados", In: Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Imprensa Nacional, 1924, p. 1000.
16. "A Inauguração do Ambulatório Rivadavia Corrêa", In: Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria, RJ, ano II, 1920. p. 190.
17. STEPAN, Nancy. op.cit. Nesse instigante trabalho, a autora mostra que as fontes de influência centrais do movimento eugênico brasileiro foram predominantemente francesas, onde então uma biologia de base lamarckiana

se impôs. Decorrência dessa inspiração, que aposta na herança dos caracteres adquiridos, é que se pôde, segundo Stepan, assumir uma série de medidas tipicamente higiênicas e educativas como fortalecedoras da herança racial brasileira e por conseguinte eugênicas.

18. LUZ, Madel. *Medicina e Ordem Política Brasileira - Políticas e Instituições de Saúde (1850-1930)*, Graal, 1982. pp. 173-187.
19. Noticiário - A Contribuição de Hygiene Mental no 2º Congresso Brasileiro de Hygiene. In ABHM, ano I, nº 01, março de 1925, p. 193.
20. Id. Apesar do otimismo, algumas restrições puderam aparecer no Congresso. O médico Amaury de Medeiros, no discurso inaugural deste, ao mesmo tempo que reconhece o novo campo de higiene ocupado pela higiene mental, adverte que é "preciso saber bem distinguir as causas e não ter a illusão de que devemos organizar a todo transe, um custoso aparelhamento de hygiene mental ou criminal no Brasil, quando estamos fartos de saber que a maioria das nossas cidades bebe água impura, não tem esgotos, e ainda vê morrer gente, de prophylaxia fácil como a varíola". Apud. LUZ, Madel, op.cit. p. 180.
21. "Actas e Trabalhos da LBHM - Sessão do Conselho Executivo de 14.02.1925". In: ABHM, ano I, nº 1, março de 1925. pp. 210-211. As conclusões do relator oficial, em número de 10, de fato contemplam diversos tópicos de higiene mental congruentes com os projetos da Liga como: combate ao alcoolismo; ensino de higiene mental nos cursos de Medicina e Direito e nas Escolas Normais; exame físico e mental do imigrante; atestado de saúde para casamentos; ampliação dos serviços psiquiátricos "abertos" etc...
22. Noticiário - A contribuição de Hygiene Mental no 2º Congresso Brasileiro de Hygiene, In: ABHM, ano I, nº 01, março de 1925. p. 195.
23. RIEDEL, Gustavo. Os factores dysgenisantes do habitat brasileiro, em synthese, RJ, Typ. do Jornal do Commercio, 1922. p. 03.
24. Apud: SCHWARCZ, Lilia Maritz. *O Espetáculo das Raças - Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*, Companhia das Letras, SP, 19193. p. 92.
25. SKIDMORE, Thomas. op.cit. pp. 199-203.
A sugestão de que Lobato alterou seu ponto de vista por influência do relatório de viagem Neiva-Pena aparece em THIELEN, Eduardo V. e SANTOS, Ricardo Augusto. "Monteiro Lobato e a fotografia como diagnóstico". In: *Cadernos da*

Casa Oswaldo Cruz, nº01, vol. 1, novembro de 1989, pp. 44-50.

26. STEPAN, Nancy. *op.cit.*, p. 372-373.
27. LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*, Papirus/Ed. da Unicamp, 1986, p. 124; STEPAN, Nancy, *op.cit.* pp. 372-373.
28. ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*, Companhia das Letras, SP, 1989, p. 209.
29. RIEDEL, Gustavo. *Os factores disgenisantes do habitat brasileiro en synthese*, RJ, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues e C., 1922, p. 5.
30. STEPAN, Nancy. *op.cit.* p. 361.
31. Essa inquietação aparece numa resenha de Lopes sobre o trabalho de um americano(?) Horatio M. Pollock (pelo menos foi publicado em uma revista de psiquiatria americana e com dados estatísticos do EUA), onde são repetidas diversas sentenças a respeito da relação entre aumento da loucura x realidade (e mazelas) da civilização moderna, levando, inclusive, o psiquiatra americano a concluir que os "hospícios para doenças mentaes (...), si as condições actuaes não mudarem [leia-se, não se tomarem medidas cabíveis de eugenia e higiene mental], figurarão entre as últimas instituições da humanidade futura". "Resenhas e Analyses. In: ABHM, ano I, nº 02, dez. 1925, pp. 101-103.
32. "Acta da 15ª Sessão ordinária realizada em 11 de setembro de 1919" (Sociedade Brasileira de Neurologia, psiquiatria e medicina legal), In: *Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psychiatria*, ano I, 4º trimestre, 1919.
33. Essa citação foi retirada da resenha de Ernani Lopes do livro "Prophylaxia Mental" de autoria dos franceses, Toulouse, Genil-Perrin e Targowla. Embora seja uma idéia apresentada nesse livro apenas reproduzidas por Lopes, parece correto considerar que o psiquiatra brasileiro concordasse integralmente com ela, tendo em vista a observação que fez em nota de pé-de-página:
"O desejo de ser útil a todos os que, sem serem especialistas, se interessam em o nosso paiz pelos problemas de hygiene mental, nos levou a elaborar uma exhaustiva resenha d'este importante trabalho [gastou 15 páginas com ela] na qual procuramos condensar tudo o que nelle se contém de aproveitável para orientação das realizações nacionaes." "Resenhas e Análises". In: ABHM, ano I, nº 1, março de 1925. pp. 165-181.

34. "Os cursos, as Conferências, os Congressos Científicos e a Propaganda pela Imprensa". In: ABHM, ano V, nº 02, out.-dez. de 1932, p. 119.
35. Id. p. 119.
36. LEMOS, Jefferson de. O que é e o que vale a projectada Liga de Hygiene e Prophylaxia Mental, Typographia Alba, RJ, 1924. Em outro momento o autor acrescenta:
"Não há ali [na Liga] uma idéia nova, não é lembrado um alvitre novo. Tudo já tem sido tentado nas clínicas de moléstias nervosas e mentaes. O lado novo é unicamente, como já dissemos, a ameaça à liberdade dos cidadãos, quando ella pretende agir coercitivamente sobre os predispostos considerados taes pela inspiração de um comitê que até lembra os comites de salvação pública das crises revolucionárias (...) Mas não é só isso, bastaria que alguém se sentisse ameaçado com a sentença de uma suposta predisposição ou indicado como portador de germens da loucura, para sentir-se abalado, o que concorreria ainda para atirar aos suggestionáveis e tímidos às portas da alienação mental.
Qualquer prestígio official que se dessa a semelhante Liga, não seria menos do que entregar a meia dúzia de pessoas uma perigosíssima arma. Mesmo aceitando que ellas fossem sempre criteriosas e moralizadas, o que seria difficil, não se poderia illudir que ficariam armados com um odioso privilégio. Seria a criação de uma nova inquisição espiritual, um novo tribunal do Santo Officio."
37. RIEDEL, Gustavo. "Impressões do 1º Congresso Internacional de Hygiene Mental", IN: ABHM, ano III, nº 1930, p. 195.
38. A idéia inicial de um movimento organizado em prol da hygiene mental é citado frequentemente como tendo surgido nos EUA, em 1908, através da figura de Clifford Beers, "philantropho de alta estirpe moral", que curiosamente se interessou pela psiquiatria "por ter tido elle próprio uma psychose funcional que o levou a internação, mas de que se curou radicalmente". (ABHM, ano I, nº02, dez. 1925, p. 153). Após sua cura escreveu um livro intitulado "Um espirito que se encontrou a si mesmo", dando início a uma campanha de divulgação dos princípios da hygiene mental e chamando a atenção para a "necessidade de prevenir as doenças mentaes da mesma forma que se procurava prevenir a tuberculose e outras doenças contagiosas". ("A Hygiene Mental no Estrangeiro", ABHM, ano V, nº 02, out./dez. de 1932, p. 150). Em 1908 criou a "Sociedade de Hygiene Mental de Connecticut", transformando-a no ano seguinte no "Comitê Nacional" de Hygiene Mental com sede em Nova York. Para uma história não triunfante do movimento de hygiene mental nos EUA ver: GROB, Gerald N, Mental Illness and

- American Society (1875-1940), Princenton University Press, EUA. Especialmente o ocapítulo 6, "The Mental Hygiene Movement", pp. 145-178.
39. RIEDEL, Gustavo. "L'Hygiene Mentale au Brésil", Memóire presenté au Congrès International de Propaganda de L'Hygiene Sociale et de l'education prophylactique. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1923. pp. 9-10.
 40. "Assistência a Alienados". In: Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Imprensa Nacional, 1924, p. 95.
 41. Id.
 42. FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I - A Vontade de Saber, Graal, RJ, 1982. pp.111-113.
 43. PORTO-CARRERO. "Remédios Sexuais e Remédios Sociais", In: Psicanálise de uma Civilização, RJ, Ed. Guanabara, [1934], p. 222.
 44. Id. Ibid, pp. 223-225.
 45. Id., "Abortamento Legal". In: Grandezas e Miserias do Sexo, RJ, Editora Irmãos Ponghethi, 1934, p. 35.
 46. CALDAS, Mirandolino. "A Hygiene Mental no Brasil", In: op.cit.. p. 77.
 47. Id. Ibid. pp.74-75.
 48. Id. Ibid. pp.72-73.
 49. Id. Ibid. p. 73.
 50. Id. Ibid. p. 73.
 51. "Relatório apresentado na Assembléia Geral Ordinária de Março de 1929". In: ABHM, ano II, nº 01, outubro de 1925, p. 27.
 52. CALDAS, Mirandolino. "A Hygiene Mental no Brasil", In: op.cit., p. 74.
 53. Id. Ibid.
 54. Id. "Primeiro Congresso Internacional de Hygiene Mental", In: ABHM, ano III, nº 01, jan. 1930,
 55. "Actas e Trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental", IN: ABHM, ano III, nº 07, julho de 1930, p. 267.
 56. Id.

57. CALDAS, Mirandolino. "As Nossas Campanhas", In: ABHM, ano II, nº 02, novembro de 1929, p. 57.
58. ABHM, ano IV, nº 01, jan./fev. de 1931.
59. "Editorial", In: ABHM, ano IV, nº03, junho-outubro de 1931.
60. PORTO-CARRERO, Julio. "O Dever das Elites", In: Psicanálise de uma civilização, RJ, Ed. Guanabara, pp. 215-216.
61. Id. "A Revolta contra os pais", In: op.cit, p. 48.
62. Id. "O Dever das Elites", In: op.cit, p. 212.
63. Id. Ibid, p. 212.
64. Id. Ibid, pp. 214-217.
65. Apud: BOMENY, Helena. op.cit. Bolívar Lamounier em seu estudo sobre a transformação do pensamento político na primeira república, considera que este deve ser entendido basicamente como a "formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade." Essa orientação política, o qual o autor cunhou o termo "ideologia de Estado", era uma espécie de marca registrada da geração de intelectuais autoritários do período e tinha por objetivo "domesticar o mercado, e particularmente o princípio de mercado atuante nas relações políticas". Nesse caso, oito premissas são explicitadas por Lamounier como definidoras dessa "ideologia do Estado", e que apontam, muitas delas, claramente para uma visão que aposta na técnica como forma superior de organização da sociedade: predomínio do princípio "estatal" sobre o "mercado"; visão orgânico-corporativa da sociedade; objetivismo tecnocrático; visão autoritária do conflito social; não organização da "sociedade civil"; não mobilização política; elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política; Leviatã benevolente. LAMOUNIER, Bolívar. "A formação de um pensamento político autoritário na primeira República. Uma interpretação", In: HGCB, O Brasil Republicano III, Difel, SP, 1985, pp. 345-374. Também sobre o papel da técnica como instrumento de neutralização das pressões sociais, isto é, de controle social - neste caso, como política efetiva para os anos 30 - ver: MUNAKATA, Kazumi, A legislação trabalhista no Brasil, SP, Brasiliense, 1981, pp. 62-82.
66. A expressão "reformador social" foi extraída do interessante trabalho de Marta M.C. Carvalho sobre a

- "Associação Brasileira de Educação" (ABE), fundada no Rio de Janeiro em 1924 - exemplo de instituição criada dentro do espírito de Regeneração Nacional. CARVALHO, Marta M. Chagas de A Escola e a República, Ed. Brasiliense, SP, 1985.
67. J.P. Fontenelle, por exemplo, foi vice-presidente da Sociedade Brasileira de Higiene; Membro da Seção de Puericultura e Higiene Infantil da LBHM; presidente da Seção de Higiene da Associação Brasileira de Educação; Inspetor Sanitário do Depto. Nacional de Saúde Pública. Juliano Moreira foi presidente e fundador da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal; presidente honorário e fundador da LBHM, membro da diretoria da Academia Nacional de Medicina, membro da Liga Pró-Sanemaento. Diretor Geral da Assistência a Alienados de 1903 até 1930. Os exemplos de intelectuais/cientistas atuantes em várias instituições se repetiram à exaustão.
68. BOMENY, Helena. *op.cit.*
69. Como exemplo do que estamos chamando "agenciamento científico-psicológico do comportamento" pode ser citada a intensa campanha da Liga contra o que definiam como "maus hábitos e costumes que avassalam a sociedade moderna", o que os levava a publicar periodicamente nos *Archivos* um quadro contendo uma série de preceitos sobre a "pontualidade": "A observância de rigorosa pontualidade em todos os compromissos é uma das mais bellas demonstrações da organização social de um povo. Saibamos, portanto, ser pontuaes: na hora do comparecimento a uma entrevista prefixada; na abertura de sessões de sociedade; nas horas de attender o público nas repartições; nos horários de trens, vapores e outros meios de transporte; no dia da sahida das publicações periódicas; no prazo promettido para a devolução de objetos emprestados; na resposta prompta a cartas, participações e outra espécie de correspondência que nos seja dirigida" *ABHM*, ano III, nº 04, abril de 1930, p. 154.
70. FARANI, Alberto. "Como evitar as proles degeneradas", In: *ABHM*, ano II, nº02, abril-junho de 1934, pp. 174-177
71. "Editorial, *ABHM*, In: ano IV, nº01, jan.-fev. de 1931, p. 01.
72. "Editorial - A 4ª Semana Anti-Alcoolica", *ABHM*, In: ano IV, nº 03, julho-outubro de 1931, p. 168.
73. "Editorial", *ABHM*, In: ano IV, nº 02, março-abril-maio de 1931, p. 92.
74. *Id.*

75. "Editorial - Psychologia e Hygiene Mental", In: ABHM, ano III, nº 09, setembro de 1930, p. 311.
76. "Editorial A 4ª Semana Anti-Alcoolica", ABHM, In: ano IV, nº 03, julho-outubro de 1931, p. 168.
77. "Trabalhos de Anti-Alcoolismo", In: ABHM, ano IV, janeiro-fevereiro de 1931, p. 60
78. "As Nossas Campanhas", In: ABHM, nº 02, novembro de 1929, p. 58.
79. LOPES, Ernani. "A Liga Brasileira de Hygiene Mental na 1ª Conferência Latino-Americana de Neurologia, Psychiatria e Medicinal Legal". In: Annaes da Colônia de Psychopathas do Engenho de Dentro, ano I, 1929, p. 22.
80. "Editorial", In: ABHM, ano IV, nº 01, jan-fev. de 1931, p. 01.
81. "Editorial", In: ABHM, ano IV, nº 02, março-abril-maio de 1931, p. 91.
82. A "lei seca" foi estabelecida nos Estados Unidos em janeiro de 1920, inclusive por alteração Constitucional, a 18ª emenda, que estabelecia o prazo de um ano após sua ratificação para entrar em vigor. Ver: LINK, Arthur S. e CATTON, William B. op. cit. Talvez por isso a afirmação de Ernani Lopes, no seu relatório de 1929, de que na "nossa agremiação, a maioria julga, como o Prof. Couto, ser o proibicionismo a medida ideal, não havendo, porém, talvez, ninguém que fosse, aqui, favorável a promulgação imediata de uma lei secca me nosso meio".
83. LESSA, Severino. "Como resolver o problema do alcoolismo no Brasil" In; Archivos Brasileiros de Medicina, ano XVII, 1927, p. 1011.
84. Id. Ibid.
85. "Editorial", In: ABHM, ano IV, nº 02, março-abril-maio de 1931, p. 91.
86. Id.
87. "Actas de Reuniões da LBHM", In: ABHM, ano VIII, jan/set. de 1935, p. 152.
88. ROXO, Henrique. "Problemas da Higiene Mental". In: ABHM, ano XI, nºs 01, 02, 03, 04, janeiro-dezembro de 1938, pp. 10/11.

89. "Actas de Reuniões da Liga". In: ABHM, ano VIII, jan.-set. de 1935, p. 152.
90. Expressão empregada por ESPOSEL, Faustino, "Malefícios do Álcool" In: ABHM, ano IV, nº 03, julho-outubro de 1931, p. 214.
91. ROXO, Henrique. "Hygiene Mental". In: ABHM, ano I, nº 02, dezembro de 1925, p. 02.
92. O editorial dos Archivos assim se manifestara "Na verdade, são innumerous os mal-entendidos que todos os dias se verificam, pelo facto de suppõem muitas pessoas que a Lyga Brasileira de Hygiene Mental sómente se dedica a combater o alcoolismo." "Editorial - Liga de Hygiene Mental não é synonimo de Liga Anti-Alcoolica", In: ABHM, ano VI, nº 03, julho-setembro de 1933, pp. 193-194.
93. RIEDEL, Gustavo. "Os factores dysgenisantes do habitat brasileiro, em synthese, RJ., Typ, do Jornal do Commercio, 1922, p. 12.
94. Id. Ibid.
95. ROXO, Henrique, op. cit., p.02.
96. Id. Ibid.
97. Ver: HARRIS, Ruth, op. cit., p. 266.
98. "Inimigo da raça" foi o título de palestra de Fernando Magalhães na 3ª Semana Anti-alcoólica, ABHM, ano II, nº 02, 1929, p. 81. O psiquiatra Waldemar de Almeida, em reunião da Sociedade de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, em 1919, afirmava que o alcoolismo era um "flagello social" que "degenera[va] a raça, arruina[va] as energias, avilta[va] as mentalidades, degrada[va] os sentimentos maiores e anniquilla[va] as collectividades." Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psychiatria, ano I, 1919, p. 432.
99. MOREIRA, Juliano. "Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil ", In: Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e sciências affins, RJ, ano I, nº 01, abril de 1905, pp. 52-58.
100. RIEDEL, Gustavo. op. cit., p. 10.
101. Id. Ibid., pp. 13-14.
102. Id. Ibid., p. 14-15. Entretanto, parece que esse decreto ficou no papel pois as reivindicações junto ao governo para que criasse "Reformatório para alcoolistas" ou "Colônia para alcoolistas", se fizeram ouvir em diversos

momentos, como, por exemplo, em 1929, através de Juliano Moreira em artigo cujo título era justamente, "Reformatórios para Alcoolistas", ABHM, ano II, nº 02, nov. 1929. Em 1931 ele novamente se pronunciava: "O facto é que estamos em 1931 e os alcoolistas continuam a perturbar não sómente a tranquilidade pública, como ainda a bôa ordem dos manicômios." "Assistência aos bebedores", In, ABHM, ano VI, nº 02, abril-junho de 1933. Em 1939 foi a vez de Henrique Roxo que reivindicava "Colônia para alcoolistas". "Problemas de Higiene Mental", In: ABHM, ano XI, nºs 01, 02, 03, 04, janeiro-dezembro de 1938, p. 10.

103. RIEDEL, Gustavo, op. cit., p. 15.
104. "Noticiário - A Contribuição da Hygiene Mental no 2º Congresso Brasileiro de Hygiene", In: ABHM, ano I, nº 1, março de 1925, p. 200.
105. Id.
106. ROXO, Henrique, op. cit., pp. 02 e 03.
107. PORTO-CARRERO, Julio P. "Ainda sobre o Alcoolismo" In: *Ensaio de Psychanalyse*, RJ, Editores Flores e Mano, 1929, pp. 106-107.
108. "Contra o Alcoolismo: em favor da Hygidez Mental", In: ABHM, ano I, nº01, março de 1925, pp. 147-152.
109. PENAFIEL, Carlos. "O elemento psychico no trabalho humano", In: ABHM, ano I, nº 02, dezembro de 1925, p. 15.
110. "Contra o Alcoolismo em favor da Hygidez Mental", In: ABHM, ano I, nº 01, março de 1925, p. 151.
111. LESSA, Severino, op. cit., p. 1008-1009.
112. "Editorial". In: ABHM, ano IV, nº02, março-abril-maio de 1932, p. 90.
113. MORAES, Evaristo. "O alcoolismo", In: *Ensaio de Patologia Social*, Apud: SANTOS, Fernando Sergio Dumas. *Alcoolismo: Algumas reflexões acerca do imaginário de uma doença*, mimeo, p/d.
114. LOPES, Leme. "Sobre a frequência de internação por alcoolismo em estabelecimento particular para psychopathas" In: ABHM, ano III, nº 09, setembro de 1930, pp. 346-352.
115. Id.

116. ESPOSEL, Faustino, *op. cit.*, p. 313.
117. Conforme aponta Thompson, no capitalismo o tempo que importa regular não é só o tempo útil do trabalho, mas sim todo o tempo de vida e existência do trabalhador. Ver: THOMPSON, E.P., "Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial", In: *Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase*, Barcelona, Editorial Critica, 1979, p. 285.
118. NOGUEIRA, Otavio Pupo, *A indústria em face da lei do trabalho*, Apud: VIANNA, Luiz Werneck, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, RJ, Paz e Terra, 1976, p. 79.
119. "As Nossas Campanhas", In: ABHM, ano II, nº 02, novembro de 1929, p. 59.
120. "Trabalhos de Anti-Alcoolismo", In: ABHM, ano II, nº 02, novembro de 1929, p. 86.
121. *Id.*, p. 92.
122. Sobre a questão da mulher em geral, mas particularmente da francesa, consultar: PERROT, Michelle, *Os excluídos da História*, RJ, Paz e Terra, 1988. Especialmente a parte II, "Mulheres" pp. 167-231, onde constam 3 interessantes artigos sobre o tema.
123. BRITTO, Alfredo. "O Alcoolismo e a Mulher", In: ABHM, ano III, nº 06, junho de 1930, p. 205.
124. CRUZ, Cunha. *O Problema do Alcoolismo no Brasil*, Apud: SANTOS, Fernando S. Dumas dos, *op. cit.*
125. OLIVEIRA, Walderedo Ismael de "O Alcoolismo em Pernambuco: Estudo estatístico", RJ, 1955, p. 10 (artigo reimpresso dos Arquivos de Neuro-Psiquiatria, SP. vol. III, nº01, 1945).
126. *Id.* *Ibid.*, pp. 05-09.
127. Conforme sugeria Miguel Couto na sua comunicação na 3ª Semana anti-alcoólica. ABHM, ano II, nº02, novembro de 1929, p. 79.
128. DAMAZYO, Silvia F. *Trabalho Fixo, Trabalho Flutuante: Condições de vida das classes Populares 1889-1910*, mimeo, Casa de Cultura Lauro Alvim/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, pp. 10-11.
129. CHALLOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*, SP, Brasiliense, 1986, p. 174.
130. FONSECA, Fernando. "O Alcoolismo na Zona Rural", In: ABHM, ano IV, nº 04, outubro-dezembro de 1933, p. 297.

- 131.HARRIS, Ruth, op. cit., p. 290.
- 132.CHALLOUB, Sidney, op. cit., pp. 172-173 e 213.
- 133.É interessante observar como os argumentos dos anarquistas e comunistas contra o consumo alcoólico se aproximava ao dos higienistas médicos e psiquiatras. Embora se orientassem por motivos políticos diversos, a condenação da bebida e do bar se explicava com argumentos convergentes, vistos, pois, como flagelos das classes trabalhadoras que destruíam a sua saúde e o seu caráter. Para os anarquistas e comunistas, o operário que se entregava à bebida e à andar pelos bares da vida - esses "antros do vício" - era um trabalhador que se "degenerava" e que se perdia para a tarefa da revolução social. Por isso diziam eles, os capitalistas tinham interesse em levá-los à bebida porquanto dessa forma mantinha-os num estado permanente de ignorância e alienação política. Como argumentava o comunista Octávio Brandão, "o problema do alcoolismo não tem solução à sombra do regime atual, pois o Estado capitalista vive do imposto sobre o álcool e os capitalistas têm interesse em embrutecer as massas laboriosas para continuarem dominando-as". Esse argumento de Brandão mereceu inclusive um comentário de Ernani Lopes lembrando que, sendo o álcool um poderoso redutor do rendimento operário "não seria concebível pretender que um patrão promovesse a diminuição do trabalho do seu empregado". Trabalhos de anti-alcoolismo, In: ABHM, ano II, nº 01, outubro de 1929, p. 14. Sobre a postura dos anarquistas na questão consultar: RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar - A Utopia da cidade disciplinar, RJ, Paz e Terra, 1985, pp. 113-116; BERTUCCI, Liane Maria. Impressões sobre a saúde. A questão da saúde na imprensa operária, São Paulo, 1891-1925, dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1992.
- 134.GALLOTTI, Odilon. "Os perigos do álcool", In: ABHM, ano XIII, nº01, janeiro de 1942, p. 75.
- 135.ROXO, Henrique. "Alcoolismo e Higiene Mental", In: ABHM, ano XIII, nº 01, janeiro de 1942, p. 61.
- 136.BOTELHO, Adauto. "Alcoolismo e doenças mentais", In: ABHM, ano XV, nº01, novembro de 1944, p. 82.
- 137."Novidades em Psiquiatria", In: ABHM, ano XVIII, nº01, julho de 1947, p. 93.
- 138."A Semana Anti-alcoólica", In: ABHM, ano XIII, nº01, janeiro de 1942, p. 59.
- 139.ROXO, Henrique, op. cit., p. 62.

140. Id. Ibid..

141. A "lei seca" americana foi revogada em 1933 através da 21ª emenda à Constituição. Depois dessa revogação, decorrência do seu evidente fracasso, ficou praticamente impossível defender uma lei dessa para o país. Entretanto, quanto à avaliação dos resultados da medida os psiquiatras continuavam sustentando o seu êxito, afirmando que sua revogação se daria (o texto que baseio o meu comentário é de 1932, antes da revogação, mas pelo tom do psiquiatra parece que isso já era certo) por culpa dos "beberrões de casaca que transformaram em desporto a violação da lei, cujo fracasso proclamam em todos os tons". Todavia, acrescentava, para as "classes pobres" os seus benefícios foram de "toda ordem". E aí concluía: "Que importa, porém, ao alcoolizador sem entranhas a melhoria das classes pobres. Pobre, de certo, para elle não tem direitos. O que importa, entretanto, e muito, a nós outros, temperantes, é não sermos levados, insensivelmente, a fazer o jogo do alcoolizador poderoso, negando, com elle eficiencia a grande lei prohibicionista, por não ter em vista senão alguns dos seus aspectos de fracasso parcial". "Trabalhos de Anti-Alcoolismo", In: ABHM, ano V, nº01, jan-set. de 1932, p. 73-74.

142. "Editorial - A 4ª Semana Anti-Alcoólica", In: ABHM, ano IV, nº03, junho-outubro de 1931, p. 168.

143. "A Collaboração entre a Policia e a Liga de Hygiene Mental para assistência social aos ébrios", In: ABHM, ano VII, nº04, outubro-dezembro de 1934, pp. 352-353.

144. CUNHA, Maria Clementina P. op.cit.. p. 177.

145. LOPES, Ernani. In ABHM, ano III, nº 07, julho de 1930, pp. 257-258.

146. ESPOSEL, Faustino. "Idéias Gerais", In: ABHM, ano I, nº 01, 1925, p. 105.

147. PENAFIEL, Carlos. "O elemento psychico no trabalho humano". In: ABHM, ano I, nº 01, março de 1925, p. 11.

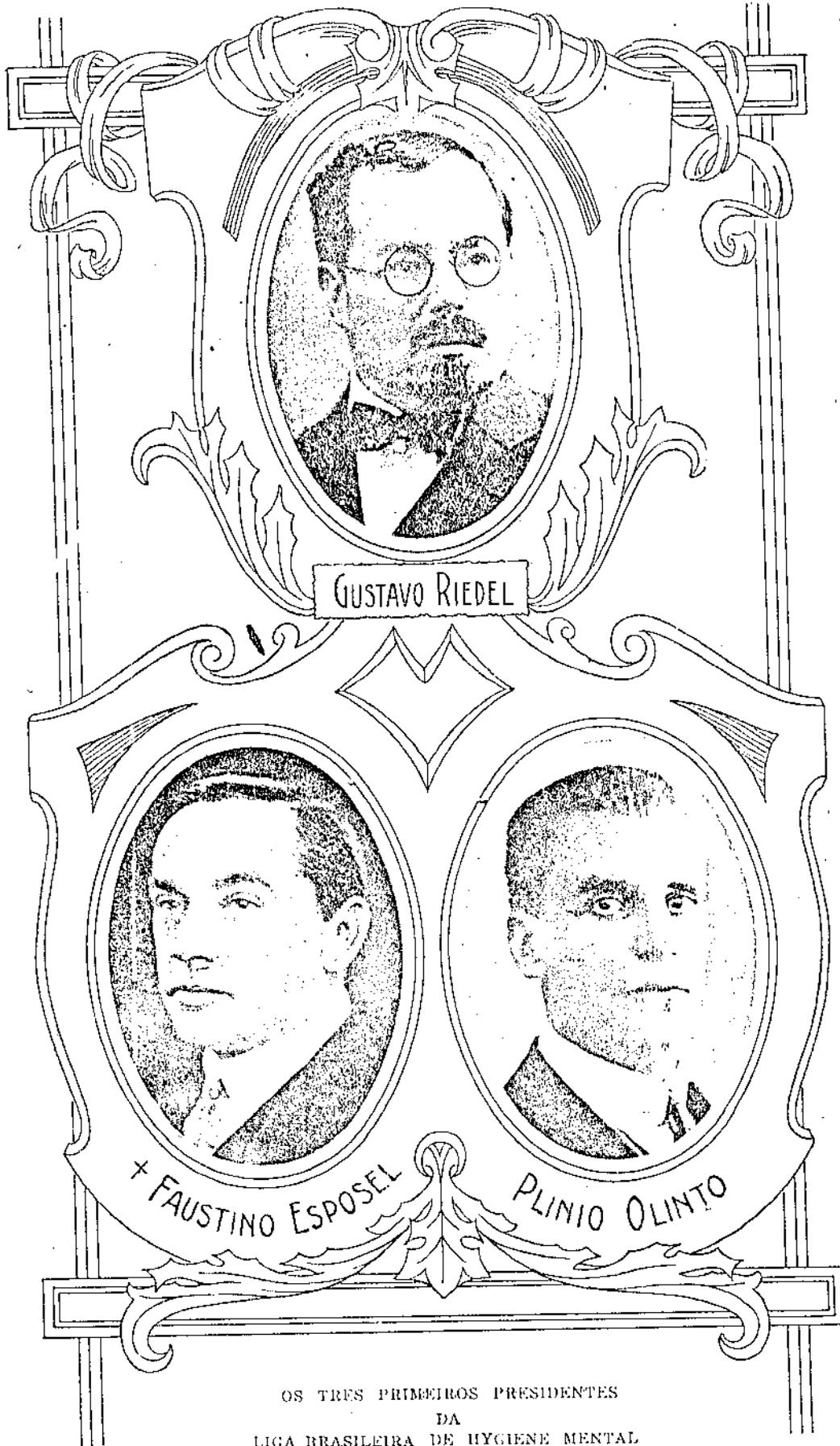
148. ANTONACCI, Maria Antonieta M. "Institucionalizar Ciência e Tecnologia - em torno da fundação do IDORT (São Paulo, 1918-1931)". In: Revista Brasileira de História, São Paulo, Anpuh/Marco Zeno, vol. 7, nº14, março-agosto de 1987, p. 60-63. Especialmente sobre o IDORT ver o trabalho mais amplo de Antonacci, IDORT, A Vitória da Razão, RJ, Marco Zero, 1994.

149. Id. Ibid. p. 64.

150. Id. Ibid. p. 69

151. LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer (coordenação). Rio de Janeiro Operário (1930-1970), Access Editora, RJ, 1992. p. 20-31. ("a situação do operariado no Rio de Janeiro em 1930"); LOBO, Eulalia M. Lahmeyer e STOTZ, Eduardo Navarro "Flutuações Cíclicas da economia, Condições de Vida e Movimento Operário 1880-1930". In: Revista do Rio de Janeiro, vol. 1, nº1, 1985, Niterói pp. 61-86.
152. Id. Ibid. p. 68.
153. PENAFIEL, Carlos. op.cit. p. 13.
154. Expressões retiradas de um discurso da Antonio Carlos Pacheco e Silva. Apud: CUNHA, Maria Clementina Pereira, op.cit. p. 187.
155. ESPOSEL, Faustino. op.cit. p. 106.
156. Expressão retirada do resumo da palestra de Esposel na Liga em 16 de julho de 1929. "Do valor da orientação profissional em hygiene mental". In: ABHM, ano II, nº 02, novembro de 1929, p. 109.
157. "O Laboratório de Psychologia". In: ABHM, ano V, nº02, out-dez de 1932, p. 99.
158. "Actas e Trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental". In: ABHM, ano I, nº 01, março de 1925, p. 219-220. Sobre a vinda de W. Radecki ver: "Noticiário - A Contribuição de Hygiene Mental no 2º Congresso Brasileiro de Hygiene". In: ABHM, ano I, nº 01, março de 1925, p. 201.
159. "Do valor da orientação profissional em hygiene mental". In: ABHM, ano II, nº 02, nov. 1929. p. 109.
160. Ibid. p. 109.
161. Ibid. p. 109.
162. CARRILHO, Heitor. "A delinquência e a Higiene Mental da Pena". In: ABHM, ano III, nº 03, março de 1930, pp. 79-83.
163. "Do valor da orientação profissional..." In: ABHM, ano II, nº02, nov. 1929. p. 109.
164. Pacheco e Silva se tornou inclusive o primeiro vice-presidente do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho). Ver a este respeito: ANTONACCI, Maria Antonieta Martines, op.cit.; CUNHA, Maria Clementina P. op.cit., p. 180-181.
165. "Do valor da orientação profissional" In; ABHM, ano III, nº 03, março de 1930. p. 110.

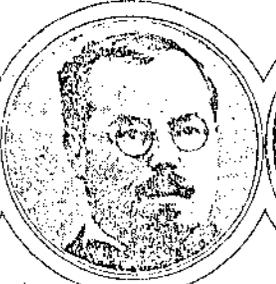
166. ROXO, Henrique. "Problemas de Higiene Mental", In: ABHM, ano IX, jan-dez. de 1938, p. 10.
167. "Editorial". In: ABHM, ano V, nº 01, janeiro-setembro de 1932, p. 01.
168. Boletim da Prefeitura, Diretoria Geral de Assistência Municipal, pp. 278-279.
169. "Editorial",. In: ABHM, ano V, nº 02, outubro-dezembro de 1932, p. 02.
170. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 35.4.17 - Instrução Pública.
171. "Editorial".; In: ABHM, ano V, nº02, outubro-dezembro de 1932, p. 01.
172. Id.



OS TRES PRIMEIROS PRESIDENTES
DA
LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL



JULIANO MOREIRA



GUSTAVO RIEDEL



HENRIQUE ROXO



MAURICIO DE MEDEIROS



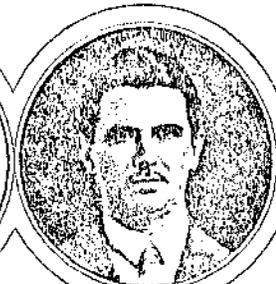
OLYNTO DE OLIVEIRA



HEITOR CARRILHO



RENATO KEHL



MURILLO DE CAMPOS



ADAUTO BOTELHO



HELION POYOA

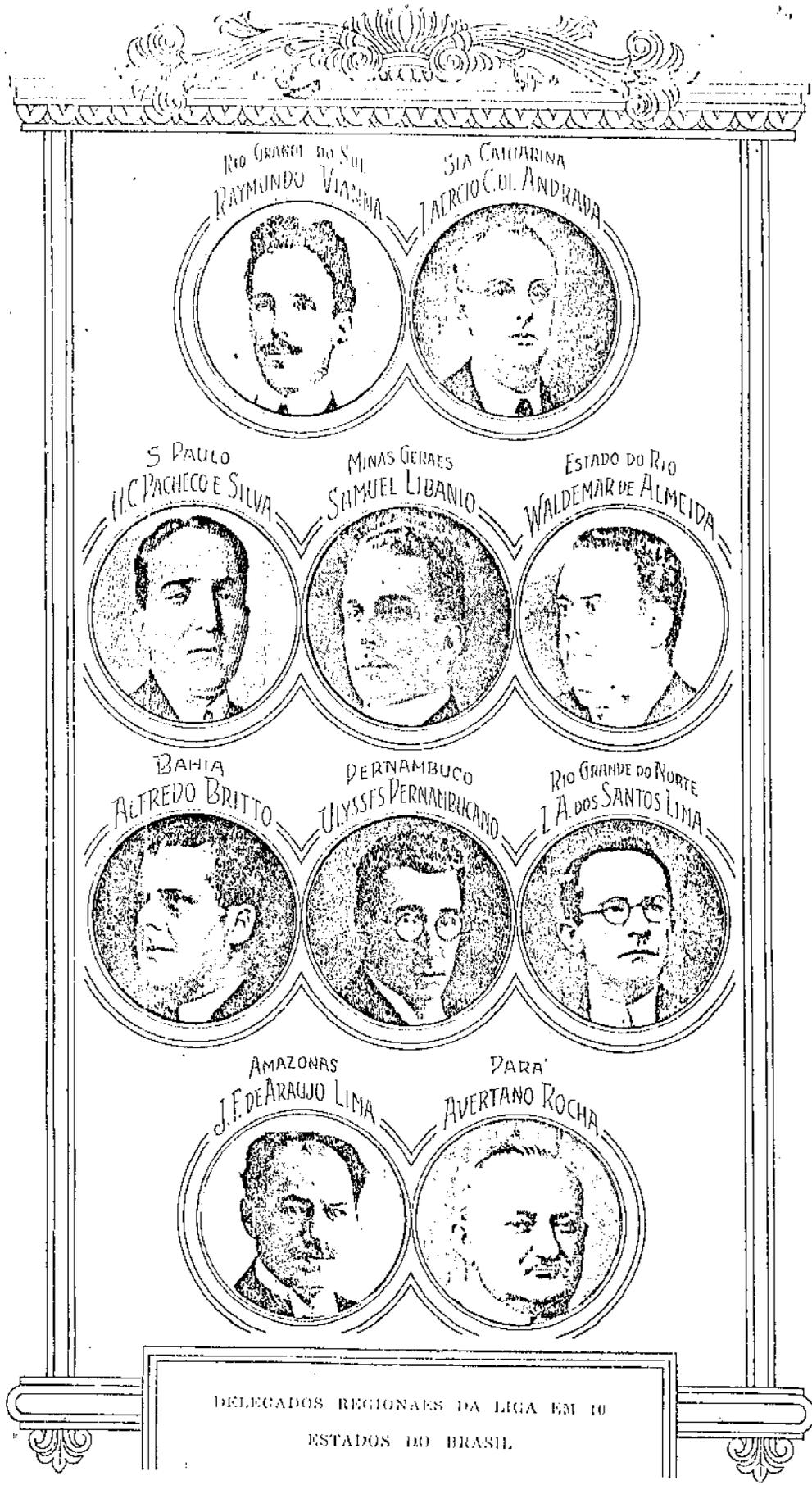


XAVIER DE OLIVEIRA



FRED LUIZ MAC DOWEL

CONSELHO EXECUTIVO DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL



RIO GRANDE DO SUL
RAYMUNDO VIANDA



SIA CARUARINA
JAERIO C. DI ANDRADA



S PAULO
H. C. PACHECO E SILVA



MINAS GERAES
SIMUEL LIBANIO



ESTADO DO RIO
WALDEMAR DE ALMEIDA



BAHIA
ALFREDO BRITTO



PERNAMBUCO
ULYSSES PERNAMBUCANO



RIO GRANDE DO NORTE
L. A. DOS SANTOS LIMA



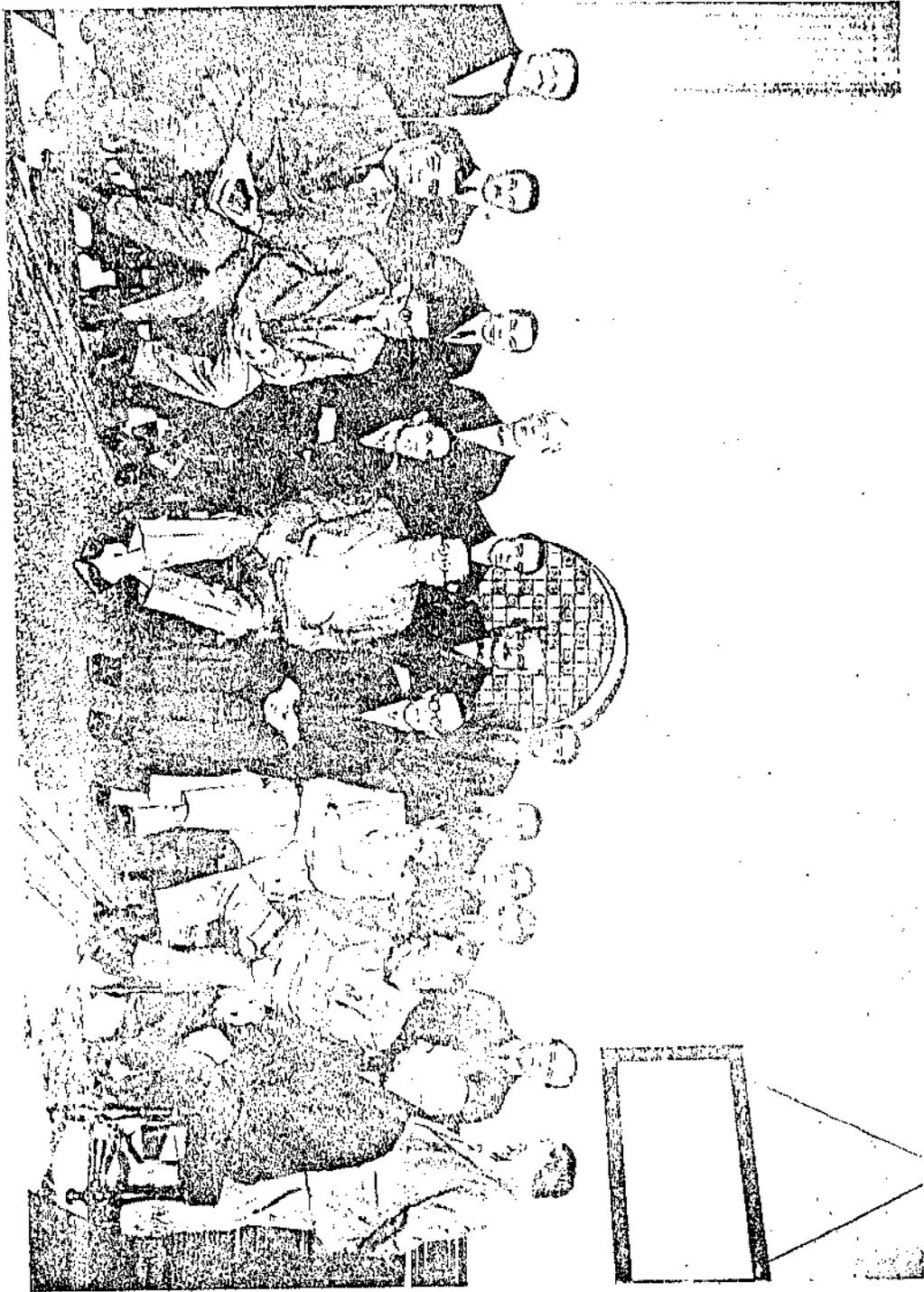
AMAZONAS
J. F. DE ARAUJO LIMA



PARA
AVERTANO ROCHA



DELEGADOS REGIONAIS DA LIGA EM 10
ESTADOS DO BRASIL



I SEMANA ANTI-ALCOOLICA — 1927
PESSOAS PRESENTES AO ALMOÇO DE ENGERAMENTO, NO Jockey CLUB



PESSOAS PRESENTES À SESSÃO INAUGURAL, VENDO SE ENTRE ELAS O SR. MINISTRO DO URUGUAY, DR. RAMOS MONTERO

V SEMANA ANTI-ALCOOLICA — 1932

CAPÍTULO 3

IMIGRAÇÃO EUGÊNICA: A CONTRIBUIÇÃO DA PSIQUIATRIA AO "PROBLEMA" RACIAL BRASILEIRO

Certamente não seria nenhum exagero observar que a preocupação da psiquiatria com a composição racial do brasileiro se confunde quase com os primórdios de sua inserção no Brasil. Pelo menos desde a virada do século que se tem notícia de estudos, como os de Franco da Rocha em São Paulo e sobretudo de Nina Rodrigues na Bahia, que abordavam as diferentes formas de enfermidades mentais em correlação com as raças nacionais. Invariavelmente resultava numa avaliação depreciativa das raças negra e índia (01). Mas é sobretudo a questão da miscigenação, a "inexistência de uniformidade étnica" (02) que inquietava intelectuais médicos como Nina Rodrigues e de resto toda a chamada escola médica da Bahia:

"É triste a constatação de que entre nós as populações mestiças não seriam perfectíveis presas como estão a um avançado estágio de degeneração." (03)

No Rio de Janeiro, Henrique Roxo debatia as "Perturbações mentais dos negros do Brasil" desde 1904, em texto apresentado ao Congresso Médico Latino-Americano de Havana.(04) Juliano Moreira era outro que por volta também desse período, procurava traçar um diagnóstico da realidade racial brasileira. (05)

É possível compreender essa preocupação, desde sempre presente, da psiquiatria com a questão racial, pelo uso de uma categoria teórica que suportava todo seu discurso. Refiro-me à formulação psiquiátrica da degeneração. Como vimos (1º Capítulo) era ela que, desde meados do século XIX na Europa e em fim do século no Brasil, sustentava toda a gama de discursos e práticas que ordenavam o mundo escorregadio da loucura. Era essa noção que dava substrato patológico ao conjunto de distúrbios mentais identificados pelo saber psiquiátrico. Espécie de subsolo da loucura, de onde, então, emergiam as variadas entidades clínicas. Da mesma forma era com essa bússola teórica que os psiquiatras procuravam entender a raça brasileira e discorrer sobre o seu destino possível. Em verdade não se tratava de uma questão de pura influência do instrumental teórico à mão. Havia uma precisa intenção política nisso. Com efeito, o seu uso correspondia, antes, a uma necessidade do novo momento político nacional. O objetivo era desqualificar biologicamente negros, índios e mulatos, frente à figura do homem branco, de forma a justificar "cientificamente" todo um projeto político de exclusão social e dominação, que na prática era o que já ocorria. Conforme atesta Birman, a "situação social provocada pela abolição da escravatura, na aurora do Estado Republicano" possibilitou a constituição de um "discurso médico voltado para a invalidação social dos negros" e de recusa plena de sua condição de cidadania. Para tanto, acrescenta Birman, foi preciso "legitimar

biologicamente a sua inferioridade e a sua posição socialmente subalterna" cabendo, pois, "ao discurso psiquiátrico da degeneração a realização desse objetivo ideológico." (06)

Isso evidentemente não se passou apenas com o discurso da medicina mental. Antes, circulou pela medicina geral, antropologia e direito vigindo especialmente na interseção desses saberes, isto é, na medicina legal ou criminologia. (07) O discurso psiquiátrico foi apenas um dos focos de irradiação desse modelo ideológico de dominação que pretendia, no "fin-de-siecle", por ordem na desarrumada casa brasileira. De fato, o contexto assim o exigia. Dele emergiam questões-chave suscitadas pelo pós-abolição e pela implantação da República, que se queria de molde liberal. Ambas exigiam uma releitura da realidade brasileira que justificasse as hierarquias sociais. Como adverte Schwarcz, será pelo viés da raça que se buscará essa resposta: "O problema racial é (...) a linguagem pela qual se torna possível apreender as desigualdades observadas, ou mesmo uma certa singularidade nacional (08).

Doravante à liberdade e igualdade embutidas no projeto abolicionista e na Constituição republicana, se oporá um discurso racial que legitimará as "desigualdades dessa sociedade só formalmente igualitária." O racismo determinista de base biológica cumprirá então o papel de pôr limites às aspirações democratizantes do novo momento liberal: Segundo Schwarcz, "O mesmo contexto que encontra em

um projeto liberal a solução para a sua nova configuração política procura nas teorias deterministas e antropológicas subsídios para transformar diferenças sociais em barreiras biológicas fundamentais" (09).

Dessa forma, a cidadania no Brasil poderá ser recusada para amplos setores da população - em que pese a retórica liberal vigente, tendo em vista a proclamação irrefutável da ciência de que não é possível se igualar os desiguais (10).

As teorias científicas que irão dar suporte a essa visão discriminatória provinham de pensadores europeus do século XIX, cuja matriz central (paradigma, como quer Schwarcz) se escorava na noção ampla de "evolução social", com destaque para aqueles autores adeptos de um determinismo biológico fortemente condenatório da miscigenação racial: Le Bon, Paul Broca, Lapouge e sobretudo, Agassiz e Gobineau (11). Entretanto, se essas teorias do "racismo científico" podiam ser eficientes no que diz respeito a legitimar uma situação de exclusão social e política, colocavam os intelectuais brasileiros num impasse: como dar conta da possibilidade de se estabelecer uma verdadeira civilização por estes trópicos se continuava se adotando teorias cuja "aceitação levavam ao próprio descrédito e à confirmação da inviabilidade do futuro dessa Nação"?(12) Do mesmo modo, como chama a atenção Ortiz: "a crença no determinismo provocado pelo meio ambiente desemboca numa perspectiva pessimista em relação às possibilidades brasileiras; as considerações a partir das

teorias raciais vigentes vão agravar esse quadro ainda mais" (13).

Sendo assim, era preciso realizar uma outra leitura do contexto racial brasileiro. Agenciá-lo de forma a sinalizar um futuro viável para esta nação, cujo povo compunha-se de um amálgama de raças, já realizado, do qual emergia aos borbotões a figura concreta e condenada do mestiço. Eis, então, que o "ideal de branqueamento" se oferece à realidade com todo o vigor de um projeto ideológico de construção de uma desejável identidade nacional. Ainda mais que a tese do branqueamento não exigia nem que se rompesse com os postulados centrais do "paradigma" darwiniano da evolução social. Com efeito, o próprio fundamento da "seleção natural e social", com o suposto de sobrevivência dos mais capazes, garantiria naturalmente o branqueamento, dada a superioridade biológica e social da raça branca. Conforme esclarece Stepan, "as poblaciones negra pura e india, irian desapareciendo de 'maneira natural' se arguia, debido a uma seleccion natural y social en contra ellas: mortalidad elevada, tasas de reproduccion bajas y "desintegracion" social". Além disso, acrescenta a historiadora, considerava-se que "las cruas entre mulatos y blancos favoreceria el "enblanqueamiento" por la superioridad biológica de los blancos y porque mulatos preferiam parejás más blancas que elles" (14).

Entretanto, a realização da pretendida identidade nacional - que no período necessariamente se confundia com a

identidade racial - só poderia se oferecer como possibilidade futura, tendo em vista que o processo de branqueamento apenas se concluiria num período longo de um, dois, três ou até seis séculos, segundo os mais pessimistas. Ortiz, que estudou o tema em profundidade, assim o observa: "O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira. É na cadeia da evolução social que poderá ser eliminados os estigmas das 'raças inferiores' o que politicamente coloca a construção do Estado nacional como meta e não como realidade presente" (15).

Assim, é sobretudo a partir do contexto nacionalista da 1ª guerra, conforme periodização estabelecida por Skidmore, que ocorre uma reavaliação da problemática racial brasileira, onde as teorias do racismo científico são passadas a limpo, em gradações variadas, cujo resultado, entretanto, aponta crescentemente para a virtualidade científica do branqueamento(16).

Todavia, concorrendo com o branqueamento, porém sem abandonar necessariamente o seu suposto, começa a ganhar fôlego no cenário nacional um discurso que aposta na educação e na saúde pública como ingredientes "civilizadores" dessa nacionalidade em formação e, na ausência destes, boa parte das suspeitas sobre o tipo degenerado nacional.

Assim o homem brasileiro não constituiria um degenerado por essência racial. Apenas não se lhe haviam oferecido

condições mínimas de higiene e educação. Como dissemos em outro momento desse trabalho, Monteiro Lobato e seu personagem Jeca Tatu são exemplares como referência dessa mudança de atitude. Roquette Pinto é outro que expressa bem esse processo. Embora no fundo aceitasse também a tese do embranquecimento progressivo da população brasileira, tendo elaborado inclusive estimativas que apontavam para a conclusão desse processo (17), apostava no saneamento e na educação como principais desafios a serem assumidos nesse momento: "O problema brasileiro [é] uma questão de higiene e não de raça" (18). E em outro lugar: "O problema do Brasil não é transformar o mestiço do Brasil em gente branca. O problema é a educação dos que aí se acham; claros ou escuros" (19). Tem inclusive atuação decisiva no debate da questão durante o "Congresso Brasileiro de Eugenia", evitando que as teses mais radicais do embranquecimento, de autoria de Azevedo Amaral, fossem vitoriosas, como teremos oportunidade de discutir mais adiante.

Entretanto, ao lado desse voto de fé na saúde pública e na educação, avulta vigorosa (melhor seria dizer, ressurgiu como veremos a frente), consolidando-se ao longo dos anos 20, a decisiva e tranquilizadora realidade, cientificamente prognosticada, do branqueamento. De acordo com Skidmore, "os anos 20 e 30 no Brasil viram a consolidação do ideal de branqueamento e sua aceitação implícita pelos formuladores da doutrina e pelos críticos sociais. As dúvidas quanto à raça, expressas pela elite em anos passados haviam perdido,

entrementes qualquer acento de convicção. (...) Diziam (...) que o Brasil branqueava a olhos vistos e em consequência o problema caminhava para uma solução".(20)

Em verdade, se observado atentamente, o ideal de branqueamento há muito se punha como horizonte para parte da elite intelectual brasileira. Com efeito, pode-se dizer que ele estava presente desde o movimento abolicionista que já apostava na imigração européia como aceleradora do triunfo do elemento branco no país. Por isso a oposição decidida dos integrantes deste movimento a proposta de imigração de trabalhadores chineses, ventilada na década de 1870, levando inclusive Joaquim Nabuco a se irritar, considerando que isto só serviria "para viciar e corromper ainda mais a nossa raça" (21). Todavia, foi num artigo do diretor do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, João Batista de Lacerda apresentado no "Congresso das Raças" de 1911, que "cientificamente" se anunciou essa previsão otimista (22). Ocorre que, ao menos nesse período, muitos eram aqueles que encaravam com ceticismo esse prognóstico. Silvio Romero, por exemplo, era um que hesitava frequentemente frente essa tese, particularmente a de Lacerda, que julgava otimista por supô-la em um século (23). Embora acreditasse numa futura unidade étnica da população brasileira, esta seria justamente obtida pela presença afirmadora do mestiço, que elegia como "condição de vitória do branco no país", acabando por concluir que os mestiços jamais desapareceriam:

"É preciso ser completamente ignorante em coisas de antropologia e etnografia para

desconhecer o duplo fenômeno da persistência dos caracteres fundamentais das raças, por um lado, e por outro, o fenômeno do cruzamento de todas elas, sempre que se achavam em contato" (24).

Ao lado dele, pode-se dizer, marchava toda a chamada Escola de Direito do Recife (25). Apenas do final da década de dez em diante a posição dessa escola, de certa forma, se altera e o branqueamento surge como eventual possibilidade (ao lado de discursos favoráveis à educação e saúde desse "povo enfermo"), ainda que transfigurado na forma singular a essa escola, da "boa mestiçagem" mediante o "influxo do sangue branco na população" (26).

Nina Rodrigues, sobretudo, era um intelectual que não confiava na tese do branqueamento: "considero pouco provável que a raça branca consiga predominar o seu tipo em toda a população" (27). Acompanhava-o, por certo, toda a escola médica da Bahia, da qual ele era figura de destaque (28). Conforme esclarece Schwarcz, dos anos 20 em diante é que começam a se ouvir, na revista dessa instituição, discursos contrários à tese pessimista da "degenerescência obtida através da hibridação" enquanto "fenômeno irreversível" (29).

Doravante, por intermédio da eugenia, passam a acreditar na "regeneração somática de nossa raça" ainda que permanecessem marcados por um forte mal-estar diante da mestiçagem, o que, entretanto, não resultava mais em imobilismo: "era a esperança no "apuro das raças nacionais" que mobilizava o grosso das atenções" (30).

Nesse sentido, é possível afirmar, de acordo com Skidmore e também observando as transformações apontadas por Schwarcz nas duas "escolas" acima citadas, que a partir da 1ª Guerra Mundial, favorecidos por um novo surto de nacionalismo, se opera uma reavaliação crescente da problemática da miscigenação. Doravante, como vimos, o mestiço nacional começa a ser, em graus variados, lentamente valorizado; os termos estritos do "racismo científico" são postos cada vez mais em questão, abrindo-se espaço a visibilidade do branqueamento: a degeneração típica do homem comum brasileiro é suspeita de se originar por razões outras que não sua exclusiva composição racial, aparecendo ao seu lado, a ignorância, a doença, a miséria, a falta de higiene, a insalubridade do "habitat", consequências do descaso das autoridades públicas com suas condições gerais de vida.

Todavia, é preciso esclarecer o seguinte: mesmo nesse contexto tendente a uma reavaliação mais positiva das qualidades do mestiço, realizado pelos "homens de ciência", sempre houveram discrepâncias e ambiguidades, ou seja, não é possível identificar uma linearidade ou homogeneidade de princípios no andamento desse processo. A corrente científica majoritária nunca foi aquela que considerava o abandono sanitário e educacional do homem brasileiro os motivos centrais de sua pretensa degeneração, portanto, no tratamento da questão o avanço possível do país, e sim a que apostava todas as fichas no branqueamento da população como condição indeclinável de realização da nacionalidade.

Assim, a par com o suposto do branqueamento, e também como forma de agilizá-lo e garanti-lo, impunha-se a presença racionalizadora de uma política de imigração selecionada, vale dizer de procedência decididamente européia. Com efeito, o ideal do branqueamento enquanto estratégia viável da nação, não supunha a submersão da antiga classificação entre raças inferiores e superiores. Pelo contrário, instrumentalizava-o como condição de possibilidade do branqueamento, isto é, negociava a realização deste ideal mediante o recurso à entrada maciça dos elementos das ditas raças superiores, leia-se, "influxo de sangue branco europeu".

Por isso, a imigração européia permanecia como questão chave, ou seja, o "elogio da mestiçagem" ficava contido nos estreitos limites do afluxo depurador das correntes imigratórias brancas. Nesse caso, mesmo nas situações em que esse afluxo diminuía, uma coisa era certa: nada justificava a entrada de mais negros no país, viessem eles dos EUA ou da África, e muito frequentemente também de asiáticos. Como escreveu, em 1921, Arthur Neiva, a respeito de concessões territoriais oferecidas pelo Estado de Mato Grosso que, segundo alarmara a imprensa, empresários norte-americanos pretendiam ocupar com imigrantes negros de seu país,

"Por que irá o Brasil, que resolveu tão bem o seu problema de raça, implantar em seu seio uma questão que não entra nas nossas cogitações? Daqui a um século a nação será branca" (31)

Recorde-se que Arthur Neiva era um destacado sanitarista que, junto com Belisário Penha, tinha realizado famosa viagem pelos sertões nacionais, onde pela primeira vez se realizou um diagnóstico contundente da condição enferma e miserável do brasileiro do interior. Foi, inclusive, influenciado pelas denúncias contidas nesse relatório que Monteiro Lobato, em boa medida, reorientou a avaliação de seu personagem Jeca Tatu, tornando-se extremado propagandista da saúde pública. Isso, de certa forma, poria Neiva ao lado daqueles que apostavam sobretudo na "civilização" do nacional (educação e saúde) como fator de regeneração do país. Entretanto, essa ambiguidade do sanitarista apenas ressalta o fato de que a armadilha do determinismo racial havia penetrado tão fundamente as entranhas de todos aqueles que pensavam a Nação que ficava difícil escapar de suas malhas. No mais das vezes, pois, o que ocorria era uma combinação das duas perspectivas, com um previdente acento no branqueamento.

Por isso, a imigração é um tema persistente nas inquietações dos "homens de ciência", e políticos em geral, que pensavam a Nação. Inicialmente foram questões econômicas, suscitadas pela necessidade de abastecimento de mão-de-obra em regiões cafeeiras que pôs o tema na ordem do dia. Entretanto, essas duas perspectivas imigrantistas não tinham porque não se combinar. Os que defendiam-na como resposta para a constituição de um mercado de mão-de-obra livre, particularmente nas áreas cafeeiras, desde os tempos

finais do Império quando a abolição foi dada como favas contadas, geralmente apostavam na vinda do imigrante europeu com a dupla utilidade de solução econômica e contribuição étnica (32). Ademais, como mostrou Célia Marinho, havia todo um imaginário temeroso das elites brasileiras a respeito de "onda negra", multidão de "escravos transportados do norte do país para a província [de São Paulo] no decorrer das décadas de 1860, 1870". Assim, diz a autora, desde o começo dos anos 80 se consolidou a idéia de que era preciso neutralizar os negros "adversários temidos do cotidiano passado, presente e futuro" substituindo-os por uma "massa de imigrantes brancos" (33). Por isso, à perspectiva econômica sempre se aliou à de natureza política e ideológica, isto é, àquela ligada a construção de uma "identidade nacional", posta nos termos já apontados de uma solução imigrantista e branqueadora para o dilema, ou temor, racial.

E mais: se observamos atentamente veremos que é justamente no contexto tormentoso da guerra, quando o afluxo de imigrantes europeu teve uma queda significativa "representando em 1915 e 1919 apenas 19% do contingente entrado no quinquênio anterior" (34) - mas certamente também em virtude das frequentes agitações operárias do final da década de 10, que de certa forma desmantelava o mito do imigrante branco diligente e operoso - que começam a se ouvir discursos também de importantes personalidades econômicas e políticas exaltando as qualidades do

trabalhador nacional. Acompanhe-se, por exemplo, os argumentos que inspiram um artigo de 1919 de um fazendeiro paulista, preocupado com a questão da mão-de-obra, em termos que bem parecem retirados da fábula de Lobato sobre a "ressurreição de Jeca Tatu":

"Habitados a uma vida sem aspirações e uma incerteza absoluta no dia de amanhã, quando chegam a São Paulo, mostram, na sua maior parte, pouca ambição e daí uma natural indolência. Verdade é que esta indolência (...) é também em grande parte devida ao seu estado de fraqueza (...) Homens como estes, está claro, precisam ser tratados, e uma vez livres da infecção que os abate e tonificado o seu organismo (...) em pouco tempo tornam-se elementos de trabalho se não melhores pelo menos iguais aos estrangeiros" (35).

De igual modo, o relatório enviado ao Secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, traduz estado de espírito semelhante:

"a 'degenerescência de nossa raça', a 'inaprestabilidade absoluta de nossos homens' são preconceitos do pessimismo que dizem muito de perto com um relevante problema, cuja solução interessa a todo Estado de São Paulo (...) Se o pânico de 88, produto de uma política imperiante, tornou necessária a imigração em grande escala, nada nos aconselha a escravizar-nos indefinidamente a este pauperismo (...) Os mesmos propagandistas desta política hão de dobrar-se à realidade: enquanto durar a guerra, não teremos imigração torrencial (...) Ora, a verdade fundamental nesta questão é que à lavoura faltou braços, não porque o país não os tenha, mas porque não são aproveitados (...). Isto contribui enormemente para deixar na ociosidade uma reserva considerável de braços, que existe, que se vê, porque é essa reserva considerável de braços num ano de imigração escassa como este (1916) e o anterior, que tornou possível o incremento da produção" (36).

Ora, esses discursos são cristalinos quanto à necessidade de uma, doravante, valorização do trabalhador nacional - que deixa de ser atavicamente degenerado, imprestável, indolente, preguiçoso - e as circunstâncias econômicas e políticas que precisamente exigem uma reavaliação positiva desse trabalhador.

Assim, claro está, pois, a existência de uma nítida implicação entre as exigências pragmáticas da economia e da política e as definições abstratas da ciência.

Todavia, entenda-se bem: não se está querendo propor aqui que a racionalidade econômica e/ou política - ditada pelas exigências do suprimento de mão-de-obra e pela decepção (ou receio) com o "imigrante agitador", impuseram uma tal reavaliação do mestiço nacional, que aos "homens de ciência" só restou espelhar em seus escritos essa nova tendência do problema. Certamente que o envolvimento entre pretensões de natureza econômica, política e ideológica existem. Entretanto, comportam um nível de sutileza e complexidade bem acima de qualquer olhar determinista. O caso da imigração japonesa ilustra bem essa complexidade. Muitas vezes tida como necessária, segundo os reclamos dos fazendeiros na sua lógica de obtenção de mão-de-obra, invariavelmente era mal vista, consoante a ótica regeneradora da raça dos "homens de ciência". Particularmente durante os anos 20, com o crescimento real desta imigração no Brasil e a queda brusca da entrada de estrangeiros europeus, o japonês foi sendo manifestamente

carimbado, pelo discurso científico, como portador de moléstias de toda ordem, "foco de infecções" morais, orgânicas e psíquicas, o que, portanto, condenava-o irremediavelmente como corrente imigratória (37). Porém, nem sempre essa visão correspondia com a dos fazendeiros, que, em resposta a um questionário sobre imigração apresentado pela Sociedade Nacional de Agricultura, em relação aos orientais, leia-se japoneses, mostraram-se praticamente divididos (79 contra e 75 a favor) (38).

Como se vê, nem sempre as exigências imediatas dos interesses econômicos se coadunam prontamente com as determinações impostas pela vontade ideológica do branqueamento.

Dito isto, é possível observar no começo dos anos 30, algumas fissuras mais sérias dentro do projeto ideológico do branqueamento. Alguns intelectuais, ainda que marcados pelo debate que perseguia a "identidade nacional", definitivamente procuram romper com este cenário ideológico. Adotam outro paradigma teórico, cuja perspectiva, embora recaindo na captura da mesma temática racial, permite impor uma racionalidade explicativa ao problema radicalmente distinta das lições deterministas do racismo biológico, apostando, outrossim, na força da lógica argumentativa do fator cultural. Casa Grande e Senzala de Gilberto Freire é apontado como exemplo fundamental aí. Segundo Ortiz, na época em que Freyre escreve as "teorias antropológicas que desfrutavam de estatuto científico (eram) outras, por isso

ele se voltou para o culturalismo de Boas". Nesse caso, ao passar do "conceito de raça para o de cultura uma série de dificuldades a respeito da herança atávica do mestiço [foram] eliminadas" permitindo um maior distanciamento entre o biológico e o racial. Por isso, sugere Ortiz, Casa Grande e Senzala teria realizado a importante operação de transformar a negatividade do mestiço em positividade completando "definitivamente os contornos de uma identidade há muito vinha sendo desenhada." (39).

É interessante acompanhar, inclusive, a descrição que o próprio Freyre faz dos motivos que o levaram a reavaliar a questão, que aparece claramente como um acerto de contas com a miscigenação, narrado na introdução de seu Casa Grande e Senzala:

"Vi uma vez depois de mais de três anos maciços de ausência do Brasil, um bando de marinheiros nacionais - mulatos e cafuzos - descendo não me lembro se do "São Paulo" ou do "Minas" pela neve mole do Brooklyn. Deram-me a impressão de caricaturas de homens. E veio-me à lembrança a frase de um livro de viajante americano que acabara de ler sobre o Brasil "The fearfully mongrel aspect of most of the populations". A miscigenação resultava naquilo. Faltou-me quem dissesse, então, como em 1929 Roquette Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes" (40).

Alguns autores, porém, tem questionado o fato de que Gilberto Freyre realmente tenha abandonado o conceito de raça em detrimento do de cultura. Ricardo Benzaquem de Araújo, por exemplo, considera que o autor de Casa Grande e Senzala continua operando com a idéia de raça, embora sob um

ponto de vista teórico fundamentalmente "neolamarckiano", cuja definição suporia uma "ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientais" enfatizando "sua capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características adquiridas na sua (...) interação com o meio físico"(41). Nesse caso, o que se salienta é a possibilidade da introdução da idéia de "raça artificial ou histórica" forjada na interação singular entre meio físico, raça e cultura. De certa forma é o que, segundo Benzaquem, Gilberto Freyre sugere ter ocorrido no Brasil, onde o intenso cruzamento de brancos, negros e índios - resultando em uma larga maioria miscigenada - em contato com o meio físico, teria operado uma "fusão (...) uma síntese, quer dizer a sua estabilização em uma nova raça"(42). Importante salientar isso, porquanto tal concepção "neolamarckiana" de raça, como se verá adiante, parece ter tido alguma influência nas formulações psiquiátricas acerca do tema, o que sugere até possíveis identificações em termos de posturas raciais.

Entretanto, quaisquer que sejam as diferentes direções do problema, o que fica claro é que imigração, "ideal de branqueamento", (re)avaliação "científica" da miscigenação, reabilitando-a mais ou menos ou até condenando-a completamente, são todas facetas de um mesmo projeto ideológico: a viabilização futura dessa Nação. E evidentemente é no cerne mesmo desse projeto que a questão eugênica, até agora apenas implicitamente presente, se

insere como elemento racionalizador do processo. Com efeito, como dissemos em outro momento desse trabalho, a eugenia surge com a tarefa de afastar os perigos de se ter de confiar nos meios cegos, e sobretudo sem interferência humana, da natureza em seu incontrollável e portanto arriscado, processo de seleção dos mais capazes. Urge, pois racionalizá-lo.

Pintado o quadro, resta retornar à discussão daquilo que nos interessa de perto como objeto de investigação: a visão específica da medicina mental brasileira, notadamente da LBHM, quanto à questão imigratória, e por extensão racial, cuja contribuição ao debate, como dissemos, inaugurou-se desde muito cedo. Evidentemente não sem tropeços e ambiguidades.

-----//-----

É no caldo de cultura intelectual e político da virada do século que os psiquiatras, como membros do seletto círculo pensante do país, vão se inserir no debate racial. Para tanto, como vimos no começo desse capítulo, irão operar fartamente com a categoria, já amplamente familiar, da degeneração. Afinal, havia quase que um pertencimento legal desse conceito à psiquiatria, pelo menos ao nível de uma formulação científica. Tratar-se-ia, pois, de uma espécie de direito adquirido. Através dele já estava sendo possível mapear a imensa legião de "desclassificados" que povoavam o caótico mundo urbano da virada do século nas grandes cidades (43). Como se sabe, é nesse rastreamento que o saber

psiquiátrico vinha exercendo largamente sua vocação disciplinar. Dessa tarefa esquadrihadora surgirão, pois, aqueles que a psiquiatria identificava como "detritos sociais" e que cumpria, por motivos de defesa da sociedade, excluir do convívio social: criminosos, jogadores, vagabundos, alcoolatras, viciados etc.. Evidentemente serão esses "desajustados sociais" que habitarão expressivamente os hospícios nacionais. Dentre estes, muitos, muitos negros e mestiços, e também imigrantes. Sobretudo os negros, eram tidos como candidatos naturais à uma vaga no hospício, posto que, segundo o discurso psiquiátrico, portadores de traços degenerativos próprios à sua condição racial. Como atesta o prontuário médico de uma negra interna do Juquery, em São Paulo, "os estigmas de degeneração física que apresenta são comuns de sua raça: lábios grossos, nariz esborrachado, seios enormes, pés chatos" (44). Entretanto, "espelho do mundo", na feliz expressão da historiadora. Embora constituam uma parcela expressiva dos internos do hospício chegam a ser discriminados nos prontuários médicos que diagnosticam seu estado mental, num puro reflexo do que ocorre no mundo externo. Como diz Maria Clementina P. Cunha, "os negros, embora constituam uma parcela imensa da população do hospício, merecem pouca atenção e despertam pouco interesse científico, na medida em que portariam por nascimento "traços de degeneração" que o organicismo atribuía atavicamente à sua raça: beócios, primitivos e pouco dignos de interesse humano, social, ou médico." (45)

Todavia, discriminação pontual: enquanto merecedores de uma avaliação médica individual não há porque explorar com detalhes seu distúrbio mental, dado apresentarem traços distintivos da degeneração facilmente identificáveis, posto que estampados nos "estigmas" físicos naturais de sua raça. Ocorre, porém, que os negros, goste o psiquiatra ou não, inevitavelmente entravam como um dos elementos formadores do tipo racial brasileiro, ao lado do índio e do português. Foi através de sua entrada maciça no país, decorrência dos séculos de escravidão africana e do seu cruzamento com as outras raças formadoras, que o Brasil se tornou essa nação irremediavelmente miscigenada, tão condenada aos olhos dos teóricos raciais europeus do séc. XIX que tantos aplaudiam. Nesse caso, como não atentar para o fato e procurar dar a ele uma resposta adequada? Como evitar que a Nação brasileira ficasse definitivamente comprometida, mercê dessa grave realidade racial? Essa era a questão que inquietava os psiquiatras, bem como os "homens de ciência" em geral, preocupados com os destinos dessa singular civilização dos trópicos.

Em boa parte, vem daí a sua atenção com a questão imigratória. Entretanto, para os psiquiatras, esse problema - melhor, sua solução - não devia ser pensado em termos simples da vinda do imigrante branco europeu para, como dizia, Afrânio Peixoto, "mudarmos de alma e alvejarmos a pele" e assim, "perdermos o caráter mestiço" (46). Dentro da lógica da prevenção eugênica, imigrantes em geral, mesmo

brancos, deviam ser motivo de preocupação. A realidade do internamento nos hospícios, diziam eles, não deixava dúvidas a esse respeito. De fato, suas estatísticas apontavam índices alarmantes de distúrbio mental entre estrangeiros. Juliano Moreira calcula em 31% os imigrantes assistidos no Hospício Nacional para o período de 1905-1914 (47). Do mesmo modo, Pacheco e Silva observando dados comparativos de alienados criminosos, estrangeiros e brasileiros, recolhidos ao Juquery, nos anos posteriores a 1ª Guerra, faz a seguinte declaração em artigo publicado no segundo número dos **Archivos:**

"Assim é que muitos dos ex-combatentes que para cá se dirigem já foram julgados inválidos físicos ou psíquicos nos próprios países de origem, os quaes depois de lhe concederem a pensão de guerra, procuram facilitar-lhes a emigração para a América do Sul - tendo em mira sanar as dificuldades creadas por um grande número de indivíduos inaptos para o trabalho.

Em aqui chegando, taes indivíduos, geralmente infectados pela syphilis, levam vida desregrada, entregam-se ao álcool e não tardam a cahir nas malhas da Justiça" (48).

Entretanto, é preciso chamar a atenção para o fato de que é justamente no contexto da 1ª Guerra que se verifica o crescimento de uma nova visibilidade política a respeito do imigrante. Com efeito, é sobretudo nesse período que a imagem do estrangeiro trabalhador operoso e digno de confiança que viria solucionar os problemas de mão-de-obra e ao mesmo tempo regenerar racialmente a nacionalidade, se vê sacudida pelas constantes greves e manifestações operárias do final dos anos 10. Sendo assim, tal imagem passa a

conviver com a de perturbador da ordem, desordeiro e subversivo. Por isso, a chamada Lei de Expulsão dos Estrangeiros - projeto do deputado Adolfo Gordo - é finalmente aprovada, considerando o anarquismo crime e nesse caso, como diz Gomes, permitindo "legalmente a deportação sumária de estrangeiros envolvidos em distúrbios e o fechamento de quaisquer associações que realizem atos considerados prejudiciais à ordem pública". (49)

O próprio movimento nacionalista emergente no período, traduziu bem essa mudança de enfoque, elegendo além do português - tradicional inimigo do início do século - o operário anarquista como responsável pelos males do país (50). Sobretudo o discurso psiquiátrico, incorporará essa nova percepção do imigrante, equiparando, como visto no capítulo 2, muitas vezes anarquistas e revolucionários à criminosos ou desequilibrados mentais. Como dizia o psiquiatra em relação aos movimentos de reivindicação dos gráficos, provavelmente se encontraria no "estado de morbidade nervosa" característico do ofício que exerciam, a "explicação das suas fáceis revoltas e da adoção impulsiva das doutrinas extremistas" (51). De modo parecido, Franco da Rocha, num artigo de 1919 publicado no jornal O Estado de São Paulo, sugeria que

"O sonho de grandeza do criminoso, ora oculto, ora bem claro, revela-se por demais evidente nos anarquistas e nos magnaticidas. A egofalia nestes, não tendo derivação na arte, como soe acontecer com o poeta, expande-se nas ruidosas manifestações contra a moral vigente, contra a lei, contra tudo." (52)

Por essa razão o advogado Alvaro Cardoso, membro da seção de serviços sociais e legislação da Liga, critica, no primeiro número dos Archivos, a lei de expulsão dos estrangeiros de 1921, acusando-a de limitada, posto que se "em relação aos physicamente indesejáveis é perfeita, completa, rigorosa" o mesmo não se verifica quanto aos "moralmente indesejáveis". Assim, diante da necessidade que o país teria de continuar recebendo imigrantes o psiquiatra conclui:

"Devemos conservar abertas as nossas fronteiras para todos que quizerem colaborar comnosco para o nosso progredimento e desenvolvimento commum. Necessário se torna entretanto que nos defendamos dos mãos elementos, dos individuos indesejáveis, perigosos e perturbadores da ordem social."
(53)

Sendo assim, na ótica dos psiquiatras, não se tratava fundamentalmente de opor barreiras segundo critérios estritamente étnicos. Era preciso observar as características individuais e hereditárias de cada estrangeiro que se pretendia introduzir no Brasil. O psiquiatra Juliano Moreira foi um dos principais defensores dessa tese, que apresentava como "Seleção individual de imigrantes no programa de Higiene Mental" (54). Entretanto, no caso deste psiquiatra, aliás mulato, a defesa da perspectiva da "seleção individual" era em boa medida, também o resultado de suas idéias mais gerais acerca da realidade racial brasileira, decerta forma discrepantes se pensadas no contexto intelectual do período. Com efeito, desde 1905, que o psiquiatra apresentava idéias contrárias

às lições tão em voga do determinismo racial que, como vimos, identificava no cadinho étnico brasileiro a provável causa da inviabilidade futura da Nação, embora os intelectuais do país procurassem adaptá-la na direção alentadora do branqueamento. Assim em "Notícias sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil", diz:

"Á má natureza dos elementos formadores de nossa nacionalidade deve-se a nossa vasta degenerescência physica, moral e social que injustamente tem sido atribuída ao único facto da mestiçagem".

Indagando da responsabilidade de Portugal para tal degenerescência - que colonizara nos primeiros tempos buscando "desafogar seus presídios" comenta:

"E real que a grande massa de gente das cadeias para cá enviada muito havia de concorrer para a larga sucessão de epilepticos histericos e outros degenerados com que progressivamente se foi adensando vasto caldo de cultura da criminalidade nacional".

Com relação ao papel dos negros conclui:

"Esses pessimamente tratados e nutridos, após muitas vezes uma longa travessia sob o trópico africano, naquelles detestáveis navios do tempo, a largo praso, como lhes permitiam os ventos, até as costas do Brasil onde ainda permaneciam nos grandes trapiches do Valongo e outros, ao Deus dará das vicissitudes do nefando tráfico. O álcool representou nesse bárbaro processo de colonização o maior papel imaginavel. Com elle procuravam augmentar a pacatez das victimas, mas simultaneamente foram-se-lhes infiltrando nos neurônios os elementos degenerativos que, reforçados, atravez do tempo, dão a razão de ser de muita tara actual, attribuída á raça e á mestiçagem por todos aqueles que se não querem dar ao trabalho de aprofundar as origens dos factos" (55).

É fácil reconhecer aí um forte acento determinista, nitidamente marcado por uma concepção hereditária da degeneração, que o leva a descrever, numa clave pessimista, um quadro de calamidade "physica, moral e social" tal a leva de indivíduos sem caráter que aqui aportaram ("massa de gente das cadeias") e os efeitos do "bárbaro processo de colonização", com respeito aos negros. Nesse caso, nenhuma surpresa: estava afinado com as teorias psiquiátricas que desfrutavam de estatuto científico na época, sendo ele integrante do primeiro time da medicina mental brasileira. Entretanto, essa "vasta degenerescência" observada, não era atribuída às características étnicas inatas das raças que para cá se dirigiram, notadamente também em relação à negra, ou então aos efeitos da tão condenada miscigenação. Antes, acusa as condições deletérias do meio-ambiente, social, econômica e culturalmente falando: péssimas condições de transporte no "nefando tráfico"; o "Deus dará" do comércio nos trapiches; o "bárbaro processo de colonização"; o uso inescrupuloso do álcool. Estes fatores, aliados à má natureza moral de tantos que para cá foram enviados dão, usando suas próprias palavras, "a razão de ser de muita tara actual attribuída á raça e á mestiçagem".

Teve inclusive a iniciativa, quando de uma passagem pela Europa, de ir ao encontro dos parentes de um doente, um típico "querelante", paranóico que apresentava uma "disposição de espírito essencialmente litigante", somente para refutar o argumento racista de Nina Rodrigues, exemplar

representante da corrente do racismo científico, que ao conhecer o caso imediatamente concluíra tratar-se de mais uma prova de que a "mestiçagem é um factor degenerativo". Isto apenas porque o paciente era filho de uma "preta" que, entretanto, "nada apresentava de anormal" e um italiano, este "bebedo habitual". Ao obter informações sobre a família do doente, Moreira pode confirmar o que queria, ou seja, a presença de graves distúrbios mentais entre os parentes do pai (irmão imbecil, êbrio habitual, turbulento, com 2 filhos ambos imbecis e uma irmã epiléptica, com tres filhos, um epileptico, outro imbecil e o terceiro homicida), o que o levou a seguinte conclusão:

"Vê-se pois que o ramo europeu da família, livre de mestiçagem, em nada foi superior ao ramo mestiço brasileiro. Intelectualmente o mesmo A.D. [paciente] apesar de paranóico era evidentemente superior aos seus primos italianos. Não affirmarei que o relativo lucro proveio do cruzamento, mas sim da circumstancia de ser a mãe d'elle uma mulher sã, não tendo elle herdado sua eiva senão de seu pae, bebedo habitual, nada escrupuloso em negocios e com evidente tendência demandista. Nosso doente teve uma irmã hysterica e de seu casamento nasceram dous filhos que até minhas últimas informações nada tinham de anormal" (56).

Ou seja, o nó górdio da degeneração está nitidamente ligado a um problema de herança - patológica ou não - ausente qualquer influência da miscigenação. No caso citado, tal degenerescência devia-se, pois, ao pai e sua família, sendo a mãe negra inclusive motivo de um "relativo lucro" dada a sua condição de "mulher sã".

Dessa forma, ressaltando mais uma vez que esses textos (um é de 1905 e outro de 1908) são de uma época em que as teorias do "racismo científico", embora muitas vezes transformada nos termos do branqueamento, eram avassaladoramente aceitas em tantos círculos intelectuais, é correto observar que a posição assumida por Juliano Moreira, nesse particular, situava-o fora da corrente majoritária da cultura científica brasileira. Assim, decorrência desse posicionamento - mas possivelmente influenciado também por uma nova percepção do imigrante como perturbador da ordem - , explica-se, pois, sua defesa da exclusiva seleção individual de imigrantes, que já no Congresso de Higiene de 1924 em Belo Horizonte, ele manifestara: "Temos de fiscalizar a saúde physica e mental da gente que nos chega dos outros povos (...) A seleção individual do emigrante tem muito mais valor que as preferências por este ou aquelle grupo ethnico"(57).

Contudo, será num artigo publicado no primeiro número da revista da Liga que ele desenvolverá precisamente essas idéias, enfocando-as sob o prisma da higiene mental:

"devemos fazer sem distincção de raça ou nacionalidade uma seleção individual o mais que possível rigorosa sob o ponto de vista mental, isto é, não devemos receber immigrants que apresentem perturbação mental congenita ou adquirida: nenhum idiota, nenhum imbecil evidente, nenhum demente de qualquer espécie, nenhum epileptico, nenhum maniaco-depressivo, nenhum paraphrenico, nenhum paranóico, nenhum doente de qualquer outra psychose definida poderá saltar em nenhum porto nacional e se entrar pelas fronteira terrestre deverá ser repatriado" (58).

Chega a propor uma espécie de tempo de suspeição para os imigrantes, tempo esse em que seriam acompanhados em seu estado mental, o qual, dependendo do caso, poderia resultar na repatriação.

"Se dentro dos 12 primeiros mezes da entrada do emigrante no paiz lhe sobrevier algum dos referidos estados psychopaticos, deverá também ser repatriado o mesmo emigrante".

Aqui, é possível observar uma clara tentativa de reforço no controle médico-psiquiátrico da imigração. Algo na direção de uma espécie de atestado de bom comportamento - ou temperamento - lâmina cortante a pairar, por pelo menos um ano, sobre a cabeça do imigrante. Apesar de Moreira se referir a "estados psychopaticos", desde que os psiquiatras vinham atribuindo cada vez mais caráter patológico às manifestações operárias, tais "estados psychopaticos" passam a poder ser uma condição por demais ampla, suscetível de incluir muito facilmente os "indivíduos indesejáveis, perigosos e perturbadores da ordem" apontados por Alvaro Cardoso.

Outro aspecto que chama atenção na proposta imigratória de Juliano Moreira é a defesa que faz da expulsão do país para os maiores de dez anos analfabetos:

"Nenhum estrangeiro de mais de dez annos poderá permanecer no paiz por mais de seis mezes se não souber ler e escrever pelo menos na própria língua" (59).

De certa forma a preocupação com o fato de saber ler e escrever, sinaliza o reconhecimento devido á educação como

importante fator de regeneração de nacionalidade. Com efeito, desde pelo menos 1919 que Moreira referia-se a isso, a ponto de considerar que o "movimento eugênico no Brasil não será eficaz enquanto houver analfabetismo" (60). No Congresso de Higiene de 1924 essa convicção é reiterada. Referindo-se ao "que já se tem feito e o que se pode fazer em hygiene mental no Brasil" afirma:

"Entre nós o problema se complica sobremodo, pela somma de analfabetos, que ainda possuímos. Ensinemos a ler à nossa gente, comecemos na escola de envolta com o ensino do alfabeto, a convencer a criança que é preciso dar combate aos factores deseugenisantes da especie, sobretudo o alcool e outros toxicos, a lues, a tuberculose, a malária, a trypanosomyase americana, a ancylostome para não citar senão as peores. Continuemos nas officinas, nas escolas secundarias, na caserna, nas escolas superiores e em todas as collectividades, o trabalho de incutir no espirito de nossa gente os preceitos de hygiene mental, que tornará efectiva a melhor prophylaxia contra os factores de degradação desse mesma gente, e tudo isto sempre sem ridiculos preconceitos de cores e castas..." (61)

Nesse discurso pode se ler as linhas gerais de um amplo programa de regeneração nacional, onde todos os ingredientes em circulação no cenário intelectual/científico brasileiro estão postos à mesa: educação, saneamento, hygiene mental e geral, eugenia, tudo isso temperado por um eficaz trabalho de propaganda educativa nas escolas, nas fábricas, nos quartéis, em "todas as collectividades", e o que é mais importante, ausente qualquer preconceito propriamente racial. Numa conferência pronunciada na Faculdade de Medicina de Hamburgo, Alemanha, em 1929, Juliano Moreira

mais uma vez reforça seu posicionamento a favor da educação e contra "ridículos preconceitos de cores e castas" (ano, aliás, que é bom lembrar, muitos dos seus pares médicos no Congresso Brasileiro de Eugenia abraçavam as teses racistas expostas por Azevedo Amaral):

"devo assignalar que as pesquisas feitas por meio dos testes (Binet-Simeon e seus derivados, Bobertag, Treves, Terman, etc...) trouxeram-nos a convicção de que no Brasil não existem diferenças profundas entre os indivíduos de origens diversas. As diferenças por mim encontradas dependem mais do grau de instrução e educação de cada um dos examinados do que do grupo ethnico a que elle pertence. Assim, é que indivíduos pertencentes a grupos ethnicos considerados inferiores, quando nascidos e creados em grande cidade, apresentavam melhor perfil psychologico do que indivíduos mesmo provindos de raças nórdicas, creados no interior do paiz em um meio atrasado. É em todo caso, certo que um indivíduo retirado cedo de um meio social inferior e levado a um ambiente melhor [leia-se com educação e saúde] desenvolve-se de modo surpreendente se não houver em seu cérebro falha anatômica congênita" (62).

É interessante chamar a atenção para essa postura assumida por Juliano Moreira, tendo em vista seu reconhecimento unânime como mestre de todos da psiquiatria nacional, sobretudo porque próximo aos anos 30 certa tendência particularmente racista parece impor seus argumentos dentro da LBHM, que ganhará, então, contornos mais radicais em termos de perspectiva racial, bem como em termos de eugenia em geral, como se verá no Capítulo 5. Freire Costa chega a identificar em seu História da Psiquiatria, um processo de mudança dentro da Liga ocorrido a partir de 1930, onde teria havido a passagem de um momento

que define como "higiene psíquica individual" para outro chamado "higiene social da raça". No primeiro momento as "origens étnicas dos indivíduos não eram levadas em consideração" interessando-se a psiquiatria eugênica unicamente em "preservar as gerações futuras das doenças de seus descendentes". Nessa perspectiva, sugere Costa, os psiquiatras "tinham conseguido integrar a eugenia na ideologia racial brasileira de maneira harmoniosa, ou seja: a eugenia encarregava-se da profilaxia da doença mental e a miscigenação da profilaxia da raça". A partir de certo momento, porém, quando os psiquiatras adotam a "ideologia da pureza racial" é que a miscigenação deixa de ser satisfatória como "profilaxia da raça" devendo a "eugenia intervir para compensar a falsa solução da miscigenação". Desde então os "atributos psíquicos dos indivíduos não brancos, negros, amarelos ou mestiços, passam a ser patológicos em si e o único remédio neste nível era o saneamento racial proposto pela eugenia". A partir daí está dado o triunfo da perspectiva da "higiene social da raça" (63).

A referência ao trabalho de Costa exige algumas observações. O que o autor está entendendo por "ideologia de pureza racial" remete-nos a idéia de uma política de segregação em termos que condenam qualquer forma de cruzamento entre raças, vista, pois, a mestiçagem como um produto inexoravelmente degenerado, tal qual o "romance antropológico" de Gobineau e Agassiz apregoavam (64).

Vendo a questão por este prisma, parece possível reconhecer em alguns psiquiatras nacionais a adoção (todavia "adaptada", como veremos), de tal ideologia. É o caso de Kehl:

"O mestiço, resultante de misturas de raças diferentes, representa um tipo intermediário no qual se instalam a desarmonia e o desequilíbrio orgânicos, consequentes do conflito de caracteres incompatíveis". Por isso, "ao invés de ser um produto superiorizado, é um produto não consolidado, fraco, meio caminho de dois elementos que o constituíram".

E mais adiante:

"Os que sustentam o contrário não o fazem com fundamento científico. Sob o ponto de vista eugênico contra-indicamos toda e qualquer união de raça, isto é, da branca com a negra, da branca com a selvagem, da branca com a amarela e assim por diante. Os mestiços colocados em paralelo com os representantes de raças não cruzadas, sem mesclas, não resistem a termos de comparação: só a falsa visão poderá aceitar a sua igualdade ou a sua superioridade" (65).

Entretanto, o termo "adaptado", empregado entre parênteses acima, fica por conta de que no Brasil, mesmo aqueles frontalmente racistas, como Kehl, que condenavam por princípio "científico", diziam eles, a miscigenação, na prática, abriam-lhe algumas frestas. Provavelmente por instinto de sobrevivência e de realidade, sendo eles brasileiros frutos de intensa mestiçagem, reconheciam a possibilidade de um futuro favorável ao país, não se considerando, pois, o Brasil irremediavelmente condenado em termos raciais.

Somente que, para tanto, eram imprescindíveis medidas eugênicas enérgicas que selecionassem etnicamente as correntes imigratórias, além de uma também severa seleção eugênica individual, de forma a não permitir que a situação de verdadeira "salada de raças incompatíveis" aqui imperante, já suficientemente crítica, se complicasse por completo. Retornando a Kehl, legítimo representante dessa vertente racista,

"Não basta a simples verificação do estado de saúde e da aptidão para o trabalho. Faz-se mister considerar o valor étnico. Há povos que nos convêm, e outros que devemos evitar. O nosso representa verdadeira salada de raças incompatíveis. A nacionalidade está em estado de cólicas" (66).

E mais adiante:

"O Brasil representa uma "oficina gentium", um grande laboratório de elementos diversos, e nele terá de elaborar-se durante muito tempo um grande metabolismo racial com a assimilação de uns e a desassimilação de outros e mediante este trabalho químico, complexo e lento dentro de alguns séculos se obterá, apesar dos prejuízos acarretados a raça branca, uma nacionalidade melhormente caracterizada, um povo forte e varonil que, talvez, se emparelhará, dignamente, com os melhores aquinhoados.

Entre os elementos em desassimilação contam-se os da raça negra e silvícola. Há uma verdadeira depuração destes sangues. Ninguém poderá negar que no correr dos anos desaparecerá os negros e os índios das nossas plagas assim como os produtos resultantes desta mestiçagem. A nacionalidade embranquecerá a custa de muito sabão de côco ariano!

Com o processar desta mestiçagem, é de esperar que no Brasil se resolva, de acordo com a opinião há anos emitida por Roosevelt, o problema social das raças, de modo simples e eficaz, enquanto que nos Estados Unidos, com a segregação das raças negra e índia, o problema se apresentará dia a dia mais sério, dada a

multiplicação dos seus representantes em pureza de origem.

Lamentamos como eugenistas, que seja este o meio pelo qual esta sendo resolvido o problema racial no Brasil. Somos infensos aos cruzamentos heterogeneos, admitindo, entretanto, que existe um fator corretivo para o mal, o fator "natureza"..." (67).

Sendo assim, quanto aos imigrantes "além de ser necessário selecionar (...) do ponto de vista psíquico e mental, devem também ser selecionados do ponto de vista eugênico" tendo em vista que, acrescenta Kehl, "em relação às raças africanas e asiáticas, os eugenistas são acordes em considerá-las impróprias para os países de antiga colonização européia, em plena fase de depuração das mesclas heterogêneas" (68).

Portanto, nem que seja a custa de muito sabão de côco ariano-racista, isto é, imigração branca maciça e selecionada, ainda era possível, apesar dos prejuízos apontados à raça branca e dos lamentos do eugenista que tivesse de ser assim, ter a expectativa de um "povo forte e varonil", decorrência de um processo lento e complexo de depuração racial da mestiçagem. Por conseguinte, aqui também os limites do branqueamento, numa versão altamente radicalizada, eram, pois, familiares.

Assim, entendida nestes termos, ou seja, de uma radicalização racista de parte de alguns psiquiatras, sem romper completamente com o suposto do branqueamento, o que realizado apontaria para a perspectiva única da segregação racial e no andar da carruagem racial brasileira, lamentavelmente - diriam os racistas - isto não seria mais

viável, é possível concordar com as observações de Costa quanto à vigência de uma "ideologia de pureza racial".

Entretanto, ainda aqui é preciso fazer uma ressalva: os, chamemos assim, "racistas ortodoxos", "gobinistas" de carteirinha, pois que racistas tantos o eram, tiveram, que conviver, como procuraremos mostrar, com vários outros psiquiatras, nos quais a ideologia da "miscigenação como profilaxia da raça", isto é, os termos mais definitivos do branqueamento era o quadro idealizado para o país. Isso sem falar naqueles como Juliano Moreira e A. Austregésilo que situavam-se fora até do cenário proposto pelo branqueamento. Em resumo: haviam os "racistas ortodoxos" que condenavam a miscigenação, resultava numa sub-raça, porém, como ela era uma realidade, apostavam na possibilidade de reparar isso através de medidas duras e decididas de eugenia, sem "sentimentalismos", que apontassem na direção segura do branqueamento; os que supunham o embranquecimento um processo natural e irreversível sendo a miscigenação já a garantia e a visibilidade de seu bom andamento; e os que deixavam de lado o suposto do branqueamento, o que não quer dizer necessariamente negá-lo, considerando, antes, a ausência de saúde pública e educação e a crueldade e irracionalidade da colonização (escravidão), os responsáveis maiores pela situação precária do brasileiro, donde as qualidades inatas das raças pouco ou nada teriam influência. Evidente que os limites entres essas 3 fórmulas confundiam-

se frequentemente, reconhecendo-se a possibilidade de instrumentalizada circulação entre elas.

Esclarecido isso, é verdade, pois, que os que assumiram decididamente uma postura "racista ortodoxa", destacadamente Kehl e Xavier de Oliveira, apresentaram suas idéias na Liga sem que sofressem contestação alguma, o que deixa todos, pior, a própria instituição, na condição de suspeitos, por omissão, de compactuarem com aquelas proposições. Com efeito, nenhum dos integrantes da Liga se dignou a responder, nem a instituição fez qualquer ressalva em nota, aos ditirambos racistas de Xavier de Oliveira, no seu artigo publicado nos Archivos, em 1932, sobre a "Profilaxia Mental dos Immigrantes". Aliás, esse psiquiatra era a encarnação máxima de um embriagamento radical. Desde o referido Congresso de Eugenia de 1929 ele vinha expondo sua posição contrária a certo tipo de imigração, notadamente a asiática, para o nordeste brasileiro (69). Sua argumentação, em determinados momentos, toma uma direção que chega a beirar o ridículo, não fosse cruel e perigosamente racista. Observando a descendência de aproximadamente cem anos de duas irmãs cearenses, "fortes e robustas", conclui que estavam com a linhagem quase em desaparecimento. Entretanto, bastou que a "última das bisnetas" se casasse com um alemão que, primor de fascínio eugênico racista, "deu à luz a duas crianças muito bem constituídas". Por esse exemplo se vê, segundo o psiquiatra, quão vantajoso seria o "cruzamento dos typos subracicos do nordeste com outros de raça branca,

qualquer que seja esta" (70). Todavia, foi no extenso artigo sobre "Prophylaxia Mental dos Immigrantes", nos Archivos, que o psiquiatra expõe seu pensamento com uma virulência racista que faz estremecer. Trata-se de um texto onde são transcritas as resoluções que Oliveira diz ter apresentado no 3º Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal de 1929 (no artigo Oliveira o menciona como tendo ocorrido em 1928), que, entre outras medidas, propunha a entrada no país de imigrantes apenas da raça branca e também a proibição, além de seis meses, de indivíduos das raças negra e amarela. Dizia ainda que essas propostas foram aprovadas integralmente. Apesar de termos conseguido localizar os Annaes do tal Congresso, publicado pela Academia Nacional de Medicina, em 1932 (71), não foi possível confirmar o fato da "aprovação integral" apontada por Oliveira, e nem mesmo identificar qualquer texto ou proposição apresentada por esse psiquiatra. A grande maioria dos artigos inclusos nessa publicação, acusam uma abordagem acentuadamente técnica dos temas psiquiátricos, sugerindo mesmo um certo deslocamento de uma proposição, como a de Oliveira, nitidamente de características médico-sociais ou eugênicas, com consequências políticas evidentes. Além disso, é interessante observar que este Congresso de "Neurologia..." foi patrocinado, como os anteriores, pela "Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal", associação científica mais importante e antiga da medicina mental nacional, cujo presidente perpétuo era

Juliano Moreira e vice-presidente, A. Austregésilo, justamente os dois psiquiatras que mais se opunham à essa visão racista, sendo este último, inclusive, o presidente do referido Congresso (na época Juliano Moreira se encontrava em viagem ao Japão e Alemanha). A despeito disso, o fato significativo é que a exposição do artigo na revista da LBHM, como dissemos, não sofreu, e isso é ponto pacífico, nenhum tipo de contestação.

Pois bem, como dissemos, é nesse artigo que Oliveira deixa claro que certas raças eugenicamente não nos convêm, sejam seus indivíduos degenerados ou sãos, posto que, dependendo da raça, esse critério importa quase numa indiferença, sendo apenas um caso de gradação.

"(...) sem alludir á inferioridade patente dos elementos de formação ethnica de nossa antiga Colonia, lastima-se, todavia, a incúria de 110 anos de governo independente de uma nação immigratória que, ainda hoje, permite sejam incorporados ao seu maior patrimonio - o homem, até os rebutalhos de raças, mais ou menos ,degeneradas, como algumas da Ásia Oriental, além de outras, quiçá tão indesejáveis, como todas as do oriente próximo (Ásia Menor), aquellas e estas, boas ou más, sãs ou doentes, inferiores ou superiores, mas, todas, para a nossa formação eugênica, só comparáveis aos insanos incuráveis de outros povos, que também recebemos, tratamos e mantemos em nossos hospitaes, sempre, superlotados" (72). (grifo nosso).

Nesse ponto, o psiquiatra não se encontrava sozinho. Alguns dos seus pares apresentavam opiniões semelhantes. Reproduzindo, neste trabalho, o diagnóstico de Henrique Roxo e do diretor da Colônia de Alienados de Jacarépaguá, Carlos Sampaio de Correia, sobre o caso de um marujo filipino,

Agapito Salidon, "amarelo de raça malaia", aqui deixado pela marinha mercante inglesa e levado para o Hospital Nacional, o que se observa é uma confirmação, pelos 2 psiquiatras, dos pressupostos raciais de Oliveira:

"Chama a atenção, de logo, a sua figura estranha e singular, de longos cabellos negros, lisos, corredios, com igual bigode typico, despontado e cahido, encimando falha barba por fazer, tudo contrastando com a pallidez cerea de suas mucosas visíveis, com os estigmas próprios da raça de que é um exemplar representativo á perfeição. Estigmas Moraes que o enquadram na constituição esquizoide, sem nada lhe faltar para ser desta um paradigma de comparação (...) Notoriamente, um deficiente mental, sem que isto importe dizer que esteja em nível bem inferior aos de sua grey, era-o, todavia, em grau tão acentuado que não chegava a conhecer a nossa moeda..." (73). (grifo nosso).

Assim, é a partir de constatação dessa espécie de degenerescência racial inata, atributo de orientais e negros, que Oliveira imprime à questão imigratória um lugar central nos programas de eugenia, particularmente no caso brasileiro, racialmente já bastante comprometido, como diz o psiquiatra, pela "inferioridade patente dos elementos de formação ethnica de nossa antiga Colonia" agravado sobretudo pela "incúria de 110 anos de governo independente". Nesse sentido, em nome do aperfeiçoamento etnogênico da raça, arremata:

"Vou além um pouco, para afirmar que o duende da humanidade, como o sol, vem do Oriente para o Ocidente. E não sei bem si me afasto do thema que desenvolvo, afirmando que, mentalmente, o oriental nos é indesejável; nem sei se deixo de ser bom brasileiro jurando que o Brasil não deve ser a terra promethida de Israel, nem a Amazonia a Mandchuria do futuro.

Sei porém, que mesmo por empréstimo sou eugenista, quando digo que, de orientaes, pouco assimiláveis, bastam ao Brasil os cinco milhões que somos, os nordestinos e planaltinos de Minas, Bahia, Matto Grosso e Goiaz, sem falar nos autochtones da Amazonia, aos quaes, quatro séculos de civilização passaram indifferentes á sua inferioridade patenteada numa decadência incontestável, que marcha, felizmente, para uma extinção talvez não muito remota.

Ainda bem, porque não é possível um povo forte, si constituído de homens fracos, nem tão pouco fazer uma grande nação com uma raça inferior" (74).

Interessante observar que boa parte dos argumentos do autor, em favor de um rígido controle imigratório cuja importância decorre do "ponto capital" que é a questão da "descendência dos immigrants", são retirados da grave realidade do internamento dos hospícios nacionais, onde o estrangeiro, segundo aponta suas estatísticas baseadas em dados do eixo Rio-São Paulo, concorrem com 20% da população manicomial. Como ele mesmo diz, "a eloquências dessas cifras fala mais alto do que qualquer commentario allusivo ao facto em si mesmo. È nellas, pois, que, principalmente, apoiarei as minhas conclusões sobre esta these [refere-se ao "ponto capital" da descendência dos imigrantes], a qual, como está a vêr, encerra um grave, gravíssimo problema eugênico para o nosso futuro" (75).

Entretanto, na hora de justificar seus arroubos racistas contra certas correntes imigratórias, e contra os próprios nacionais, o autor parece não dar crédito à "eloquência dessas cifras" e impõe a comparação entre o "typo social das zonas do paiz beneficiadas pela immigração", leia-se Rio e São Paulo, e as "outras, aonde não tem chegado um pouco do

sangue da raça forte - a branca - a única, sem excepção, que uma vez seleccionada, convém a assimilação da nossa sub-raça", com o intuito de mostrar a predominância já nesses Estados imigratórios do "typo branco, ainda que impuro", e implicitamente sugerir que o maior desenvolvimento dessas regiões devia-se a esse fato (76). Ocorre, porém, que são as regiões beneficiadas pela imigração e não os "nordestinos e planaltinos" com seus "5 milhões de orientaes" e tampouco os "autochtones da amazonia" que carregam as cifras "eloquentes" de 20% de insanos nos seus manicômios, cifras essas que, como o próprio autor reconhece, suportam suas conclusões sobre a importância de se atentar para a questão "capital" da descendência dos imigrantes. O que se observa, então, é que quando se trata de valorizar a imigração branca, tendo em vista o móvel do ideal do branqueamento, essas "cifras eloquentes" são desrespeitadas, nada tendo a ver com a condenação do asiático, posto que muito difficilmente o número de brancos europeus internados nos hospícios não suplantariam largamente o número de orientais, dado o muitíssimo mais elevado índice de imigrantes vindos das diversas regiões da Europa (77), em que pese o estado de espírito dos psiquiatras, certamente bem mais propensos a carimbar de degenerado qualquer possível paciente estrangeiro não branco. É óbvio, também, que a justificativa, ou desculpa, para tal número elevado de internos estrangeiros nessas regiões beneficiadas pela imigração, se encontra na completa ausência de seleção

médico-psiquiátrica dos indivíduos que para lá se dirigem e que vem "de todas as partes do mundo".

Assim, pois, que Oliveira, nem tão coerente com suas estatísticas, porém em total consonância com seus princípios racistas, define sem meias palavras:

"Não é possível continuar a receber asiáticos e outros indesejáveis, inclusive psychopatas de todas as partes do mundo" (78).

Ou seja, asiáticos e "psychopaths de toda as partes do mundo" se igualam na indesejabilidade eugênica do psiquiatra. O fogo centrado sobretudo na figura do oriental, entretanto, não deve sugerir uma brandura em relação aos negros. Essa preferência se deve ao fato de que desde o final dos anos 20 a imigração japonesa ganha vulto, notadamente em São Paulo, alcançando índices elevadíssimos no começo dos anos 30, não por razões fortuitas mesmo período do artigo de Oliveira (79). Já a vinda de negros africanos não se colocava nesta época, pelo menos em grande número, como possibilidade no horizonte imigratório brasileiro (80).

Nesse sentido, é tomado pelo furor eugênico de atacar, através de rígido controle imigratório, o problema da formação "sub-racial" da "insipiente nacionalidade brasileira" que Xavier de Oliveira enxerga na Liga a instituição melhor "aparelhada para prestar a nação e ao governo os melhores relevantes serviços, no tocante a hygiene e prophylaxia mentaes applicadas no Brasil":

"Não me quero furtar a uma sugestão, neste sentido, e seria que, na reorganização, que

não deve deixar de ser feita, os serviços de Assistência a Psychopathas, no Brasil, lhe fosse deferida, por lei, á Liga, a tarefa de organizar, para toda a nação, a prophylaxia mental dos seus immigrants. a adduzir, ainda, como suggestão ao Governo, que lhe fosse attribuida, também, a missão de, por via dos neuro-hygienistas a sahirem futuramente do seu Instituto, fosse ella, oficialmente, nucleando um aposto da sua cruzada de pura eugenia mental e racial ,em cada cidade do paiz que conte um mínimo de trinta mil habitantes" (81).

Conta, para tal empreitada, com o apoio da "douta" Academia Nacional de Medicina, a quem parece se dirigir no seu discurso:

"Senhores, não é possível deixarmos por mais tempo sem estudos e sem meios de dirimir uma questão da natureza dessa com que venho castigando a attencção desta douta Academia.

Quero, por seu alto intermédio, que a minha voz de simples observador tenha a ressonância que á Academia vem pedir a Liga Brasileira de Hygiene Mental, em cujo nome falo, para mais essa nobre campanha em prol da raça, inscripta em sua bandeira desde a sua fundação " (82).
(grifo nosso).

Observe-se nesses discursos, que o poder que Oliveira solicita para a Liga, em matéria imigratória, longe está de ser modesto: cuidar legalmente da profilaxia mental dos imigrantes em todo o território nacional! Nesse caso, conferida tal atribuição, obviamente resultaria, em virtude de seus objetivos eugênicos, na interdição concreta da vinda de certas populações identificadas muitas à um quadro de natural degenerescência racial. Pois bem, não bastasse a pretensão de reivindicar tal soma de poder (o que por si só confere a Oliviera o lugar de interlocutor privilegiado dos interesses da instituição, espécie de delegado da Liga) o psiquiatra afirma explicitamente falar em nome desta. Ora,

em face dessa proclamação, ausente qualquer sinal de contestação, parece justo deduzir disso uma concordância formal da instituição com as determinações eugênicas manifestadas pelo autor (83).

Pois bem, a questão é: por que nenhuma sinalização remota de objeção, esse silêncio consentidor, quando sabemos que tantos psiquiatras da Liga não seguiam essa direção racista. Com efeito, como dissemos, não era apenas Juliano Moreira, aliás frequentemente enaltecido por Oliveira como seu mestre, que não aprovava essas idéias. Gustavo Riedel, fundador da Instituição, por exemplo, embora não caminhasse certamente ao lado de Moreira, apresentava um ponto de vista inserido claramente na perspectiva do branqueamento, que também não era o defendido por Oliveira. Veja-se, por exemplo, sua visão do problema exposta em memória apresentada no tantas vezes mencionado Congresso Médico Latino-americano de Havana, em 1992. A citação é longa, porém necessária:

"No Brasil somos ainda um povo mesclado e um paiz por povoar (...) Presos ao velho Mundo (...) pela língua, pela religião e pelos systemas institucionaes, isto é, europeus de alma, apesar da influencia secundária dos ritos e das normas ethicas das raças inferiores, somos, a despeito de tudo, um typo à parte, mestiçado de inconfundível character attestado em curta porém agitadíssima história.

É preciso, em verdade, que uma nacionalidade tenha vencido biologicamente, por adaptação e seleção, para idealisar a vida que viveu e a natureza que combateu, e não pode haver absurdo maior do que o de limitar a preconceitos e a sympathias de raça a sua criação artística, submettendo-a a regras muito exclusivas. Seleccionar a emigração de

elementos capazes de uma identificação ao meio é que representa medida de alcance patriótico do Governo, que inicialmente se deve empenhar na formação do typo nacional.

A nossa perfeita diferenciação a ultimar-se ainda será igual às nacionalidades que nasceram dentro do mesmo systema de civilização, imposto pela força e pela cultura, do consórcio de raças superiores, dominantes, de caracteres fixos, com outras, mais atrasadas, de typo incerto.

No Brasil haverá com o tempo o predomínio de sangue branco (...) o nosso ideal de povo não é, desde já o de uma nacionalidade mestiça.

Provem dahi a inquieta consciência que temos da transitoriedade de nosso estado Actual" (84).

Apesar da inquietação que o autor acusa, fruto de nossa transitoriedade étnica, é clara sua posição de que o Brasil caminhava para o embranquecimento, "europeus de alma" que já se era. O fato dele apontar frequentemente para a existência de raças superiores e raças inferiores não o põe fora da linha do embranquecimento, notadamente daquela que aposta na miscigenação como caminho singular de passagem para a formação de um tipo nacional adaptado. Como vimos, o próprio ideal de branqueamento supõe a existência da hierarquia racial, posto que é no processo de assimilação inevitável do "mais fraco ao mais forte" que este último impõe seus caracteres e se afirma num "typo a parte", no caso brasileiro, "mestiço de inconfundível character attestado em curta porém agitadíssima história" conforme reconhece Riedel.

Sendo assim, a imigração pode ser organizada sem regras muito exclusivas ditadas por "preconceitos ou sympathias de raça", devendo apenas se orientar por critérios "biológicos de adaptação e selecção" daqueles elementos capazes de

melhor se identificar ao meio. Em outras palavras: seleção imigratória sem indicações raciais pré-determinadas! Em outro lugar, esta posição é reforçada:

"às nossas associações científicas (...) cumpre a elevada missão de apontar aos legisladores os pontos vulneráveis das leis existentes fornecendo indicações que deverão orientar o Governo sobre a imigração encaminhada para o paiz, selecionando-a mental e physicamente sobremodo após essa malfadada guerra, vergonha do século, da civilização e da luz" (85).

Ressalte-se, porém, que se a melodia do discurso ganha ritmo e entonação na busca do "typo nacional" identificado com o meio, isto é, no "typo a parte" biologicamente adaptado, este tipo tem que estar necessariamente em processo de embranquecimento, porquanto, lembra o psiquiatra, "o nosso ideal de povo não é desde já o de uma nacionalidade mestiça".

Ora, é precisamente aqui, nos interstícios deste ideal, que o autor anuncia sua possível aproximação com as teses mais radicais do "racismo ortodoxo" de Oliveira e Kehl, sobretudo no que toca à condenação de imigração não branca, o que, de certa forma, qualifica o seu silêncio, posto que convenientemente empregado. Talvez, não fosse mesmo Riedel o mais indicado para protestar contra os petardos racistas de Oliveira. De qualquer maneira nada aqui que aponte para um sentido de pureza racial, fora da linha do "ideal do branquamento". Situemos também o exemplo de Cunha Lopes, um psiquiatra que por suas posições em defesa dos aspectos mais duros da eugenia (admirador confesso do regime político

alemão, defensor da esterilização, segregação eugênica, etc...) deveria, por coerência, adotar decididamente uma perspectiva bastante radical em termos raciais. Todavia, sua posição oscilava, como quem matreiramente ora fazia um afago nos "racistas ortodoxos", ora evocava com tolerância os adeptos da visão mais moderada e até contrária.

Por trás desse marchar titubeante, inscrevia-se o subterfúgio ideológico da sobriedade do discurso científico, por vocação necessariamente um apreciador reflexivo e desapassionado. Num trabalho realizado com material da Clínica Psiquiátrica da Universidade do Rio de Janeiro e do Hospital Nacional de Psicopatas, onde pretendia analisar a "frequência das psicoses esquisofrênicas nos povos nascidos e criados no Brasil" e "perquerir os factores raciais que possam influir nas exteriorizações clínicas das formas psiquiátricas", convencido que era de que "existem psicoses raciais", Cunha Lopes comenta:

"A raça branca está representada no Brasil por quasi todos os povos da Europa, com predominância notável do elemento latino-ibérico, português e espanhol, além de italiano, francês, anglo-saxão e germânico etc... inglês, holandês, alemão etc...

A raça negra aqui existente procede de povos litorâneos da África, sobretudo portuguesa é bem homogênea, intelectualmente desenvolvida, com apreciáveis dotes afetivos. Acha-se em franco declínio por via de absorpção rápida que se vai operando graças às correntes europeas, mui principalmente a lusitana (86).

Depois compara os números percentuais americanos e brasileiros (os brasileiros baseados em dados de Roquette Pinto), relativos a evolução da raça negra e branca no

quadro da população global, para constatar que o número de negros nos Estados Unidos se mostra estável e no Brasil tende a diminuir até o desaparecimento. Em seguida conclui,

"Isso prova à saciedade que a população de origem africana de certo à inexistência de preconceito de castas, vai sendo rapidamente absorvida pelos cruzamentos felizes que se efetuam para gáudio da eugenia" (87).

Nesse momento - o artigo é de 1932 - tudo se passa no melhor dos mundos: os negros brasileiros são homogêneos, afetivos e inteligentes e, para "gáudio da eugenia", em franco declínio em decorrência de cruzamentos felizes que aqui se operam, haja visto a inexistência de preconceitos. Aqui, também, ecos da ladainha que compara o Brasil com os Estados Unidos. Nessa comparação argumentava-se que em virtude da intolerância anglo-saxônica não houve miscigenação nos EUA e por isso os negros, segregados, constituíam-se lá em permanente ameaça, coisa que no Brasil não se verificava, imunizado que se tinha ficado por força do processo de absorção racial inevitável e pacífico dos negros, que os faria desaparecer em tempos futuros. Assim, ponto para o Brasil! (88)

Como se vê, nesse estudo, nenhuma manifestação do psiquiatra que sugerisse uma perspectiva racial mais ortodoxa capaz de desviá-la dos trilhos bem aparados do branqueamento. Anos depois, Cunha Lopes participa do Congresso Afro-Brasileiro, organizado em Recife por Gilberto Freire, com um trabalho escrito em parceria com outro psiquiatra, intitulado "Ensaio ethno-psiquiatrico sobre

negros e mestiços" (89). Nesse estudo, decorrência certamente do evento onde foi apresentado, Cunha Lopes é bastante cauteloso nas suas argumentações. Tece elogios aos negros, "material importado (...) da melhor estirpe", menciona Casa Grande e Senzala de Gilberto Freire que "valoriza sobretudo o contingente racial negro em nossa formação histórica", e deixa em suspenso qualquer apreciação mais conclusiva da raça negra e também do mestiço. Todavia, em passagem rápida, reafirma, sem estardalhaço ("tende cada vez mais", tudo parece"), e com ar de apreciador científico, o processo de branqueamento:

"O negro brasileiro e o mestiço de branco, isto é, o mulato, symbolos elementares de transição que possuímos em plena actividade evolutiva, tandem cada vez mais para um typo intermediário de certa estabilidade. Tudo parece favorecer-lhes rápida assimilação principalmente aqui, onde os factores arianizantes entram fartamente" (90).

Entretanto, é num extenso texto de 1940 sobre Higiene Mental (em verdade reúne observações de diversas pesquisas feitas em épocas anteriores) que o autor, com dados de 1930 a 1934 do Hospício Nacional, revela fielmente sua visão do problema. Além de inúmeras repetições dos dois estudos já citados, e outros que ele menciona, Cunha Lopes afinal apresenta o resultado de suas investigações e deixa definitivamente às claras a razão de ser de tanta pesquisa de psicopatologia racial: dar provas científicas, através do cotejo da frequência das doenças mentais incidentes em três "grupos raciais" do país, da visível realização do

embranquecimento no processo de cruzamento racial brasileiro:

"A frequência com que certas psicoses incidem nos tipos antropológicos examinados desperta crescente interesse no ponto de vista eugênico. O índice da incidência no cotejo dos três grupos - branco, mulato e negro - é bastante variável. Há, todavia visível tendência dos mestiços (mulatos) em assimilar características [leia-se, mesmas doenças mentais] da raça branca".

E em outro momento:

"No grupo antropológico da raça mestiça, isto é, mulatos [os] indivíduos já mostram certas características somáticas e psíquicas próprias da raça branca (...) Assim, pois, antropológicamente e em face da psicopatologia, o mestiço, mulato brasileiro, constitui um grupo intermediário, que assimila constantemente as qualidades do tipo branco" (91).

Está, pois, concluída a contribuição específica da psiquiatria nacional, cientificamente alicerçada, ao ideal do branqueamento!

Todavia, é na parte que se refere à imigração que o autor, sem uma declaração direta, sinaliza sua aproximação com as teses racistas de restrição à entrada de raças não brancas. Depois de citar a "notável preponderância ariana" na definição racial brasileira, comenta:

"E, na legislação imigratória, devemos manter, com o sentido da realidade, essa mesma preponderância de elementos arianizantes" (92).

Assim, mesmo sendo o branqueamento uma realidade científica, não se devia facilitar. O laboratório racial brasileiro exige medidas decididas, sobretudo porque, afirmava o psiquiatra, baseado em certos autores

estrangeiros, 'o acordo é completo no combater o cruzamento de raças biologicamente mui diferentes" (93). Deste modo, acrescentava Lopes, a interdição dos casamentos entre raças muito diversas constitui "medida eugênica de relevante importância" e portanto, "tal prática deve ser decretada". Entretanto, parece que, ao pensar assim, o psiquiatra se percebe num dilema. No limite dessa proibição o que se vislumbra é uma política de segregação, em certa medida problemática, dado o adiantado do bonde racial brasileiro.

De fato, no Brasil, "não obstante o grande mal" que sempre é a mestiçagem, trata-se de um fato consumado e, sendo assim, deve ser encarada positivamente, isto é, como um "mal necessário", nas palavras do autor, posto que condição de possibilidade do branqueamento (além de ter a vantagem de livrar o Brasil do "problema social das raças" à semelhança do que os EUA, com sua política de segregação, se via às voltas).

Portanto, se levada ao pé da letra a tendência teórica de interditar tais casamentos raciais, é o próprio ciclo do branqueamento que pode ficar em suspenso, donde, pois, que a teoria, num remelexo ditado pelo bom senso e possivelmente por uma avaliação realista da sua oportunidade política, ganha certa originalidade e sucumbe à realidade:

"Mas, importa frizar que ao negro brasileiro incontestavelmente das melhores estirpes da África, não se afasta a oportunidade de inter fusão com as raças aclimatadas no país" (94).

Ou seja, apesar da teoria, encontrava-se aberta a temporada de contato inter-étnico.

Ora, claro está, então que na dança das cadeiras raciais, o vitorioso permanece sendo o branqueamento, ainda que aqui os petardos racistas do autor mal consigam disfarçar sua virulência na escaramuça do discurso científico impessoal e neutro.

Sendo assim, é possível sugerir que a ausência de discordância em relação ao artigo de Oliveira - admitida a hipótese de que nem todos estavam completamente identificados com as suas posturas radicais em termos raciais, mas certamente entusiasmados com a amplitude de poder que lhes acenava tais propostas - decorre talvez do fato de que a manifestação de divergências públicas nesse momento se lhes afigurasse como francamente negativa, reduzindo, na ótica corporativa dos psiquiatras, as chances de êxito nas pretensões vislumbradas de controle de toda a política imigratória nacional em termos de profilaxia mental. Ora, como sabemos essa era uma aspiração antiga, dentre outras, da Liga, particularmente importante aos seus intuitos expressos de cuidar do aperfeiçoamento racial da nação, "inscrita em sua bandeira desde sua fundação", como proclamava Oliveira. Portanto, é pouco provável que a instituição, pelas páginas de sua revista oficial, apontasse formalmente a existência de discordâncias, quando mais do que nunca, era hora de sinalizar o contrário: ou seja, uma perfeita unidade de princípios e ações, com vistas à

implementação de seus ambiciosos programas eugênicos e também o desejo de fortalecer-se politicamente. Nesse sentido, sem descartar a tese de que uns tantos efetivamente acompanhassem o pensamento de Xavier de Oliveira, entretanto admitindo que haviam psiquiatras que se opunham à sua visão, é possível propor que as diferenças porventura existentes quanto ao encaminhamento da questão imigratória, e por extensão, racial, no fundo se revelassem insignificantes, para a maioria deles, racistas em maior ou menor grau que eram. Assim talvez não houvesse motivos substantivos para a manifestação dessas diferenças, particularmente diante do prejuízo que isso poderia representar no alcance de certos objetivos, tal o de organizar a imigração, ainda mais que, como será visto, ^{nos anos 30} o eugenismo radical havia se imposto na Liga através de um grupo importante de psiquiatras que controlava amplamente a instituição, ansiosos por implementarem seus programas para toda a Nação. Nesse caso, tendo em vista esta afinidade maior de objetivos, o "silêncio" talvez fosse, de longe, a melhor tática.

Entretanto, se nas páginas da revista da Liga isso não estava sendo possível, seja porque não era de bom tom em termos de estratégia política, seja porque a instituição se encontrava dominada por um grupo circunscrito de eugenistas radicais, tolerantes ou concordantes com as sentenças racistas de Oliveira, fora dela, determinada visão discordante não se fez de rogada e se pronunciou plenamente. Refiro-me, finalmente, ao trabalho do neuro-psiquiatra

Antonio Austregésilo, presidente de honra da instituição, apresentado no 1º Congresso Afro-Brasileiro de Recife, em 1936, cujo título sugestivo era "A Mestiçagem como fator eugênico", e que pode ser lido como uma resposta ao conjunto de autores racistas brasileiros, porém particularmente aos petardos radicais de seus pares, sendo ele um renomado psiquiatra nacional (95). Talvez por essa razão Austregésilo comece o seu artigo atirando contra o eugenismo alemão, tão admirado pelos integrantes da Liga, acusando-o de ter, por seu arianismo "sem discussões", atingido "um pouco á esfera do misticismo" (96). Apesar do maneiroso "um pouco", a acusação de "misticismo" era tudo o que psiquiatras radicais não aceitavam ouvir, posto que o caso alemão era tido como exemplo máximo de uma eugenia realizada em bases científicas! Em seguida, combate os "escriptores e scientes [sic] desorientados" que condenam os destinos do país "por causa da mestiçagem", colocando-se ao lado daqueles que se opõem a isso, como "Manuel Bonfim, Roquette Pinto, Gylberto Freyre". Em outro momento deixa claro que a charada da situação de "apparente inferioridade" do brasileiro encontra sua decifração na ausência de cultura, educação, saúde e nutrição:

"O typo brasilico actual não é inferior ou degenerado: é "carente", tres factores capitaes afastam-no do typo humano útil ao nosso paíz: o brasileiro não sabe ler, não sabe comer e não sabe trabalhar, isto é, é carente de cultura. Accrescentem-se a isto as enfermidades que assolam endemicamente as costas e o interior do paiz e temos as razões de nossa apparente inferioridade" (97).

Em relação ao negro, identifica-o como um forte, a quem muito deve o país:

"Não é de hoje que o negro não resume o grande mal do país, e muito lhe devemos. Resistiu com o braço de ferro e a pelle luzente ás violências caniculares, e apesar de sempre mal nutrido ou desnutrido, fecundou a gleba Norte resistindo a quase todas as enfermidades tropicaes. O negro espalhou rapidamente demais o sangue por todo o Brasil, por ser espontaneamente mais resistente e mais adaptado ao tropicalismo regional e os mestiços dominaram logo o computo das populações dando-nos resistência..." (98).

Por fim, refere-se à mestiçagem, "problema complexo" que não deve ser "levianamente tratado", tendo, porém, a certeza que no Brasil esta "trouxe e trará mais benefícios do que malefícios":

"Temos bons elementos ethnicos e creio que a grandeza do Brasil advém da mestiçagem.

A pureza das raças é visão unilateral de velhos preconceitos. Os nossos princípios provém de elementos ethnicos fortes, do bom portuguez, do lusitano da lei, das aventuras quinhentistas e seiscentistas, e daqueles que se arrojaram á conquista da outra parte do Atlântico com o idealismo propulsor das raças fortes. Temos ainda dois elementos raciaes excellentes para o nosso caso particular de habitantes da zona tropical - o índio e o africano.

As misturas ethnicas dão-se por leis fataes de imigração e de adaptação mesológica. Somos forte e seremos mais, pela cota das raças europeas, indígena e africana, de accordo com o caldeamento na justa proporção da necessidade biológica e ethnica para a adaptação definitiva. Só o tempo poderá fixar o mínimo da necessidade para a fortaleza do typo brasileiro" (99).

Aqui, a pureza racial é tão somente preconceito; o portuguez, esse europeu entre aspas, responsável pelo maior contingente de "alcoolidas" estrangeiros internados nos

hospícios segundo as estatísticas "eloquentes" de Oliveira, é um conquistador arrojado e idealista; e os índios e negros são "elementos raciais excellentes" para a composição de um "typo brasileiro" forte e adaptado ao trópico. Como se vê, na contramão de tudo aquilo que apregoava o racismo mais radical da Liga.

Em seguida elenca uma dúzia de brasileiros mestiços ilustres, para desespero dos adeptos da ideologia do branqueamento que, por certo, preferiam vê-los tomados já por brancos, senão na cor da pele, ao menos na alma:

"A maior parte dos nossos homens e dos super-homens brasileiros no domínio da política, das sciencias, das artes plásticas ou não, foram ou são mestiços. Rapidamente podemos citar Gonçalves Dias, Tobias Barreto, Cotegipe, Floriano Peixoto, Carlos Gomes, Rebouças, José do Patrocínio, Nilo Peçanha, Machado de Assis, Juliano Moreira, Olavo Bilac, Lima Barreto e muitos outros, enfim..." (100).

Não satisfeito com isso, tratou de naufragar de vez com o ideal do branqueamento denunciando o comprometimento "sanguíneo" negro de praticamente todos os "maiores homens nacionaes", tal qual um detetive inconveniente a detectar os traços recalcados da negritude nacional:

"Ha entre os maiores homens nacionaes quantidade pequena de sangue africo, sem que pareçam mulatos propriamente ditos, mas em cujos radicaes ethnicos vamos reconhecer elementos africanos pelas feições, pelos cabellos, pelo colorido da pelle e pela dessemelhança das famílias" (101).

Como se vê, é cristalina a posição do autor em termos de oposição a "ideologia do branqueamento", podendo-se dizer até que, em muitos aspectos, suas formulações se aproximam -

ou sofrem influência - das de Gilberto Freyre, particularmente se Benzaquem Araújo tiver razão a respeito da inspiração "neolamarckiana" do autor de Casa Grande e Senzala. Com efeito, em Austregesilo essa inspiração é clara ("as misturas ethnicas se dão por leis fatais de imigração e adaptação mesológica"), sendo, inclusive, assumida explicitamente: "O neo-lamarchismo rege a questão da formação do nosso typo".

Nesse caso, alguma coisa também dos idílios tropicais fantasiados por Freyre, onde senhores e escravos, embalados pela miscigenação, se confraternizariam em harmoniosa convivência, podem ser sugeridos nesse pequeno texto do psiquiatra. A despeito dessa crítica, porém, continua valendo a distância que se interpõe entre suas formulações e a dos adeptos da "ideologia do branqueamento" e sobretudo da "pureza racial" ou "racismo ortodoxo".

Isto posto, retornemos às observações de Freire Costa, buscando esclarecer alguns outros pontos controversos de suas proposições, mas sobretudo com o objetivo de explicitar certa direção importante da psiquiatria em termos de saneamento eugênico da raça. Quando o autor fala que a eugenia, até os anos 30, tinha na Liga o "único objetivo de preservar as gerações futuras das doenças de seus ascendentes", "simples modo de prevenção da doença mental", isto deve ser lido com alguma ponderação. Acompanhem, primeiramente, os termos exatos de Costa: "ao longo do período que se estende de 1926 a 1930, a eugenia permanecia

um simples modo de prevenção de doença mental. As noções de melhora e aperfeiçoamento da raça não englobavam os indivíduos sadios psiquicamente. A raça era compreendida como o conjunto dos indivíduos normais. As origens étnicas destes indivíduos não eram levadas em consideração. A eugenia, em sua etapa de higiene psíquica, interessava-se unicamente pelos indivíduos sãos e doentes. Seu único objetivo era o de preservar as gerações futuras das doenças de seus descendentes" (102).

Pois bem, se é possivelmente verdade que não se considerava até os anos 30, os atributos étnicos dos indivíduos patológicos em si (apesar de ser muito pouco provável que Kehl e Oliveira pensassem a questão racial, antes de 30, de forma diferente do que vieram a pensar), é, entretanto, pouco convincente que o objetivo de melhoria e aperfeiçoamento da raça que os psiquiatras buscavam reservasse à eugenia o papel limitado de "encarregar-se da profilaxia da doença mental". A impressão que passa é que, para Costa, até 1930, os psiquiatras não tencionavam cuidar da questão racial, vista a eugenia como um simples modo de ação terapêutica individual. Por isso, quando consideravam, e frequentemente o faziam, certas medidas eugênicas como aperfeiçoadoras da raça, estavam apenas pensando em conter o aumento dos distúrbios mentais da população, porquanto isso, por si só, seria suficiente para alcançar tal objetivo, tendo em vista uma certa compreensão livre da idéia de raça entendida simplesmente como "conjunto de indivíduos

normais", isso nada tendo a ver com qualquer referência étnica. Ora, o fato de, neste momento, nenhuma proposta de saneamento racial, apresentada pelo eugenismo psiquiátrico, ser pensada levando em conta parâmetros de intervenção de caráter étnico, não elimina a convicção de que intervir, através da eugenia, na problemática racial sempre foi uma aspiração da Liga. Primeiro de tudo porque, de fato, quando os psiquiatras faziam uso do termo raça, empregavam-no praticamente como sinônimo de "povo brasileiro", "população nacional", "espécie", "homem brasileiro" e até "conjunto dos indivíduos normais". Raramente sua conotação estava referida à idéia de etnia. Por isso, quando apontavam a necessidade de "aperfeiçoar a raça" ou "regenerar a raça", buscavam realizar esse objetivo através de ações centradas no indivíduo, procurando impedir a irradiação de "taras hereditárias" (ou congênitas - que se confundia frequentemente com hereditária), no caso de uma "eugenia restritiva", ou de promover o aprimoramento destas qualidades hereditárias, no caso de uma "eugenia positiva ou construtiva". Ambas exigindo a implementação de programas médico-sociais bastante amplos que importassem numa intervenção maciça que atingisse, no limite, todos os indivíduos de um país e, como tal, fortalecedoras da raça. Por isso a preferência natural dos psiquiatras por medidas impositivas (embora não relegadas às educativas, vide suas diversas campanhas), determinadas por ações estatais autoritárias e de largo alcance. Em verdade, esta forma de

encarar a questão era absolutamente congruente com os princípios teóricos organicistas dos psiquiatras, sendo, até certo ponto, uma decorrência deles, que imputavam ao fator hereditário um papel de destaque. Assim, para se obter uma raça nacional aperfeiçoada era fundamental que, no limite, a totalidade dos caracteres hereditários individuais dos habitantes do país fossem apurados. Realizar isso parecia satisfatório, na ótica biológica destes, para resultar no fortalecimento da raça e por conseguinte, da nação. De certa maneira, para a idéia de eugenia, isto sempre foi assim, o que nos permite sugerir que a ausência da questão racial no debate eugênico significaria uma espécie de aporia terminológica. De fato, como vimos no 1º Capítulo, esta "ciência" veio ao mundo com intuitos expressos de profilaxia racial, compreendida aí como meio de ação sobre o homem enquanto indivíduo inserido na totalidade do gênero humano. Dessa forma, buscava-se aperfeiçoá-lo, melhorando seu patrimônio hereditário, fortalecendo, pois, sua linhagem, conseqüentemente a raça, o povo, a nação etc... Foi na Alemanha, principalmente, que a eugenia tomou rumos radicalizados, impondo-se, paroxísticamente, como higiene racial em sentido étnico (embora, não só étnico), com as conseqüências trágicas que todos conhecemos. Talvez seja esse o sentido da advertência do historiador Pierre Darmon, quando afirma ser injusto "julgar através de uma visão contemporânea das coisas", leia-se, com o olhar preso ao que ocorreu na Alemanha, "a totalidade dos médicos eugenistas da

belle époque como perigosos iluminados". E acrescenta: "De início, a maioria deles pensou que encontrara um meio honesto de livrar seus congêneres de muitos males e ninguém era então capaz de entrever a fatal engrenagem que iria conduzi-los ao centro do inferno. Eis porque alguns eugenistas imaginaram na maior impunidade soluções que mergulharam o sistema no horror" (103).

Ocorre, porém, que é justamente na "altruística" busca desse "livrar os congêneres de muitos males" que a perspectiva eugênica pôs na linha de frente dos seus propósitos, acima e além de qualquer outro objetivo, o interesse coletivo da raça, que se confunde com o da nação, cuja consequência perversa resulta no aniquilamento de todo "humanitarismo" individual, visto como sentimentalismo anti-científico ou "filantropia contra-seletiva", o qual, dependendo do cenário político particular, pode descambar para situações paroxísticas de perseguições de caráter étnico, ou cultural, tal como foi o caso exemplar da Alemanha. Entretanto, "pode descambar" não quer dizer necessariamente resultam...

Voltando à cena os psiquiatras nacionais, a questão racial, como temos procurado mostrar, sempre foi um incômodo e quando resolveram fundar a Liga tinham muito claramente a intenção de se envolver com o problema. Nesse caso, à eugenia, vista euforicamente como um poderoso recurso para alcançar "uma perfectibilidade maior para espécie humana na dupla visada physica e mental", como queria Riedel,

"verdadeira religião da humanidade", certamente caberia se ocupar do problema, particularmente quando se admitia que no Brasil tudo estava por se fazer em matéria racial. Acompanhando o pronunciamento de Riedel na inauguração do Ambulatório Rivadavia Correa, em 1920, é possível perceber os intuitos eugênicos que o motivavam e que, por certo, era o que o inspirava quando, 3 anos depois, resolve fundar a LBHM:

"...no Brasil, paiz de immigração, de cruzamentos intensos, de mesclada heterogeneidade, de descurada promiscuidade, de adventícios e forasteiros, nada se tem feito para o estudo desta questão humana [refere-se à eugenia]".

Felizmente, este mesmo país de promíscua realidade racial, "possue", acrescenta o psiquiatra, "o meio physico-chimico adequado ao futuro de uma grande raça" e, sendo assim,

"altas razões sociais são de natureza a promoverem entre nós a immediata execução dos princípios eugênicos, inculcando na alma popular a noção de descendência sadia, notadamente da procreação consciente e responsável" (104).

No relaltório referente aos trabalhos do ano de 1924 da LBHM, Riedel resume as aspirações da instituição, confirmando que estas visavam,

"tão somente o aperfeiçoamento da nossa raça, prevenindo os factores de degeneração pela lucta contra a syphilis, a tuberculose, etc.. e realizando a medicina social contra os tóxicos [leia-se, principalmente, álcool]" (105).

Em outro lugar diz ele (1922):

"...cumpre estudar entre nós, sob o ponto de vista eugênico os factores compromettedores da hygiene da raça e à vitalidade da Nação.

Na faixa litoranea do Paiz, onde se estabeleceram em geral as capitaes, os centros da civilização, a lucta está empenhada contra a tuberculose, a syphilis e o alcoolismo principalmente.

O interior e as populações ruraes estiulam-se sob a perniciosa influênciã das endemias, nomeadamente da malária, da ancylostomose e da coreotrypanose, a tríade nefasta das doenças do sertão" (106).

Ora, é cristalina uma certa aplicação da eugenia com objetivos decididos de aperfeiçoamento racial. Entretanto, não resta dúvida, bastante comprometida com uma perspectiva que leva em conta a idéiã de aprimoramento do patrimônio hereditário da população, condição de possibilidade para o "futuro de uma grande raça". Por isso a idéiã de incentivo a uma "descendência sadia", "procreação consciente", quando se trata de realizar uma eugenia dita positiva; e de combate aos "factores de degeneração" da raça, (leia-se doenças decorrentes da falta de saneamento e intoxicações ambientais), no caso de uma eugenia preventiva, ainda que aqui os indícios de uma abordagem neolamarckiana da hereditariedade, que aposta na transmissão de caracteres adquiridos, seja evidente. Assim, raça tanto pode ser referida a espécie, como povo, população nacional, conjunto de indivíduos normais, nada havendo que sinalize para uma expectativa de saneamento racial em sentido propriamente étnico. Sendo assim, nossa diferença com Costa, neste ponto, se resume ao fato de considerarmos que suas observações abrem margem a mal-entendidos, posto que implicitamente (e

ambiguamente) sugerem a hipótese de que a Liga, até 1930, se absteve de participar do debate racial brasileiro, sendo vista a eugenia como um recurso estritamente médico no sentido de ação profilática individual, "simples modo de prevenção da doença mental". Isto quando, em verdade, esta sempre foi pensada em termos bastante amplos de programas médico-sociais, que tinham a pretensão nítida de incidir efetivamente, leia-se favoravelmente, sobre a raça, sobretudo quando tal idéia de raça, na grande maioria das vezes, aparece como sinônimo de povo, homem brasileiro, "conjunto de indivíduos normais" etc.... Entretanto, a questão a indagar é: será que depois de 30 o discurso eugênico do psiquiatra aponta seguramente para a direção do "saneamento racial" que assume uma perspectiva decididamente étnica? Aqui, nos afastamos de Costa. Do nosso ponto de vista pensamos que não. Observe-se por exemplo que mesmo por volta dos anos 30, quando se pode apontar uma inegável radicalização geral dos objetivos eugênicos da Liga, (será discutido no capítulo 5), nunca foi possível localizar e é pouquíssimo provável que tenha ocorrido, a defesa de medidas de esterilização que, como veremos, encontravam nessa época resolutos admiradores, explicitamente baseada em critérios étnicos. Em outras palavras, que se propusesse a esterilização (ou a segregação ou o impedimento da procriação e do casamento) de um indivíduo qualquer tido por "normal" ou saudável, apenas por apresentar certas características étnicas de raças supostamente identificadas

como inferiores. É possível suspeitar, mais como exercício imaginativo e provocativo, que quando se formula a remota idéia de esterilizar uns 15 milhões de brasileiros, conforme especulam Porto-Carrero e Cunha Lopes (Capítulo 5), considerando isso medida benéfica e eugênica, da presença de parâmetros étnicos intervindo no processo de seleção esterilizatória, tal o volume de indivíduos que se sonha em esterilizar em prol da raça. É perfeitamente possível também, num exercício lógico de argumentação, supor que Renato Kehl e Xavier de Oliveira, críticos retumbantes da miscigenação, e conseqüentemente do mestiço, no íntimo desejassem esterilizá-los todos, ou segregá-los, ou impedi-los de casar e procriar, posto que identificavam-nos como sub-raça, e enquanto tal, tão degenerados talvez quanto os desequilibrados morais e mentais que reconheciam aos borbotões. Possivelmente pretendessem com isso a paulatina substituição da população brasileira, até o limite, pois, da substituição completa, muito provavelmente por vigorosos "arianos" eugenicamente selecionados, únicos talvez capazes de satisfazer o desejo manifesto de Kehl de formar uma "elite eugênica" (107), tal qual se faz, sem nenhum espanto, para "selecionar os reprodutores (...) dos rebanhos" de qualquer "indústria pastoril" (108). Entretanto, esse tipo de ilação vale apenas como jogo especulativo. Seja porque as condições políticas e sociais do país não eram suficientemente favoráveis (Kehl reconhece que a extensão necessária para que a esterilização cumprisse eficazmente

seus objetivos nunca seriam aceitos pela sociedade) (109), seja porque a realidade racial do Brasil intimidava uma tal proposta, o fato é que, da pena destes, nunca se oficializou tal proposição. É interessante observar que mesmo no caso do combate que Kehl move contra a união "entre raças de caracteres acentuadamente distintas, como entre brancos, pretos e índios", porquanto, considerava isso contraindicado eugenicamente, ele apenas a formula claramente quando está tratando do tópico referente a questão imigratória. Curiosamente quando debate o que chama de "regulamentação eugênica do casamento", defendendo a obrigatoriedade do exame pré-nupcial como indispensável para a "defesa eugênica das proles", esse tipo de interdição, isto é, que impeça o casamento entre raças "acentuadamente distintas" não aparece, invocando apenas impedimentos por motivos relacionados a problemas de consaguinidade ou de pessoas portadoras de "doenças ou taras que os incapacitem para a proliferação eugênica"(110). Sendo assim, muitas vezes o que se observa, quando se postula a implantação de medidas radicais, tais como a esterilização, o aborto eugênico, a interdição médica nupcial, a segregação compulsória por motivo eugênico, incrementadas sobretudo após os anos 30, é novamente a vigência de um discurso que, livremente empregado, iguala raça, povo, espécie, homem brasileiro, conjunto de indivíduos normais etc..., o que permite considerar tais medidas duras como favorecedoras do fortalecimento da raça. Ou seja, o emprego desse termo pouco

tem a ver com a busca da valorização de atributos estritamente étnicos. O mais importante continuava sendo as disposições hereditárias dos indivíduos de uma dada nação, dependendo, pois, o progresso racial desta, da preponderância dos "bem dotados" sobre os com caracteres hereditários deficientes, potencialmente degenerados, e isto paracendo-lhes suficiente. Ernani Lopes, por exemplo, debatendo em seu artigo sobre a "Alta tardia dos heredo-psichopathas" (1933), os impasses que os psiquiatras teriam de viver caso se adotassem medidas de esterilização compulsória no Brasil, porquanto caberia a eles "a função sempre pouco agradável de indicar os casos para aquela intervenção", comenta:

"Esse verdadeiro impasse em que se encontra o clínico forçado a fazer suffer um seu doente - que é uma tangível e presente realidade - para beneficiar a raça - que, si não é uma abstração, é apenas, em cada caso, uma possibilidade ou uma incerteza, tem levado alguns alienistas a se pronunciarem contra a esterilização arrimados os argumentos dos mais frágeis" (111).

Ainda que o psiquiatra acuse algum dilema de consciência ("fazer suffer um seu doente") é nítida sua opção por medidas eugênicas duras que sejam, mas que atentem primacialmente para o benefício da raça (como diz, os argumentos contrários à esterilização são "dos mais frágeis"). Entretanto, nada aponta aqui para uma intenção de apuro racial que solicite intervenções de caráter étnico. Antes, o que se observa é a defesa de medidas de esterilização em situações expressamente de "doença",

porquanto nestes casos estão envolvidos riscos de transmissão de uma hereditariedade patológica, e como tal, contrárias ao "benefício da raça". Em outro lugar (1934), combatendo os que se opunham à eugenia em função de escrúpulos morais individualistas, Lopes é mais explícito:

"Imaginemos um quadro medieval de auto-da-fé dos doentes de psychoses hereditárias, supplicio infligido pelos inquisidores, na convicção de que assim livravam da possessão demoníaca pobres almas que de outro modo seriam presas de Satanaz. Esses horríveis sacrifícios que até hoje nos horripilam, tiveram, entretanto, uma consequência benéfica para a raça: fizeram diminuir o número de doentes de loucura hereditária extinguindo grande número dos transmissores de taras (...). Deus, nessa época, escrevia direito por linhas tortas. Hoje porém, escreve direito em cadernos muito bem pautados nos quais existem capítulos dedicados ao 'exame pré-nupcial', à 'esterilização eugênica' etc..." (112).

Aqui, novamente o que se observa, é a defesa de medidas eugênicas radicais, com o objetivo de estancar os focos de irradiação hereditária das "taras", posto que isso fundamentalmente resultaria no benefício da raça.

Do mesmo modo, Mirandolino Caldas, secretário da Instituição, discutindo em texto de 1935, a "alta precoce dos alienados", defendida por alguns psiquiatras, conclui:

"Não é difícil prever-se a série infindável de desastres que adviriam para a raça, caso se adoptasse essa prática num paiz em que não fosse compulsória a esterilização eugênica" (113).

Os exemplos se multiplicam e o que se verifica frequentemente nesses discursos é uma clara defesa de medidas duras de eugenia, vistas como imprescindíveis no saneamento racial do país, sem uma preocupação que pudesse

sinalizar uma utilização precisamente étnica destas. Antes, viam-nas sob o prisma do combate aos malefícios da hereditariedade patológica, inversamente, no do aperfeiçoamento do patrimônio hereditário dos nacionais, e por essa razão, eugenizadoras da raça. Nesse caso, raça tanto pode se referir a espécie, como a homem (brasileiro ou em geral) ou outro correlato qualquer. Precisamente como ocorria no período de "higiene psíquica individual", na terminologia de Freire Costa.

O próprio Juliano Moreira que, como vimos no começo do capítulo, claramente se manifestava contrário à restrições de caráter étnico no tocante à imigração, defendia posturas bastante duras em termos de preceitos eugênicos gerais. Comentando a importância dos "fatores hereditários em psiquiatria", lembra que a esterilização surgiu como uma forma moderna de afastar os "anormais" - como "alienados delinquentes, degenerados alcoólicos" - da possibilidade de reprodução. Todavia, acrescenta o autor, o "alvitre excellentee 'a priori' tem o inconveniente de attingir apenas os casos graves. Dir-se ha que são estes exatamente os mais perigosos, mas bem sabemos que um irmão sadio de um doente grave pode procrear casos gravissimos."(114)

Quer dizer, parece que o ideal para Juliano Moreira seria esterilizar tanto os casos graves quanto aqueles em que apenas se suspeitasse, por razões de herança biológica familiar, a possibilidade de uma descendência "degenerada". Esse ponto de vista, inclusive, é reforçado em outro artigo

seu (sobre a seleção individual de imigrantes) quando o psiquiatra adverte que "um indivíduo mesmo são, membro de uma família cheia de alienados é pouco menos perigoso que um alienado no meio de uma família de sãos." (115)

Ora, o que Moreira idealizava aqui (esclareçamos que isso não chegava a ser propriamente uma proposta), era de deixar ruborizado até o radical Renato Kehl. Todavia, essa visão do autor decorria de uma postura biológica obsessiva centrada no princípio da hereditariedade enquanto paradigma-mor da ação eugênica do psiquiatra, nada tendo a ver, porém, com uma seleção eugênica conduzida por parâmetros de intervenção étnicos.

Nesse sentido, pode-se dizer que mesmo no auge do eugenismo radical observado a partir dos anos 30 na Liga, a defesa de certa posição racista extremada apenas se pronunciou inteira e abertamente, enquanto programa de ação, no campo desfraldado da questão imigratória. Somente aí ela se configurou com nitidez, manifestando-se como higiene racial no sentido étnico, e mesmo assim posta nos limites, amplamente radicalizados é bem verdade, do branqueamento.

Donde se conclui que o eugenismo racista da Liga, no que diz respeito a uma postulação estritamente étnica, nunca se manifestou integralmente e, sendo assim, os contornos de uma certa cesura observada, isto é, a passagem da higiene psíquica individual para a higiene social da raça, ficam um tanto prejudicados, tênues que se verificam, ganhando força

de arregimentação plena, como dissemos, apenas no território radicalizado do debate imigratório.

Entretanto, ainda aqui, nunca houve uma adesão geral dos integrantes da instituição à vertente "racista ortodoxa". De fato, nos quadros da Liga haviam também nomes como Antonio Austregésilo, Fernando de Magalhães, Ulisses Pernambuco, Manuel Bonfim, Roquette Pinto, Arthur Ramos, Juliano Moreira, que definitivamente adotavam uma perspectiva cujas bases contrariavam, em graus variados, qualquer proposta de "pureza racial" (116). Pode se argumentar que grande parte destes tinha apenas uma vinculação formal com a Liga, praticamente não tendo atuação dentro dela, com a exceção de Juliano Moreira. De fato, a maioria dos citados nunca se destacou por uma intensa atividade na instituição, apesar de ser possível localizar sempre algum tipo de participação, seja por meio de artigos publicados na revista, de resenha de livros, participação em eventos organizados pela Liga, realização de conferências e até comparecimento em reuniões de deliberação interna. Veja-se rapidamente o caso de Arthur Ramos, representativo nome da corrente intelectual que se batia contra a tecla do preconceito racial. Desde 1933 que o autor em palestra no Centro de Estudos Oswaldo Spengler, tecia críticas às teses racistas de Oliveira Vianna, acusando-o de se basear na "ciência do século passado" (117). Era de fato um opositor das postulações da "inferioridade do negro e da sua incapacidade de civilização" como ele aponta no prefácio do seu livro O

negro Brasileiro (118). Esta postura, inclusive o levou a ser um dos signatários do manifesto contra o preconceito racial de 1935. Quando ingressou na Liga em 1933, como vimos, foi recepcionado de forma efusiva. Sua atuação nesta, embora não tão pequena (chegou a participar de reuniões internas da Liga) resumiu-se, no mais das vezes, à resenha de livros, alguns poucos artigos de psicanálise, higiene mental infantil e sobre educação física (119). Apenas uma única referência foi encontrada sobre o tema racial. Trata-se de uma análise do livro do antropólogo português, Mendes Correa, onde Ramos, utilizando-se de tal livro, aproveita para estocar os adeptos da higiene racial e da eugenia aplicada a esta:

"A biologia e a antropologia mereceu-lhe uma atenção especial, principalmente neste território novo, que é ainda evidentemente uma terra incógnita da hygiene racial e suas aplicações com a eugenia". E acrescenta:

"Nos dos últimos capítulos do livro (...) o autor não oculta o quanto de provisório, de impreciso e indeterminado se oculta por traz da nomenclatura bonita da herodologia e todos os seus capítulos: o mendelismo no homem, a hygiene racial, a genética" (120).

Sendo assim, é possível propor que nem Arthur Ramos, nem qualquer dos outros citados - exceto, repito, Juliano Moreira - devessem sentir-se profundamente comprometidos com a instituição, o que de certa forma pode ser comprovado pelo fato de nenhum fazer parte do Conselho Executivo da Liga (embora houvesse dentre estes, até presidentes honorários, como A. Austregésilo e Fernando Magalhães). A verdade é que o domínio efetivo da instituição, por volta dos anos 30,

encontrava-se nas mãos de um grupo de 06 a 10 psiquiatras, cuja orientação eugênica ditou os rumos radicais que esta assumiu (121).

Chegando ao fim do capítulo, podemos concluir sugerindo uma certa compatibilidade entre os princípios raciais das maiores autoridades da psiquiatria higiênica nacional - leia-se, em boa medida, LBHM - e o resto da intelectualidade brasileira. Travando, sem estardalhaço, como convém a uma instituição de cientistas do "perfeito modo de pensar", uma espécie de combate amistoso entre as paredes da corporação psiquiátrica, vê-se surgir tanto "racistas ortodoxos" que condenavam abertamente a miscigenação, quanto aqueles identificados com os postulados estritos do branqueamento, e até mesmo alguns poucos opositores do ideal racista do embranquecimento. Se é verdade que, em dado momento, o paroxismo racista pareceu prevalecer, isso não apaga a existência de versões diferentes e até contrárias. Sendo assim, pode-se dizer que, em boa medida, o que ocorria na Liga não era muito diferente do que se passava no cenário intelectual mais amplo do país. Veja-se o exemplo do debate realizado no interior do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, onde as posições se alternaram, indo do racismo sem disfarces de Azevedo Amaral, que em sua conclusão de número 10 propunha a "exclusão de todas as correntes imigratórias que não sejam de raça branca" - apesar de vencida recebeu 17 votos favoráveis - até as proposições de Roquette Pinto, já rapidamente mencionadas, comandante principal dos 25 votos

que derrubaram as teses de Amaral; e também do antropólogo A. Frões da Fonseca, que em seu pronunciamento sobre "Os grandes problemas da Antrophologia", ataca o livro de Kehl, Lições de Eugenia, distribuído no referido Congresso. (122).

Outro lugar onde é possível detectar um amplo debate da questão racial, pontuada pela questão da imigração, foi o palco privilegiado da Assembléia Constituinte de 33. Como se sabe, a Constituição resultante desse acontecimento político concebeu o sistema de cotas de imigrantes por nacionalidade, cujo objetivo, reconhece-se, visava atingir principalmente o japonês. O texto integral do artigo era o seguinte:

"A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos" (123).

Pois bem, como eram os japoneses que haviam imigrado de forma concentrada nos últimos anos, seriam estes que teriam sua cota mais prejudicada. Como atesta um defensor da imigração nipônica,

"É evidente o ardil para proibir no Brasil a entrada de imigrantes japoneses, sabido que o número de nacionais italianos, portugueses e alemães atinge no seu conjunto a milhões de sorte que a percentagem de 2% estabelecida pela emenda Miguel Couto ainda permitiria a entrada de correntes consideráveis desses povos em nosso país, não acontecendo o mesmo com os japoneses" (124).

Entretanto, se foi esse sistema ardiloso de cotas que acabou vitorioso, onde se observa inclusive referências a

possíveis restrições étnicas, é correto considerá-lo até moderado, face a determinadas propostas que circularam durante o debate do período Constituinte. Com efeito, várias foram as emendas que pretendiam proibir taxativamente a entrada de indivíduos das raças negra e amarela no Brasil. Se a primeira destas emendas coube a um psiquiatra, o nosso velho conhecido racista Xavier de Oliveira, deputado representante da "sub-racica" população do Ceará, outras de teor idêntico vieram em seguida por intermédio de destacadas personalidades, como Arthur Neiva, sanitarista nacional que depois veio ocupar posições de relevo junto aos órgãos estatais responsáveis pela política imigratória do Estado Novo. O ilustre médico Miguel Couto, eterno presidente da Academia Nacional de Medicina, foi outro que também marcou sua presença com emenda em sentido semelhante (125). Como vimos, tais proposições foram derrotadas, afirmando-se o sistema mais moderado de cotas raciais.

Entretanto, para nossos propósitos, o importante é chamar a atenção para o fato de que a visão da Medicina Mental, em verdade, não estava discrepando no debate racial brasileiro, adotando uma posição radical que a isolava do restante da intelectualidade nacional, afinada, esta última, ou com a virtualidade científica (e ideológica) do branqueamento, ou com o enaltecimento da mestiçagem enquanto exemplar sinal de uma convivência racial pacífica ao modo dos idílios raciais de Gilberto Freyre. Como supomos ter conseguido mostrar, essas posturas também podem ser

observadas de forma segura entre os psiquiatras, o que confere a medicina mental nacional (e, em certa medida, à LBHM) um lugar absolutamente ajustado à cultura intelectual e científica brasileira dos anos 20 e 30, que debateu apaixonadamente a singularidade racial do país.

A verdade é que, no adiantado do relógio da história, sonhar com uma solução radical que não passasse ao menos pelos termos racistas do embranquecimento, poderia sinalizar uma espécie de suicídio simbólico da Nação, o qual, apesar da evidente frustração íntima de tantos por não poder ser o brasileiro o europeu dos trópicos, o próprio orgulho intelectual dos psiquiatras, bem como dos "homens de ciência" em geral, determinados a transformar o país numa autêntica Nação, não suportaria admitir. Como disse no Congresso de Eugenia o médico Fernando de Magalhães - presidente de honra da Liga, e destacado militante da campanha de regeneração nacional pela educação, "as restrições impostas às correntes imigrantes importam numa injustiça e num suicídio. Demais, os pigmentos não excluem qualidades. Há uma injustiça, porque todo nosso passado se funda no mestiço e há um suicídio, porque todos somos mestiços e assim nos excluimos" (126).

NOTAS

1. Ver a este respeito: BIRMAN, Joel. "O negro no discurso psiquiátrico", In: *Cativeiro e Liberdade*. UERJ/ Taurus-Timbre editores, 1989 pp. 44-58.
2. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*, SP, Companhia das Letras, 1993. Particularmente o capítulo 06, "As Faculdades de Medicina ou como sanar um país doente". (pp.189-238), trata do pensamento de Nina Rodrigues e das faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro no tocante a questão racial. A expressão entre aspas foi retirada da pg. 208 e consta de um texto de Rodrigues de 1894.
3. Id. *Ibid.*
4. ROXO, Henrique. *Perturbações Mentais nos Negros do Brasil*, RJ, Typographia Bernard Feres, 1904.
5. MOREIRA, Juliano. "Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil". *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e sciências affins*, Rio de Janeiro, ano I, nº 01, abril de 1905. pp. 52-58. Esse texto será discutido em detalhes mais adiante.
6. BIRMAN, Joel. *op.cit.* p. 53.
7. É o caso específico de Nina Rodrigues com seus estudos de Antropologia Criminal acompanhando de perto os ensinamentos de Lombroso, mestre da escola italiana de "criminologia positiva", autor da famosa tese, à época, do criminoso nato. Vide: LUZ, Madel. *Medicina e Ordem Pública Brasileira*, RJ, Graal, 1982, pp. 165-172; SCHWARCZ, L.M., *op.cit.* pp. 205-213. Especificamente sobre Lombroso ver: DARMON, Pierre. *op.cit.*
8. SCHWARCZ, L.M., *op.cit.* p.293.
9. Id. *Ibid.* p. 241.
10. Em verdade, segundo SCHWARCZ não se tratava de cientificamente considerar certas raças apenas desiguais, o que apontaria para uma concepção humanista de unidade indivisível do gênero humano, marcada, tão-somente, por diversidades "transitórias e remediáveis pela ação do tempo ou modificáveis mediante o contato cultural". O que devia ser reconhecido era a diferença entre certas espécies humanas ("ontologicamente diversas"), cujas diversidades seriam, pois, "definitivas e irreparáveis, transformando-se a igualdade em um problema ilusório." *op.cit.* pp. 61-62.

11. Estes são apenas alguns dos teóricos do racismo científico que tiveram larga penetração no Brasil, com destaque para Agassiz e Gobineau. Estes 2 últimos autores inclusive visitaram o Brasil (Gobineau foi embaixador francês no país) o que serviu, como aponta Ortiz, para aumentar sua influência "direta junto aos intelectuais brasileiros na medida em que assimilaram as teorias da época ao problema da mestiçagem brasileira. ORTIZ, Renato. "Memória Coletiva e Sincretismo científico: as teorias raciais do séc. XIX", In: *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1985. pp. 13-35; SKIDMORE, Thomas E. op.cit.; SCHWARCZ, L.M., op.cit. p. 66. A questão da "evolução social" como paradigma, foi desenvolvida por SCHWARCZ neste mesmo trabalho.
12. SCHWARCZ, L.M. op.cit. pp. 92-93.
13. ORTIZ, Renato. op.cit. p.21.
14. STEPAN, Nancy. op.cit. p.372.
15. ORTIZ, Renato. op.cit. p. 21.
16. SKIDMORE, Thomas E. op.cit. pp. 192-226.
17. Segundo estimativa de Roquette Pinto em 2012 80% da população seria de brancos, 3% de mestiços, 17% de índios e os negros desapareceriam. Vide: SCHWARCZ, L.M. op.cit. pg. 97; SKIDMORE, Thomas E.. op.cit. pp. 205-209.
18. PINTO, Roquette. In: *Boletim da Academia Nacional de Medicina*, apud: SCHWARCZ, L.M. op.cit. p. 96.
19. PINTO, Roquette. In: *Seixos Rolados*, apud: SKIDMORE, Thomas E. op.cit. p. 206.
20. SKIDMORE, Thomas E. op.cit. p. 192.
21. Id. *Ibid.* pp. 37-43.
22. Esse trabalho foi apresentado no "Congresso Universal de raças" em Londres em 1911 e se chamava *Sur les métis au Brésil*. Lacerda afirmava que no prazo de um século era possível se prever um país cada vez mais branco, desaparecido os mestiços e extinta e "raça negra em nosso meio". Vide: Id. *Ibid.* pp. 81-86; SEYFERTH, Geralda. "As ciências Sociais no Brasil e a Questão Racial". In: *Cativeiro e liberdade*, RJ, UERJ/Taurus-Timbre, pp. 11-31.
23. Silvio Romero no seu "História da Literatura Brasileira" de 1888, estimava em 3 ou 4 séculos o processo de

- branqueamento no Brasil. Na época da tese de Lacerda, entretanto, achava que isso tomaria "uns seis ou oito se não mais". SKIDMORE, Thomas E. op.cit. pp. 85-85.
24. Id. Ibid. p. 86. Sobre o ponto de vista mais geral de Romero acerca da questão racial consultar páginas 48-53. Ver Também: SCHWARCZ, L.M. op.cit. pp. 153-154.
 25. Como afirma SCHWARCZ, as "posições de Silvio Romero estavam (...) reproduzidas e às vezes radicalizadas" na "Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife", desde sua criação em 1891 até o final dos anos 20. Id. Ibid. pp. 155-168.
 26. Id. Ibid. pp. 168-172.
 27. SKIDMORE, Thomas E. op.cit. pp. 74-79.
 28. SCHWARCZ, L.M. op.cit. pp. 202-215.
 29. Id. Ibid. p. 215.
 30. Id. Ibid. pp. 215-218.
 31. Apud: SCHWARCZ, L.M. op.cit. p. 212.
 32. SKIDMORE, Thomas E. op. cit. pp. 154-162. Ver Também: KOWARICK, Lúcio. Trabalho e Vadiagem. A origem do Trabalho Livre no Brasil, SP, Brasiliense, 1987, pp. 87-129.
 33. AZEVEDO, Célia Marinho. Onda Negra, medo branco. O negro no imaginário das elites - Sec. XIX, SP, Paz e Terra, 1987.
 34. KOWARICK, Lúcio. op. cit. p. 120.
 35. LEME, André Betim Paes, "Contribuição para o Estudo da Adaptação dos Cearenses como colonos nas Lavouras de São Paulo", apud:, Id. Ibid. p. 123.
 36. Relatório de Luiz Ferraz ao Exmo. Sr. Dr. Candido Motta, Secretário de Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas", apud: Id. Ibid. pp. 121-122.
 37. Sobre a imigração japonesa ver: PETRONE, Maria Tereza Schorer. "Imigração", In: História Geral da Civilização Brasileira. III. O Brasil Republicano. 2. Sociedade e Instituições (1885-1930), SP, Difel, 1985, pp. 105-108; VAINER, Carlos B. "Estado e Raça no Brasil. Notas Exploratórias", In: Estudos Afro-Asiáticos, nº 18, Cadernos Cândido Mendes, maio de 1930, pp. 103-117; LENHARO, Alcír. op.cit. pp. 127-1128. Segundo este último autor o japonês era atacado sobretudo porque punha em risco o mito triangular das raças, com a

presença inquietante de um "ângulo novo não previsto no triângulo - a diferença insuportável", mito esse que fora concebido visando garantir a boa direção do processo de branqueamento no país, ou pelo menos assegurar que as "regras de um jogo propensamente descontrolado" seriam mantidas. Particularmente durante o momento constituinte de 1933 o debate da "questão nipônica", e também da negra, ganhou contornos acirrados.

38. SKIDMORE, Thomas E., *op.cit*, pp. 215-216.
39. ORTIZ, Renato. *op.cit*. p. 41.
40. FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, RJ, José Olympio, 1987.
41. ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. *Guerra e Paz, Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*, RJ, Editora 34, 1994, pp. 27-41.
42. Id. *Ibid*.
43. Ver a respeito o primeiro capítulo deste trabalho.
44. Apud CUNHA, Maria Clementina P. *op.cit*. p. 124.
45. Id. *Ibid*. p. 124.
46. PEIXOTO, Afrânio. Apud: SKIDMORE, Thomas E. *op.cit*. p. 215.
47. MOREIRA, Juliano. "A Seleção individual de imigrantes no programma da hygiene mental", In: *ABHM*, Ano I, nº 1, março de 1925, p. 11.
48. PACHECO E SILVA, A.C. "Imigração e hygiene mental", In *ABHM*, ano I, nº 2, dezembro de 1925, p. 29.
49. GOMES, Angela Maria C. *op. cit.*, p. 145.
50. Id. *Ibid*. pp. 146-148.
51. LOPES, Ernani. In: *ABHM*, ano III. nº07, julho de 1930, pp. 257-158.
52. Apud: CUNHA, Maria Clementina, *op. cit.*, p. 52.
53. REZENDE, Gustavo. "Subsídios á legislação sobre imigração - meios de impedir o ingrasso dos deficientes moraes". In: *ABHM*, ano I, março de 1925, nº1.
54. MOREIRA, Juliano. *op.cit*.
55. MOREIRA, Juliano. "Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil", In: *Archivos*

Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e sciências affins, RJ, ano I, nº 1, abril de 1905. pp. 52-98.

56. Id. Ibid.

57. MOREIRA, Juliano. "Querelantes e Pseudo-Querelantes", In: Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e sciências affins, RJ, ano IV, pp. 426-434.

58. "NOTICIÁRIO - A contribuição da Hygiene Mental no 2º Congresso Brasileiro de Hygiene", In: ABHM, ano I, nº 1, março de 1925. pp. 196-197.

59. MOREIRA, Juliano. op.cit.

58. Id. Ibid.

60. "Acta da 15ª Sessão ordinária realizada em 11 de setembro de 1919", In: Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria, ano I, nº 04, 1919. p. 431.

61. "NOTICIÁRIO - A contribuição da Hygiene Mental no 2º Congresso Brasileiro de Hygiene", In: ABHM, ano I, nº 1, março de 1925. pp. 196.

62. MOREIRA, Juliano. "Algo sobre doenças nervosas e mentaes no Brasil", apud: "Juliano Moreira e o problema do Negro e do Mestiço no Brasil", texto preparado pela viúva de Juliano Moreira, In: Novos Estudos Afro-Brasileiros, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988. p. 150.

63. COSTA, Jurandir Freire. op.cit. pp. 37-38.

64. A expressão "romance antropológico" foi retirada de um texto, de 1919, da "Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife", apud SCHWARCZ, L.M. op.cit. p. 168.

65. KEHL, Renato. Lições de Eugenia, RJ, 2ª EDIÇÃO, 1935. P. 250.

66. Id. Ibid. pp. 239-240.

67. Id. Ibid. pp. 240-241.

68. Id. Ibid. pp. 254-255.

69. "Da imigração européa para o nordeste brasileiro" era o nome do trabalho apresentado por Xavier de Oliveira. "Actas do Congresso de Eugenia", In: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, Actas e Trabalhos, Rio, 1929, pp. 22-23.

70. Id. Ibid.

71. Annaes do 3º Congresso Brasileiro de Neurologia, Psychiatria e Medicina Legal, RJ, Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues e C., 1932.
72. Id. "Da Prophylaxia Mental dos Immigrantes", In: ABHM Ano V, nº 1, janeiro-setembro de 1932. pp. 16-17.
73. Id. Ibid. pp. 28-29.
74. Id. Ibid. p. 23. Nesse momento não consigo me furtar de convidar o leitor a consultar a página com os retratos dos membros da Liga, em especial o de Oliveira e que tire suas próprias conclusões...
75. Id. Ibid. p. 20.
76. Id. Ibid. p. 21.
77. Ver: PETRONE, Maria Tereza Shorer. op.cit. pp. 93-133.
78. OLIVEIRA, Xavier. op.cit. p. 22.
79. PETRONE, Maria Tereza Shorer. op.cit. p. 105-108.
80. Ver: SKIDMORE, Thomas E.. op.cit. pp. 212-219.
81. OLIVEIRA, Xavier. op.cit. p. 22.
82. Id. Ibid. p. 27.
83. É preciso lembrar, entretanto, que Juliano Moreira na época da publicação desse artigo já se encontrava enfermo, afastado de suas atividades, vindo a falecer no ano seguinte. "Acta da 2ª Sessão ordinária da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal", de 1º de abril de 1932, In: Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria, ano XV, agosto-setembro de 1932.
84. RIEDEL, Gustavo. Os factores dysgenisantes do "habitat" brasileiro, em synthese, RJ, Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues e C., 1922. pp. 4-5.
85. "A Inauguração do Ambulatório Rivadavia Corrêa", In: Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatra, RJ, ano II, 1920. pp. 190-191.
86. CUNHA LOPES, Ignácio. "Aspectos Etnográficos da Esquizofrenia", In: Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria, Ano XV, nºs 8 e 9, agosto-setembro 1932, p. 228.
87. Id. Ibid. p. 229.

88. Sobre a comparação ver: SKIDMORE, Thomas E. op.cit. pp. 86-94.
89. CUNHA LOPES, Ignácio e REIS, J. Candido. "Ensaio ethino-psiquiatrico sobre negros e mestiços", In: *Novos Estudos Afro-Brasileiros*, Recife, Ed. Massangana, 1988. pp. 17-20.
90. Id. Ibid. p. 18.
91. CUNHA LOPES, Ignácio. op.cit. p. 12.
92. Id. Ibid. p. 20.
93. Id. Ibid. p. 21.
94. Id. Ibid. p. 22.
95. Antonio Austregesilo era vice-presidente da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, até a morte de Juliano Moreira quando se torna presidente; professor de Neurologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e presidente de honra da LBHM.
96. AUSTREGESILO, Antonio. op.cit. p. 324.
97. Id. Ibid. p. 327.
98. Id. Ibid. pp. 331-332.
99. Id. Ibid. pp. 330-331.
100. Id. Ibid. pp. 332-333.
101. Id. Ibid. p. 333.
102. COSTA, Jurandir Freire. .op.cit. p. 37.
103. DARMON, Pierre. op.cit. pp. 199-200.
104. "A Inauguração do Ambulatório Rivadavia Corrêa", In: op.cit. p. 299-200.
105. RIEDEL, Gustavo. "Actas e Trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental". In: *ABHM*, ano I, nº1, março de 1925, p. 212.
106. Id., *Os factores dysgenisantes do "habitat" brasileiro, em synthese*, RJ, Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues e C., 1922. p. 07.
107. A idéia da formação de um "elite eugênica", para Kehl, colocava a necessidade de práticas de "eugenia restritiva" - como a esterilização, a segregação, a

interdição nupcial "entre os que se revelarem perigosos à descendência" - mas, sobretudo de medidas de "eugenia positiva", visando "propagar o dever que cabe aos casais eugênicos de procriarem o maior número possível de filhos, afim de que uma crescente procriação hígida consiga equilibrar a formidável procriação de indivíduos inferiorizados" (havia também aquelas ditas de "eugenia preventiva", que, segundo Kehl, se confundiam com os objetivos da higiene). Apenas dessa forma, conclui o eugenista, seria possível "constituir uma humanidade de 'bons animais', organizando dentro dela a 'aristocracia dos eugenizados'". Lições de Eugenia, RJ, 2ª edição, 1935. pp. 189-204.

108. OLIVEIRA, Xavier. op.cit. p. 21.
109. Para Kehl, como visto à nota¹⁹⁷, a esterilização embora importante, "poderoso auxiliar na redução dos degenerados", por si só seria insuficiente para resolver o problema da "formação da elite eugenica", tanto pelas razões de que um programa de eugeniação da espécie em bases completas necessitava de medidas conjugadas de eugenia - positiva, negativa e preventiva - mas também pela exigência de que sua aplicação "fosse extensiva a todos indivíduos tarados em todas as linhas genealógicas, diretas e colaterais, nas quais [se] verificassem quaisquer estigmas de degeneração". Todavia, conforme aponta o eugenista "a sociedade nunca aceitaria tal alvitre". Repare-se, entretanto, que apesar do radicalismo da proposta não aparece formulada aqui nenhuma perspectiva de esterilização, que aponte para uma direção propriamente étnica. op.cit. p. 224.
110. Id. Ibid.
111. LOPES, Ernani. "A Alta Tardia dos Heredo-Psychopathas por motivos de ordem eugênica", In ABHM, Ano IV, nº 04, outubro-dezembro de 1934. p. 279.
112. Id. "Reunião Inaugural da Campanha Pro-higiene Mental", In: ABHM, Ano VII, nº , pp. 343-344.
113. CALDAS, Mirandolino. "Assistência a Psychopathas em Municipios-Manicomios", In ABHM, Ano VIII, nº 1, 2, 3, janeiro-setembro de 1935, p. 96.
114. MOREIRA, Juliano. "Factores hereditários em Psychiatria", In: ABHM, ano II, nº01, outubro de 1929, pp. 29-34.
115. MOREIRA, Juliano. "A Selecção individual de immigrants no programma da hygiene mental". In: ABHM, ano I, nº01, março de 1925, p. 114.

116. O médico Manoel Bonfim tem sido reconhecido ultimamente pelos estudiosos da questão racial no Brasil, como um dos pioneiros no combate às teses do racismo científico. Com efeito, seu trabalho, *América Latina: males de origem*, escrito em 1903 e publicado em 1905, apresenta-se claramente na contramão das teses racistas, denunciando-as, segundo Ortiz, enquanto "ideologias que procuram legitimar uma situação de exploração em detrimento das nações subdesenvolvidas". ORTIZ, Renato. op.cit. pp. 22-27. Bonfim é citado como membro fundador da Liga e 1º presidente da "Secção de psychologia applicada e psychanalise" da instituição, criada em 1928 (quando já enfermo foi aclamado presidente de honra desta seção). Ao falecer foi bastante homenageado pela Liga, com notas publicadas nos Archivos e reunião extraordinária da seção de estudos, da qual era presidente de honra, em sua memória, com a presença inclusive de sua viúva e seu filho, reunião essa transcrita integralmente nos Archivos. É mencionado ainda o fato de que Bonfim, já bastante doente, manifestara a vontade de doar à instituição parte de sua biblioteca de psicologia. Isso tudo aponta claramente para algum tipo de vinculação desse autor, definitivamente um anti-racista, com a LBHM. Ver sobre a participação de Bonfim na Liga: "Noticiário - Manuel Bonfim". In: ABHM, Ano V, janeiro-setembro. 1932, pp. 116-117; "Sessão em Homenagem à memória do professor Manoel Bonfim", In: ABHM, Ano VI, nº 2, abril-junho de 1933, pp. 170-173. Sobre a importância geral de sua obra, além do texto de Ortiz, vide: SKIDMORE, Thomas E., op.cit. pp. 130-135; ALVES FILHO, Aluisio. *Pensamento político no Brasil. Manoel Bonfim: um ensaísta esquecido*, RJ, Achiamé, 1979.

Ulisses Pernambuco é tido como o expoente máximo da psiquiatria pernambucana dos anos 20/30, inspirador da chamada "escola de psiquiatria social" do Recife. Idealizador da reforma da Assistência a Psicopatas desse Estado, em 1930, criou, entre outros serviços (ambulatórios, hospital aberto, manicômio judiciário), um de Higiene Mental, o primeiro oficial no país. Foi no trabalho desenvolvido por este Serviço de Higiene Mental que Pernambuco levou a cabo estudos pioneiros sobre os cultos afro-brasileiros, inclusive pesquisas de campo nos terreiros de Xangô do Recife. Conforme aponta Hutzler, o "verdadeiro sentido dos estudos foi, inicialmente, tentar acabar com as perseguições políticas aos terreiros, conseguindo para os cultos afro-brasileiros existência legal". Gilberto Freire, seu primo, teve grande participação na orientação desses estudos, como lembra um dos pesquisadores do serviço: "...foi seu consultor, sempre presente a todas as reuniões do 'staff', onde se discutia a valorização dos trabalhos, os rumos a seguir, a correção dos erros cometidos". Apud. CORREA, Marisa. *As Ilusões da Liberdade*, Tese de Doutorado, FFLCH da USP, SP, mimeo:

1982, p. 219. Membro da ANL, Pernambucano foi acusado de subversão após a Intentona Comunista de 1935, e afastado da direção da Assistência a Psicopatas, sendo inclusive preso por 40 dias. Foi alvo também, no Estado Novo, do artigo 17 da carta outorgada de 37, que permitia afastar ou reformar funcionários públicos no "interesse do serviço público ou por conveniência do regime". Segundo Freire isso foi consequência do fato de que para ele "a psicologia e a psiquiatria deviam participar da reconstrução das sociedades desorganizadas pelos excessos de capitalismo: pelo seu sistema destruidor da saúde mental de tantos homens". apud HUZLER, Celina Ribeiro. "Ulysses Pernambucano: Psiquiatra Social", In: *Ciência e Trópico*, vol. 15, nº 91, janeiro/junho 1987, Ed. Massangana. Ulisses Pernambucano foi membro da Liga desde seus primeiros tempos, delegado regional da instituição no Estado de Pernambuco. Enretanto, consideramos que se precisa discutir melhor os objetivos dessa aproximação aos cultos afro-brasileiros, cuja perspectiva de um controle psiquiátrico/científico dessas diferenças culturais não pode ser desprezado - o próprio psiquiatra em palestra realizada na Sociedade Brasileira de Neurologia, Psychiatria e Medicina Legal afirmava que se devia acompanhar e estudar a atividade desses centros afro-brasileiros para "desvial-os, quando possível, de certas actividades nocivas a saúde do espirito", sendo "esta attitude (...) mais util e fructuosa que a de nos constituirmos em adversarios sem possibilidades de vitoria". "Factos e Commentarios", In: ABHM, Ano VI, outubro-dezembro, 1934. p. 333. É por isso que Gilberto Freire em depoimento de 1945 dizia que apenas nos seus últimos anos Ulisses deixara de ver "o problema de tais sobrevivências pura expressão de 'patologia social', para considerar as culturas negro-africanas sob novo aspecto: sem preconceito que as deformasse em material clínico". apud. HUTZLER, Celina Ribeiro. op.cit. p. 33. De qualquer maneira, o fato é que certamente este psiquiatra não acompanhava os programas racistas defendidos pelos membros mais radicais da Liga.

117. Apud: VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*, RJ, Livraria José Olympio, 4ª edição, 1959, pp. 197-198.
118. Id. *O negro Brasileiro, Etnografia Religiosa e Psicanálise*, RJ, 1934. pp. 07-24.
119. Ver: Id. "A Technica da psychanalise infantil", In: ABHM, Ano VI, nº 04, 1933. pp. 196-205. Esse texto originou-se da conferência "A psychanalise infantil e sua importancia na hygiene mental e na pedagogia" pronunciada na Liga em 04.09.1933; A "Educação physica elementar", IN: ABHM, Ano VIII, janeiro-setembro de 1935, pp. 03-12.

120. Id. "Resenhas e Analyses", In: ABHM, ano VII, Nº 3, julho-setembro de 1934. P. 241.
121. Nesse caso podem-se citar: Henrique Roxo, Ernani Lopes. Júlio Porto-Carrero, Mirandolino Caldas, Renato Kehl, Xavier de Oliveira, Ignácio Cunha Lopes, Gustavo Riedel e até certo ponto Juliano Moreira.
122. "Actas do Congresso de Eugenia" e AMARAL, Azevedo. "O problema eugênico da imigração", In: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia - Actas e Trabalhos, RJ, 1929, respectivamente pp. 16-21 e pp. 327-340. Quanto à crítica de Fróes Fonseca ao livro de Kehl, Lições de Eugenia, ela é arrasadora: "Infelizmente enquanto vae a sciencia abrindo penosamente o seu caminho, segue-lhe os passos a constante cohorte de aproveitadores do momento, dos que, a sombra do seu prestígio, fazem de hypotheses dadas como factos, de affirmações transfiguradas em documentos, de fragmentos doutrinarios torcidos e ageitados a qualquer these e tudo bem vestido de eloquencia, a obra que se populariza porque não combate senão favonêa preconceitos reinantes (...) E mais que tudo, é lamentável que taes coisas façam proselytos e encontrem repetidores que querem a viva força crear o preconceito racial, com toda a gravidade dos seus problemas, onde elle é, mercê de Deus, praticamente nullo. Tal é o caso infelizmente do livro que acaba de ser distribuido por occasião deste Congresso pelo Dr. Renato Kehl, sob o título 'Lições de Eugenia'. Não me é possível analysar aqui, nem é mister fazel-o, as paginas em que se refere á questão racial, pretendendo falar em nome de uma sciencia que ignora, tanto mais quanto a propria exposição que fizemos, em synthese, do assumpto evidencia largamente os erros por elle perpetrados". "Os Grandes problemas da Anthropologia", pp. 63-86.
123. SKIDMORE, Thomas E. op.cit. p. 217.
124. Apud: VAINER, Carlos B. op.cit. p. 110.
125. LENHARO, Alan. op.cit. p. 126.
126. "Actas do Congresso de Eugenia". In: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, Actas e Trabalhos, Rio, 1929. p. 20. E não se diga que Magalhães chegou a esta posição como consequência de uma postura branda da eugenia em sentido geral. Como ele próprio afirma, respondendo ao inquérito realizado pelo O Globo sobre exame médico pré-nupcial, em "assumpto de defesa da raça sou extremista e defendo as medidas aparentemente mais violentas quanto ao casamento entre alcoólicos, syphiliticos, etc...e sustento até a castração dos loucos". Bem, o que se escuta aqui não é propriamente a posição de um moderado em termos de preceitos eugênicos. Todavia, no debate racial da imigração, sua opinião é francamente

desfavorável às teses radicais que condenam a vinda de imigrantes das raças não brancas. O que, de certa forma, reforça a idéia de que o radicalismo eugênico defendido por muitos nem sempre se traduziu, ou foi a tradução, de um radicalismo étnico, no caso, defendido somente por alguns.

CAPÍTULO 4

"DE PEQUENINO É QUE SE TORCE O PEPINO": A INFÂNCIA NOS PROGRAMAS EUGÊNICOS DA LIGA.

Desde a fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental que os cuidados com a infância fazem parte de seu programa. Dentre as várias seções de estudo que compunham a sua organização, havia uma exclusivamente dedicada a infância chamada "Seção de Puericultura e higiene Infantil". Dela faziam parte diversos médicos e psiquiatras que, ou já ocupavam, ou vieram a ocupar, postos de destaque nas políticas governamentais, ou instituições privadas, dirigidas à criança. O Presidente da Seção, Olinto de Oliveira, antigo batalhador da causa infantil, por exemplo, veio a se tornar diretor da "Divisão de amparo à Maternidade e à Infância", constituída em 1937. O vice-presidente Moncorvo Filho, tinha sido fundador, ainda no começo do século, de um Instituto de Proteção à Infância no Rio de Janeiro, que depois estabeleceu filiais em vários estados do país. Em 1919 criou o Departamento da Criança no Brasil, além de ser o organizador do primeiro "Congresso Brasileiro de Proteção à Infância" no ano de 1922. Além desses faziam

parte também o Diretor do Serviço de Higiene Infantil do Depto. Nacional de Saúde, Fernandes Figueira, e J.P. Fontenelle, médico renomado, docente de higiene da Escola Normal do Distrito Federal, desde sempre envolvido com a temática da educação infantil.

A participação desses destacados médicos no quadro de colaboradores da Liga demonstra tanto o prestígio que a instituição tinha junto a esses setores, quanto a importância que era atribuída à questão infantil nos programas de higiene mental e eugenia da Liga. Como seja, o fato é que, em função dessa importância, muitos entendem, como Fontenelle e Ernani Lopes, ser necessário começar a agir já nos primeiros meses, logo após o nascimento, tendo em vista que a "felicidade futura dos indivíduos vae grandemente depender dos primeiros hábitos que lhe vão ser inculcados e esse trabalho não deve ser de forma alguma retardado" (01). Particularmente a idade de 3 anos, "na qual se delinea a personalidade", sugere Lopes, "merece particular atenção da psycho-pediatria pois infrações da hygiene mental nesta phase está provado que pode ter repercussões perniciosas sobre o psychismo adulto" (02). Por essa razão, dizem, é que os americanos já vinham criando os chamados "Dispensários de hábitos", cujo objetivo era formar "a mentalidade optima" na criança, pela repetição dos "mesmos actos recommendaveis". Como define Fontenelle:

"Para certas questões da saúde physica e para quasi todas as da hygiene mental, é preciso

cuidar da criança antes do período da escolaridade. Do ponto de vista do desenvolvimento, a criança já é um producto mais ou menos acabado, quando lhe irrompe o molar de seis annos: por isso, no Estados Unidos, começa seriamente a despertar o movimento em prol de uma acção que se exerça na idade pré-escolar" (03).

Entretanto, embora ideal, como já acontecia nos EUA, reconhecem, na realidade brasileira a enorme dificuldade de acesso às crianças em fase pré-escolar. Em vista disso, acreditam, como Juliano Moreira e Henrique Roxo, que um dos "melhores meios de se fazer prophylaxia mental consiste em agir sobre as crianças das escolas", mais acessíveis a sindicância médica (04). De fato, desde sua fundação que a Liga tem por diretriz intervir no interior dessa instituição-padrão: seja buscando aplicar testes psicológicos nas escolas públicas (05); seja procurando orientar a instrução técnica dos professores primários através do ensino de psicologia nas escolas normais em "bases lógicas e úteis", daí resultando "esforços muito apreciáveis porque multiplicam as fontes de propaganda dos grandes princípios que põem na educação os fundamentos da higiene mental" (06); ou então se propondo a receber, através de entendimentos com a Instrução pública, os alunos problema de todas as escolas "desde aqueles que tivessem 'QI' muito baixo ou muito alto" (07). Ademais, outros motivos existiam para que se procurasse observar a criança em idade escolar: ao lado dos "distúrbios degenerativos que desde cedo se constatassem", explica Roxo, poder-se-ia fazer

"a separação de acôrdo com o desenvolvimento intellectual" desses infantes. O objetivo aqui é, com o auxílio da psicologia experimental - "base científica da hygiene mental" segundo Fontenelle - fazer a separação dos alunos de acordo com a "evolução psychica de cada um" e não "consoante o critério fallível da idade". A vantagem dessa distribuição das classes por "feitio lógico e científico" é, escreve o psiquiatra, evitar que a criança "se enerve, já no afan de ombrear com os mais evoluídos", causando excitação nervosa que provavelmente "vai condicionar um estado de desequillibrio nervoso, o qual pode mais tarde culminar no desenvolvimento de uma psychopathia" (08).

Todavia, além desses que poderão, através de um trabalho de "creação de bons hábitos mentaes que preparem sua adaptação perfeita" à vida social, se tornar adultos (leia-se trabalhadores) felizes e equilibrados, para alento da Nação, existia o problema grave dos tarados, resultado de tendências herdadas que precisam "mil cuidados e assídua fiscalização". Com efeito, para alguns alienistas, em se tratando do aprimoramento da raça não há lugar para tergiversações. É preciso que se reconheça que há um certo número de menores "cujas reações anti-sociaes estão extra-alcance da therapeutica" (09). Existe evidentemente a questão dos falsos incorrigíveis que, escreve Lopes, "devem suas reações anômalas a graves erros educativos" o qual, "transplantados para um ambiente favorável, em condições de perfeita hygiene mental, pouco a pouco se renormalizam".

Isso tem levado alguns educadores "não versados em psiquiatria" a concluírem pela inexistência de uma "verdadeira incorrigibilidade de natureza constitucional tudo provindo de factores ambientais" (10). Ora, para os psiquiatras esse é um conceito equivocado. Desde o trabalho de Dupré, alienista francês, ao Congresso de Tunis em 1912, que, diziam eles, a existência desses "perversos instintivos" tem sido relatado ao mundo, "sendo muito menos raro do que se imagina". Amoraes por nascença, "perversos irreformaveis" que "têm incoercível tendência a delinquir contra a propriedade" (11), são mais do nunca perigosos, dado serem "pré-delinquentes não raro bem apessoados", que não apresentam "os chamados estigmas physicos de degeneração" (12). Doença moral atávica para a qual não há tratamento digno desse nome, qual solução adotar indagavam os psiquiatras para esses incorrigíveis, os quais, na fórmula retirada de um educador americano, não se deve "armar (...) com os recursos do saber"(13)? Eis que a resposta é clara e sem rodeios:

"desde porém que a immodificabilidade da condição amoral dos pacientes se patentêa nítida, a única coisa que se impõe é a segregação em estabelecimento adequado" (14).

Obviamente que esse tipo de estabelecimento só faz sentido se for sustentado pelas luzes da ciência psiquiátrica.

"A proposta, a nosso ver, mais racional é a que se inclina para serviços psychiatricos especializados, anexos ou não aos manicômios judiciários. É, de facto, se todos os que se occupam com elevado critério desse problema de

assistência aos menores colocam em primeiro plano a necessidade do exame psíquico completo, não se compreende por que não serão os psiquiatras os orientadores de semelhante assistência" (15).

Triste destino desses meninos nos quais o olhar inquisidor do psiquiatra localizar um "amoral congênito", um "perverso instintivo"!

Todavia, as pretensões da psiquiatria estão longe de parar por aí. Particularmente numa fase em que seus objetivos extra-territoriais estão claramente delineados, se restringir a gerir exclusivamente a infância perversa, equivaleria a se confinar aos limites anteriores da instituição asilar. Com efeito, convém sublinhar o fato de que a psiquiatria voltada para a problemática da criança, ou seja, a psiquiatria infantil, nasceu como decorrência das propostas expansionistas desse saber. Conforme esclarece Donzelot, "o nascimento da psiquiatria infantil não está ligado a descoberta de um objeto próprio, de uma patologia mental especificamente infantil. Surge sim, como consequência das novas ambições da psiquiatria geral, da necessidade de encontrar um pedestal, um alvo onde possa se enraizar, sob a forma de uma pré-síntese, todas as anomalias e patologias do adulto, de designar um possível objeto de intervenção para uma prática que não pretende mais limitar-se a gerir os reclusos mas sim presidir a indusão social" (16).

Assim, não se trata apenas de localizar e segregar os desajustados. Urge realizar a profilaxia desse mal incurável, através de medidas preventivas de caráter

eugênico que permitam estancar suas fontes geradoras, a saber: combate ao alcoolismo e à sífilis dos procriadores; interdição da união de indivíduos "tarados"; e segregação e esterilização dos degenerados "de accordo com parecer de commissões technicas" (17). Eis que tudo se encaixa e cada vez mais fica estabelecida a premência de certas medidas eugênicas que, ao aproximar dos anos 30, tomam feição crescentemente radical mas não podem ser adiadas em função de "escrúpulos inconciliáveis com o ponto de vista scientifico" (18).

Entretanto, para o caso específico das crianças, "segregá-las em estabelecimento adequado", ainda que imprescindível, era uma medida ditada por uma necessidade de defesa social e racial, do tipo eugenia restritiva, dirigida exclusivamente àquelas tidas como "perversas irreformáveis", cuja descendência muito provavelmente estaria comprometida. Ocorre, porém, que no caso de infantes, digamos, corrigíveis, a estratégia devia ser outra. Era preciso situá-los na perspectiva da "higiene mental construtiva" que, segundo Lopes, é a "higiene mental propriamente dita". É sobretudo nesta direção que seria possível tanto "prevenir a perturbação mental quando seus preceitos sejam seguidos pelos predispostos" quanto promover "a eficiencia e augmentar o bem estar, quando os seus dictames sejam cumpridos pelos normaes de mentalidade" (19).

Assim, em nome da vitalidade da raça era preciso agir, preventivamente como convém, nos lugares determinantes onde

fosse possível reconhecer o embrião de um desajustamento infantil: o meio escolar e o familiar. No caso da escola, a intervenção era encarada, dadas as dificuldades de observação no período pré-escolar, como o melhor meio de se fazer profilaxia e higiene mental. Já quanto à família era preciso provê-la dos conhecimentos psicopedagógicos necessários a uma boa educação, livre dos preconceitos e das pedagogias equivocadas dos prêmios e castigos pois é sabido que a "arte de perverter começa já no seio da família" (20). Em conferência sobre Educação Sexual pronunciada na escola politécnica do Rio de Janeiro, dirigida às professoras primárias, sob os auspícios da "Seção de Educação Sanitária da A.B.E." (Associação Brasileira de Educação), Julio Portocarrero aponta mesmo a necessidade de uma verdadeira cruzada, através da escola e dos professores, contra o "lar perversor":

"Vós, os professores, que recebeis os vossos alunos aos oito annos de idade, tende mais orthopedia que escultura a fazer. Em matéria de educação sexual, tendes de começar por varrer as teias de aranha com que o lar cobriu tantas verdades já entrevistadas pelo pequenino (...) E assim recebei na escola esse mostrengo fabricado no lar: cabeça cheia de cegonhas que trazem meninos, de crianças vindas da Europa em cestos ornados de fitas; animo angustiado ante o mysterio dos orgãos sexuaes e suas funcções; temor intimo, temor profundo da autoridade e coração afeito ao sonho e ao devaneio (...) Sobre esse material tendes de trabalhar. É cera molle e plastica; mas já não é cêra pura, mercê das terríveis inclusões de preconceitos e erronias que nos cumpre desentranhar" (21).

E mais adiante o espírito de cruzada contra o lar aparece:

"De retorno ao lar, a criança a quem houvedes aberto os olhos, sem malícia nem falso pudor, ingenuamente contará o que sabe, renegará as falsidades que lhe haviam ensinado e não dará azas ao devaneio e à fantasia.

Consequência possível de tudo isso será talvez que os pais não compreendam, que a acolham com ralhos e golpes, que insistam na mentira. Dahi resultará - tal é a força da verdade que o pequeno espírito compare o ambiente violento e falso do lar com o meio sereno e verdadeiro da escola. E que vosso amor substitua o amor dos pais - o que, se, a princípio pode parecer monstruosidade, em todo o caso é melhor do que o caminho errado que levará um dia às perversões, ao crime, à prostituição. O futuro de um homem vale mais do que o apego da criança ao lar perversor" (22).

Aqui, a psicanálise, ainda iniciante no Brasil, foi amplamente solicitada. A Liga, aparentemente contradizendo a perspectiva teórica organicista da maioria dos seus integrantes, desde cedo acolheu simpaticamente a psicanálise, organizando já em maio de 1926, como vimos, um "Consultório gratuito de psicanálise que funcionou com regularidade até os primeiros meses de 1927", interrompendo seus trabalhos apenas em decorrência da perda de sua sede. A entrada em cena da psicanálise nesse período não significou nenhum tipo de rompimento com os programas profiláticos da Liga. Antes, veio em auxílio das ambições expansionistas da psiquiatria higiênica brasileira. Silvia Nunes em estudo que realizou sobre o assunto confirma amplamente essa observação. Para esta autora a valorização inicial da psicanálise no Brasil se deu principalmente pela possibilidade de ser utilizada na "pedagogia e num projeto de melhoramento das crianças e do povo de um modo geral", ou

seja, de forma que pudesse se "tornar um instrumento útil para os programas de eugenia". Essa linha de trabalho, muito mais do que uma "utilização terapêutica pura e simples", motivou o interesse dos psiquiatras pelas teorias de Freud (23). Como opina Porto-Carrero, um dos introdutores da psicanálise no Brasil,

"a educação moderna já não pode fugir às bases da psicanálise. A influência desta na retificação dos impulsos, operando a derivação ou sublimação destes para formas consentâneas com o meio, é fato fácil de verificar nas modernas correntes pedagógicas" (24).

O próprio Consultório de psicanálise da Liga, que nunca pretendeu restringir-se a uma atuação exclusivamente clínica, atesta isso. De fato, como afirma seu criador, o mesmo Porto-Carrero, este tinha como certo ampliar seus domínios em direção a um trabalho junto às escolas; ao juizado de menores para a correção dos pequenos infratores; propiciar educação sexual às massas; e também dar combate aos "toxicomanos, pervertidos sexuaes, suicidas frustrados, neuróticos em geral" (25).

Aqui, entretanto, façamos um rápido parênteses para uma reflexão sobre o que chamamos aparente contradição teórica dos psiquiatras da Liga, e que de alguma maneira serve para reforçar a orientação também teórica do nosso trabalho. Se é verdade que a grande maioria dos integrantes da Liga adotava um modelo conceitual fundamentalmente organicista, cujo substrato biológico pressupunha uma perspectiva hereditária, ou congênita, de transmissão das doenças, o que até certo ponto se chocava tanto com os princípios psicanalíticos ou

com qualquer outra formulação que vislumbrasse influências decisivas do meio social no aparecimento das doenças, isto não significava a impossibilidade de convivência entre esses discursos. A questão era, como veremos, sobretudo de eficiência política. Isto porque nosso campo de reflexão parte do pressuposto de que os objetivos sócio-políticos (de poder) da medicina mental se colocavam à frente de qualquer possível coerência científica. Aliás isso não se deu apenas nesse momento, nem é propriamente uma deturpação da "ciência" psiquiátrica do período. Sabemos com Foucault, Castel, Machado, Cunha, que o mandato da psiquiatria nunca foi inteiramente médico científico: implicações de ordem político-administrativa sempre fizeram parte dos elementos formadores do seu campo discursivo (26). Sendo assim, defendemos a idéia de que o mais importante não era tanto a suposta unidade ou coerência teórica do seu discurso. Do nosso ponto de vista o mais significativo era a possibilidade de sua utilização para certos fins, sua eficácia política visando alcançar determinados objetivos.

Com tal intenção havia, evidentemente, a necessidade estratégica de ser caucionada pela ciência, tendo em vista o que isso resultaria de possível amplificação de seus efeitos (o que não exclui o fato dos psiquiatras estarem firmemente convencidos da cientificidade de seus postulados). Apenas com esse intuito julgamos suficiente interpretar a necessidade que tinham os psiquiatras de ganharem a chancela da ciência. Nesse caso, bastando o fato significativo de que

eles não hesitavam um só momento, aos olhos da sociedade, quanto ao seu pertencimento científico, e portanto, o que produziam era, a seu ver, a mais pura ciência! Por isso suas propostas - decorrentes de proposições científicas - seriam as melhores, aquelas que não contrariavam a verdade natural dos fatos. Desse modo sua eficácia e seus efeitos de poder são amplamente majorados, posto que pronunciados do lugar autorizado a falar: uma corporação de cientistas, no caso de psiquiatras, produtora de conhecimento científico. Assim certas incorporações "teóricas" da medicina mental (eugenia, prevenção, higiene mental) eram importantes porque forneciam uma operacionalidade política tanto mais significativa quanto mais se fizesse reconhecê-las como oriundas do campo científico. Sobretudo numa conjuntura em que se pretendia cobrar cada vez mais uma organização racional/técnica (não política) da sociedade, isto era importante - e suficiente - pois lhes garantia, enquanto discurso competente (27), o direito de propor projetos de intervenção médico-sociais bastante amplos, independente da unidade e coerência teórico-metodológica que seus enunciados científicos pudessem ter.

Sendo assim, definitivamente não consideramos decisivo analisar a teoria psiquiátrica da Liga desde uma perspectiva que interrogue prioritariamente a cientificidade, ou a coerência científica de seus postulados (o que não quer dizer que as referências teóricas desse discurso estão

dispensadas de investigação). A questão central para nós é da ordem do poder!

Por isso, não nos causa nenhuma estranheza o fato da LBHM "ao lado de artigos sobre eugenia" publicar "toda uma série de trabalhos psicanalíticos e psicossociológicos sobre a doença mental que contradizem radicalmente o exacerbado biologismo da psiquiatria alemã" (28). Isto porque o tipo de psicanálise que a Liga pretendia utilizar, como se viu, não apresentava nenhum inconveniente aos programas preventivos e eugenistas da instituição. Aliás o próprio Porto-Carrero, apesar de sua condição de psicanalista convicto - portanto, em tese, distante dos postulados teóricos organicistas - não encontrou problemas para se tornar um também eugenista convicto, inclusive dos mais radicais, defensor da esterilização dos incapazes, abortamento por causas morais e eugênicas, da intervenção do Estado para a "seleção dos reprodutores humanos" etc. (29). Medidas eugênicas duras que, teoricamente, deveriam encontrar defensores, como forma de "forjar o futuro de uma grande raça", apenas naqueles psiquiatras imbuídos de uma visão hereditária e organicista da doença. Ademais, a prevenção e a eugenia certamente tinham plasticidade suficiente para abrigar outras direções teóricas, tendo em vista o que isso poderia significar em termos de medidas, tidas como aperfeiçoadoras da raça, que atingiam até de forma mais eficaz e sutil um amplo leque de situações sociais. Conforme destaca Ropa em seu trabalho sobre o aparecimento do discurso psicológico, "os defensores

das teorias psicogênicas estabeleceram múltiplas vias de acesso às famílias, à educação da infância e as diversas modalidades de interrelacionamento humano", permitindo, ao mesmo tempo, "formular as bases para uma nova concepção de trabalho psiquiátrico mais centrado sobre a prevenção da doença do que sobre a intervenção posterior à sua eclosão". E aí acrescenta: "Situar a causalidade da doença mental a nível de uma infância difícil, de uma educação deficiente, ou de uma família moralmente inapta, teve como consequência inaugurar toda uma direção preventiva da psiquiatria, fornecendo parte do instrumental teórico para os programas de higiene mental" (30).

Um outro aspecto a ressaltar, em reforço a nossa perspectiva de trabalho, é o fato de que a coincidência entre o movimento expansionista da psiquiatria, de onde surge a LBHM, e a conjuntura turbulenta dos anos 20, não é, como já se viu, evidentemente fortuito. Havia uma inquietação social que atingia sobremaneira o espaço das cidades, com lutas operárias, rebeliões tenentistas, movimentos nacionalistas, setores médios urbanos reivindicativos em crescimento etc., atormentando o sentimento de ordem dos psiquiatras. Na visão destes, lembremos, tudo nas cidades modernas conspirava contra o equilíbrio mental das pessoas:

"As cidades populosas representam os piores focos disgênicos, ao contrário das pequenas cidades onde a vida corre sem tantos riscos e misérias. (...)

"Daí a hiperexcitação de nossa época de cinemas, tangos, de bolinas, de vestidos

transparentes, da exacerbação neuropática d
maioria dos habitantes das capitais. Daí o
crescente das doenças sociais, dos vícios, que
abreviam a vida, degeneram a raça, infelicitam
a humanidade" (31).

Notadamente nos meios operários cuja miséria se
misturava, na ótica dos psiquiatras, com a promiscuidade e a
falta de senso moral e onde grassavam certos "vícios
sociaes", especialmente o alcoolismo, a possibilidade da
eclosão de distúrbios mentais era crescente. Ora, a
psiquiatria precisava enfrentar isso. Municuada

com os postulados estritos de um biologismo
organicista rigidamente centrado no papel da
hereditariedade, fazendo pouco caso das influências do
ambiente social, corria-se o risco de deixar aberto todo um
vasto campo de comportamentos tidos como anômalos. Assim, a
necessidade de relativizar a matriz orgânica das doenças era
uma consequência natural das ambições da medicina mental.
Particularmente num contexto em que à psiquiatria higiênica
brasileira exigia-se não apenas prevenir o aparecimento dos
desequilíbrios mentais, mas sim "gerir os normaes de
mentalidade" visando sua "utilização máxima" (32), essa
relativização era imperiosa.

Por isso, Faustino Esposel, no artigo em que delineia os
pontos do programa de "certa vastidão" que a Liga deveria
"pugnar com mais vehemencia", afirma:

"...eu pleitearia que a Liga de Hygiene
Mental fizesse maior propaganda e adaptasse um
programma pratico para realizar nas massas uma
formação moral mais apurada.

Tenho em convicção que um tal programma de
ensinamentos contrariaria muitas tendências
constitucionaes ou hereditárias e evitaria

muitas influências sociaes conductoras a distúrbios de ordem mental.

Sou dos que acreditam nos proveitos de taes ensinamentos. Realmente, mesmo para a manifestação de certas psychoses e psycho-neuroses não concorrerão vícios de educação? Estou certo que sim (...) Para provar com mais elementos, acrescento que acredito piamente no efeito de um tal systema de formação moral como prophylatico das psycho-neuroses ou mesmo do nervosismo sem rotulo, de distúrbios elementares do systema nervoso, que fazem, muita vez quando não amarga e torturada; distúrbios, esses que podem gerar paixões, crimes idéas extremistas, reivindicadoras ou revolucionárias" (33) (grifo nosso).

Nesse sentido, reconhecer a possibilidade de certas patologias mentais serem decorrentes de influências do ambiente social, produtos de "meios viciosos" propensos a eclosão de distúrbios mentais, "que podem gerar paixões, crimes, idéas extremistas, reivindicadoras ou revolucionárias", ou seja, tudo aquilo que o contexto político/social dos anos 20 trazia definitivamente à cena nacional, é absolutamente coerente com os vãos expansionistas da psiquiatria.

Ademais, convém lembrar o fato nada desprezível de que há muito a psiquiatria reconhecia a existência de estados intermediários e variados da loucura. Uma definição muito rígida desta poderia colocar fora de sua órbita de influência toda uma infinidade de comportamentos que não pudessem ser enquadrados como tipicamente insanos. Ora isso implicaria numa redução grande do seu poder de fogo. O movimento, com vimos, é justamente o inverso: ampliar seu campo de intervenção; transformar a perícia psiquiátrica individual restrita ao asilo, em perícia psiquiátrica

generalizada, cujo limite é a sociedade e seus focos de desordem:

"O psiquiatra não considera como a maioria dos leigos, ser a insanidade uma simples condição, um estado nitidamente distinto da sanidade (como pensa por exemplo, o advogado); pelo contrário, seus estudos psicológicos revelam as mais diversas desordens cognitivas, afetivas, conativa, que em suas múltiplas combinações e permutas dão origem a uma grande variedades de syndromes e explicam toda a escala dos insanos, do débil mental, do psychoneurotico, do delinqüente e de outros inadequados socialmente" (34).

Assim, nessa ampla tarefa esquadrihadora das diversas escalas de insanidade, onde todos de certa forma se encontram sob suspeição, o importante é localizar e vigiar os prováveis focos de incitação da desordem mental, atuando preventivamente sobre as condições sociais admitidas como adversas "que podem perturbar e, em grau extremo, até esmagar as mentalidades mais firmemente equilibradas" (35) e então gerar "paixões, crimes, idéas extremistas, reivindicadoras ou revolucionárias".

Por isso, a intenção de reconhecer o ambiente social como "condutor de distúrbios de ordem mental" não exigia nem que se rompesse com o modelo teórico do organicismo. A própria separação teórica entre "causas predisponentes" (estrutura psíquica do indivíduo ditado pela fatalidade hereditária) e "causas ocasionais" (fatores do meio que podem, em condições adversas, ocasionar desequilíbrios mentais) era suficiente para admitir o aparecimento de distúrbios mentais como conseqüências do meio. Resenhando o

livro de 3 autores franceses, bastante reconhecidos pela psiquiatria brasileira, Lopes comenta:

"Recordam, então, os autores quais as causas predisponentes, determinantes e occasionaes mais communs dos distúrbios mentaes. As primeiras encontram-se em todas as doenças ou intoxicações que acometendo os genitores, possam ser causa da degeneração nos filhos: os rebentos de alcoolistas, de syphiliticos, de pellagiosos, de anomalos, nascem em condições de menor resistência, que d'elles fazem candidatos a psychopathas. As segundas correspondem às infecções ou às intoxicações (ou as lesões traumáticas) que lesando directamente a cellula cerebral, provocam o distúrbio mental. Quanto as causas occasionaes, enfim, são as que insufficientes por si mesmas para determinar a doença nos indivíduos resistentes podem desencadeal-a nos indivíduos predispostos: v.g., a estafa, os accidentes, as grandes emoções (...) Ora, enquanto nascerem predispostos, degenerados, estará o psychismo frágil de taes entes a mercê das menores causas occasionaes. Far-se-a pois, obra útil procurando subtrahil-os à acção dessas causas" (36).

Como se vê, preservando intacto o edifício teórico do organicismo, muito deverá fazer a psiquiatria em termos de ações preventivas de higiene mental que leve em conta o ambiente social.

Além disso, é preciso recordar que a própria teoria da degeneração hereditária, de base francesa, principal influência durante muito tempo no Brasil, sempre admitiu, e até acentuou, o papel do meio social como importante fator patógeno, porquanto a matriz biológica que a sustentou foi, como mostra Ruth Harris, predominantemente lamarckiana - cuja herança dos caracteres adquiridos ocupa papel de destaque nos mecanismos que governam a transmissibilidade hereditária, tanto normal como mórbida (37). Nesse caso, um

meio vicioso, marcado por alcoolismo, higiene insuficiente, má nutrição etc.. resultava em grave risco de uma descendência doente, independente de uma herança genética inicialmente saudável.

Assim, retomando o fio da meada da discussão teórica, o qualificativo aparente utilizado páginas atrás, a respeito das contradições teóricas dos psiquiatras da Liga - que juntavam psiquiatria organicista, psicanálise, psicologia social, etc.- como se vê, é plenamente justificado. Em certa medida, dentro dos objetivos "imperialistas" da psiquiatria, desde que pudesse ser clamado como tendo "status" científico, nenhuma objeção, a princípio, se colocava. Por isso o relacionamento entre psiquiatras organicistas, psicólogos (sobretudo os adeptos dos testes mentais) e psiquiatras psicanalistas, dentro da Liga, geralmente foi cordial. Em algumas situações a luta por hegemonia intelectual, resultava em pequenos conflitos que, pelo menos em público, não interessava aprofundar. Isso sinalizaria divisões que poderiam provocar um abalo na imagem de homogeneidade da corporação psiquiátrica, enfraquecendo, de certa forma, sua posição. Mesmo assim, em poucos momentos essas diferenças vieram à tona, como no caso do editorial de setembro de 1930, assinado por Mirandolino Caldas, secretário da Liga à época, onde o psiquiatra afirmava:

"Há hoje uma poderosa corrente de opinião na qual se incluem, aliás os nomes de alguns neuropsiquiatras de valôr, que, na interpretação das neuro-psychoses, exagera o

poder metaphysico do inconsciente, fazendo, por assim dizer, taboa raza dos conhecimentos anatomo-psychiologicas e desprezando o importantissimo factor biológico da hereditariedade" (38).

A despeito dessas diferenças que eventualmente vinham a público a maioria das vezes a convivência foi de máxima colaboração. Saudando entusiasmadamente ("aquisição preciosa", "dia invulgar para a instituição") o ingresso de Arthur Ramos, que se tornará bastante conhecido por seus trabalhos de antropologia, mas era na época destacado psiquiatra/psicanalista, como membro titular efetivo da Liga, o então presidente da instituição, Ernani Lopes (que jamais se pretendeu psicanalista) declarava que a Liga embora "não fosse constituída apenas de psychanalistas, tem visto esses especialistas nos seus mais altos cargos, e nunca malentendido algum se verificou, em nossas reuniões, com os que não aceitam o freudismo orthodoxo ou herético, consoante a vossa feliz expressão" (39).

É possível afirmar, sem risco de exagero, que o discurso psicanalítico da Liga, pela voz de Porto-Carrero, é um dos mais pretensiosos. Sua crença na ciência é absoluta. Chega mesmo a fazer uma leitura de todo percurso da humanidade em correlação com as diversas fases da sexualidade infantil, na melhor tradição evolucionista, cuja conclusão é uma fé mítica na ciência como proporcionadora de uma futura "idade do ouro" da humanidade:

"Deixando aos poucos a fase analerótica da vida infantil, onde se aninham o sadismo e o amor pelo ouro, a humanidade entra na fase seguinte que é a da curiosidade sexual, a fase

que determina no adulto o seu amôr a ciência, a sua sêde de aprender.

O futuro é da ciência. Que ela, de afetividade neutra, sem paixões nem emoções, guie os passos do homem para um presente melhor e ainda melhor porvir, aproximando da Idade do Ouro as gerações de nossos filhos" (40).

A psicanálise de Porto-Carrero é seguramente um dos discursos mais afinados com certas soluções técnicas que exigem uma crescente ampliação do papel intervencionista do Estado. Voltando à questão da família e da criança, este autor é um ferrenho defensor da idéia de que o Estado poderia, com vantagem, através de seus técnicos tomar para si a tarefa de educação das crianças, sobretudo naquelas famílias "ignorantes da sciencia pedagógica":

"...em verdade, com a desagregação por que passa a família moderna, com a incapacidade que tem todo e qualquer leigo de exercer esse mister difficil que requer excellentes profissionais, estou que o Estado, por seus technicos de valor, substituiria com vantagem a família na tarefa de educação" (41).

Em outro trabalho:

"Tome o Estado entre mãos, depois, o filho bem nascido. Ele não é propriedade dos pais que o pervertem a sombra do pátrio poder. O filho sadio é, como qualquer cidadão, um valor econômico que interessa ao patrimônio coletivo. Se é difícil realizar-lhe a educação integral pelo Estado, desde os primeiros anos, controle este a educação doméstica, por meio de técnicas e avoque a si, por fim, a tarefa de educar as crianças cujos pais sejam incapazes de faze-lo" (42).

Primor de devaneio intervencionista, o interesse é que ciência e Estado, de mãos dadas, realizem um trabalho profilático (melhor seria dizer, político) de formação de cidadãos "de caráter", o tal cidadão-trabalhador,

empreendimento cuja amplitude exigia tanto que se imiscuisse no mais íntimo da família, controlando até a educação doméstica, quanto se começasse a agir desde a mais tenra infância, ainda na fase pré-escolar, já que é aí que o "indivíduo adquiria o molde de seu character":

"Cada hora nessas edades, forja uma peça fundamental do homem do futuro" (43).

Atenta a essa perspectiva, que vê na criança um pré-cidadão, "cera molle e plastica" a moldar, é que a LBHM finalmente vai organizar em dezembro de 1932, uma clínica psicológica para crianças, chamada "Clínica de Euphrenia", com finalidades que não eram apenas "correctivas ou de reajustamento psychico" mas sobretudo "de aperfeiçoamento do psychismo, atravez de uma actuação médico-pedagógica directa no período inicial do desenvolvimento mental infantil" (44).

Situada no Bairro de São Cristóvão, na capital federal, a "Clínica de Euphrenia" pretendia atender crianças desde os primeiros meses de vida até 12 anos, com particular atenção à idade de 2 a 6 anos, época de "formação e internalização da personalidade infantil". É nessa fase que a Clínica poderia, pois, cumprir o seu verdadeiro "trabalho de euphrenia médico-pedagógica" posto que, daí em diante, já estando a criança com a personalidade formada, não seria possível mais eufrenizá-la, podendo, entretanto "ambiental-a, corrigil-a, oriental-a" (45).

Composta de 3 serviços técnicos (social, psicológico e clínico), a Clínica pretendia investigar a criança em todos os seus aspectos, seja através de rigoroso inquérito

domiciliar ou escolar, a cargo de visitantes sociais, de modo a colher informações sobre a vida pregressa da criança e sobretudo "do ambiente doméstico em que a vida vai desabrochar e evoluir", seja por meio de testes psicológicos variados. Passada essa fase a criança iria para o serviço clínico, onde seria submetida a um exame médico minuciosos, sendo pesquisado "os seus antecedentes heredo-familiares, o seu desenvolvimento somático e os seus caracteres psychicos" De posse desses dados o "neuro-hygienista" estudaria, então, os problemas sociais ou individuais que pediriam solução. Ao término de todas essas etapas é que finalmente começaria o trabalho de "eufrenização ou de reajustamento psychico" (46).

O projeto era, como sempre, ambicioso, a começar pelo neologismo "Euphrenia", sugerido por Mirandolino Caldas, diretor da Clínica e aprovado pelo corpo executivo da Liga. Tratava-se de termo necessário, segundo Caldas, criado com o objetivo de diferenciá-lo da pura higiene mental. Significaria, trocando em miúdos, uma espécie de eugenia mental ou psíquica, mais vinculada à questão hereditária, acrescida dos princípios da higiene mental, que levaria em conta mais os fatores do meio. Essa nova disciplina seria composta, então, de "Euphrenia genealógica", preocupada com o problema "genotypico do psychismo", e "Euphrenia médico-pedagógica", ligado às influências "mesológicas" que pedem um trabalho de caráter educativo (47). Segundo o psiquiatra esta separação era importante pois "por mais hereditarista

que se seja não se poderá todavia conceber a euphrenia apenas do ponto de vista genealógico". Isto porque se "é certo que a formação do psychismo humano depende da constituição hereditária" evidente também "são as influências do meio sobre os seres e particularmente sobre a vida mental do homem, que seria erro científico desprezar por completo esses factores mesológicos para levar em conta, tão somente os elementos de herança biológica" (48).

Por esta razão, pois, impunha-se a complementação da "Euphrenia médico-pedagógica" que, com o concurso da educação, poderia exercer grande influência na formação do psiquismo da criança:

"É inegável que a educação pode concorrer extraordinariamente para a eufrenização das crianças, não somente estimulando as boas qualidades inatas, como atenuando as predisposições mórbidas hereditárias" (49).

A "euphrenia médico-pedagógica" por sua vez se repartiria em "euphrenopedia" e "ortophrenopedia". À primeira caberia remover os factores "endógenos ou exógenos" que pudessem prejudicar a evolução normal do psiquismo. Quanto a "ortophrenopedia" caberia os casos em que o psiquismo apresentasse um desenvolvimento anormal ou retardado que requeresse "um trabalho activo de orthopedia mental" (50).

Em verdade esse pantanal terminológico que acabamos de atravessar, não sem algum risco de afundar, apenas disfarça o interesse dos psiquiatras em ajustar seus instrumentos teóricos - "preencher uma lacuna na tecnologia mentalista"

- (51) justapondo influências hereditárias e educativas na formação do psiquismo infantil (coisa aliás que, como vimos, o próprio organicismo biológico dos psiquiatras permitia) de forma a justificar cientificamente a ampliação do seu campo de intervenção. Isso sem falar no provável gozo intelectual de se ter inventado uma nova disciplina científica, a "sciencia da bôa cerebração". Observe-se, por exemplo, a falsa modéstia de Caldas ao concluir o artigo onde sistematiza o significado do termo eufrenia, taxando-o de "trabalhinho modesto e desvalioso" (52).

Ademais, era preciso marcar a diferença da "Clínica de Euphrenia", a começar, então, pelo nome, com as outras clínicas de psiquiatria infantil. Estas se destinavam unicamente ao tratamento de "distúrbios neuro-psychicos da criança". Já a de Eufrenia "além dessa função therapeutica tem ainda e principalmente a função prophylatica e, mais que isto, a de edificação, sublimação dos caracteres que vão integrar a personalidade das crianças". Pretendia atingir, portanto, numa ação preventiva tanto "as crianças predispostas" quanto, de forma construtiva, "as crianças mentalmente sãs" (53).

Como forma de anunciar a Clínica a Liga promoveu uma ampla campanha de divulgação junto à imprensa, com entrevistas de médicos, educadores e psiquiatras dos mais destacados e envolvidos com a questão infantil (54). Além disso, a instituição elaborou um folheto de propaganda com o título de "Exorthação as mães", que era uma verdadeira

pregação alarmista. Com finalidades preventivas, baseava-se, entretanto numa técnica de incitação ao medo, com o objetivo de alertar às mães para o risco de um desajustamento mental nas suas crianças mesmo que aparentemente não houvesse nenhum sinal de "deficit psychico". Depois de relatar todo o cuidado "nobre e sublime" que deve uma "mãe extremosa" ter para com seus filhos, o folheto observa:

"O teu filho cresceu, tornou-se homem; a tua filha também se tornou mulher. Era o momento de sentires a felicidade integrada no teu lar, e a alegria de ter cumprido condignamente a tua missão de mãe.

E isso acontece, por felicidade, muitas e muitas vezes. Não é raro, porém, apparecerem as terríveis decepções: teu filho que desde a infância se mostrara um menino teimoso e pugnaz, tornou-se um criminoso e se encontra agora na desolação do cárcere; tua filha, sempre cheia de esquisitices, já internada num hospital psiquiatrico.

Quanta tristeza! Quanta desilusão.

De certo que, em alguns casos, é a fatalidade a grande e a única responsável. Na maioria dos casos, porém, podem ser evitadas essas desgraças. Muitos doentes nervosos e mentaes, muitos criminosos e viciados, que hoje se encontram nos manicomios, nas prisões e até nos salões elegantes da sociedade, seriam pessoas equilibradas e felizes si a sua infância tivesse sido convenientemente vigiada, si as suas anomalias constitucionaes, os seus vícios e defeitos de comportamento tivessem sido tratados ou corrigidos desde o início (...) Lembra-te, pois, que os teus filhinhos, além do organismo psychico, têm também um psychismo, um espírito, uma alma, que precisa ser cuidada. (...) Lembra-te que os defeitos phisicos se estampam desde logo de modo visual, sendo reconhecidos pelas pessoas menos experientes; ao passo que os defeitos psychicos, quando incipientes, difficilmente podem ser desvendados.

Lembra-te bem d'esse facto para que não penses nunca que as crianças que, aparentemente, se afiguram normaes, estão absolutamente livres e indemmes de qualquer elemento psychopatogenico. Exeptuando os casos

das graves degenerações congênitas e hereditárias, a criança quase nunca nasce psychopata. Observam-se, porém, frequentemente pequenas debilidades ou miopragias nervosas que podem agravar-se e que, realmente, se agravam, diante dos mil e um factores psychopathicos da vida moderna.

Urge, pois, que se estabeleça como norma o exame mental periódico das criancinhas". (55)
(grifo nosso)

Em outro ponto da "exortação", detalham uma série de condições que podem representar alguns riscos de distúrbios mentais. Após ler essas informações dificilmente alguma mãe "extremosa", deixaria de reconhecer a possibilidade de seu filho estar manifestando algum sintoma de desequilíbrio mental, tornando imperiosa a ação do especialista:

"Teu filho é tímido, ciumento, desconfiado? É teimoso, pugnaz, exaltado?

Cuidado com esses prenúncios de constituição nervosa!

Teu filho tem defeito na linguagem, é gago? Manda-o examinar para saber a sua verdadeira causa.

Teu filho tem vícios de natureza sexual? Leva-o ao especialista para que te ensine a corrigil-o.

Teu filho é mentiroso, ou tem o vício de furtar?

Trata-o, sem demora, si não quiseres possuir um descendente que te envergonhe.

Teu filho tem muitos tics ou cacoetes?

É um hyperemotivo. Procura evitar a desgraça futura do teu filho que poderá ser candidato ao suicídio.

Teu filho pouco progride nos estudos? Antes de culpar o professor, submete-o a um exame psicologico. Conhecerás, então, o seu nível mental, o seu equilíbrio emotivo, e terás, assim, elementos para o melhor encaminhar na vida.

Lê e reflecte: A felicidade do teu filho está, em grande parte, nas tuas próprias mãos".

A primeira criança a ser atendida na clínica, um menino de 13 anos levado por sua mãe por motivo de mudez, foi,

depois de uma bateria de exames e observações, diagnosticado como imbecil. Nesse caso, segundo os psiquiatras, nenhuma surpresa, tendo em vista o fato do pai, engenheiro militar, ter sido reformado há mais de 20 anos em decorrência de uma psicopatia que o levava a ter idéias de perseguição, e a mãe ser uma pessoa "nervosa, irritável" e possuir "uma herança neurophatica por parte de sua mãe que era histérica" (56). Bem, com tal ascendência...

Outro caso tratado referia-se a uma menina que havia também sido levada pela mãe para se curar de um tique que "consistia na contração espasmosa dos músculos dos lábios e da face" além de uma "inveterada onichophagia" (cujo nome pomposo referia-se, pasmem, ao patológico hábito de roer as unhas...). Todavia, não era um caso complicado - embora tenha exigido um "estudo attento durante vários dias", com exames clínicos, testes psicológicos e investigação da personalidade - tratando-se tão-somente de uma forma de chamar atenção dos pais num conflito com um "irmão nervoso e levado". Sendo assim, o tratamento, buscando dissipar o conflito afetivo, apresentou resultados satisfatórios "diminuindo rapidamente de intensidade os impulsos onychophagicos" e os "tics desaparecendo" (57).

Entretanto, o primeiro caso realmente importante para a Clínica foi o de duas crianças pré-escolares (3 anos e 8 meses e 2 anos e 4 meses) que para lá foram levadas, por sua mãe, apenas com fins preventivos. Receava a previdente mãe, provavelmente leitora da "exortação" da Liga, que seus

filhos viessem a sofrer de alguma doença nervosa "visto como pessoalmente sofrera de ataques epilépticos" e entre seus ascendentes havia também casos de "alienação mental". Depois da bateria habitual de exames, observou-se que as crianças não apresentavam sintomas verdadeiramente sérios. O menino tinha apenas algumas reações impulsivas e alguns maus hábitos alimentares e a menina uma enurese sem grande valor clínico. A Clínica, todavia, não se descuidou, atenta aos seus preceitos de "não olhar apenas os perigos imediatos" e recomendou aos pais, após severa investigação, uma série de prescrições alimentares e conselhos psicopedagógicos, pois embora fossem crianças bem nutridas e de evolução neurológica regular, "algumas reacções nervosas anômalas e alguns maus hábitos no entretanto já vão aparecendo". As indicações evidentemente deram excelentes resultados já que ao fim de 2 meses "as crianças haviam adquirido novos e bons hábitos" (58).

Aqui estão 2 exemplos de crianças que, devido à clarividência preventiva dos pais, e isso era tudo que os psiquiatras pediam, estariam bem mais propensas a se engajar nas fileiras daqueles que no futuro "serão os dynamos que accionarão o progresso da pátria" (59). Bem, mais propensas é o termo correto, pois continuava em suspenso o problema mais grave da herança biológica que apresentava certo risco (mãe que sofrera ataques epilépticos e outros casos de alienação mental na família), "sobre o qual a Clínica de Euphrenia somente no futuro poderá

manifestar-se, dizendo do êxito ou não das medidas higienicas que foram tomadas" (60).

Apesar do entusiasmo com que a Clínica de Euphrenia foi criada e do apoio dos maiores nomes da "medicina e da sciencia educacional" ela parece não ter convencido muito as autoridades municipais. Com efeito, estes logo começaram a exigir a devolução do próprio municipal em que fora instalada cobrando, segundo o diretor da Clínica, resultados imediatos, "estatísticas mirabolantes", incapazes que eram de "compreender a complexidade do trabalho affecto aos serviços deste genero (...) como se a utilidade de uma clinica pudesse ser aferida pelo número de clientes attendidos e não pelos resultados obtidos pelo cliente e pela aquisição de novos dados experimentaes para a sciência" (61). O resultado foi que a Clínica teve que abandonar o imóvel municipal em que se instalara, sendo obrigada a se transferir para um pavilhão da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro em meados de 1934.

Pode-se dizer que a transferência da "Clínica de Euphrenia" sinalizou uma decadência deste serviço, tendo em vista que sua ida para o interior de um hospital psiquiátrico certamente prejudicou a sua pretensão de tornar habitual o exame mental das crianças, à semelhança do que já ocorria com os exames médicos "físicos". Isto porque, para que tal objetivo se realizasse, era estratégica uma certa "desmistificação" ou "desestigmização" da loucura, no sentido de torná-la mais natural, digamos, paradoxalmente,

mais "normal", menos assustadora, ou, como diziam, tornar "o psychopatha (...) um doente commum de hospital com direito a entrar e sair do serviço" (62). Do contrário, qual mãe, apenas como indicação preventiva, levaria seu filho para ser observado na Clínica e correr o risco de vê-lo carimbado com o selo excludente da alienação ou mesmo de um "modesto" desequilíbrio mental? Sendo assim, certamente que a localização da Clínica num lugar apazível, e sobretudo fora dos perímetros de um hospital de doentes mentais "cujo mal, a todos aterroriza", fazia parte dessa estratégia, colaborando para que se pudesse alcançar o objetivo de "estabelecer como norma o exame mental permanente em criancinhas".

Em verdade, a falta de compreensão com os serviços da Clínica que os psiquiatras acusam nas autoridades municipais, era apenas o ponto mais visível de um distanciamento que se anunciava entre a atual orientação médico-social da prefeitura e a Liga. Neste momento, a instituição denuncia uma falta de apoio geral das autoridades municipais, atacando sobretudo o novo Diretor da Assistência Municipal, Gustavo Guimarães, aliás colaborador de uma das seções de estudo da Liga, visto como "odiento e rancoroso", que cortara por completo a subvenção financeira do município, inclusive a já aprovada para o ano de 1933 (o pagamento do 2º, 3º, 4º trimestres que, quase no fim do ano ainda não haviam sido efetuados), solicitara a devolução do imóvel onde se localizara a Clínica e também o retorno da

funcionária municipal, Maria Basília Lemos Lopes, que vinha colaborando já algum tempo com os serviços da Liga (63). Por isso o editorial do primeiro número dos Archivos de 1934, se abre assim,

"Preferimos francamente não referir de público em que consistiu a rede liliputiana de mesquinhas e insídias com que se procurou paralizar por completo os nossos meios de acção, não só golpeando o que de mais útil temos realizado no domínio constructivo da especialidade, como indo ao extremo de nos negar o minimum de recursos com que sempre havíamos contados em dez anos de vida institucional" (64).

Procurando solucionar o problema, conseguem ser recebidos em audiência pelo então interventor do Distrito Federal, o médico Pedro Ernesto, que ironicamente lhes sugere que "a Liga não faria boa liga com os serviços municipaes officiaes" (65). Importa observar que esse desinteresse da prefeitura pelo destino da LBHM não deve ser lido como um rompimento da actual direcção municipal com os objectivos preventivos da hygiene mental. Antes, reflete a officialização de certos serviços afetos à esta área, visto que nesse mesmo momento a prefeitura organizara um serviço de "Orthophrenia e Hygiene Mental" - ligado ao Instituto de Pesquisas Educacionais e cujo objectivo era atuar nas crianças das escolas públicas municipais - entregue à direcção de Arthur Ramos, aliás membro titular efetivo da LBHM, além de reorganizar amplamente a Assistência municipal criando inclusive uma subdiretoria de serviços sociais que atuaria directamente na questão infantil(66). Ocorre, porém, que a nova orientação assumida, pelas mãos de Ramos,

distanciava-se claramente da visão que atribuía a herança um papel fundamental (embora não exclusivo), tal qual era o caso claro da Liga. No primeiro capítulo do livro que escrevera com o resultado de cinco anos de observação em algumas escolas públicas do Distrito Federal, Ramos assim se pronunciara:

"No estudo dos problemas da criança, então, é commum appellar-se para a herança na procura das causas da variação individual. Paes, educadores e até médicos tem abusado dessa atitude, com pruridos de "scientifica". (...) Na educação tem se abusado do valor da herança na causa dos problemas infantis. Já vimos que só podemos reservar hoje o nome de herança às rígidas leis mendelianas, infelizmente de reduzida verificação ao caso humano. Tudo o mais se espraia na larga e feccunda acção do meio, desde os phenomenos de gestação (blastofthoria, mescla de cellulas germinaes, enfermidades fetaes...), incorretamente considerados por muitos como phenomenos hereditários, quando são apenas congenitos (a acção do álcool e outras intoxicações, certas infecções, acções traumáticas...) até a acção do meio ambiente post-natal, propriamente dito".

E mais adiante:

"Os culturalistas se distanciam assim das conclusões anti-scientificas extremadas da hygiene racial, quando estudam o comportamento humano em termos de cultura e não em termos de raça. Sendo o homem produto de sua cultura e da sua sociedade, constitue uma enorme tarefa da hygiene mental, o estudar os factores culturaes e sociaes que condicionam o comportamento humano" (67).

É evidente aí a crítica a certos postulados da hygiene mental estreitamente vinculado a uma "falaz hygiene racial baseada exclusivamente na herança genotypica", visão essa que imperava na Liga e particularmente da virada dos anos 30 em diante, assumia foros de verdade irretorquível, dando,

até certo ponto, suporte para o fortalecimento de uma tendência eugênica cada vez mais radical na instituição, (tendência que, como veremos no capítulo seguinte, em boa medida se identificava com o que vinha ocorrendo na Alemanha, adepta de medidas duras como a esterilização, controle pré-nupcial, segregação eugênica, seleção imigratória rígida etc...).

Assim, é bastante razoável supor que parte das razões da retirada do apoio da prefeitura às ações da Liga, esteja vinculada a certas diferenças na orientação teórica da higiene mental, cujas implicações políticas são evidentes, embora não se possa afirmar o peso efetivo desse fator na balança das avaliações da prefeitura, mas que a levou inclusive a organizar serviços próprios de higiene mental. Além disso, é importante chamar a atenção para os traços políticos do prefeito Pedro Ernesto, apontado como um governante carismático e de muito prestígio junto à população pobre e trabalhadora do Rio de Janeiro. Tal popularidade, inclusive, por ter significado uma possível ameaça ao projeto populista de Vargas, teria sido a principal razão das perseguições políticas que veio a sofrer, acusado de ligação com os comunistas, resultando na sua prisão e afastamento da prefeitura em 1936 (em 1934 Pedro Ernesto havia sido eleito prefeito pelo voto, não sendo, pois, mais interventor) (68).

Durante sua gestão, promoveu uma verdadeira reformulação dos serviços de saúde municipais, criando diversos postos de

saúde, inúmeros hospitais, oferecendo assistência aos idosos, à infância e à mulher gestante, em suma, aquilo que poderia ser chamado sem riscos de uma política pública de saúde (69). Veja-se, a título de exemplo, o texto referente à criação, em 1935, da "Secretaria Geral de Saúde e Assistência", substituta da antiga "Diretoria de Assistência", que de certa forma já prestava vários desses serviços:

"À Secretaria-Geral de Saúde e Assistência compete prestar assistência médica, hospitalar e social aos municípios do Distrito Federal em seus múltiplos aspectos e defender-lhes a saúde por todos os modos e meios possíveis, compreendendo:

- a) higiene social.
- b) tratamento médico hospitalar.
- c) prestação de socorro médico-cirúrgico de urgência.
- d) a defesa da raça, compreendendo os problemas da patologia social e amparando a maternidade, a infância, a juventude, os adultos em perigo físico, econômico e moral.
- e) amparo aos velhos.
- f) assistência aos mortos." (70)

Como se vê, talvez não houvesse mais nenhum interesse em financiar as ações da Liga, tendo em vista que a administração municipal, ela mesma, pretendia atuar no amplo campo médico-social. A própria Liga, em certa medida, reconhece que a retirada do auxílio da prefeitura estava ligada à implantação de serviços municipais de higiene mental:

"...a Prefeitura Municipal, mais ou menos pela mesma época em que creava, nos seus departamentos de assistência e de educação, respectivamente, serviços de neuro-psiquiatria e de ortophrenia e hygiene mental, retirava da Liga todos os auxílios que nos vinham de ha muitos annos proporcionando. Era como se nós

dissesse: prescindimos de vosso concurso; temos técnicos para pôr em prática desde já todo o programma de vossa especialidade. Podeis cerrar as vossas portas. Desinteressamo-nos de vossa sorte" (71).

Todavia, como dissemos, talvez seja necessário inverter a explicação e indagar se a montagem de tais serviços próprios, já não é também o reflexo de uma orientação teórico/programática, com reflexos políticos, bastante diversa na especialidade. Como quer que seja o fato é que, em decorrência desse quadro de brigas e crises, a LBHM se viu em sérias dificuldades:

"O trimestre de outubro-dezembro, a que corresponde o presente número d'esta revista, assignala para a Liga Brasileira de Hygiene Mental uma das muitas phases criticas que a instituição tem atravessado, sob o ponto de vista de suas condições materiais de vida" (72).

Em função dessa situação crítica, resolvem organizar uma ambiciosa "Campanha Pró-Hygiene Mental" para financiar "os serviços médicos-sociaes de mais relevância no domínio da Hygiene Mental":

"Em summa, vendo-se quasi na imminencia de cerrar as suas portas, por falta de recursos, a Liga Brasileira de Hygiene Mental, resolveu, pela primeira vez, desde sua fundação dirigir-se ás pessoas abastadas e generosas, solicitando-lhes o indispensável auxílio para que não se viesse a mallograr um empreendimento de tão notório alcance como esse que se consubstancia em nosso programma médico-social" (73).

Convidam para organizar este movimento o "illustre sociólogo" uruguaio Dr. J. Oscar Griot, "correligionário de ideaes temperantes", que havia administrado a campanha em benefício da Pró-Matre, com resultados, segundo contam,

plenos de êxito. O objetivo era obter fundos correspondentes a elevada quantia de 400:000\$000 (quatrocentos contos de réis), suficiente para dar prosseguimento as antigas atividades da instituição, bem como iniciar serviços novos de "índole médico-social", tais como um "patronato dos egressos dos manicômios" ou um consultório pré-nupcial" (74). Durante a vigência da campanha, ocorrida na 2ª quinzena de outubro de 1933, foram organizadas diversas reuniões no Palace Hotel, num total de dez. Nelas realizavam-se palestras referentes aos objetivos da higiene mental. Conferências radiofônicas foram outro meio de propaganda utilizado, bem como se buscou o apoio constante da imprensa com os mesmos objetivos de divulgação. Além disso, distribuiu-se um folheto "com a summula do programa da especialidade" a cêrca de "5.000 pessoas das classes sociaes mais cultas" cujo título é revelador do delírio de grandeza característico da Liga: "A Campanha Pró-Higiene Mental. A mais relevante de todas as obras médico-sociaes do Paiz" (75).

O resultado material da campanha, pode-se dizer, foi um fracasso, para quem pretendia arrecadar quatrocentos contos de réis e arrecadou 82:539\$000 (oitenta e dois contos, quinhentos e trinta e nove réis) - isso sem abater os aproximadamente 34 contos de réis de gastos gerais, o que dá uns 48 contos de réis de produto final, ou seja, apenas 1/8 do seu objetivo. Mesmo levando em conta as metas ambiciosas peculiares da instituição, há de se concluir pelo fiasco

financeiro da campanha. É evidente que os psiquiatras não se dão por derrotados. Embora admitam o resultado financeiro fraco, consideram, entretanto, que os objetivos de divulgação da higiene mental alcançaram êxito absoluto:

"Queremos frisar, entretanto, desde agora que a Campanha Pró-Higiene Mental constituiu um triunfo incontestado para a Liga, não, é certo pelo seu resultado financeiro imediato, senão pelo accrescido prestígio que trouxe à instituição, bem como pela eficiência nunca dantes alcançada da propaganda que se realizou naquelle período" (76).

Referem-se, então, às diversas conferências, à propaganda na imprensa, aos folhetos distribuídos, buscando confirmar o que diziam. Todavia, o passo mais importante, que lhes dava a certeza do seu êxito, foi o recebimento em audiência de uma "comissão de oito delegados d'aquelle movimento" pelo Presidente Getúlio Vargas. Nesse encontro, tendo em vista o resultado financeiro inexpressivo da campanha, apelam para a "clarividente bondade do governante illustre, em ordem a que fosse proporcionado á Liga um auxilio de character permanente, capaz de collocar [a instituição] ao abrigo das sérias difficuldades com que tem lutado" (74). Tal auxilio viria por intermédio dos juros de apólices da dívida pública, de um terreno em zona central para construir a "sede de um grande instituto" e do imóvel municipal onde funcionava a Clínica de Eufrenia, já de malas arrumadas para deixar o local. A resposta de Getúlio é narrada da seguinte maneira:

"Ora, a resposta que o Sr. Dr. Getúlio Vargas se dignou dar à Comissão demonstrou á evidencia, como o eminente Chefe de Estado

apprehende a importância e o significado exacto das questões medico-sociaes integradas no programma de Hygiene Mental.

De facto, S. Exa. antes de mais nada, frisou ser um facto fóra de dúvida que a orientação da medicina, nos tempos modernos, assume, cada vez mais, character preventivo. Nessas condições eram comprehensíveis e dignos de applauso os esforços dos psychiatras em favor da prophylaxia das doenças mentaes.

No referente, porém, em especial aos especialistas nacionaes - accrescentou - dirigentes e cooperadores dos trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental, grato lhe era proclamar a inegável "tenacidade" de que haviam dado sobejas provas, e sentia-se, portanto, o governo no dever de amparar instituições de tão úteis fins.

Promettia, pois, formalmente, desde logo, que, pelo menos um dos tres pedidos formulados pela Commissão seria attendido pelo Governo".

E aí concluem:

"Não terá sido esse o maior triumpho da grande Campanha Pró-Hygiene Mental em boa hora emprehendida pela Liga" (78).

Ao que parece Getúlio Vargas não cumpriu bem sua palavra. O antigo imóvel da Clínica de Eufrenia nunca foi cedido à Liga; a doação de terreno para a construção da sede da instituição não se efetuou, visto que esta em 1938 ainda continuava ocupando salas alugadas, bem como nos anos que se seguiram à sua vida legal (79); os juros das apólices da dívida pública, por certo sob essa forma, nunca passou a constituir em fonte de renda da Liga. A tradicional subvenção financeira federal parece ter sido, de fato, a forma de auxílio que a instituição recebeu do governo de Vargas (80).

Talvez não interessasse mesmo a Getúlio auxiliar a LBHM. De fato, dentro do processo de organização do Estado brasileiro que vinha se consumando desde sua chegada ao

poder, o movimento era muito mais de incorporação dos intelectuais-cientistas diretamente às instâncias do poder público, como interlocutores técnicos, do que apoiá-los em suas entidades autônomas. Não foi por acaso que diversos médicos que mais se destacaram nas lutas da saúde pública (em sentido geral) no período anterior a 30, vieram a ocupar as agências estatais afetas à área, como Belisário Penna e Carlos Chagas e até nosso conhecido Gustavo Riedel, chamado a dirigir, a partir de 1932, o Departamento de Assistência a Psicopatas, então órgão máximo do campo psiquiátrico. O fato é que, segundo a lógica corporativa que vinha presidindo a montagem do Estado Brasileiro nos anos 30, que o levava a buscar uma ampliação sempre crescente do seu controle sobre a sociedade, particularmente sobre as "diversas dimensões sociais da vida do homem trabalhador" (ainda que até o começo dos anos 40, como quer Castro Gomes, a questão principal fosse "bloquear qualquer proposta alternativa à diretriz estatal, fixando-se o modelo do corporativismo"), era muito pouco provável que houvesse interesse em estimular qualquer tipo de associação de caráter privado, inclusive as de cientistas. Pelo contrário, como assinala Munakata, "organizar toda a vida social e política à imagem e semelhança das corporações significa que estas assumem também um caráter público, como se fossem partes do aparelho de Estado". Assim, "cada parte da sociedade adquire função pública, estatal" significando, no limite, que o "Estado está em toda parte." (81)

Por isso, muitas das promessas feitas à Liga por Vargas ficaram apenas no papel, como o terreno para a construção da sede da instituição, excetuando-se a tradicional ajuda financeira ainda assim recebida com dificuldades. É interessante observar o editorial dos Archivos de 1934, onde os psiquiatras discutem se a inclusão da prophylaxia mental na lei da Assistência a psicopatas não significaria uma "oficialização" da Liga (82). Contestando isso, argumentam que certos aspectos estariam sempre fora do alcance da iniciativa oficial e, sendo assim, concluem pela "absoluta impossibilidade de oficializar todas as funções que constituem o programma de uma Liga de Higiene Mental". Citam como exemplo o programa de combate ao consumo do álcool, questionando a possibilidade de criação de um "departamento official de anti-alcoolismo".

"Assim, perguntamos, poderia, por exemplo, semelhante serviço, de certo integrado no Ministério da Educação, profligar com vhemencia o estrabismo fiscal do Ministério da Fazenda, quando deixa de gravar fortemente com impostos as bebidas alcoolicas, do mesmo passo que onera mais do que fôra racional fazel-o as bebidas realmente saudáveis, isentas do terrível tóxico?" (83).

Partindo de um grupo de "cientistas" que sempre incentivou uma intervenção cada vez mais ampliada do Estado na vida social, essa posição é no mínimo suspeita. Particularmente quando se sabe que em relação ao alcoolismo a maioria dos integrantes da instituição eram favoráveis a medidas proibicionistas reguladas pelo Estado - por vezes até semelhante à "lei seca" americana - medidas aliás, que

alvissareiramente aguardaram do governo Vargas! Uma ponta de decepção, ou melhor de pressão, pode ser antevista aqui. É bem verdade que o exemplo da prefeitura Pedro Ernesto poderia estar ecoando na cabeça dos psiquiatras, como que a indicar os riscos de abandono da instituição quando os governos pretendem, eles mesmos, realizar certos serviços. Entretanto, é possível sugerir também que o que esse discurso estivesse querendo trazer à discussão, pelo avesso, fosse a proposta de criação efetiva de um tal "departamento oficial de antialcoolismo" ligado ao Ministério da Educação, ou pelo menos lançar a sua semente. Nessa hipótese, reconhecendo plenamente a lógica corporativa que vinha se gestando, teriam percebido que o embate das propostas, doravante, deveria cada vez mais ocorrer no âmbito do próprio aparelho estatal, no caso, do suposto departamento de antialcoolismo contra o "estrabismo fiscal do Ministério da Fazenda".

Como quer que seja, voltando à campanha pró-higiene mental de 34, é interessante observar que, independente das metas excessivamente ambiciosas da Liga em termos de captação financeira, o fato da Campanha ter conseguido apenas 1/8 do desejado, aponta um certo descaso, nem tanto das autoridades públicas que não eram propriamente o alvo da campanha, mas da sociedade em geral, particularmente dos setores econômicos de expressão no país, como grandes empresários e comerciantes urbanos, que não demonstraram grande interesse em contribuir para o desenvolvimento dos

projetos de higiene mental da instituição (84). É possível sugerir que alguns aspectos do seu programa assustassem, ou melhor, afastassem esses setores da instituição: a) o excessivo anti-alcoolismo da Liga que em alguns momentos alcançava um tom intimidatório, condenatório e maniqueista, que pregava como única saída o absenteísmo absoluto, e a instituição tinha seu programa muitas vezes confundido com o exclusivo combate ao alcoolismo. Certamente não por razões fortuitas a Liga no editorial dos Archivos de julho-setembro de 1933, véspera da Campanha, procurou afastar essa confusão comunicando que a "Liga de Hygiene Mental não [era] synonymo de Liga Anti-Alcoolica", aliás título do mesmo, bem como reproduziu parte do editorial de 1931 que refletia sobre a questão alcoólica nos seguintes termos:

"Comecemos por acentuar, como facto irrecusável, a realidade da inibição de que se possuem muitas pessoas, das mais distintas, porém não abstemias, quando se delinêa a possibilidade do seu contacto com a Liga. Tal é o honroso conceito que faz o público de nossa intransigência, em matéria de alcool-bebida, que muitas d'essas pessoas julgam não lhes ficar bem adherir á Liga, ou favorecer publicamente de qualquer modo a nossa aggremação. Afigura-se lhes que, si o fizessem, ficariam moralmente obrigados a assumir attitudes radicaes como as nossas, numa palavra, deveriam tornar-se também abstemias para o resto da vida. Ora, semelhante ponto de vista do público não se justifica de nenhum modo, e cumpre-nos, portanto, esclarecer definitivamente o assumpto" (85).

b) outro aspecto a destacar seria talvez a direção cada vez mais radical tomada pela eugenia na instituição, que no momento da campanha, isto é, o ano de 1933, estava à plena

força. Nesse caso, certos projetos iniciais da Liga ficaram um pouco esquecidos, como por exemplo as ações em direção ao esforço de "racionalização do trabalho", por via da chamada psicologia experimental, ou seja, orientação e adaptação profissional, saúde mental do operário etc..., cujo apelo em direção às "pessoas abastadas e generosas", vale dizer industriais e comerciantes, com certeza seria bem maior. Em outras palavras, se a Liga tivesse perseguido mais decididamente a proposta do médico Carlos Penafiel, de organizar um "systema que [pudesse] por meio de perícias de um Instituto apropriado, collocar methodicamente a experiência technica, médico-psychologica, a serviço do comércio e da indústria moderna" resultando para o "homem de negócios e industrial" em "bons collaboradores e operários úteis" (86) poderia ter a campanha, talvez, obtido outro resultado. Entretanto, o que se verificou foi um processo de radicalização das propostas eugênicas da Liga, que tomam de vez a instituição, cujas medidas defendidas passam a ser crescentemente aquelas mais duras, tais como esterilização compulsória, segregação por motivo eugênico, imigração restrita (essa última muitas vezes contrárias aos interesses de abastados fazendeiros) etc..., o qual resultava no abandono relativo de outros pontos do programa da Liga (à exceção do alcoolismo sempre presente na pauta de ações da instituição). Esse processo de radicalização eugênica da LBHM talvez não motivasse muito empresários e comerciantes; em certo sentido, poderia até assustá-los, dado o grau de

intransigência e fanatismo assumido. Além disso, muitas dessas medidas radicais, com características de controle da natalidade ("birth-control"), apontavam para um sentido anti-demográfico evidente. Industriais e comerciantes em expansão interessados no incremento da oferta de mão-de-obra, nadavam possivelmente em corrente oposta.

NOTAS

1. FONTENELLE, J.P. "Hygiene Mental e educação", In: ABHM, ano I, nº 01, março de 1925, p. 4.
2. "Trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental". In: ABHM, ano I, nº 01, dezembro de 1925, p. 159.
3. FONTENELLE, J.P. op.cit., p. 7.
4. ROXO, Henrique. "Hygiene Mental", In: ABHM, ano I, nº02, dezembro de 1925, p. 05.
5. CALDAS, Mirandolino. "A Hygiene Mental no Brasil", In: ABHM, ano III, nº 03, março de 1930, p. 74.
6. FONTENELLE, J.P op.cit., p. 09.
7. Fala de Ernani Lopes durante inauguração da "Clínica de Euphrenia". "A Clínica de Euphrenia", In: ABHM, ano V, nº 02, out-dez de 1932.
8. ROXO, Henrique. op.cit., p. 05.
9. LOPES, Ernani. "Menores Incurrigíveis", In: ABHM, ano III, nº 07, julho de 1930, p. 242.
10. Id. Ibid., p. 242.
11. Fala de Ernani Lopes na sessão do Conselho Executivo da Liga de 14 de fevereiro de 1925. "Actas e Trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental", In: ABHM, ano I, nº 01, março de 1925, p. 215.
12. LOPES, Ernani. "Menores Incurrigíveis", In: op.cit., p. 244.
13. "Actas e Trabalhos...", In: ABHM, ano I, nº 01, março de 1925, p. 215.
14. LOPES, Ernani. "Menores Incurrigíveis", In: op.cit., p. 244.
15. Id. Ibid., p. 244.
16. DONZELOT, Jaques. A Política das Famílias, Ed. Graal, RJ, 1980, pp. 120-121.
17. LOPES, Ernani. op.cit., p. 246.

18. Expressão empregada por Ernani Lopes no seu relatório sobre a participação da Liga na 1ª Conferência Latino-Americana de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal de 1928. LOPES, Ernani. "A LBHM na 1ª Conferência Latino-Americana de Neurologia, Psiquiatria e medicina Legal", In: *Annaes da Colônia de Psychopathas*, ano I, RJ, 1929, p. 29.
19. "Noticiário" In: *ABHM*, ano I, nº 02, dezembro de 1925, p. 119.
20. PORTO-CARRERO, Julio P. "A Arte de Perverter". In: *Ensaio de Psychanalise*, Editores Flores e Mano, RJ, 1929, pp. 133-142 (conferência de vulgarização promovida pela LBHM). Ver também entrevista de Porto-Carrero ao jornal "O Globo" em 10.11.1932 reproduzida nos *ABHM*, ano V, nº02, out.--dez. de 1932, pp. 91-93.
21. Id. "Educação Sexual", In: *ABHM*, ano II, dez. de 1929, nº 03, p. 123.
22. Id. *Ibid.*, p. 125.
23. NUNES, Sílvia Alexim. "Da Medicina Social à Psicanálise", In: BIRMAN, Joel (coord.), *Percursos da História da Psicanálise*, Taurus Editora, RJ, 1988, pp. 61-122.
24. PORTO-CARRERO, Julio. "Remédios Sexuais e Remédios Sociais", In: *Psicanálise de uma Civilização*, Ed. Guanabara, RJ, [1935], p. 229.
25. Id. "A Psychanalise na Liga Brasileira de Hygiene Mental", In: *Ensaio de Psychanalise*, Flores e Mano editores, RJ, 1929. Especialmente a parte V - "Como pode estender-se na LBHM o papel prophylactico da Psychanalise" - pp. 39-40.
26. FOUCAULT, Michel. *op.cit.* CASTEL, Robert. *op.cit.*; MACHADO, Roberto e outros. *op.cit.*; CUNHA, Maria Clementina Pereira. *op.cit.* (Todos trabalhos utilizados neste estudo).
27. O emprego do termo "discurso competente" foi inspirado no trabalho de CHAUI, Marilena, *O Discurso Competente e Outras Falas*, Editora Moderna, SP, 1980.
28. COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil*, Editora Campus, RJ, 1981, p. 52.
29. Ver sobretudo seus artigos: "Maltusianismo e Eugenia" e "Remédios Sexuais e Remédios Sociais". In: *Psicanálise de uma Civilização*, Editora Guanabara, RJ, [1935], respectivamente pp. 158-182 e 223-241.

30. ROPA, Daniela. **Análise dos discursos psiquiátricos: o discurso psicológico**, dissertação de mestrado, IMS, UERJ, 1982., p. 54.
31. KEHL, Renato. **Eugenia e Medicina Social (Problemas da Vida)**, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, p. 24.
32. RIEDEL, Gustavo. "Na phase da hygiene mental" In: **Archivos Brasileiros de Medicina**, março de 1931, p. 134.
33. ESPOSEL, Faustino. "Idéias Geraes". In **ABHM**, ano I, nº01, março de 1925, p. 105.
34. "Resenhas e Analyses". In: **ABHM**, ano I, nº02, dezembro de 1925, p. 107.
35. FONTENELLE, J.P. *op.cit.* p. 02.
36. "Resenhas e Analyses". In: **ABHM**, ano I, nº 01, março de 1925, p. 169.
37. HARRIS, Ruth. **Assassinato e loucura - Medicina, leis e sociedade**, Editora Rocco, RJ, 1993. pp. 70-84.
38. CALDAS, Mirandolino. "O Congresso de Hygiene Mental e a Eugenia". In: **ABHM**, ano III, nº 02, fevereiro de 1930, p. 36.
39. "Actas de Reuniões da Liga Brasileira de Hygiene Mental", In: **ABHM**, ano VI, nº 03, julho-setembro de 1933, pp. 261-263. A afirmação de que a Liga não era constituída "apenas de psicanalistas" constituia-se um claro exagero de Lopes.
40. PORTO-CARRERO, Julio. "Remédios Sexuais e Remédios Sociais", In: **Psicanálise de uma civilização**, Editora Guanabara, [1935], p. 241.
41. Id. "A Arte de Perverter", In: **Ensaio de Psychanalyse**, Editores Flores e Mano, 1929, p. 142.
42. Id. "Remédios Sexuais e Remédios Sociais", In: **Psicanálise de uma civilização**, Editora Guanabara, [1935], p. 226.
43. Id. "A Arte de Perverter", In: **Ensaio de Psychanalyse**, Editores Flores e Mano, 1929, p.142.
44. "A Clínica de Euphrenia". In: **ABHM**, ano V, out.-dez. de 1932, p. 66.
45. Id. *Ibid.* p. 68.
46. Id. *Ibid.* pp. 68-77. (Das páginas 70 a 76 são apresentados 3 modelos de fichas - "psycho-clínica",

"psycho social" e "psychologica" - empregadas na Clínica).

47. CALDAS, Mirandolino. "A Euphrenia - ciência da Bôa Cerebração" In: ABHM, ano V, nº02, out.-dez. de 1932, pp. 29-35.
48. Id. Ibid. p. 35.
49. Id. Ibid. p. 36.
50. Id. Ibid. pp. 37-38.
51. Id. Ibid. p. 38.
52. Id. Ibid. p. 38.
53. Id. "Clínica de Euphrenia - Os trabalhos do primeiro trimestre". In: ABHM, ano VI, nº 01, janeiro-março 1933, p. 36.
54. O jornal "O Globo" realizou entrevistas com 08 personalidades médicas de destaque no país, aliás todos "patronos" da Clínica: Fernando de Magalhães (26.10.32); Raul Leitão da Cunha (28.10.32); Henrique Roxo (01.12.32); Lourenço Filho (07.11.32); Porto-Carrero (10.11.32); Olinto de Oliveira (17.11.32); Moncorvo Filho (01.12.32); Juliano Moreira (13.12.32). ABHM, ano V, out.-dez. de 1932, pp. 85-98.
55. O Folheto foi transcrito nos ABHM, ano V, out-dez de 1932, pp. 81-84.
56. "Clínica de Euphrenia - Os Trabalhos do primeiro trimestre". In: ABHM, ano VI, janeiro-março de 1933, pp. 36-42.
57. Id.
58. "Os dois primeiros pré-escolares atendidos na Clínica de Euphrenia". In: ABHM, ano VI, nº03, julho-setembro de 1933, pp. 213-220.
59. "A Clínica de Euphrenia". In: ABHM, ano V, nº 02, out-dez de 1932, p. 77.
60. "Os dois primeiros pré-escolares atendidos na Clínica de Euphrenia". In: ABHM, ano VI, nº 03, julho-setembro de 1933.
61. "Reunião Conjunta do Conselho Executivo". In: ABHM, ano VII, nº03, p. 261.
62. Fala de Heitor Carrilho no 2º Congresso de Higiene de 1924. "Os cursos, as Conferências os Congressos

- Scientíficos". In: ABHM, ano V, nº 02, out.-dez. de 1932, p. 119.
63. "Actas de Reuniões da Liga Brasileira de Hygiene Mental". In; ABHM, ano VI, nº 01, janeiro-março de 1934, pp. 77-78. Na assembléia geral de 14 de março de 1934, discutiu-se, em sessão secreta, até a expulsão do diretor da Assistência Municipal ("determinado associado, médico e alto funcionário") dos quadros da Liga, fato que não se consumou - apesar da ampla maioria favorável a medida -- por sugestão de Olinto de Oliveira de que não se devia dar tal importância a "quem não merecia da instituição nem sequer essa homenagem de ordem negativa".
64. "Um momento decisivo na vida da Liga de Hygiene Mental". In: ABHM, ano VI, nº 04, out.-dez. de 1933, p. 273.
65. "As Ligas de Hygiene Mental não devem ser oficializadas". In: ABHM, ano VII, nº03, julho-setembro de 1934, p. 220.
66. RAMOS, Arthur. A criança problema, Companhia Editora Nacional, RJ, 1939, p. XXV (introdução).
67. Id. Ibid. pp. 9 e 10. Aliás o primeiro capítulo inteiro, intitulado "Herança e Ambiente", combate a visão que atribui um peso excessivo a herança nos comportamentos humanos. Todavia é preciso lembrar que nesse período, Ramos mantinha relações próximas com a LBHM, participando inclusive da reunião ocorrida em setembro de 1933 na instituição (mesma época da criação da Seção de Ortofrenia do Município), onde justamente se deliberava a respeito da Campanha Pro-Higiene Mental para obtenção de fundos que a Liga iria desenvolver na 2ª Quinzena de outubro, em grande medida decorrência da retirada do apoio financeiro da prefeitura. "Actas de Reuniões da Liga Brasileira de Hygiene Mental". In; ABHM, ano VII, nº04, out.-dez. de 1934, pp. 375-380.
68. VIEIRA, Paulo Gadelha. op.cit.; GOMES, Angela Maria Castro. Invenção do Trabalhismo, SP, Vértice/IUPERJ, 1988, p. 230
69. VIEIRA, Paulo Gadelha, op.cit.
70. Assistência Pública - Guanabara (80 Anos de História), RJ, Edição d Secretaria de Saúde do Estado da Guanabara, SUSEME, 1968, p. 52.
71. "As Ligas de Hygiene Mental não devem ser oficializadas". In: ABHM, ano VII, nº03, julho-setembro de 1934, p. 219.

72. "Um momento decisivo na vida da Liga de Hygiene Mental". In; ABHM, ano VI, out.-dez. de 1933, p. 273.
73. Id. p. 273.
74. "Actas de Reuniões da Liga Brasileira de Hygiene Mental". In: ABHM, ano VII, nº04, out.-dez. de 1934, pp. 379-380.
75. "A Campanha Pro-Hygiene Mental - A mais relevante de todas as obras medico-sociaes em nosso paiz", In: ABHM, ano VII, nº01, janeiro-março de 1934.
76. "Um momento decisivo na vida da Liga de Hygiene Mental". In: ABHM, ano VI, nº04, out.-dez. de 1934, p. 274.
77. Id. p. 276.
78. Id. pp. 275-276.
79. "Actas da Sessão Conjunta da Diretoria e do Conselho Executivo", In: ABHM, ano XII, nºs 1 e 2, janeiro-junho de 1939, p. 105. A Liga nessa época ocupava salas alugadas no Edifício Odeon (Praça Getúlio Vargas nº 02) e até 1947 - ano de publicação do último número dos Archivos e possivelmente de existência efetiva da instituição - ainda continuava instalada no mesmo lugar. Ver: ABHM, ano XVIII, nº 01, julho de 1947.
80. Ver: "Ata da Assembléia geral ordinária de 26 de abril de 1938", In; ABHM, ano XI, nºs 1, 2, 3 e 4, janeiro-dezembro de 1938, pp. 41-42; "Ata de Sessão Conjunta da Diretoria e do Conselho Executivo" (19.10.1939), In; ABHM, ano XII, nºs 1 e 2, janeiro-junho de 1939, p. 105. Em ambas as reuniões são discutidos problemas referentes a obtenção da subvenção federal.
81. MUNAKATA, Kazumi. *op.cit*, p. 70.
82. "As Ligas de Hygiene Mental não devem ser oficializada", In: ABHM, ano VII, nº 03, julho/setembro de 1934, pp. 219.221.
83. Id. p. 220.
84. As três maiores doações da Campanha vieram do Banco do Brasil (5.000\$000), Caixa Econômica do Rio de Janeiro e Equitativa/Dr. Alberto Teixeira Bôa Vista (2.000\$000), os dois primeiros instituições públicas e o último, embora particular, exercia a presidência da Comissão Executiva da Campanha. "Campanha Pró-Hygiene Mental - Relação de doadores", In: ABHM, ano VI, nº 04, out.-dez. de 1934, pp. 204-205.

85. "Editorial - Liga de Hygiene Mental não é synonymo de Liga Anti-Alcoolica", In: ABHM, ano VI, nº 03, julho-setembro de 1933. pp. 193-194. Não terá sido à toa também que na 6ª Reunião da Campanha (30.10.33) - portanto já em seu pleno andamento - a oradora Juana Lopes realiza uma palestra intitulada "Sugestões para esclarecimento do público", onde então lembra que muitas pessoas respondem negativamente a Campanha da Liga dizendo "eu não quero contribuir para Ligas anti-alcoolicas". Em seguida passa a enumerar sete outros pontos, além do combate ao alcoolismo, que diz fazer parte do programa da instituição, procurando como que advertir os cooperadores da Campanha sobre qual procedimento devem adotar em tal situação.
86. PENAFIEL, Carlos. op.cit., p. 13.

CAPÍTULO 5

"DEGENERANDO EM BARBÁRIE: A HORA E A VEZ DO EUGENISMO RADICAL"

Embora tendo como eixo unificador de suas propostas a questão da eugenia e da prevenção é possível afirmar que, quanto aos modos e limites da intervenção, os psiquiatras apresentassem divergências, dada certas diferenças de ordem religiosa, moral, política e mesmo teórica entre seus quadros. Assim, existiam desde os mais radicais que defendiam medidas repressivas marcadas pela obrigatoriedade, até aqueles que professavam posturas mais persuasivas com caráter de educação frente a certas questões. Havia discordâncias, por exemplo, quanto à adoção da lei seca como melhor meio de se combater o flagelo do alcoolismo. No que diz respeito à miscigenação racial, como vimos, não houve uma adesão geral ao que Freire Costa identificou como "ideologia da pureza racial", isto é, de condenação absoluta à mistura racial e que tinha repercussões na forma de enfrentamento da questão imigratória. Também quando Renato Kehl atacou o catolicismo acusando-o de ser o "factor máximo das perturbações e desgraças de ordem sexual que assistimos na parte do mundo povoado pelos que se acham a elle escravizados", os Archivos publicaram uma declaração onde ressaltavam que na liga "de modo algum existe unanimidade em favor dos pontos de vista

defendidos pelo autor" (1). O mesmo se dá em relação ao texto de Farani que debate o tema das "proles degeneradas", e que resultou em ataque violento à Igreja, tratando a instituição de emitir nota de pé de página esclarecendo "cabem pessoalmente ao nosso consócio a responsabilidade dos conceitos de feição polemista que se encontram no seu trabalho" (2). Note-se, nestes casos, que a influência do catolicismo era entendida como a principal barreira de resistência posta à adoção de medidas, ditas de eugenia restritiva, como a esterilização e o exame pré-nupcial obrigatório.

Todavia, pelo que pudemos observar certas posturas bastante radicais, numa linha que chamamos "dura" da prevenção eugênica, ganham fôlego novo encontrando crescentemente defensores resolutos no seio da instituição. Assim é que, "esterilização dos degenerados", controle médico/estatal dos casamentos, segregação de ^{lex}alienados" por motivo eugênico, proibição pura e simples de imigração das raças negra e amarela, ganham cada vez mais espaço dentre as propostas de ação da Liga, enfeixadas todas estas pelos programas regeneradores da eugenia. Se haviam opositores a essas medidas e admitimos que sim, estes mostravam-se acuados, para não dizer omissos, frente à atitude ofensiva do eugenismo radical. É por isso que nos primeiros números dos Archivos há uma série de artigos versando sobre higiene mental em geral e muito pouco se faz menção a medidas eugênicas duras como as citadas pouco antes (embora de

eugenia sempre se falasse, porquanto foi essa uma das inspirações principais de Riedel quando fundou a Liga), com a exceção notória de Renato Kehl, cuja trajetória, porém, bastante pessoal, não pode ser confundida com a da instituição como um todo.

Do mesmo modo, no Congresso de Higiene de 1924, J.P. Fontenelle ao expor os objetivos da higiene mental não esconde, nesse momento, suas hesitações em torno de certas medidas:

"No Trabalho de defesa, de prevenção e de profilaxia, urge cuidar de medidas de eugenia, que visem diminuir os malefícios da hereditariedade pathologica, agitando a necessidade de regulamentar o casamento, talvez a de segregar ou de esterilizar os grandes deficientes, mas certamente a de pôr cobro a livre entrada de imigrantes de mentalidade anormal e de deportar os que conseguirem penetrar no paiz, provado que já não desembarcaram no estado de saúde mental." (3)
(grifo nosso)

Em certa medida é lícito supor que desde que a idéia eugênica acampou em terras brasileiras que essas propostas mais radicais habitavam a imaginação de certos psiquiatras em seus propósitos regeneradores da espécie humana. Com efeito, esse tipo de medida bem pode ser visto como uma consequência natural dos pressupostos teóricos até certo ponto fatalistas da medicina mental, que elevava a herança biológica à condição de juíza suprema dos comportamentos humanos. É bem verdade que sempre se observou a necessidade - e utilidade - de deixar uma porta aberta às influências do meio, as chamadas causas ocasionais, que propugnavam pela adoção de

medidas de caráter mais social e educativo que resultasse em "uma formação moral mais apurada" tendo em vista o que isso significava em termos de alargamento do seu campo de ação, como tivemos oportunidade de verificar. É certo porém, que para a maioria dos psiquiatras, a questão da herança permanece ocupando a cena como ator de destaque. Esta é a opinião formulada pelo secretário da Instituição em editorial dos Archives, na condição de bom hereditarista:

"É preciso saber, entretanto que se a higiene mental muito tem a vêr com o aperfeiçoamento dos métodos educativos, muito mais ainda deverá cuidar da parte biológica procurando evitar as eivas hereditárias.

A educação poderá sem dúvida sublimar o carácter e impedir a eclosão de psychoses nas pessoas normaes ou mesmo predispostas. Não poderá, todavia, obstar que as taras se transmitam e que a degeneração se propague."

(4)

Sendo assim, é razoável admitir que essas idéias mais duras da prevenção fossem desejadas pelos psiquiatras desde que enxergassem nas proposições eugênicas a panacéia contra a degeneração hereditária. Ocorre, talvez, que num primeiro momento, nem mesmo aqueles que sempre optaram por esse caminho mais duro estivessem dispostos a defender abertamente certas idéias cujo teor polêmico era explosivo. Obrigatoriedade de exame pré-nupcial e esterilização dos "degenerados", por exemplo, encontravam forte resistência em inúmeros setores da sociedade, particularmente da Igreja (5). Conforme reconhece Kehl, em artigo de 1925, a exigência legal de exame pré-nupcial "apesar da evidência e clareza de seus fins salutaes" e sobretudo a "esterilização dos indivíduos

inaptos para as boas procreações, degenerados somato-psychicos" eram medidas que sofriam intenso combate, segundo ele, por puro preconceito (6).

Aprofundemos um pouco mais essa questão, explorando-a pelo viés do tema da esterilização compulsória. É absolutamente razoável admitir que essa medida contasse, como prática eugênica, com a simpatia de vários psiquiatras desde muito tempo, já que tantos passam a defendê-la abertamente a partir de 29/30. Antes disso Kehl era quase que um divulgador solitário. É certo, porém, que para muitos tratava-se antes de uma avaliação realista que reconhecia as dificuldades de se defender tal medida, dada a resistência de certos setores sociais. É o que sugere, por exemplo, a confissão de Lopes de que ele havia proposto a inclusão do qualificativo "grandes" em artigo de Kehl sobre o assunto, publicado nos Archivos em 1925 (saiu sob o título "A esterilização dos grandes degenerados e criminosos"), como uma "concessão (...) às possíveis suscetibilidades do meio" (7).

Mesmo em 1934, quando o eugenismo radical já caminhava à plenos pulmões, é possível observar a consciência que os psiquiatras tinham acerca da dificuldade de aceitação de medidas de eugenia restritiva como a esterilização. Assim, numa nota de pé de página referente à resenha do livro de um autor alemão sobre o tema, feita por Gustavo Rezende, o editor dos Archivos comenta:

"Vale a pena lembrar aqui que entre povos muito susceptíveis no tocante a medidas legais de apparencia draconiana, como essa da

esterilização eugênica seria ,talvez, indicado começar pelos casos como os dois citados pelo autor em que a tara transmissível não é somente um distúrbio mental, é também uma tendência delictuosa. Em face de semelhante duplicação de malefícios, haverá ainda quem se mantenha systematicamente contrario a esterilização eugênica?" (8)

No entanto, parece que a medida em alguns casos já era até posta em prática. Acompanhando exposição de Ernani Lopes na reunião da Seção de Cirurgia e sistema Nervoso da LBHM, ele comenta que Juliano Moreira, que nesta altura já dispensa apresentações, lhe relatou que vinha autorizando há algum tempo medidas de esterilização nos casos em que se "impunha a indicação (...) em mulheres alienadas passíveis mais tarde de cura e alta", sendo realizado "concomitantemente com outras intervenções porventura indicadas". Pelo exposto, dá-se a entender que a medida era adotada dispensando-se a autorização do próprio interessado, que talvez nem ficasse sabendo do ocorrido (9). Além disso, seguindo os postulados biológicos da Liga, a esterilização se apresentava, desde sempre, como solução lógica às tendências hereditárias degenerativas da espécie. Conforme argumentava Farani, no seu artigo "Como evitar as proles degeneradas", mesmo admitindo que nas "famílias de anormaes nem todos os produtos são acentuadamente tarados", podendo haver até alguns "bons senão optimos", isso não invalidava a medida. Apenas impunha uma certa prudência na sua adoção. Isto porque no caso do nascimento de indivíduos bons, por herança recessiva, estes poderão "vir a perturbar a sociedade com imprevistos elementos maus". A "hypothese possível de descendentes bons"

não deve prevalecer "sobre a probabilidade de elementos nocivos".

São inúmeros os casos, acrescenta o psiquiatra, de casais onde apenas um dos progenitores seja degenerado para que haja na descendência o predomínio definitivo dos tarados o que justificava largamente a esterilização preventiva (10).

Ora, isto era assim em 1931, ano da publicação desse texto, tal como devia ser bem antes, isto é, desde que os psiquiatras vestissem a camisa da tese da degeneração hereditária, que, fato fácil de verificar, dava suporte ao conjunto de argumentos oferecidos no citado artigo. Ademais, a própria declaração, mencionada há pouco, de que Juliano Moreira vinha autorizando medidas de esterilização, ser publicamente confessada em reunião da Liga ocorrida em junho de 1929 (foi publicada no número de abril de 1930 da revista), vêm em reforço ao argumento de que certas propostas duras de eugenia, passam, a partir de determinado momento, a ser defendidas sem qualquer constrangimento, nem moral nem legal, tendo em vista que essa era uma prática não admitida por lei como o próprio Lopes reconhecia.

Sendo assim é lícito propor a existência de um, digamos, "aque cimento" da campanha eugênica no Brasil, em moldes mais radicais, ocorrido sobremodo a partir da virada dos anos 30. Nesse momento aquilo que era defendido por alguns poucos e de forma meio tímida, passa a sê-lo abertamente.

Coerente com o ponto de vista que vimos sustentando neste trabalho, ou seja, de que as matrizes teóricas de um dado

discurso científico, ainda que importantes, podem não ser determinantes na condução da investigação, não nos parece muito convincente interpretar esse processo de radicalização da Liga como consequência de algum tipo de mudança na referência teórica do eugenismo psiquiátrico, em termos da passagem de uma biologia de base lamarckiana para outra fundamentada na genética mendeliana. Alguns autores, em relação ao movimento eugênico nacional com um todo, tem procurado enfatizar essa passagem como elemento explicativo. Nancy Stepan, por exemplo, sugere alguma coisa nessa direção quando afirma que Renato Kehl, à medida que sua crença no lamarckismo era abalada, e ele se aproximava de uma certa concepção mendeliana, radicalizava seu ponto de vista eugênico no sentido de enfatizar medidas restritivas como a esterilização, exames pré-nupciais obrigatórios e de se opor a qualquer forma de miscigenação entre raças (11). Independente do acerto da informação quanto aos questionamentos biológicos de Kehl e da validade da proposição, é preciso lembrar que medidas radicais sempre fizeram parte do cardápio eugênico de Kehl e que muitas vezes sua divulgação se tornava difícil (quem dizia isso era o próprio eugenista). pela soma de resistências que encontrava sendo, pois, muito mais uma questão de oportunidade política. De qualquer modo o fato é que, especificamente em relação ao processo de radicalização eugênica ocorrida no interior da Liga, enfatizar essa ruptura teórica como elemento explicativo me parece dispensável. Veja-se, por exemplo, a

pérola de definição do problema apresentada por Riedel, lamarckiano confesso, ao discutir o papel da educação eugênica dos "dispensários psiquiátricos" no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia:

"A experiência tem no entanto demonstrado que a predisposição hereditária poderá ser atenuada nos descendentes pelos métodos educativos, que transformam a mentalidade e o phísico, moderando a predisposição, orientando o espírito e tornando o homem adaptável ao meio ambiente, por isto, a importância da educação cresce tanto mais, quanto mais se discute a applicação das leis mendelianas á hereditariedade das doenças mentaes. Si auctores de mérito têm tendência manifesta em attribuir valor maior ás causas occasionaes, demonstrando que no homem a lei mendeliana da hereditariedade nem sempre é observada, comprehender-se-á dahi o alcance da acção educadora do serviço social do dispensário psiquiátrico." (12) (grifo nosso)

Isto é, se as leis mendelianas da hereditariedade são applicáveis ás doenças mentais, valorize-se o papel educativo do dispensário psiquiátrico ("cresce tanto mais"); porém se tal lei não se applica a importância educadora do dispensário psiquiátrico ganha "alcance de acção".

Disso se pode concluir que, a despeito da validade de se investigar as bases teóricas de uma dada formulação científica, se a aceitação de uma teoria pouco interfere no rumo da conduta do intelectual, o mais decisivo, talvez (e essa é nossa postura), seja investigar as matrizes políticas e ideológicas e os objetivos de poder de um dado movimento, ainda que, como no caso da Liga, por se tratar de uma instituição de cientistas, seus programas e ações se revistam necessariamente de um manto de cientificidade que por certo

deve ser levado em conta, porquanto seja esse um componente ideológico eficaz de poder.

Assim, acompanhando esse mapa de referência, consideramos que alguns acontecimentos podem ser apontados como tendo influência na mudança de atitude dos psiquiatras da Liga. Um primeiro ponto de inflexão que pode ser identificado é, possivelmente, o "Congresso Brasileiro de Eugenia" ocorrido em 1929, que reuniu a nata da inteligência brasileira, sobretudo médica, sendo inclusive organizado sob o patrocínio da Academia Nacional de Medicina, à frente Miguel Couto (13). É claro que a própria existência do Congresso sinaliza o crescimento do movimento eugênico no Brasil, que de outra forma não teria reunido condições para a sua realização. Entretanto, nossa sugestão é que o evento pode ter funcionado como uma espécie de aval definitivo da corporação médica, e da intelectualidade em geral, às teses eugênicas. Nesse caso, a medicina mental se sente prestigiada e motivada na condição de, senão pioneira, certamente de ponta de lança na fase atual do movimento eugênico. A única, por exemplo, que possuía uma instituição explicitamente com esse fim. É de notar, durante o Congresso, o protesto do presidente da LBHM, Ernani Lopes, à idéia de que a eugenia no Brasil não vinha sendo pensada posto que "a sociedade que dirige a Liga de Higiene Mental - e outra e de existência anterior a esta - a Sociedade de Eugenia de São Paulo, ambas têm em seu programa a divulgação e a propaganda da Eugenia" (14). Ressalte-se o fato de que a Liga, desde sua criação em 1923, era dentre as

duas citadas a que se encontrava em plena atividade, já que a entidade de São Paulo, não resistiu mais que 2 anos, findando seus trabalhos em 1919.

Além disso, a instituição foi a única, segundo as atas do Congresso, que recebeu voto de congratulações pela "acção que vem desenvolvendo em prol da Eugenia" o que sinaliza seu pleno reconhecimento como vanguarda deste movimento. Ora, os psiquiatras devem ter se enchido de satisfação e expectativa, na qualidade de agitadores principais deste movimento, como quem se sente finalmente reconhecido em seus esforços.

O fato é que , doravante, a eugenia pode ter sido encarada como definitivamente admitida pela comunidade intelectual e científica, questão de magna importância relacionada à regeneração nacional que não podia ser adiada em função de "escrúpulos inconciliáveis com o ponto de vista científico". Não que se trate aqui de considerar que certas abordagens mais radicais da eugenia tenham obtido finalmente consenso. Nada disso. O Congresso, pelo contrário, se caracterizou por ampla polêmica em torno de certos temas. Apenas defendemos a idéia de que o evento possa ter funcionado como uma espécie de salvo conduto da comunidade científica às proposições eugênicas em geral, desencadeando, então, uma ampla ofensiva daqueles que professavam, desde sempre, medidas duras de eugenia. Não haveria mais razão para que qualquer idéia, por mais explosiva que fosse, permanecesse timidamente discutida, assunto entre pares. Pelo contrário, isso passa a ser até "anti-patriótico", desde que

todos a reconhecessem, polêmicas à parte, como condição de possibilidade de construção da Nação. É de se notar, também, que no mesmo ano do Congresso, com alguns meses de antecedência, Renato Kehl começa a editar um "Boletim de Eugenia" que "precede nesta capital a fundação de um Instituto Brasileiro de Eugenia"(15). Embora o seu editor afirme que o Boletim vem preencher uma lacuna, posto que "depois da publicação dos Annais de Eugenia, em São Paulo, não apareceu no país qualquer outra publicação especializada sobre esta ciência" reconhece o papel desempenhado pela LBHM nesse vazio, quando define que o Boletim será "filiado à Liga de Higiene Mental [e] incluirá certamente no seu programa tudo quanto se referir a este ramo de íntima conexão com os propósitos da ciência de Galton" (16). Mais adiante cita os "professores Ernani Lopes, J. Porto-Carrero, Murilo Campos e Heitor Carrilho "que, a seu lado, serão os organizadores do futuro Instituto Brasileiro de Eugenia". Repare-se, nesse caso, que todos são conhecidos "mentalistas", membros de destaque da LBHM. Em outro momento esclarece porque só agora é possível pensar em organizar uma instituição nacional completamente dedicada aos propósitos eugênicos: segundo Kehl, isso deve-se ao fato de "até bem pouco tempo (...) os eugenistas brasileiros serem em tão pequeno número que não chegam talvez a meia dúzia." Logo em seguida, lembra a realização do Congresso Brasileiro de Eugenia, previsto para julho desse ano, o que de certa forma atesta um diálogo possível com esse evento.

E mais: se atentarmos para o fato de que a informação que Juliano Moreira vinha autorizando práticas de esterilização ser relatada em público no momento em que o psiquiatra, Ernani Lopes, fazendo a defesa desta medida lembra, durante reunião da Liga, o contexto "mais de que nunca oportuno" de se trazê-la à tona pois se está "em vésperas do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia", a relação com esse evento fica evidente. É inclusive proposto moção da Seção de Cirurgia da Liga "no sentido de aplaudir a idéia da esterilização eugênica dos degenerados" quando intervém Farani, comunicando que já tinha pronta memória sobre o assunto e que a enviaria ao Congresso "no qual conclue pela legitimidade da esterilização em apreço respeitadas as indicações dos neuro-psiquiatras", como de fato, aliás, o fez (17).

Assim, é mais que razoável admitir que o Congresso Brasileiro de Eugenia tenha tido algum efeito para os psiquiatras em termos de uma atitude ofensiva e pública em favor de certas teses eugênicas, apontando-se, ao mesmo tempo, o papel sobressalente da Liga nesse processo.

Todavia, é evidente que o evento de 29 não explica tudo. Muito mais do que ele é possível que a conjuntura política que começa a se insinuar a partir dos anos 30 no país tenha exercido grande influência neste "renascimento" radical da eugenia. Isto porque, como já se disse, nos anos 30 os psiquiatras reconheciam a presença de um novo Estado no Brasil, forte, de feição anti-liberal, portanto, mais disposto a intervenções racionalizaodras na sociedade. Nesse

caso, apresentava-se como mais compatível com a adoção de medidas eugênicas duras, cuja resistência era grande, e isto provavelmente encorajando-os na defesa de certas idéias publicamente. É possível observar isso através do artigo em que Ernani Lopes procura justificar o que ele chamou de "Alta Tardia dos heredo-psycopathas", eufemismo usado para a defesa de medidas de "segregação compulsória" por razões eugênicas. Afirma o psiquiatra que dentre as objeções postas a essa medida, "logo se levanta o princípio da liberdade individual". Em nome desse critério jamais será possível "reter em sequestro um alienado curado ainda que seja ele um "portador de taras". Para tanto "basta um simples 'habeas-corpus' para ser 'in-continenti' obtida a liberdade do ex-insano". E acrescenta, em tom melancólico: "sim de facto, hoje em dia, seria assim infelizmente" (18). Ressalte-se que esse texto é de outubro de 1934, período constitucional do governo de Vargas, que, infelizmente, conforme expressão do autor, permite tais salvaguardas legais. E mais adiante afirma:

"mas é isso que um sábio dispositivo legal pode impedir (...) a preocupação de resguardar a collectividade, cada vez mais dominante nas civilizações contemporâneas está indicando que o dever do advogado por vezes tem de se afastar dos critérios clássicos compendiados pelo grande Ruy Barbosa (...) Casos existem em que os direitos de um presumível constituinte indivíduo não poderiam ser defendidos a todo transe, senão com grave prejuízo da sociedade e da raça" (19). (grifo nosso)

Do mesmo modo é possível verificar que, geralmente se acusa os contraditores das medidas de esterilização de se

basearem em argumentos liberais que levam em conta "sempre a salvaguarda dos direitos do indivíduo". Como reconhece Farani, em tom irritado, "é a sempiterna repetição da these individualista, menosprezando a coletividade quando a tendência moderna, quer científica, quer social ou política, trata de mostrar o predomínio benéfico da concepção oposta, isto é, o sacrifício do indivíduo ao bem social" (20).

Os exemplos são muitos, e em seu conjunto reafirmam a necessidade de uma ordem política que, em defesa da sociedade e de uma moral coletiva da raça, retifique o agir egoísta do homem liberal afastando, pois, certos óbices legais à ação ordenadora do Estado, de forma a fornecer a alguns poucos iluminados, os instrumentos imprescindíveis para que se ponha em prática as medidas racionais que a ciência eugênica exige.

Uma terceira ordem de acontecimentos que pode estar na base dessa radicalização eugênica é certamente a presença crescente do modelo eugênico alemão no Brasil. Com efeito, desde o final dos anos 20 que a eugenia vem refazendo seu percurso na Alemanha, chegando a dimensões paroxísticas no período nazista, e que, de certa forma, vem lançando suas luzes no cenário brasileiro por intermédio de parcela expressiva de psiquiatras patricios que se deixam seduzir por esse modelo (21). Freire Costa no seu estudo sobre o tema chega mesmo a considerar essa influência a "razão fundamental da transformação do ideal eugênico da LBHM" (22). Todavia, observando atentamente a questão é possível, sem propriamente negar a assertiva de Costa, propor uma outra leitura dessa

presença, de resto inegável. Sugerir um outro lugar hierárquico à influência eugênica alemã na economia explicativa dessa transformação. E novamente um dos temas através do qual é possível discutir pontualmente o significado dessa repercussão no Brasil é aquele referente a adoção de práticas de esterilização compulsória. Ademais essa questão tem a vantagem de jogar luz sobre as motivações subjacentes ao processo de radicalização eugênica da Liga. Com efeito, o tema da esterilização é paradigmático: serve para mostrar como certas medidas eugênicas, para muitos psiquiatras, ultrapassam largamente o limite de fórmulas puramente técnicas ou científicas. Em outras palavras, de que por trás de uma máscara científica exhibe-se a face crua de um discurso de ambições políticas óbvias. O que se observa, pois, é a plena aceitação de uma ideologia científica sim, cujo conteúdo, porém, mal esconde uma concepção política de nítido molde autoritário e crescentemente intolerante e preconceituoso. Assim, tratemos de explorar com vagar esse tema com o intuito de ao mesmo tempo debater o alcance efetivo do papel desempenhado pela psiquiatria alemã no Brasil e avaliar o quanto a esterilização sinaliza a exigência de um outro patamar de realizações eugênicas por estas bandas, com suas infiltrações políticas inegáveis.

Um acontecimento que bem demonstra os novos contornos radicais da eugenia no Brasil e que, ao mesmo tempo, ilumina os desdobramentos políticos dessa transformação é o entusiasmo com que foi recebida a entrada em vigor da "lei

alemã dos doentes transmissores de Taras" de 1933 (entrou em vigor em janeiro de 1934). Saudada como "nova e grande lei" mereceu tradução imediata e integral nos Archivos (23). Cegos, surdos, epiléticos, alcoólatras graves, esquizofrênicos etc..., ou seja, qualquer um que, "a partir das experiências da ciência médica", possa-se esperar, "com uma forte probabilidade", que seus "descendentes sejam portadores de alguma tara hereditária física ou mental grave", estavam na mira dessa lei, cuja decisão ficava a cargo de um "tribunal de saúde hereditário". Decidida a esterilização esta deve ser executada mesmo contra a vontade da pessoa interessada" (24).

Como afirma Cunha Lopes, essa era uma lei elaborada por um governo que "lança apelo a todas as suas forças vitais para arrancar-se da miséria e da opressão". Uma lei com "sólida base científica redigida pelas maiores autoridades mundiais em heredopatologia". Ora, isto não foi feito assim de uma hora para outra, de forma imprevidente. Representava trabalho persistente, "realizado metodicamente em todo o Reich desde antes da grande guerra até a ousada ascensão de Hitler" (25). Assim, o modelo liberal, na contramão dos avanços da ciência era denunciado como muito condescendente com certos caprichos individualistas, pondo-os a frente dos interesses da coletividade "quando a ciência e a sociedade propugnam cada vez mais pelos direitos da sociedade" (26). Um Estado guiado pelas luzes da ciência não deve ceder a impulsos egoístas. Em apelo às "necessidade ingentes da

comunidade" não pode vacilar, pois o que está em jogo é a segurança nacional: "a higienização das proles e o aperfeiçoamento etnogênico do país preterem todas as liberdades" (27).

Ora, pelo exposto acima é obvio que a admiração ultrapassa, e muito, os limites estritos da lei e sua "validade científica". É toda uma proposta política de Estado que ganha acolhimento. Mesmo assim, ainda é possível se argumentar contra isso, postulando que nem todos os que aplaudiram a lei necessariamente resvalassem para um também apoio explícito do regime político alemão. Nesse caso poderia se recordar que a prática da esterilização já era admitida legalmente em diversos países de tradição liberal, como os EUA (alguns estados). Suíça, Canadá, Suécia etc... (28). Esse inclusive era o argumento de Pacheco e Silva, em artigo de 1946 que dizia que os que atacavam a esterilização esqueciam que ela,

"entrou em vigor nos Estados Unidos em 1907 e que, desde então em quase todos os estados da grande república norte-americana vem sendo essa medida praticada com objetivo eugênico. Que dizer também de métodos idênticos adotados há muito tempo nesse pequeno país campeão da democracia, que é a Suíça?" (29).

Seria o caso, então de investigar que tradição liberal é essa que admite esterilizações compulsórias como medidas benéficas à sociedade. Para começo de conversa, convém esclarecer, como alerta Werneck Vianna, que liberalismo não é sinônimo de democracia. Como bem discute o autor, a exigência da ampliação dos direitos de cidadania é que forçou o

liberalismo a incorporar o tema da democracia (30). Do mesmo modo que, adverte Munakata, liberalismo tampouco equivale a uma postura contra a violência. A questão é saber quem tem o monopólio do seu exercício. Desde os clássicos que a resposta se encontra num ente chamado Estado (31). De qualquer maneira, não é nosso objetivo entrar aqui numa discussão conceitual precisa em termos de teoria política. Apenas é importante frisar, no caso da esterilização compulsória, que esta medida não deve ser vista como incompatível, em tese, com nenhum tipo de ordem política, sobretudo se vista pelo prisma estreito do seu contorno formal. Do mesmo modo também que não é o melhor caminho interpelá-la como corolário exclusivo de qualquer outra. O certo, então, como forma de abordar adequadamente o tema, é investigar as circunstâncias históricas precisas que levaram tal ou qual país a adotá-la, ainda que estejamos convencidos, como questão de princípio político e ético, de sua maior identificação com fórmulas políticas coercitivas. No caso americano, por exemplo, a maioria dos Estados que a adotaram o fizeram por volta da década de 20. Interrogue-se esse período de sua história e se verá, ao lado da tradição liberal, um nacionalismo conservador que resulta em severo controle racial da imigração; lei seca no caso do álcool; ressurgimento com todo vigor da intolerância racial e política através de entidades "fascistas" como a Klu-Klux-Klan; cruzada contra o ensino da teoria evolucionista nas escolas em alguns estados; xenofobismo e histeria anti-comunista que culminou na

condenação e execução dos estrangeiros anarquistas Nicola Sacco e Bartolomeu Vanzetti; e esterilização compulsória...(32).

Entretanto, essa discussão toda podia ser abreviada para discutir o caso brasileiro. Não resta dúvida que a referência eugênica central para a maioria dos psiquiatras da Liga, a partir dos anos 30, era a que vinha se desenvolvendo na Alemanha, como o entusiasmo pela lei de 34 exemplifica. O próprio Pacheco e Silva que acusa a anterioridade dos EUA e Suíça em termos de aplicações esterilizantes, reconhece, em texto de 1936, a propriedade da lei Alemã, pois o legislador quando a pôs em prática tinha em vista "atender a princípios sociais, econômicos e étnicos, para evitar os perigos de uma degradação progressiva da humanidade para tipos biologicamente e espiritualmente inferiores, degradação que é justo se temer" (33). Note-se, nesse caso, que o autor já nessa época chamava a atenção para o seu estabelecimento "como medida de caráter étnico e eugênico", embora não se referisse a isso como sendo um problema.

Ademais, desde algum tempo que o "Instituto Alemão de Pesquisas Psiquiátricas", de Munique, vinha sendo elogiado como modelar. Sobretudo a "Seção de Genealogia e Demografia" dirigida pelo prof. Rudin, era enaltecida frequentemente, tendo alguns psiquiatras até ido conhecê-la pessoalmente, como é o caso de Pacheco e Silva que, em visita profissional à Alemanha, pode admirar todo o seu sistema psiquiátrico (34). Henrique Roxo é outro que comenta que o havia visitado

3 vezes até 1936 (35). Quando funda o "Instituto de Psiquiatria", em 1938, afirma expressamente que ele seria organizado nos "moldes do de Munich":

"Em Munich, tive ocasião de observar um grande Instituto em que pesquisas das mais interessantes eram feitas. Investigava-se cientificamente a questão das raças e o Prof. Ernt Rudin me mostrou detalhes dos trabalhos que haviam realizado e que eram verdadeiramente admiráveis (...). Se eu conseguir obter para o nosso Instituto de psiquiatria tudo quanto pretendo, ficará ele o único no mundo capaz de se igualar ao de Munich dos tempos antigos."
(36)

Cunha Lopes em viagem de estudos na Alemanha, havia inclusive estagiado na seção dirigida pelo prof. Rudin (37). Além desse, também o "organizado departamento de ensino psiquiátrico" do "célebre hospital da 'Charité'", localizado em Berlim, era descrito entusiasticamente pelo psiquiatra:

"Aí notamos grande elevação moral do conceito de responsabilidade, da ética profissional, das obrigações técnicas de assistência, e também a maior confiança no cumprimento dos deveres de cada um para com os semelhantes. Assim, a internação de qualquer paciente não se reveste de quaisquer exteriorizações desconfiantes, como, via de regra, sóe acontecer nos serviços especialmente destinados a tratamento de psicopatas. E as informações sobre a história pregressa, sobre os antecedentes familiares, etc... são prestadas com facilidade, amplamente, com clareza. Nunca se verifica a preocupação de esconder, como se fosse imoral, degradante ou menos nobre, referências, aliás, importantes a taras psicopatológicas, degenerativas da estirpe. Resulta daí uma anamnese precisa e completa. E, de tal maneira, facilmente se compreende como conseguem os psiquiatras alemães elementos básicos para auxiliar uma racional e sistemática higiene racial, qual a que se funda nas pesquisas genealógicas" (38).

Esse entusiasmo todo, inclusive, o leva a concluir que, "seria muito de desejar que se tomasse por modelo o programma, prático e fecundo, do ensino psiquiátrico hoje realizado nas universidades alemãs" (39). Em muitos casos era todo o sistema de saúde alemão que Cunha Lopes glorificava.

"5 milhões de berlinenses têm mais assistência médica que quaisquer outros povos (...) O homem na Alemanha está encarado segundo os preceitos da moderna higiene: é um capital que o Estado procura inteligentemente aumentar. Todas as despesas em assistência prestada à população são altamente compensadas pela valorização qualitativa e quantitativa desse precioso capital. Que a instrução e a assistência públicas são pedras angulares da sólida cultura germânica e do notável progresso do Reich, não preciso insistir" (40).

Também quando a "Comissão Central Brasileira de Eugenia" - organizada por Kehl em 1931, da qual faziam parte representando a Liga entre seus dez membros efetivos, o presidente Ernani Lopes e mais dois outros destacados psiquiatras da instituição, o vice-presidente Porto-Carrero e Cunha Lopes - resolve divulgar as proposições que pretendia apresentar à Assembléia Constituinte de 33, deixa explícito que estas " concordam, nos seus pontos fundamentaes, com as sustentadas pela Comissão da Sociedade Alemã de Hygiene Racial instalada a 18 de setembro de 1931." (41).

Resta saber, porém, se esse encantamento com sua congênere alemã resulta, antes, de uma afinidade (ou dependência) teórica que a teria, então, empurrado inadvertidamente a seguir "passo a passo o avanço nazista no seio da psiquiatria alemã" como parece sugerir, em

determinado momento, Freire Costa (42). Do nosso ponto de vista entendemos que não. Os próprios textos citados acima denunciam já uma clara mescla de admiração teórica e adoração, digamos, político-ideológica, ainda que, muitas vezes, isso apareça turvado pelo emprego engenhoso de um discurso que diz apenas enxergar ciência e racionalidade. Nesse sentido consideramos pouco provável que se trate fundamentalmente de uma questão anterior de pura influência intelectual, isto é, uma decorrência da psiquiatria brasileira ter assumido "sem reticências a totalidade das opiniões de Rudin" e devido a isso se ver a braços com o nazismo alemão. Ou, dito de forma mais precisa: não me parece ser esse o melhor caminho para se compreender por que se deu a impregnação da perspectiva psiquiátrica higiênica alemã na versão brasileira. Preferimos sugerir que tal psiquiatria, com sua vocação totalizante, isto é, de exercer-se como prevenção eugênica em "todos os domínios da vida social", como queria Rudin, foi capaz de encantar, de obter eco, porque veio de encontro às ambições políticas antigas da medicina mental brasileira, tal qual a de se constituir enquanto obra regeneradora, social e racial, da nação. Com efeito, se acompanharmos atentamente o desenrolar histórico dessa psiquiatria, é possível perceber que dentro da perspectiva da higiene mental, cujo suporte conceitual, como vimos, era dada pelos temas da prevenção e da eugenia, habitava desde sempre uma larga vocação totalizante expressa na sua pretensão de regenerar o homem brasileiro e por

extensão a Nação. Por isso a necessidade várias vezes reiterada por Gustavo Riedel de identificar o "typo normal do brasileiro e o typo do degenerado" posto que apenas dessa forma seria possível alcançar o "typo ideal de povo" que, todavia, acrescenta o psiquiatra, "não é desde já o de uma nacionalidade mestiça" (43).

Correndo o risco de ser repetitivo, vale a pena recuperar uma passagem do relatório de 1923 de Riedel, enviado à Assistência a Alienados, no qual o psiquiatra manifesta claramente o sentido de regeneração nacional expresso nos ideais de profilaxia mental que lhe eram caros, e que, por certo, eram os que o guiavam quando da fundação da Liga:

"Trata-se de valorizar o homem, mostrando o valor da sua capacidade, porque se o homem é o primeiro patrimônio de uma nação, a sua saúde, isto é, sua capacidade de trabalhar bem, constituem os primeiros cuidados dos responsáveis pela administração pública - robustez e força ao lado de inteligência e educação, já dissera Miguel Couto, preparando o homem para a vida e para a vida da sua Pátria."

"Eugenizar quando possível a família é um dever de boa política. O número de insanos, epiléticos, idiotas, surdos-mudos dentro em pouco ameaçará a saúde pública e a integridade do gênero humano. Por felicidade, alguns cruzamentos normaes amparam contra a destruição do andar progressivo da humanidade. A luta contra a degeneração deve ser systematicamente organizada e só ella constitue de facto a verdadeira religião da humanidade" (44).

Assim, alguma dúvida que são de medidas eugênicas, como saneadores da nacionalidade, que Riedel exige o tempo todo. Onde, então, foi possível verificar um tal alcance de poder dado a Eugenia senão na Alemanha nazista? O que, entretanto,

não nos permite concluir que o psiquiatra brasileiro fosse um defensor, ou mesmo, antecipador, da adoção de medidas eugênicas radicais e francamente racistas do tipo que lá se fortaleceu. O próprio texto denuncia uma certa timidez na pretensão eugênica de Riedel, expressa no titubeante eugenizar "quando possível" a família, além de contar com a presença do imponderável agindo (favoravelmente) na natureza, isto é, com a "felicidade" de alguns cruzamentos positivos. Todavia, a exigência de uma organização sistemática contra a degeneração, leia-se cruzada eugênica, está lá presente e apenas isso poderá impedir, segundo ele, a desintegração do gênero humano, garantindo, por sua vez, a presença de um novo homem preparado para a "vida e para a vida de sua pátria". Nesse caso, então, certas semelhanças devem ser apontadas. Compare-se, por exemplo, a exaltação de Riedel do homem, "primeiro patrimônio da Nação" e de sua saúde "isto é, sua capacidade de trabalhar" como primaciais cuidados de qualquer país que queira prosperar e por isso "a luta contra a degeneração [desse homem] (...) constitue de facto a verdadeira religião da humanidade", com as impressões, amplamente favoráveis, de Cunha Lopes sobre o papel reservado ao homem na Alemanha, citado páginas antes. Lembremos que, para Lopes, o Estado Alemão, através de exemplar assistência à saúde, como diz, "baseado nos modernos preceitos de higiene" (leia-se, por certo, bastante eugenia), destacava-se por valorizar o homem "qualitativa e quantitativamente" enquanto "precioso capital" da Nação, e que por isso, buscava

"inteligentemente aumentar" (45). Ora, certas identificações são gritantes. Ocorre porém, que o texto de Riedel é de 1923 e o de Lopes de 1935. O primeiro se localiza nos primórdios do movimento eugênico e o último de um momento em que esse movimento, particularmente dentro da instituição, já havia ganho fortes cores radicais. Isso inclusive nos leva a sugerir que a transformação do ideal eugênico da Liga já estava seguramente anunciado como possibilidade, isto é, podia ser identificado em condições larvares, desde o seu momento inaugural, o que não quer dizer que seu rumo preciso estivesse determinado e muito menos que a forma concreta assumida na Alemanha estava destinada a servir de exemplo. Aliás, como veremos no capítulo seguinte, o tipo de saneamento racial em sentido preponderantemente étnico adotado pelo eugenismo alemão, não encontrou, na integralidade das suas proposições, defensores escancarados no Brasil.

Sendo assim, é lícito propor que a psiquiatria alemã encanta porque é aquela que, aos olhos de sua congênere brasileira, e isto parece-lhes suficiente, se assume integralmente, e é assumida pelo poder nazista, enquanto "questão de Estado", tema de máxima segurança nacional ligado a redenção (moral e racial) do país. Por certo que haviam filiações teóricas antigas pesando. Remonta aos próceres da psiquiatria nacional como Juliano Moreira e Afrânio Peixoto, em sua admiração pelo alemão Kraeppellin, desde a virada do século no Rio de Janeiro e a Franco da Rocha na mesma época

em São Paulo (46). Entretanto, não se deve subestimar a larga influência francesa exercida no Brasil, da qual a psiquiatria certamente não era exceção. O próprio Riedel no relatório supra refere-se a influência do francês Toulouse "cujo nome exprime a synthese do que se pretende realizar entre nós" (47). Note-se também que em 1925, terceiro ano de funcionamento da Liga, dos 7 nomes propostos como membros honorários estrangeiros da instituição, 3 eram franceses, 2 americanos, 1 belga e 1 inglês. Nesse momento nenhum alemão mereceu tal deferência (48). Mesmo em 1935, a presença desse país ainda pode ser bastante sentida. Na elaboração de um projeto de lei sobre a assistência a psicopatas no Brasil, da qual participaram os principais psiquiatras vinculados a Liga, é o francês Toulouse que aparece como inspirador central; "Na parte geral tomaram ainda, por orientação as idéias do Professor Toulouse, de Paris, que, ao ver dos autores, nesta hora está para a psychiatria como o Pinel o estava em começos do século passado." (49)

A questão é: por que esse acolhimento crescente, embora não exclusivo, dedicado ao modelo alemão? Consideramos que a melhor resposta para essa indagação, portanto, se encontra no fato de que a psiquiatria alemã, no seu caminhar "nazificante", foi aquela que assumiu integralmente certas pretensões, via eugenia, de controle científico, vale dizer, racional, da sociedade e da raça, ambições antigas (e básicas) da LBHM, jogando, então, definitivamente a medicina mental brasileira em braços germânicos. E mais: teve essa sua

pretensão reconhecida oficialmente pelo Estado Alemão, como atesta o fato de Rudin ter sido escolhido pelo "Ministro do Interior do Reich para consultor official em questões de hygiene racial" (50). Ora, isso era tudo que os psiquiatras nacionais desejavam para si e para sua "ciência". É por isso que consideramos mais correto admitir que o que houve foi, antes, confluência do que propriamente influência. É possível, inclusive, acompanhar passo a passo como se deu essa confluência.

Quando Rudin por ocasião do 1º Congresso Internacional de Higiene Mental em 1931 chama a atenção para o importante papel que estaria reservado à eugenia nos domínios da hygiene mental, a Liga, em nota, comunica, ar sobranceiro, que no seu estatuto "sempre houve menção expressa das directivas eugenéticas sem qualquer limitação" (51).

Também quando aplaudem a iniciativa da "Liga Alemã de Higiene Psíquica" de mudar sua denominação para "Liga Alemã de Higiene Psíquica e Racial", devido à "importância dada as directrizes eugênicas", os psiquiatras deixam claro que se sentem "desvanecidos por terem desde a primeira hora [assinalado] as vantagens de se conjugarem de modo mais íntimo a Higiene Mental e Eugenia" tal qual sua congênere alemã apenas agora reconhecia (52). Do mesmo modo, quando a Liga Alemã, no comunicado supra, põe em relevo o fato do relatório de Rudin ao Congresso de Higiene Mental ter sido o único que abordou o tema da Eugenia, os psiquiatras brasileiros fazem um comentário lembrando que desde antes do

referido Congresso ocorrer, portanto, também antes do relatório de Rudin, já lamentavam, em editorial dos Archivos de 1929, que não se encontrasse "na lista de temas officiaes do certamen (...) nenhum tópico referente aos methodos de defesa eugênica" (53).

Que fique claro: não se trata aqui de querer minimizar a influência do programa psiquiátrico alemão no processo de radicalização eugênica da Liga, tarefa na qual qualquer um que se lançasse estaria fadado ao insucesso. Apenas buscamos chamar a atenção para o fato de que o acolhimento que tal programa passa a receber resulta, para além de uma provável afinidade teórica, dele servir francamente de reforço `a orientações básicas e antigas do programa médico-social da Liga naquilo que ele continha de mais ambicioso: o saneamento social, racial e moral da nação. Acrescente-se a isso o contexto político de crise do liberalismo, no entre-guerras, decididamente favorável a um tipo de intervencionismo praticado pelo Estado em bases francamente totalitárias, na qual a Alemanha nazista encarnou a expressão máxima, e, como vimos, esse modelo de ação estatal tocava fundo a convicção dos psiquiatras da Liga, e o quadro ganha seus contornos definitivos.

Assim, escorados nessa crescente identificação política, alguns psiquiatras brasileiros defendem obstinadamente os postulados da psiquiatria alemã, transformando-a em objeto de fé quase cega. Apenas isso justifica a defesa que Cunha Lopes faz da lei alemã de esterilização, contra os "detractores

impiedosos e farisaicos" que, segundo afirma, teimam em acusá-la de procurar atingir "esta ou aquela etnia".

"Nessa lei nada há sobre a questão étnica propriamente dita. Interessados há que fazem disso propositalmente verdadeiro cavalo de tróia. Outros, por ignorância alimentam indefinidamente a confusão. O decreto cuida sim da raça, porque procura melhorá-la,; mas não visa esta ou aquela etnia" (54).

De modo semelhante, resenhando artigo de um autor alemão sobre esterilização, nos Archivos de outubro/dezembro de 1934, o psiquiatra Gustavo de Resende aproveita para fazer o comentário, numa atitude de franca adoração, de que os "cientistas allemães procuram cercar das maiores cautelas a applicação da famosa lei de esterilização eugênica." (55)

Com muita boa vontade é possível admitir que os autores desconhecessem, tendo em vista que esses textos são de 1934 e Hitler subiu ao poder em janeiro de 1933, os exageros do eugenismo nazista, embora a própria necessidade de defender tal lei não deixe dúvidas quanto a existência de rumores acerca dos seus alcances racistas. Indesculpável, entretanto, é o fato de Cunha Lopes, em artigo mais amplo sobre Higiene Mental no Brasil, datado de 1940, inserir no item que abordava a questão da esterilização, o seu texto integral de 1934, sem reparo algum (56). Ora, em 1940 não há mais como sustentar que o sistema de horror nazista fosse desconhecido, sobretudo de médicos bem informados que liam regularmente em alemão e que por diversas vezes estiveram pessoalmente na Alemanha. Pacheco e Silva, como vimos, em 1936 menciona claramente os objetivos "étnicos e eugênicos" da lei Alemã.

Henrique Roxo, deixa claro também, em relatório de 1942, que a terceira vez que visitou o Instituto de Pesquisas Psiquiátricas de Munique, no ano de 1936, a atmosfera era de desencanto, pois "Hitler na sua obsessão contra a raça judaica exigiu que o prof. Rudin fizesse e mandasse fazer pesquisas nas quais se provasse a inferioridade da raça judaica" (57).

Grave, entretanto, é que o autor dá a entender que o maior problema que advinha dessa atitude de Hitler, devia-se ao fato do capitalista Rockefeller, que através de sua fundação subvencionava o Instituto, ser judeu e a "primeira coisa que fez (...) foi suspender os fundos". Entretanto, Hitler, que dizia que "à ciência nada se pode negar (...) não mandou suprir o dinheiro que a Fundação Rockefeller havia negado". Pelo exposto, tem-se a nítida impressão que problema para Roxo era a ausência de fundos e não a perseguição aos judeus!

Do mesmo modo, são absolutamente estarrecedoras as cifras apresentadas, baseadas em autores alemães, dos contingentes de "anormais que deviam ser privados de descendência no interesse social". Fritz Lenz, professor de Eugenia da Universidade de Munique, por exemplo, estima em mais de 15 milhões o número de esterilizações. Grotgahn, outro eugenista alemão muito citado, avalia em um terço da população alemã da época, em torno de 65 milhões, portanto mais de 20 milhões de esterilizações (58). Causa espanto que essas cifras astronômicas sejam ditas pelos psiquiatras nacionais com tal

naturalidade, vistas mesmo como medida generosa e humanitária. Como escreveu Cunha Lopes, é sobre a "descendência dessa gente que terá seus efeitos a sábia lei de prevenção dos males hereditários" (59). E não se pense tratar de um autor isolado, um germanófilo radical solitário: O "psicanalista" da Liga, Júlio Porto-Carrero, também apresenta essas mesmas cifras, em artigo sobre eugenia, com total isenção de ânimos, indagando ironicamente do "gesto de horror dos misoneístas ante a perspectiva de esterilizar uns 15 milhões de brasileiros e brasileiras" (60).

Convenhamos: encarar a perspectiva de esterilizar uns 15 milhões de brasileiros (que a adoção de uma "sábia lei de prevenção dos males hereditários", como costumavam chamá-la, semelhante à alemã, poderia gerar) como medida benéfica, dá bem mostra do grau de intolerância e de ausência de limites das propostas eugênicas de certos psiquiatras. Assim, não há como admitir que a lei alemã era "rigorosamente técnica" (61) e o que ocorreu na Alemanha foi uma deturpação, "um abuso criminoso e indevido de tais métodos" como quer Pacheco e Silva (62). Os "exageros" e "abusos" estavam de antemão assegurados, posto que era o sentido moral e/ou ético e político dos psiquiatras que se encontrava deturpado, contaminado por idéias obcecadas de seleção das populações, de fundo racial, moral e social, o que pode ser amplamente atestado pelo absurdo de achar natural esterilizar um terço da população de qualquer país.

É espantoso perceber como os psiquiatras, absorvidos por esses ideais de seleção humana, dão a nítida impressão de completa ausência de juízo crítico acerca das implicações concretas de suas propostas. Observe-se, por exemplo, os argumentos de Ernani Lopes, presidente da Liga, a favor da sua tese de retirada de circulação dos "heredo-psicopatas por motivo de ordem eugênica". Desde 1929 esse autor vinha se batendo contra o fato dos alienados, quando deixam de apresentar os distúrbios mentais agudos que justificam sua internação, terem de ganhar a liberdade, posto que não podiam "continuar soffrendo o constrangimento da internação, transformada em sequestro illegal depois da cura". Entretanto, acrescenta Lopes, o dilema do psiquiatra é que ele

"conhece as leis da hereditariedade, applaude os postulados da eugenia restrictiva, que, a pouco e pouco, irá livrando o mundo dos degenerados; Elle sabe, portanto, que assignando a alta, vae concorrer para a procriação de outros seres infelizes, victimas indefesas da terrível herança pathológica. E não pode nestas condições deixar de desejar ardentemente que lhe sejam proporcionado os meios legais de pôr termo ao mal" (63).

Esses meios, então, seriam a esterilização compulsória, que o autor vê com "ceticismo sua aceitação por povos latinos" e por essa razão, principalmente a sequestração eugênica, isto é, a retirada de circulação dos degenerados, cujos argumentos centrais ele irá sistematizar em outro texto seu, por nós já citado, de 1934 (64). Todavia, causa verdadeiro assombro a avaliação que o psiquiatra faz dessa

sua pregação pela "alta tardia" ou retirada de circulação dos "heredo-psicopathas", sempre por nobres motivos de ordem eugênica:

"Mas sem dúvida, a preocupação eugenizante tem ganho considerável terreno em toda parte e por isso acreditamos seja bem acolhido, em nosso meio, as iniciativas em prol do aperfeiçoamento da raça que não recorram, por princípio, a medidas excepcionaes de coação" (65). (grifo nosso).

Quer dizer: retirar indefinidamente de circulação indivíduos considerados, apenas pelo olhar psiquiátrico, como degenerados, por uma suposta lei de herança, e isto não significar nenhuma "medida excepcional de coação" é de uma incompreensão à toda prova quanto aos efeitos da sua própria ação.

O que se percebe, então, é que em nome da religião da eugenia, todo barbarismo passa a ser justificado, numa verdadeira "homenagem prestada à lei da selva" na feliz expressão do historiador (66). Com efeito, há como que uma fanatização das proposições eugênicas de vários psiquiatras da Liga, que passam a dominar a instituição, sinalizando uma radicalização dessas idéias que parecem movidas por um sentimento que muito tranquilamente poderia ser qualificado de religioso, não fossem eles convencidíssimos do seu pertencimento científico. Por isso é comum ouvi-los falar em "objetivos sagrados da eugenia", "cruzada eugênica", etc. Essa mistificação da Eugenia, levou, inclusive, o pensador católico, Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, a ter a seguinte percepção dos eugenistas:

"O que eu desejo portanto acentuar é que, em todos os eugenistas modernos que procuram do problema eugênico uma visão não apenas médica ou política, mas filosófica, o que encontramos é sempre a eugenia não mais como ciência, mas como religião. Já não há mais o estudo da eugenia, mas o culto da eugenia" (67).

Outra medida também bastante difundida como forma de selecionar a descendência das populações é o exame pré-nupcial. Do mesmo modo que a esterilização haviam muitas resistências à sua aplicação no Brasil. Entretanto, Renato Kehl, já no primeiro encontro da Sociedade Eugênica de São Paulo, havia introduzido o tema (68). Mesmo assim esta instituição ainda dedicará grande parte do seu tempo debatendo a questão do casamento consanguíneo (69). Na Liga Brasileira de Higiene Mental, nos números iniciais de sua revista pelo menos, esse é um tema pouco presente nos vários textos que discutem a higiene mental de maneira ampla. Uma fala genérica aqui, pregando a "necessidade de agitar sua regulamentação" (70) ou atentar para a "seleção dos procreadores humanos" (71). O neuro-psiquiatra Faustino Esposel foi um que explicitamente fez referência a medida, em artigo publicado no número 1 dos Archivos, que retoma idéias suas apresentadas numa das primeiras sessões de organização da instituição. Assim, procurando expor seus pontos de vista acerca do programa mais geral de Higiene Mental que caberia à Liga desenvolver, observa:

"Tomadas as coisas no tempo, poderia incluir a Liga de Higiene Mental pugnar com mais

vehemencia pela incapacidade matrimonial dos degenerados, dos oligophrenicos depois de certo grão, dos doentes mentaes, mesmo daquelles, que percorrem período remissivo mas nos quaes uma nova crise da doença é previsível, e sobretudo dos que manifestam doenças cuja herança é conhecida e conduz à formação de famílias desequilibradas." (72)

Além disso, é possível encontrar referências que afirmam ter a instituição dado início, em 1925, a um consultório de aconselhamento pré-nupcial que, todavia, teria durado muito pouco (73). No Congresso de Higiene de Belo Horizonte (1924), aparecem também referências à aprovação, por sugestão do relator oficial do Congresso, e dentre várias outras relacionadas à higiene mental, de uma proposta que exigia o atestado de saúde "como elemento preliminar para a celebração dos casamentos" (74). Foi entendida, por Ernani Lopes, como um êxito da representação da Liga naquele evento científico (75). Entretanto, de forma geral, novamente a questão era percebida como esbarrando em objeções decorrentes de uma "multiplicidade de preconceitos sociais" (76). Em 1926, porém, esse debate parece ganhar fôlego novo. É realizado um inquérito por parte do jornal O Globo, com personalidades de destaque do meio médico, visando recolher opiniões sobre o tema, o que permitiu, segundo Kehl, que o assunto "ficasse em foco por várias semanas, apaixonando a opinião dos cientistas e do grande público" (77). No ano seguinte surge na Câmara dos Deputados um projeto do parlamentar e médico, Amaury de Medeiros, tratando de regulamentar o exame pré-nupcial, porém de forma facultativa, segundo alguns

psiquiatras, pelo "temor da inexecutabilidade de uma lei taxativa", que mesmo assim não logrou obter êxito (78).

Curiosamente a virada dos anos 30 não sinalizou, pelo menos no interior da LBHM, uma intensificação significativa dessa campanha, como seria possível prever, tendo em vista que essa medida, tanto quanto a esterilização, era vista como necessitando do concurso de um outro tipo de Estado, como o que os psiquiatras identificavam no pós 30, mais disposto a intervenções racionalizadoras no corpo social. O médico Fernando Magalhães, presidente de honra da Liga e um dos consultados no citado inquérito realizado pelo O Globo, por exemplo, assim se pronunciara sobre o assunto:

"Em resumo: existe ou não existe defeza social. O que não se pode é comprehendel-a dentro de um individualismo prejudicial a collectividade e ao futuro do paiz. Se o Estado é chamado a defender a comunhão, tem o dever de intervir sob o ponto de vista sanitário na questão do casamento, sob pena de facilitar com sua indiferença a degeneração da raça e difficultar, consequentemente, o engrandecimento do paiz sob todos os aspectos." (79)

Tais são os dados do problema para Magalhães: ou o Estado intervinha favoravelmente na questão ou sua displicência resultaria no abastardamento da raça, podendo, então, comprometer seriamente os destinos do país. Aqui, certamente, não se trata de um pensamento isolado. Inúmeros são os psiquiatras e médicos que partilham desse mesmo diagnóstico, cuja solução recai frequentemente na ação interventora do Estado.

Assim, obedecendo a mesma ordem de influências contidas na conjuntura da virada dos anos 30 (Congresso de Eugenia, presença da psiquiatria higiênica alemã, Estado mais intervencionista), nada mais coerente do que supor, a partir deste momento, uma postura ofensiva dos defensores do exame pré-nupcial obrigatório na Liga. Sobretudo por se tratar de uma medida que vinha sendo debatida há algum tempo e que era tida, por muitos, como "pacífica e humanitária", além de já ter havido até projetos legais que regulamentavam a matéria, ainda que facultativamente. Nesse caso, era uma medida que se apresentava com muito maiores chances de êxito. Entretanto, a intensificação de sua campanha não parece ter ocorrido, notadamente no interior da Liga. Pelo menos não na intensidade que se poderia esperar, dada as condições supostamente favoráveis ao seu incremento. O que não quer dizer que o exame pré-nupcial deixasse de ter uma função eugênica importante na LBHM, tanto que na Campanha pró-higiene mental de 1934, o dinheiro arrecadado serviria para custear serviços antigos da instituição e também inaugurar dois novos sendo a criação de um "consultório pré-nupcial" uma das possibilidades. O que está se afirmando, então, é apenas que não se verificou uma intensificação significativa da campanha pela sua adoção obrigatória, regulamentada pelo Estado, quando as condições estavam, na visão dos psiquiatras, aparentemente favoráveis a uma ampla investida nessa direção. Cabe salientar rapidamente, porém, que a observância desse fato, isto é, a não intensificação da

campanha pró-exame obrigatório na LBHM, por si só, é insuficiente para desmontar a afirmativa mais geral de que a virada dos anos 30 representou um acirramento do debate eugênico na instituição, em termos mais radicais, afirmativa que continuamos sustentando, se pensada de modo amplo, e que os dados documentais tem esclarecido à exaustão.

O que teria havido, então? Resistência da Igreja? Por certo que sim. Contudo a esterilização também sofria as mesmas resistências, senão maiores, e os psiquiatras não se intimidaram diante deste fato. Do nosso ponto de vista, três ordens de fatores relacionados podem ter colaborado para deter o ímpeto psiquiátrico em favor do exame pré-nupcial obrigatório: a) possivelmente um encantamento maior por certas medidas de eugenia restritiva, como a esterilização, que empolgava preferencialmente os psiquiatras por se supor mais eficiente e realizável, comparativamente ao exame pré-nupcial (realizável não no sentido de aceitação da sociedade, que não o era, porém no de controle prático da medida pelos psiquiatras); b) implicado com essa primeira, pode se levantar o fato do exame pré-nupcial ser visto como contando com uma corte de defensores já bastante ampla, sobretudo de médicos em geral, o que não ocorria, por exemplo, com a esterilização e a segregação eugênica, que encontravam seus adeptos nos domínios bem mais restritos da psiquiatria. Daí a necessidade de um maior empenho dos psiquiatras em direção a essas medidas, deixando o exame médico pré-nupcial um pouco de lado; c) e sobretudo uma certa discordância quanto à

viabilidade do exame pré-nupcial obrigatório, isto é, quanto à exequibilidade de sua adoção compulsória:

"Em regra, há concordância sobre as vantagens do exame pré-nupcial, nem todos porém desejando o obrigatório" (80).

No cerne dessa discordância, se situa, pois, o debate sobre a eficácia dessa medida posta em termos de prática legal impositiva. Para alguns esse não parecia ser o melhor caminho que passava, antes, por um eficiente trabalho de propaganda educativa. É o caso, por exemplo, do psiquiatra Julio Porto-Carrero. Acompanhando seus argumentos em texto apresentado no Congresso de Eugenia de 1929 e publicado somente no número de setembro de 1934 dos *Archivos* (aliás foi o primeiro artigo exclusivamente dedicado ao tema na revista o que é sintomático de um certo descaso), é possível perceber que, em linhas gerais, ele segue passo a passo as diretrizes eugênicas que justificam essa medida de forma compulsória, só que, curiosamente, acaba por se opor a ela, concluindo que não se deve "apavorar o público com legislações draconianas" (81). Com efeito, do mesmo modo que aqueles que a defendem como medida obrigatória, o autor considera que a espécie humana seria a única que dominada por preconceitos e sentimentalismo, filantropia contra-seletiva no dizer dos eugenistas, poria impecilhos a uma procriação selecionada de seus melhores elementos, evitando assim que a raça pudesse se apurar. Criadores de animais, diz o psiquiatra, realizam-na em seus rebanhos, sem problema algum, colhendo resultados

amplamente satisfatórios. Clama, então pela presença racionalizadora do Estado:

"Urgiria, pois, que o Estado providência assumisse o encargo de prôver o bom resultado das uniões reprodutoras na espécie humana, tal como o faz a respeito dos animais de corte. Para esse fim, o meio que mais rapidamente ocorre é o do exame médico pré-nupcial, por forma a assegurar a perfeita validade da progenie" (82).

Retoma, em seguida, o argumento anti-liberal de que em "sociedade todas as diretrizes individuais são restrictas ante o direito colectivo, e a ninguém cabe o direito de contaminar" com o objetivo de combater os opositores da medida. Segundo afirma, estes se prendem aos ultrapassados preceitos da liberdade individual, concluindo que, em virtude da orientação coletivista do mundo moderno, qualquer preceito individualista "rue pela base". Todavia, inesperadamente, depois de se valer desses argumentos, cujo roteiro é facilmente reconhecível e que dão a nítida impressão de que a defenderá como medida compulsória, acaba por concluir pela ineficiência da obrigatoriedade. Se baseia na convicção de que a ciência é muito incerta acerca da transmissão hereditária de certas doenças:

"É preciso termos a coragem de declarar que ainda mesmo optimamente aparelhada, a Medicina ainda não está capaz de resolver o problema" (83).

Isso pode levar a um descrédito dessa ciência que não pode "prometter mais do que o muito que pode dar". Além disso, e aí colocando-se a questão da eficiência e do controle prático da medida, haveria o problema daqueles que

sendo "fruto de uniões ilegítimas" ficariam fora do alcance da lei. Defende, assim a educação como melhor forma de por em ação os objetivos eugênicos do exame pré-nupcial:

"A consciência sanitária popular forma-se no berço e no jardim de infância. A educação das massas será tarefa suave, quando eles todos hajam passado pela escola. Então seria mais fácil fazer a propaganda do exame médico anual, da consulta pré-nupcial, do tratamento das grandes doenças transmissíveis." (84)

Entretanto, e nesse caso corroborando a idéia de uma certa preferência pela prática esterilizadora, esse autor que reconhece a insuficiência do conhecimento da medicina para se decidir com precisão sobre determinadas interdições ao casamento, é adepto do abortamento por motivo eugênico e da "esterilização dos incapazes", medidas, aliás, que ele reconhece bem mais coercitivas, nas quais inclui entre os fatores que as justificam, sobretudo a última, o "crime, o alcoolismo, as doenças mentais, a tuberculose, a inferioridade física" (85). Discutindo a questão do aborto eugênico, por exemplo, Porto-Carrero acusa os opositores da medida de se valerem, dentre outros argumentos, de um que define como "ingênuo", que postula que "nada se sabe sobre a hereditariedade". E arremata:

"Não pudemos deixar de convir, ante esse argumento; no íntimo, concordamos com ele: nem nós nem os nossos admiráveis contraditores sabemos coisa de valor, sobre a hereditariedade; apenas, ha por esse mundo em fora alguns homens que sabem muito, a esse respeito." (86).

E põe se a citar os "argumentos sólidos" dos eugenistas alemães, Fritz Lenz e Grotgahn, os mesmos que queriam

esterilizar um terço da população alemã! Como se vê, dependendo do interesse, o conhecimento dos mecanismos de transmissão das doenças deixa de se pôr como incerteza teórica no horizonte da biologia médica. De certa forma, a defesa dessas medidas duras, explica todo o prolegômeno do eugenismo radical presente em seu artigo. Raciocínio semelhante pode ser observado em Farani. Embora entenda que medidas de restrição matrimonial devem ser sempre consideradas, posto que "todos que aceitam a eugenia lhe são favoráveis", enxerga-a como utopia no momento atual (87). Utopia que, acrescenta o médico, decorre principalmente da "dificuldade de execução do exame pré-nupcial e da obediência a sua sanção". Assim torna-se muito difícil que tal lei consiga que seus objetivos sejam cumpridos e, por esse motivo, isto é, sua falta de eficiência, acaba se aproximando da posição de Porto-Carrero, concluindo pelo recurso à ampla divulgação educativa da medida:

"A propaganda por folhetins, conferencias, etc... rigorosamente feita, traria ao povo a persuasão da necessidade d'esta consulta pré-nupcial e orientaria para uma futura seleção dos procreadores." (88)

Lembre-se, porém, que este autor, eugenista de destaque da Liga, era inequivocamente um dos principais defensores da esterilização dentro da instituição, em cujos textos frequentemente se insurge contra as posições da Igreja.

Todavia, essas opiniões acerca da questão não eram partilhadas por diversos outros integrantes da Liga, que a propugnavam como medida taxativa, como a definia Renato Kehl

(89). Pacheco e Silva, por exemplo, considerava que o exame pré-nupcial obrigatório deveria "ser introduzido sem mais delongas" no Brasil, dada sua característica menos radical que a esterilização (90). Também a Dra. Juana Lopes, em extenso artigo sobre o assunto, assim o defendia, combatendo ponto por ponto os argumentos "ceticistas" de Porto Carrero (91). Chega mesmo a propor o exame "pré-noival", para evitar os riscos do "daltonismo mental dos noivos", expresso na sabedoria popular através da sentença "quem o feio ama bonito lhe parece". Através desse exame o especialista poderia "apontar ao candidato quaes as características constitucionais e herodológicas desejáveis ou indesejáveis no seu futuro conjuge" (92). Entretanto, apesar do voto de fé na validade do exame pré-nupcial regulado pelo Estado, presente em quase todo o artigo, a autora ainda carrega algumas dúvidas: "Aliás embora partidária do exame pré-nupcial obrigatório, reconheço que, para começar, seria aconselhável crear os consultórios para exames pré-nupciais facultativos" (93), o que, de certa forma, a aproxima daqueles que ela procura contraditar ao longo do seu texto.

Como se vê, muitas diferenças e hesitações se apresentam na avaliação do problema, o que em boa medida explica o empenho relativo dos integrantes da Liga nesse assunto. A despeito disso os eugenistas logram obter certa vitória nessa matéria: conseguem introduzi-la na Constituição de 1934, através do artigo 145, com o seguinte texto:

"A lei regulará a apresentação pelos nubentes da prova de sanidade física e mental, tendo em atenção as condições regionais do país." (94)

Segundo Pacheco e Silva, sua introdução representou a vitória da tenacidade de seus pares, porquanto foi resultado de um trabalho que demandou esforços consideráveis "dos médicos brasileiros que colaboraram na feitura de nossa Magna Carta" (95). Entretanto, sua regulamentação específica, de forma a atender as condições regionais expressas no texto, parece que nunca foi levada a efeito pelos Estados, embora se tenha informação de uma lei da Câmara Federal nesse sentido que, todavia, não se concretizou ao nível do executivo (96).

Diante dessa "vitória" pouco alentadora, resumida exemplarmente pela sentença popular "ganhou mas não levou", e que de certa forma pode revelar tanto o grau de reação de alguns grupos sociais à sua implementação, sobretudo daqueles ligados a Igreja, quanto a consciência de sua inexecutabilidade prática, muitos psiquiatras sonham resolver o problema, coerentes com suas convicções políticas, apelando para a ação interventora do governo. Particularmente daquele que se instalara após o golpe autoritário de 37, tendo em vista que, como já foi dito, ele agora oferecia a "vantagem de simplificar a organização das leis".

Assim, no número único dos Archivos de 1938, esse alvitre é lembrado, sendo feita a sugestão de que o "Presidente da República decrete a obrigatoriedade do exame pré-nupcial, a exemplo do que já há na Argentina", seguido de uma avalanche de outras recomendações médico-sociais (97). Em 1940 o tema

reaparece nas páginas da revista e Roxo, então presidente da Instituição, volta a insistir na sua regulamentação, retomando o argumento, na melhor exaltação autoritária, de que no Brasil não há,

"momento mais oportuno para que se formule uma lei a respeito do Exame pré-nupcial. O governo não carece da intervenção das Camaras para a elaboração das suas leis. Pode fazê-lo por uma deliberação individual." (98)

Aliás, retomando o debate do contexto Constituinte de 33, há evidências de que esse evento importante da política nacional, representou um momento de afirmação das proposições eugênicas. Resultou numa Constituição que, de certa forma, consagrou algumas medidas de teor eugênico, como o citado artigo do exame pré-nupcial, além de outros imbuídos desse mesmo espírito. Para Kehl essas iniciativas incluíam, curiosamente, até uma série de medidas sociais de proteção ao trabalhador como: salário mínimo, jornada de oito horas, proibição de trabalho para menores de 14 anos, amparo à maternidade e à infância (99). Também a nova lei de imigração com a fixação de cotas por nacionalidade foi recebida com entusiasmo(100). Mas foi sobretudo o exposto no artigo 138 da Carta de 34, que consagrava textualmente o estímulo a educação eugênica que foi visto como de finalidades "mais altas para a recuperação eugênica dos povos". O texto é o que se segue:

"Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos da lei respectivas:
a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;

b) estimular a educação eugênica; c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a mortalidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação de doenças transmissíveis; g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais." (101)

Nesse ponto, algumas observações: o que a primeira vista pode ser identificado como um auspicioso êxito dos eugenistas brasileiros, "motivo de júbilo" segundo Kehl, embora se saiba que a simples inclusão textual da matéria não represente garantia alguma de sua implementação (vide o caso do exame pré-nupcial) (102), se lido de modo criterioso pode revelar diferentes intenções do legislador, e que, pelo menos para a vertente radical que a LBHM e Kehl representavam, pode não ser motivo de tanto júbilo assim. Com efeito, como chama a atenção Werneck Vianna, é possível observar aí, a par com os postulados manifestamente eugênicos, uma evidente intenção pró-natalista da Carta em questão, expresso no citado artigo 138 e em outros pontos da mesma (o que não quer dizer que fosse a intenção primordial e exclusiva do legislador, e também que na prática tenha produzido efeitos positivos de incremento populacional), cuja responsabilidade pode ser atribuída muito a influência da Igreja, como dos setores ligados à modernização urbano industrial interessados no controle e aumento da oferta de mão-de-obra (103). Entretanto, com essa intenção, nunca aos médicos e/ou psiquiatras eugenistas, notadamente aos identificados com o

programa radical da Liga que, em grande parte, se opunham as teses populacionistas. De fato, os integrantes da Liga, na sua maioria, debatiam-se ferreamente contra a idéia de um aumento indiscriminado da procriação, o que não quer dizer que se posicionassem dentro de uma lógica neo-malthusiana estrita, como diziam, "sem critério nem indicação":

"É necessário, não ha duvida, educar a humanidade afim de que cumpra seu dever prolífico, em numero adequado de indivíduos sãos, physica e moralmente. Ha hoje em dia, ninguém o contesta abuso inconcebível na limitação da prole desejável. Mas de tal não se infere que ,para compensal-o se deva permittir ou aconselhar fecundação demasiada dos deserddados da sorte, povoando o mundo com productos satisfactoriamente quantitativos, mas cuja qualidade desmereça." (104)

E acrescenta: "A eugenia não protesta contra a quantidade, ao contrário, mas ella pede uma quantidade qualitativamente aproveitável. Assim é que deve ser encarada a questão." (105)

Baseado em raciocínio idêntico, Renato Kehl chega a identificar 2 correntes que se debatem em torno do tema da natalidade: a dos homens de Estado, procriacionistas, que desejam "obter indivíduos de qualquer espécie desde que sirvam para pegar em armas"; e a dos "sociólogos e eugenistas" que desejam a "restricção dos infra-homens e o augmento dos indivíduos somato e psychiamente bem dotados." (106).

Por trás dessa disputa, diziam, se situava o receio do despovoamento existente em certos países, nos casos em que a fecundidade se mostrasse baixa, notadamente a França, cujo

risco se agravava no contexto da lógica militarista e expansionista do nacionalismo de entre guerras. Como sintetizou o eugenista, a "França, em que todos e mesmo o cientista, discutem a diminuição da natalidade (...) não escondem o receio da prolificidade Alemã" (107).

No caso brasileiro, o interesse pró-natalidade parece se orientar por razões variadas: motivos materiais imediatos ligados a reprodução e controle da força de trabalho urbana; também pressão da Igreja cuja "concepção de mundo", essencialmente estruturada segundo os valores tradicionais da família e do casamento, se posiciona frontalmente contra o divórcio, aborto, controle matrimonial via exame pré-nupcial (apenas aparentemente vitoriosa na carta de 34), esterilização, enfim, tudo aquilo que sinalize para um possível controle e limitação dos nascimentos (sendo a Igreja, por isso, uma das maiores adversárias de diversas teses da Liga); e por último, decorrência de uma, chamemos assim, "política de povoamento", cujas motivações centrais podem ser buscadas não apenas em interesses econômicos e demográficos de preenchimento dos vazios territoriais, mas também orientada por uma lógica profundamente simbólica de valorização daquilo que era tido, humana e geograficamente, como nacional, que ganha força no pós 30, e cujo objetivo era construir, doravante, um sentimento comum de brasilidade. Principalmente durante o Estado Novo essa equação simbólica povoamento/exaltação da nacionalidade e/ou brasilidade se impõe, temperada ainda mais pelos ingredientes mitificadores

da construção da figura de Vargas como "grande e indiscutível líder nacional" (108).

Enfim, quaisquer que sejam as razões nenhuma delas combina com o argumento eugênico de predomínio do critério "qualitativo" ante o "quantitativo", inevitavelmente anti-demográfico, e nesse caso, na contramão das expectativas pró-natalistas da Constituição de 34, bem como da conjuntura política nacional mais ampla.

Essa assincronia inclusive não passou despercebida para o presidente da Liga, Ernani Lopes, que reconhece o caráter anti-natalista das medidas de eugenia restritiva, o que o leva, então, a propor "providências de grande alcance" em termos de incentivo populacional:

"De facto a adopção de medidas de eugenia restrictiva por nós preconizada, evidentemente acarretaria uma diminuição da natalidade. Seria o predomínio do critério qualitativo o que não deixa de ser recomendável. Mas num paiz novo e despovoado como o Brasil é natural que não se despreze o factor demographico quantitativo e por isso lembramos aqui fosse por igual posta em pratica providencias de grande alcance sob o duplo aspecto da eugenia e do povoamento" (109).

Sugere, para tanto, o que os "autores allemães englobam sob a denominação de reforma eugênica dos salários" e dentre estas, o chamado "seguro de paternidade" concebido pelo "illustre sociologo" professo Grotgahn de Berlim. Trata-se de uma caixa de seguro com capital proveniente da contribuição de solteiros (3/4), de casais com um filho (1/2) e 2 filhos (1/4). A partir do 4º filho, porém, os pais é que começam a

receber uma pensão, mantida até o 18º ano de vida do filho, ou em alguns casos, até o 24º ano. E mais adiante conclui:

"Ora, bem. Organizado que seja esse novo instituto, por certo como departamento do Ministério do Trabalho, não é natural que todos os casos litigiosos tenham de ser solucionados pelo Tribunal de Eugenia, uma vez que de eugenia se trata, embora na apparencia não se vise senão o estímulo ao povoamento? (Em rigor, por certo, não somente os casos litigiosos deveriam ser examinados sob o ponto de vista eugenico, mas sim, todos os casos em que se cogitasse de procreação)" (110).

Quanto ao citado Tribunal de Eugenia, esclarece, páginas antes, que seria organizado, à semelhança dos "Tribunaes Sanitários de Hereditariedade" existentes na Alemanha, tendo "consultores especializados em questões herodológicas e destinando-se a solver problemas eugenicos de varia indole como sejam os de natureza economica." (111)

Aqui, a admiração é velha conhecida: mais uma vez a bússola que norteia a busca de solução para os males identificados pelos psiquiatras da Liga, provém do eugenismo radical alemão, o que apenas reforça a tese de um vínculo crescente com essa psiquiatria e, de certa forma, com o próprio sistema político ali vigente. Nesse aspecto, portanto, nada a acrescentar. Assim, o que importa chamar a atenção no discurso de Lopes, é a tentativa de criar dispositivos que unam em aliança os propósitos regeneradores da eugenia e as estratégias, econômicas, políticas e simbólicas de povoamento do território nacional, do novo regime. Apenas dessa forma, parece perceber o psiquiatra, seria possível cerzir em harmonia princípios eugênicos

restritivos e as novas diretrizes ideológicas de grandeza nacional do Estado brasileiro do pós-30. De qualquer modo, uma coisa é certa: é cristalina a intenção do autor de sugerir medidas que supram as lacunas anti-natalistas do eugenismo restritivo.

Assim, recolocando o foco de observação para a análise acerca das determinações eugênicas constantes da Carta de 34, é possível concluir que o tal motivo de júbilo a que se refere Kehl deve ser, no mínimo, posto entre aspas. A despeito disso, parece lícito apontar um certo fortalecimento da psiquiatria higiênica nacional no que diz respeito aos intuitos estritos da higiene mental. Pelo menos em termos de reconhecimento legal (cujas limitações na prática, sabemos, podem ser muitas). Além da menção expressa na Constituição (alínea g do artigo 138), o decreto nº 24.559 de 03 de julho de 1934 que dispõe sobre profilaxia mental, inclui a Liga Brasileira de Higiene Mental, através da figura de seu presidente, entre as instituições que irão compor um "Conselho de Proteção aos Psicopatas", de aproximadamente 15 membros, criado pelo referido decreto (112). Afirma também, de forma decidida os princípios da profilaxia mental, quando promove o "estudo das causas destas doenças [doenças nervosas] no Brasil" e organiza um "centro especializado de vulgarização e aplicação dos preceitos de higiene preventiva" (113). E mais: no parágrafo primeiro do artigo 25, define que o governo providenciará para que sejam "submetidos a exame de sanidade os estrangeiros que se destinem a qualquer parte do

território nacional", sendo que, neste caso, o exame deverá precisar o "estado neuro mental do requerente". E no parágrafo 2º afirma: "Os portadores de qualquer doença mental ou nervosa, congênita ou adquirida, não sendo casados com brasileiros natos ou não tendo filhos no Brasil poderão ser repatriados mediante acôrdo com os governos dos respectivos países de origem" (114). Ora, esse objetivo era uma aspiração básica da psiquiatria e da LBHM. Intervir na questão imigratória, procurando selecionar, médica e eugenicamente, as populações que para cá se dirigiam. Entretanto, fora do papel parece que a questão não avançou muito, tendo em vista os reclamos do presidente da Liga, em 1938, de que no "Serviço Médico dos Portos não há uma organização especializada em psiquiatria", o que, mais uma vez, o levava a "pleitear junto do governo por uma legislação do assunto"(115).

Aliás, a insistência em reivindicar junto ao poder público atenção aos seus programas de eugenia e higiene mental, parece ser uma espécie de sina - ou vício, para ficarmos na familiaridade das expressões psiquiátricas - da LBHM. Nesse mesmo número dos Archivos - o primeiro em circulação após o golpe do Estado Novo - e no mesmo artigo citado, espécie de editorial, são arroladas uma dezena de reivindicações de caráter médico-social feitas ao governo (117). Isso depois de serem todas discutidas ao longo das dez páginas desse texto. Certamente que esse ímpeto reivindicador está relacionado com a entrada em cena do novo governo que,

para os psiquiatras, como já se disse algumas vezes, oferecia a "vantagem de simplificar as leis".

Entretanto, tenham sido tais reivindicações atendidas ou não, uma constatação que se pode fazer é que dos anos 38/39 em diante - embora os Archivos mantenham sua circulação até 1947 e, portanto, pelo menos até essa data a Liga continuasse atuando - ocorreu um inegável processo de declínio da instituição, particularmente se comparado ao entusiasmo que se podia notar desde sua fundação até os anos 34/35. Apesar de frequentemente reclamarem falta de atenção - apoio financeiro sobretudo - a grandiloquência do seu discurso e iniciativas, característicos dessa fase inicial, contrasta vivamente com o do final dos anos 30 sobretudo 40. Basta ver que, nesse "2º" período, suas atividades de propaganda se concentraram praticamente no combate ao alcoolismo, podendo ser observado isso pelo conteúdo dos (esparcos) Archivos dos anos 38 em diante, alguns quase integralmente dedicados ao tema.

Diante desse quadro, fica a questão: qual terá sido o destino dos programas de eugenia e higiene mental da Liga? Estaria esse processo de acentuado declínio da instituição a indicar uma superação das suas propostas ou, pelo, contrário, apontam sua incorporação às políticas implementadas pelo Estado? De acordo com Cunha, em seu estudo sobre o tema, teria havido muito mais incorporação, concretização de certas propostas que ganhariam "novo espaço de intervenção no interior do aparelho do Estado" (embora esteja se referindo

muito ao aso da Liga Paulista de Higiene Mental) (118). Por isso, acrescenta a historiadora, os anos 30 teriam assinalado o "momento em que se pode falar pela primeira vez na história brasileira, em políticas de saúde mental". Além disso, tanto o tema dos cuidados materno-infantis - através da criação em 1937 da Divisão de Amparo a Maternidade e Infância - quanto o da questão imigratória - por intermédio do Conselho de Imigração e Colonização (CIC) criado em 1938 - dois temas caros à Liga, foram claramente transformados em políticas de governo. O que não quer dizer que tenham sido implementados seguindo prontamente as diretrizes defendidas pela instituição.

Por outro lado, a própria dedicação quase exclusiva, em seus anos finais, em torno do combate ao alcoolismo, estaria a indicar que outros temas antes caros ao seu ideário, por isso anteriormente constando com frequência na sua revista, eram agora de alçada do Estado e não de instituições particulares. Sendo assim, nada daquele entusiasmo, daqueles discursos hiperbólicos que anunciavam amplamente qualquer aceno do governo na direção das suas propostas, se podem notar. Entretanto, se de fato alguns dos projetos da Liga (mas não só dela) viraram políticas públicas, "amornando" a instituição mas ao mesmo tempo consagrando certo êxito, àquelas medidas de eugenia mais radical evidenciadas nos anos 30 em diante, efetivamente não foram concretizadas. Esterilização, obrigatoriedade do exame pré-nupcial, segregação compulsória, sem falar nas medidas de

proibicionismo alcoólico mais severo, nunca viraram políticas públicas oficiais. Curiosamente - excetuando-se o caso notório do anti-alcoolismo e de um ou outro aceno para o exame pré-nupcial - esses temas deixaram de frequentar as páginas da revista da instituição. Mudança de orientação da Liga ou inconveniência política? Eis uma outra pergunta que se pode fazer. Nesse caso, nossa sugestão é de que esses temas podem ter perdido fôlego à medida que a truculência do eugenismo nazista foi se tornando mais conhecida e, de certa forma, condenada. Assim, talvez pudesse ter ficado difícil continuar defendendo, pelo menos publicamente e com o mesmo ardor, certas medidas radicais, apesar da simpatia notória de muitos psiquiatras por elas e também de alguns integrantes do governo, não digo necessariamente pela eugenia, mas pelo sistema político do eixo nazi-fascista. Lembremos que, segundo Carneiro, a política imigratória do Estado Novo que claramente visava restringir a entrada de judeus no país, era implementada na forma de circulares secretas com o objetivo de não interferir nas relações político-ideológicas do Brasil fundamentalmente com os Estados Unidos(118). Sobretudo ^{após a} entrada do Brasil na Guerra em 1942, do lado contrário ao da Alemanha, pode ter tornado a divulgação de certos temas eugênicos cada vez mais problemático.

Concluindo: embora não se possa considerar de forma alguma que as teses da LBHM tenham sido definitivamente acolhidas pelo Estado, sobretudo seus postulados de eugenia restritiva radical, parte do seu programa médico-social vinha

sendo incorporado, tirando muito da razão de ser da instituição.

NOTAS

1. KEHL, Renato. "As neuroses dos forçados de castidade". In: ABHM, Ano II, nº 2, abril-junho de 1934, pp. 109-110.
2. FARANI, Alberto. "Como evitar as proles degeneradas". In: ABHM, Ano IV, nº 3, julho-outubro, 1931, p.169.
3. "A Contribuição da Hygiene Mental no 2º Congresso Brasileiro de Hygiene". In: ABHM, Ano I, nº 1, março 1925, p. 194.
4. CALDAS, Mirandolino. "O Congresso de Hygiene Mental e a Eugenia" - Editorial. In: ABHM, Ano III, nº 2, fevereiro de 1930. p.36.
5. Ver a este respeito: VILLENA, Cynthia Pereira de Souza. Família, mulher e prole: a doutrina social da Igreja e - política social do Estado Novo, Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Educação da USP, SP, 1988. Particularmente o Capítulo III, intitulado o "Exame pré-nupcial como elemento de eugeniação da Sociedade Brasileira".
6. Kehl inicia o seu artigo dizendo: "Ha rijos preconceitos que desafiam a ponderação como as pyramides pharaonicas resistem à depredações do tempo. Nada mais difícil do que vencer idéas amoldadas, pela rotina do tempo, do habito e da sugestão do ouvir dizer. Quando se levanta a hypothese ou se suggere a necessidade de revogar um princípio tradicional, substituindo-o por outro moderno, consentâneo com o progresso da época, trovejam, por parte de indifferentes, signaes de descrença ou de pouco caso". E ai passa a falar do exame pré-nupcial e sobretudo da esterilização. KEHL, Renato. "A esterilização dos grandes degenerados e criminosos". In: ABHM, Ano I, nº 2, dezembro 1925. pp. 69-73.
7. LOPES, Ernani. "A Alta Tardia dos Heredo-psychopatas por motivos de ordem eugênica". In: ABHM, Ano VI, nº 4, outubro-dezembro de 1934, p.279.
8. "Resenhas e Analyses", In: ABHM, ano VII, nº04, out.-dez. de 1934, pp. 345-348.
9. "Actas e Trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental - Reunião da Seção de Cirurgia e Systema Nervoso". In: ABHM, Ano III, nº 4, abril 1930, p.110.
10. FARANI, Alberto. op. cit. pp. 171-172.

11. STEPAN, Nancy, *op. cit.* pp. 367-368. Entretanto, como a autora esclarece, Kehl nunca abandonou completamente sua confiança no lamarckismo, embora o tenha modificado em muitos aspectos. Por isso dizemos que ele apenas se "aproximava de uma concepção mendeliana". A expressão "concepção mendeliana" diz respeito às leis da hereditariedade elaboradas pelo monge Johan Gregor Mendel, em 1865, considerado o fundador da genética, que mostrou que a hereditariedade se transmitia através de partículas elementares, unidades vivas conhecidas com o nome de genes. Todavia, seus trabalhos só foram reconhecidos, aliás costuma-se dizer "redescobertos", durante os anos posteriores a 1900. Ver: DUNN, L.C. "Raça e Biologia". In: Raça e Ciência II, Ed. Perspectiva, SP, pp. 7-56. Mesmo assim como adverte Stepan, "el redescubrimiento del trabajo de Mendel, em 1900, no aclaró de inmediato el asunto" havendo dúvidas, por exemplo, sobre o impacto "de las enfermedades venéreas de los ascendientes en la descendência, isto é, se havia, ou não, uma "condición hereditico-sifilítica", questão na qual a maioria dos médicos franceses, adeptos das concepções lamarckianas, responderiam positivamente.
12. RIEDEL, Gustavo. "O Dispensário psiquiátrico como elemento de Educação eugênica". In: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia. Actas e Trabalhos, Rio, 1929, p. 307.
13. O "1º Congresso Brasileiro de Eugenia" foi um dos congressos organizados em comemoração ao Centenário da Academia Nacional de Medicina. Reunido no Rio de Janeiro entre 01 e 07 de julho de 1929 teve como presidente o antropólogo Roquette Pinto e secretário geral, Renato Kehl.
14. "Actas do Congresso de Eugenia". In: *op. cit.* p.13.
15. O Boletim de Eugenia começou a circular em janeiro de 1929, sendo Renato Kehl seu diretor e proprietário. KEHL, Renato. "O nosso Boletim". In: Boletim de Eugenia, vol. 1, nº 1, janeiro 1929.
16. Id. *Ibid.*
17. "Actas e Trabalhos da Lyga Brasileira de Hygiene Mental - Reunião da Seção de Cirurgia e Systema Nervoso". In: *op.cit.* pp. 110-111.
18. LOPES, Ernani. *op. cit.* p. 281.
19. Id. *Ibid.* p. 282.
20. FARANI, Alberto. *op.cit.* pp. 174-177.

21. FREIRE COSTA, Jurandir. op. cit. p. 40. Sobre as transformações ocorridas no movimento eugênico alemão ver: ROLL-HANSENS, Nils op. cit. pp. 318-323.
22. Id. Ibid. p. 40.
23. "A lei alemã de esterilização dos doentes transmissores de taras". In: ABHM, Ano VII, nº 4, janeiro-março de 1934. pp. 334-335.
24. id. Ibid.
25. LOPES, Ignácio Cunha. "Da Esterilização em Psiquiatria". In: Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria, Ano XVII, nº 4, julho-agosto 1934. pp. 256-257.
26. FARANI, Alberto. op. cit. p. 174.
27. LOPES, Ignácio Cunha. op.cit. p. 256.
28. Ver: DARMON, Pierre. Médicos e assassinos na Belle Époque, RJ, Paz e Terra, 1991. pp. 193-204; ROLL-HANSEN, Nils. op.cit.
29. PACHECO E SILVA, Antonio Carlos. "Imigração e Eugenia". In: Palavras de Psiquiatra, SP, Edigraf, 1950. pp. 409-410.
30. VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil, RJ, Paz e Terra, 1976. p.07.
31. MUNAKATA, Kazumi. A Legislação Trabalhista no Brasil, SP, Brasiliense, 1981. pp. 10-12.
32. LINK, A.S. História Moderna dos Estados Unidos, volume II, RJ, Zahar Editores, 1965. Especialmente sobre esterilização no EUA ver: GROB, Gerald P, op. cit. pp. 166-178.
33. PACHECO E SILVA, Antonio Carlos. Serviços Sociais, SP, 1937. p. 146. Esse livro resultou de um curso dado na Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 1936.
34. PACHECO E SILVA, Antonio Carlos. "Relatório ao Ministro Gustavo Capanema de sua viagem como delegado do Brasil no Congresso Internacional de Psiquiatria Infantil", 08.11.1937. In: Arquivo Gustavo Capanema, CEDOC. Neste relatório o autor descreve o que foi este Congresso e também o 2º Congresso de Higiene Mental, ambos realizados em Paris em 1937. Além disso, resume suas impressões do "estado atual de neuropsiquiatria na Alemanha, Suíça, Itália, Austria e Hungria", sendo que a parte referente à Alemanha ganha espaço destacado, com elogios ao "celebrado Instituto de Pesquisas sobre o cérebro" de

Berlim, e os "mais notáveis centros psiquiátricos do mundo" localizados em Munich.

35. ROXO, Henrique. "Relatório de 1942 de Henrique Roxo sobre os projetos do Instituto de Psiquiatria". In: *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Ano I, nº 1, RJ, 1942.
36. Id. Ibid.
37. CUNHA LOPES, Ignácio. "O Instituto Alemão de Psychiatria em Munich", In: *Imprensa Médica*, abril de 1930, p. 279.
38. LOPES CUNHA, Ignácio. "O ensino psiquiátrico nas Universidades Alemãs - Comemoração do 5º aniversário do Instituto Teuto-Brasileiro de Alta Cultura a 12 de abril de 1935, In: *Arquivo Brasileiro de Neuriatria e Psiquiatria*, Ano XVIII, nº 2, março-abril de 1935. pp. 31-35.
39. Id. Ibid.
40. Id. Ibid.
41. "Proposições apresentadas pela Comissão Central Brasileira de Eugenia à Constituinte", In: *ABHM*, Ano V, nº 2, outubro-dezembro 1932, p. 193.
42. O trecho onde Freire Costa desenvolve esse argumento é o seguinte: "Esta disposição a assumir sem reticências, a totalidade das opiniões de Rudin, nos dá a exata medida da dependência teórica da LBHM para com a psiquiatria alemã. Os psiquiatras brasileiros parecem ignorar que, adotando esta nova orientação nos programas de higiene mental, seguiam, passo a passo, o avanço nazista da psiquiatria alemã" (grifo nosso). op.cit. p. 41. Em outros momentos, porém, é possível observar que o autor sugere uma avaliação da influência eugênica alemã próxima a que defendemos aqui. Procurando conhecer os meios pelos quais a "Psiquiatria Nazista, por intermédio da eugenia, conseguiu degradar o pensamento psiquiátrico da LBHM", conclui: "...a psiquiatria alemã conseguiu implantar-se no pensamento psiquiátrico da LBHM por ter desempenhado a função de instrumento crítico da cultura brasileira em geral, e não da simples reformulação dos métodos de higiene mental. Os programas eugênicos da LBHM eram a solução 'psiquiátrica' encontrada pelos psiquiatras para resolver os problemas culturais que eles enfrentavam enquanto cidadãos. O ideal eugênico da psiquiatria alemã teve seu receptáculo, não nas teorias, psiquiátricas científicas, mas no contexto político-ideológico dos anos 20-30". op.cit. p.52
Em outras palavras: a psiquiatria alemã se fez tão presente porque foi capaz de oferecer respostas satisfatórias às inquietações culturais dos psiquiatras

brasileiros, como de resto de toda a intelectualidade, qual seja o de dar conta dos impasses raciais dessa nacionalidade em formação. É nesse quadro, pois, que a eugenia aparece como uma espécie de "bola da vez" da sinuca psiquiátrica. Nossa diferença com Costa, entretanto, permanece apenas porque consideramos que não se trata propriamente de uma degradação, no sentido de algo que vem de fora e se infiltra no interior do conhecimento psiquiátrico que, "a priori", aspirava tão-somente alcançar a verdade e, assim, dotado deste "part pris" científico, procuraria agir sobre o campo específico do seu objeto de conhecimento. A impressão que fica é que para Costa a psiquiatria-ciência acabou sendo contaminada pelo conteúdo político-cultural autoritário dos anos 20-30, transformando-se por este motivo, em discurso ideológico.

43. RIEDEL, Gustavo. Os factores dysgenisantes do "habitat brasileiro, en synthese - memória apresentado ao VI Congresso Latino Americano de Havana, RJ, Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues e C., 1922, p. 05 e p. 20. Ver também: "Assistência a Alienados", In: Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Imprensa Nacional, 1924, p. 100.
44. RIEDEL, Gustavo. op. cit. p. 102.
45. CUNHA LOPES, Ignácio. op. cit.
46. Sobre Juliano Moreira ver: PORTO-CARRERO, Vera. Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. PUC, RJ, (Tese de Mestrado em Filosofia); Sobre Afrânio Peixoto: PACHECO E SILVA, A.C. "Afrânio Peixoto", In: Palavras de Psiquiatra, SP, Edigraf. pp. 589-598; Sobre Franco da Rocha: PEREIRA CUNHA, M.C. op.cit. e PACHECO E SILVA, A.C. "Franco da Rocha e a psiquiatria", In: op.cit. pp.527-544
47. RIEDEL, Gustavo. "Assistência a Alienados", In: op.cit. Aliás, nos primórdios da psiquiatria higiênica brasileira, onde se situa o discurso de Riedel, a inspiração era nitidamente francesa, como vimos no 2º capítulo, o qual se observa também toda uma valorização do homem enquanto "elemento de prosperidade nacional", "capital de energia psychica" etc...
48. "Actas e Trabalhos" In: ABHM, Ano I, nº 1, março de 1925, p. 217.
49. "Projeto de lei nº 296 de 26 de abril de 1935" assinado pelo psiquiatra Xavier de Oliveira, In: Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC. Na justificativa do projeto aparecem o nome da Liga, ao lado da Assistência a Psicopatas e da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Medicina legal

como mentoras. A comissão de psiquiatras que o elaborou era composta de Gustavo Riedel, Henrique Roxo, Ernani Lopes, Ulysses Vianna, Xavier de Oliveira, Odilon Galotti, todos proeminentes psiquiatras, ativos integrantes da LBHM.

50. "A Liga Allemã de Hygiene Psychica passa a denominar-se Liga Allemã de Hygiene Psychica e Hygiene Racial" In: ABHM, Ano VII, nº 4, janeiro-março 1934. pp.334-335.
51. "A significação da eugenia e da eugenética" - Resenhas e Analyses, In: ABHM, Ano IV, nº 2, 1931. p. 149.
52. "A Liga Allemã de Hygiene Psychica passa a denominar-se Liga Allemã de Hygiene Psychica e Hygiene Racial", In: op.cit. pp. 334-335.
53. Id. Ibid. De fato no editorial dos Archivos, de fevereiro de 1930, intitulado "O Congresso de Hygiene Mental e a Eugenia", o secretário da Instituição, Mirandolino Caldas, chama a atenção para a ausência de tópicos referentes à eugenia no citado Congresso. Depois de citar o "importantíssimo fator biológico da hereditariedade" na higiene mental diz: "...é de lamentar que não se encontre na lista de temas nenhum tópico referente aos methodos de puericultura e de defesa eugênica. Os factores sociaes e educativos são estudados minuciosamente. Da eugenia não se falla. Não sei como se possa fazer hygiene mental, no seu sentido mais lato, sem levar em conta os conselhos eugênicos". In: ABHM, Ano III, nº 2, fevereiro 1930, pp. 35-36.
54. CUNHA LOPES, Ignácio. "Da esterilização em psiquiatria". In: Arquivos Brasileiros de Neuriatria, Psiquiatria e Medicina Legal, Ano XVII, nº 4, julho-agosto 1934. p. 257.
55. "Resenhas e Analyses", In: ABHM, ano VII, nº 04, out.-dez. de 1934, pp. 345-348.
56. CUNHA LOPES, Ignácio. "Aspectos da Higiene Mental no Brasil", In: Arquivos Brasileiros de Neuriatria, Psiquiatria e Medicina Legal, Ano XXIII, nºs 1 e 2, janeiro-abril 1940. pp. 25-32.
57. ROXO, Henrique. op.cit.
58. Apud, CUNHA LOPES, In: "Da esterilização em Psiquiatria" In: Arquivos Brasileiros de Neuriatria, Psiquiatria e Medicina Legal, Ano XVIII, nº 4, julho-agosto 1934, p. 258.
59. Id. Ibid.

60. PORTO-CARRERO, Julio. "Malthusianismo e eugenia", In: *Psicanálise de uma Civilização*, RJ, Editora Guanabara, [1935], pp. 179-182.
61. Expressão retirada de um artigo de Maurício de Medeiros, de 1947, onde o autor analisa o "problema da imigração", aliás título do artigo, e cita a lei alemã de 1934, que após todos os horrores do nazismo ele ainda consegue classificar como "sábia", "meticulosa e prudente". "O Problema da Imigração", In: *ABHM*, Ano XVIII, nº 1, julho 1947. pp. 46-47.
62. PACHECO E SILVA, A.C. "Imigração e Eugenia" In: *Palavras de Psiquiatra*, SP Edigraf. p. 410.
63. LOPES, Ernani, "Actas e Trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental" - Reunião da Secção de Cirurgia e Systema Nervoso, In: *ABHM*, Ano III, nº 4, 1930, p. 110.
64. LOPES, Ernani. "Alta Tardia dos heredo-psycopathas por motivo de ordem eugênica" In; *ABHM*, Ano VI, outubro-dezembro 1934.
65. Id. *Ibid.* p. 278.
66. DARMON, Pierre. *op. cit.*
67. ATHAYDE, Tristão de. "Limites da Eugenia". Apud: BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues; "Ser forte para fazer a nação forte". *A Educação Física no Brasil (1932-1945)*, Tese de doutorado apresentada à FFCLH/USP [1993]. p. 103.
68. *Annaes de Eugenia*, SP, *Revista do Brasil*, pp. 6-7.
69. Debatia-se nesse contexto a reforma do artigo 183-IV do Código Civil, que estabelecia que não se podiam casar "os irmãos legítimos ou ilegítimos, germanos ou não, e os colaterais legítimos ou ilegítimos, até o terceiro grau inclusive". Código Civil Brasileiro e leis complementares, apud: VILLENA, Cynthia P. de Souza. *op. cit.* pp. 113-114. Esse debate que colocou de um lado anticonsanguinistas (contra a reforma) e consanguinistas (a favor da reforma), necessitou de 3 reuniões para chegar a uma decisão, afinal aquela que se colocava contra o casamento consanguíneo, sendo inclusive enviada moção ao Congresso Nacional nesse sentido.
70. FONTENELLE, J.P., "Noticiário - A contribuição da Hygiene Mental no 2º Congresso Brasileiro de Hygiene". In: *op.cit.* p. 194.
71. FARANI, Alberto. "Cirurgia e higiene mental", In: *ABHM*, Ano I, nº 01, março de 1929. p. 39.

72. ESPOSEL, Faustino. "Idéas geraes", In: ABHM, Ano I, nº 01, março de 1925, p. 103.
73. LOPES, Juana M. de. "Em torno do Exame Pré-nupcial", In: ABHM, Ano VI, nº 02, abril-junho 1933, p. 119.
74. "Actas e Trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental", In: ABHM, Ano I, nº 01, março de 1925. p. 211.
75. Id. Ibid.
76. FARANI, Alberto. op.cit. p. 39.
77. KEHL, Renato. "A Eugenia no Brasil, In: 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, Actas e Trabalhos, Rio, 1929, p. 57. Kehl cita essa campanha como ocorrida em 1927, embora tenha ela iniciado em 23 de fevereiro de 1926.
78. PORTO-CARRERO, Julio, "O Exame pré-nupcial como factor eugênico, In: ABHM, Ano VI, nº 2, abril-junho 1933. pp. 88-90.
79. MAGALHÃES, Fernando. "Devemos instituir ao lado do exame pré-nupcial um especial de hygiene", In: O Globo, 06 de março de 1926.
80. LOPES, Juana M. de. op.cit. p. 107.
81. PORTO-CARRERO, Julio P. op.cit. p. 93
82. Id. Ibid. pp. 88-89.
83. Id. Ibid.. pp. 90-92.
84. Id. Ibid.. p. 93.
85. PORTO-CARRERO, Julio P. "Malthusianismo e Eugenia", In: Psicanálise de uma Civilização, Ed. Guanabara, Rio, [1935], pp. 157-182.
86. Id. Ibid.. p. 165.
87. FARANI, Alberto. "Esterilização e Prophylaxia Mental", In: Annaes da Colonia de Psychopathas do Engenho de Dentro, Ano II, 1930. pp. 66-67.
88. Id. Ibid.. p. 67.
89. KEHL, Renato. Lições de Eugenia, RJ, 2ª ed., 1935, p. 210. Aliás este autor desde o 1º encontro da Sociedade Eugênica de São Paulo, aponta a exigência do exame pré-nupcial como importante fator eugênico. No inquérito feito pelo O Globo em 1926 ele assim se manifestara: "O dia em que se tornar realidade a exigência do exame pré-

nupcial deve ser comemorado como uma das maiores datas nacionais. Será o legítimo "dia da raça", solemnizando a garantia dos lares, a regeneração e defeza da nacionalidade, que ora se esboça rachitica e enfezada...". O Globo, 02 de março de 1926.

90. PACHECO E SILVA, A. C. *Serviços Sociais*, SP, 1937. p. 146.
91. LOPES, Juana M. de. *op.cit.*
92. Id. *Ibid.*. pp. 118-119.
93. Id. *Ibid.*. p. 119.
94. PACHECO E SILVA, A.C. *op.cit.* p. 147.
95. Id. *Ibid.*
96. No ano de 1936, segundo informa Vyllena, a Câmara dos Deputados, através da lei 216, estabeleceu a obrigatoriedade do exame pré-nupcial para todo o território nacional. Conforme essa lei passaria a se exigir um "atestado passado por 2 médicos que comprovassem a sanidade física e ausência de moléstias infecto-contagiosas que pudessem vir a comprometer a prole". O casamento realizado sem esse certificado seria "considerado nulo" e "penalidades eram previstas para médicos e autoridades que facilitassem a realização de casamentos, seja faltando com a verdade nos atestados firmados, seja deixando de exigir os documentos prescritos". De qualquer maneira, a regulamentação dessa lei pelo executivo não aconteceu, e com a entrada em cena do Estado Novo também não se verificou nenhuma determinação nesse sentido. VILLENA, Cynthia P. de Souza. *op.cit.* pp. 105-106 e p. 139.
97. Id. *Ibid.*. pp. 10-11.
98. ROXO, Henrique. "Problemas de Higiene Mental", In: ABHM, Ano XI, abril de 1940, nº 1, p. 51. (Este número dos Archivos aparece como sendo ano XII, nºs 3 e 4, julho de 1939 - abril de 1940, por um erro do secretário de redação da revista que desde 1938 - até 1941 - vinha se enganando na identificação dos Archivos.) "Explicação Necessária", In: ABHM, Ano XIII, nº 1, janeiro de 1942. pp. 3-4.
99. KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*, RJ, 2ª ed., 1935. pp. 233-237.
100. STEPAN, Nancy. *op.cit.* p. 360.
101. KEHL, Renato. *op.cit.* p. 235.

102. Vários outros tópicos constantes da Carta de 34 aguardaram anos para serem implementados, isto quando foram, como por exemplo o salário mínimo, só regulamentado seis anos depois. Também o trabalho agrícola que deveria ser objeto de "disciplina especial", segundo o parágrafo 4º do artigo 121, demorou três décadas para ser regulamentado. Ver: VIANNA, Luiz Werneck. "Leis Sociais e Demografia", In: Estudos Cebrap, nº 21, julho-agosto-setembro de 1973, Edições Cebrap, pp. 107-108.
103. VIANNA, Luiz Werneck. *op.cit.* pp. 100-110.
104. FARANI, Alberto. "Como evitar as proles degeneradas". In: ABHM, Ano IV, nº 3, junho-outubro de 1931, p. 173.
105. Id. *Ibid.* p. 173.
106. KEHL, Renato. "Considerações em torno da Plethora humana", In: ABHM, Ano V, nº 2, outubro-dezembro 1932, pp. 6-7.
107. FARANI, Alberto. *op.cit.* pp. 172-173.
108. Ver a este respeito: BARBOSA DE ARAÚJO, Rosa Maria. O Batismo do Trabalho, RJ, Civilização Brasileira, 1981. pp. 110-113; VIANNA, L. Werneck. *op.cit.* pp. 107-108; CASTRO GOMES, A.M. *op.cit.* p. 238 e pp. 260-267; LENHARO, Alcir. *op.cit.* pp. 56-57.
109. LOPES, Ernani. *op.cit.* p. 283.
110. *op.cit.* p. 284.
111. *op.cit.* p. 283.
112. Decreto nº 24.559 de 03 de julho de 1934. "Dispões sobre a profilaxia mental, a assistência e proteção à pessoa e aos bens dos psicopatas, a fiscalização dos serviços psiquiátricos e dá outras providências". Coleção de leis do Brasil, Vol. IV, Atos do Governo Provisório. p. 351.
113. Id. *Ibid.* p. 357.
114. Id. *Ibid.* p. 357.
115. ROXO, Henrique. "Problemas de Higiene Mental", In: ABHM, ano XI, janeiro-dezembro de 1938, nºs 1, 2, 3, 4, pp. 5 e 11.
116. Id. *Ibid.*
117. CUNHA, Maria Clementina Pereira. *op.cit.* pp. 169-170.

118 CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O anti-semitismo na Era Vargas, SP, Brasiliense, 1988, pp. 166-177.

ÚLTIMAS PALAVRAS

Refletindo sobre as relações entre poder, direito e verdade, Michel Foucault chama a atenção para o fato de que nas sociedades ocidentais modernas os indivíduos encontram-se submetidos, pelo poder, à produção da verdade, estando-se mesmo "obrigados ou condenados a confessá[la] (...) ou a encontrá-la". Isto porque, em tais sociedades, a verdade "é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder". E aí conclui:

"Afiml, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder".(01)

Diante dessa reflexão, como não atentar para o projeto da Liga? Acaso não era precisamente baseado em formulações "científicas" - plenas de "verdade" - que os psiquiatras pretendiam classificar os indivíduos em degenerados ou sãos e a partir daí dizer quem teria o direito de procriar (esterilização), casar (exame médico pré-nupcial) ou até circular livremente pelas ruas (segregação por motivo eugênico)? Vale dizer, pretendiam classificar, julgar e condenar os indivíduos, impondo-lhes o cumprimento de tarefas nobres - como regenerar a raça e a nação - donde a necessidade de um controle do seu modo de viver ou morrer, e acrescentaríamos nascer, tudo isso programado

cientificamente, ou seja, "de acordo com o parecer de comissões técnicas" como costumavam salientar.

Utopia eugênica totalitária baseada na ciência? Entretanto, esse seria, na sua forma radical, o projeto. Para além dele e de sua pretensão (ou ilusão) objetivista, haverá sempre um limite no qual é uma parte mesma do sujeito, como lembra Lefort, que se furtará à objetivação (02). Nesse caso, uma das perguntas que sugeríamos poderia ser feita ao final do trabalho - "Qual o destino dos programas da Liga: incorporação ou superação?" - teria como solução uma meia resposta: nem uma coisa nem outra ou as duas ao mesmo tempo...

Com efeito, se pensarmos no desejo do psiquiatra de esterilizar um terço da população, ou segregar ou impedir o casamento por razões de uma suposta herança mórbida, instituindo, no limite, uma espécie de "Estado-família"(03) que, em defesa dos "interesses da raça, da moral e das próprias instituições da nação e da sociedade" (Porto-Carrero), controlasse eugenicamente a reprodução humana, "tal como se faz com os animais de corte", a resposta seria evidentemente não. Entretanto se pensarmos no avanço e proliferação das tecnologias bio-políticas de gestão das populações - observados por Foucault a partir do século XVIII - voltadas para o investimento sobre o corpo-espécie, isto é, para os problemas da saúde humana, duração da vida, longevidade, descendência, fecundidade, nascimento, mortalidade etc... e tudo isso correspondendo a um novo

"Estado de Governo" empenhado não apenas no controle do território, mas essencialmente na "governamentalização da sociedade", a resposta possivelmente seria diferente (04). Acaso, como nota Castro Gomes, a criação ainda nos anos 30 dos ministérios da "Educação e Saúde" e do "Trabalho, Indústria e Comércio" não tinham por objetivo acionar toda uma série de providências de caráter econômico e social voltadas para o bem-estar do trabalhador, que envolvessem a transformação de aspectos básicos de sua vida como saúde, alimentação, habitação, lazer, vida familiar e profissional, sendo esse esforço visto como imprescindível para o fortalecimento do novo "Estado Nacional"? (05)

Nesse caso, se Foucault tem razão, o paroxismo eugênico das "esterilizações e afins" teria sido, sobretudo, um trágico capítulo desse processo mais amplo, de grande visibilidade pelo uso genocida e bárbaro que, a "pretexto de uma estatização ilimitada" e embalado pela "exaltação onírica de um sangue superior", o nazismo fez dele.

Além do mais o que dizer da política imigratória de "prosseguir o branqueamento", como queria Arthur Neiva, desenvolvida no Estado Novo pelo "Conselho de Imigração e Colonização" (CIC) criado em 1938. (Neiva era uma importante figura desse novo órgão e da política imigratória em geral do Estado Novo)?

Se pensarmos também na existência de uma espécie de "homem psicológico" que, segundo Rieff, teria surgido e se afirmado no século XX, empenhado na "conquista da sua vida

interior", convencido, finalmente, de que é um "ser cronicamente doente" e que sua busca pela normalidade é um "ideal ético" porquanto tal normalidade "não cessa de recuar" (06), a resposta, novamente, deveria ser matizada. Afinal, se de fato vivermos numa "democracia dos enfermos" sob o império do "homem psicológico" isso não representaria, ao mesmo tempo, exaltação e metamorfose da crença dos psiquiatras de que no mundo moderno ("civilização" como diziam) "tudo conspirava contra a saúde mental" dos indivíduos e que portanto todos eram "desequilibrados em potencial"?

Como quer que seja, o fato é que, ganhando ou perdendo, alguns psiquiatras parece que nunca desistiam de certos objetivos radicais. Após um recuo tático, ressurgiam como que das cinzas, empenhando a bandeira das suas antigas formulações. Em 1946, por exemplo, num artigo no jornal O Estado de São Paulo, Pacheco e Silva, de olho na Assembléia Constituinte do período, volta a agitar certos temas eugênicos radicais, como a necessidade de um rígido controle imigratório, obrigatoriedade do exame pré-nupcial e até a esterilização (07). Tudo isso em defesa, mais uma vez, dos objetivos superiores da "saúde da raça" e do "interêsse coletivo". Resta saber, porém, se depois do sistema de horror nazista, ainda seria possível ter a expectativa de obter apoio para tais propostas. Para o psiquiatra, parece que pelo menos valia a pena tentar...

NOTAS

01. FOUCAULT, Michel, "Soberania e Disciplina" In: *Microfísica do Poder*, RJ, Graal, p. 180.
02. LEFORT, Claude, "Reversibilidade" In: *Revista de História*, nº 01, Campinas, Unicamp, 1989, pp. 68-88.
03. Expressão retirada do livro de DONZELOT, Jacques, *A Polícia das Famílias*, RJ, Graal, 1980, p. 169.
04. FOUCAULT, Michel, *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*, RJ, Graal, 1982, pp. 127-149; Id. "A Governamentalidade", In: *Microfísica do Poder*, RJ, Graal, pp. 270-293.
05. GOMES, Angela Maria Castro. *Invenção do Trabalhismo*, Vértice-IUPERJ, RJ, 1988, pp. 257-267. Castro Gomes chega mesmo a sugerir que o crescimento do "controle sobre a sociedade" observado no Estado Novo, estaria próximo da idéia de "Governamentalização" defendida por Foucault. A originalidade da governamentalidade de 30 e 40 no Brasil, entretanto, residiria no fato de que ela se "voltou especificamente para a montagem do cidadão-trabalhador". Assim, acrescenta a autora, partindo "do local de trabalho como seu núcleo privilegiado, espraiava-se pelas diversas dimensões da vida social do homem trabalhador" num processo cujo limite é a busca da máxima disciplinarização da população trabalhador op.cit. p. 258.
06. RIEFF, Philip. "O surgimento do homem psicológico", In: *Sigmund Freud e o Gabinete do Dr. Lacan*, SOUZA, Paulo Cesar (Org.), SP, Brasiliense, 1989, pp. 73-106.
07. PACHECO E SILVA, A.C., "Imigração e Eugenia" In: *Palavras de Psiquiatra*, SP, Edigraf, pp. 403-414. (publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 16/05/1946).

BIBLIOGRAFIA

1) FONTES PRIMÁRIAS

A) PERIÓDICOS

- Archivos Brasileiros de Higiene Mental, Rio de Janeiro, 1925-1947.
- Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Ciências Affins, RJ, 1905-1919.
- Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria, Rio de Janeiro, 1919-1945.
- Arquivos Brasileiros de Medicina, Rio de Janeiro, 1931.
- Annaes da Colonia de Psychopathas do Engenho de Dentro, Rio de Janeiro, 1929-1936.
- Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, 1931-1941.
- Imprensa Médica, RJ, 1930.
- Jornal O Globo, RJ, 1926

B) ANAIS DE CONGRESSOS E SOCIEDADES CIENTÍFICAS

- **Annaes de Eugenia - Sociedade Eugênica de São Paulo -**
Edição da Revista do Brasil - 1919.
- **1º Congresso Brasileiro de Eugenia - Actas e Trabalhos, Rio**
de Janeiro, 1929.
- **Annaes do 3º Congresso Brasileiro de Neurologia,**
Psychiatria e Medicina Legal, RJ, Typ. do Jornal do
Commercio, de Rodrigues e C., 1932.
- **I Congresso Afro-Brasileiro do Recife - 1936**
2 volumes - Fundação Joaquim Nabuco
Vol. 1 - Estudos Afro-brasileiros
Vol. 2 - Novos Estudos Afro-brasileiros

C) PUBLICAÇÕES AVULSAS

- **KEHL, Renato - Lições de Eugenia, 2ª ed. 1935 (ANM).**
- **PORTO-CARRERO, J. - Grandezas e Misérias do Sexo, RJ, Ed.**
Irmãos Ponghethi, 1934.
- _____ - **Psicanálise de uma Civilização, RJ. Ed.**
Guanabara, 1935.
- _____ - **Ensaio de Psychanalyse, RJ, Ed. Flores e Mano,**
1929.
- **PACHECO E SILVA, Antonio Carlos - Serviços Sociais, SP,**
1937.
- _____ - **Palavras de Psiquiatria, SP, Edigraf, 1950.**

- RAMOS, Arthur - A Creação Problema - A Higiene Mental na Escola Primária, SP, Editora Nacional, 1939.
- _____ - Negro Brasileiro, RJ, Civilização Brasileira, 1934.
- RIEDEL, Gustavo - Os Factores dysgenisantes do habitat brasileiro, em synthese, RJ, Typographia do Jornal do Commercio, 1922 (BP).
- _____ - L'higiene Mental au Brésil, Memoire presenté au Congresso International de Propaganda de L'higiene Social et d'education prophylactique, RJ, typographia do Jornal do Commercio, 1923 (BN).
- _____ - Eugenia e Medicina Social, RJ, Francisco Alves, 1920.
- LEMOS, Jefferson - O que é e o que Vale a projetada Liga de Higiene e Prophylaxia Mental, RJ, Typographia Alba, 1924 (BN).
- LOPES, Inácio Cunha - Higiene Mental, synthese de psiquiatria preventiva à luz dos modernos conhecimentos de genética, eugenia, psicopatologia, profilaxia, psichigiene e pedagogia, RJ, Irmãos Pongett, 1954.
- OLINTO, Plínio - Higiene Mental, RJ, Ed. Guanabara, 1939.

D) LEGISLAÇÃO

- Decreto nº 17.805 de 23.05.1927 - Aprova regulamento da Assistência a Psychopathas do D.F.
- Decreto nº 5.148-A de 10.01.1927 - Reorganiza a Assistência a Psychopathas no D.F.
- Decreto nº 2.459 de 05.07.1934 - Dispõe sobre a profilaxia mental, a assistência e proteção à pessoa e aos bens dos psicopatas, a fiscalização do serviço psiquiátrico e dá outras providências.
- Lei nº 378 de 13.01.1937 - Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

E) RELATÓRIOS MINISTERIAIS

- Relatório de Ministério da Justiça e Negócios Interiores - 1919-1929.

F) Arquivo GUSTAVO CAPANEMA - Rio de Janeiro, CPDOC, Fundação Getúlio Vargas.

2) FONTES SECUNDÁRIAS

- AMARANTE, Paulo D. de Carvalho. *Psiquiatria Social e Colônia de Alienados, 1830-1920*, RJ, UERJ/MIS, 1982.
Tese de Mestrado.

- ANTONACCI, Maria Antonieta. IDORT - A Vitória da Razão, RJ, Editora Marco Zero, 1994.
- _____. Institucionalizar Ciência e Tecnologia - em torno da fundação do IDORT (São Paulo, 1918-1931), In: Revista Brasileira de História, Vol. 7, nº 14, Anpuh-Marco Zero, 1987.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. O Batismo do Trabalho, RJ, Civilização Brasileira, 1981.
- ARAÚJO, Benzaquem Ricardo. Guerra e Paz - Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30, RJ, Editora 34, 1994.
- ARENDT, Hannah. Imperialismo a expansão do poder, SP, Editora Companhia das Letras, 1988.
- AZEVEDO, Célia. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, RJ, Paz e Terra, 1987.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann Tropical, RJ, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1990.
- BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. Ser Forte para fazer a Nação Forte - A Educação Física no Brasil (1932- 1945), SP, Tese de Doutorado, FFCLH/USP, [1993].
- BERTUCCI, Liane Maria. Impressões sobre a saúde. A questão da saúde na Imprensa operária, São Paulo. 1891-1925, dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1992.
- BIRMAN, Joel. "O negro no discurso psiquiátrico". In: Cativo e Liberdade, RJ, UERJ, 1989.

- BRITO, Nara e LIMA, Nísio Trindade. Saúde e Nação. A proposta de Saneamento Rural - Um Estudo da Revista Saúde (1918-1919), RJ, Casa de Oswaldo Cruz, Estudos de História e Saúde, nº 03, 1991.
- BOMENY, Helena. "Novos Talentos, Vício Antigos: os renovadores e a política educacional", In: Estudos Históricos, nº 11, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- BRESCIANI, Maria Stela. "Metrópolis, as faces do monstro urbano: As cidades no séc. XIX". In: Cultura e Cidades, Revista Brasileira de História, nºs 8-9. ANDUH/MARCO ZERO, set. de 1984/abril de 1985.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945), SP, Brasiliense, 1988.
- CARVALHO, Marta M. Chagas. A Escola e a República, SP, Brasileira, 1989.
- CARRARA, Sérgio. Crime e Loucura. o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século, RJ, Tese de Mestrado, UFRJ/Museu Nacional, 1987.
- CASTEL, Robert. A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo, RJ, Graal, 1978.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque, SP, Brasiliense, 1986.
- _____ A Guerra contra os Cortiços: cidade do Rio, 1850-1906, IFCH/UNICAMP, 1990.

- CHAUI, Marilena - Cultura e Democracia, SP, Ed. Moderna, 1982.
- CORREA, Mariza. As Ilusões da Liberdade: A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil, SP, Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1982 (mimeo).
- COSTA, Jurandir Freire. História da Psiquiatria no Brasil, RJ, Graal, 1978.
- COSTA, Nilson do Rosário. Estado, Educação e Saúde: A Higiene da vida cotidiana, Texto apresentado no Curso de Educação e Saúde - CEBES/CEDES, Campina, 1980 (mimeo).
- _____. Lutas Urbanas e Controle Sanitário, Petrópolis, RJ, Vozes/Abrasco, 1985.
- _____. - (org.) - Cidadania e Loucura, RJ, Vozes, 1987.
- DARMON, Pierre. Médicos e Assassinos na Belle Époque, RJ, Paz e Terra, 1991.
- DE DECCA, Edgar. O Silêncio dos Vencidos, SP, Brasiliense, 1981.
- DONZELOT, Jacques. A Polícia das Famílias, RJ, Graal, 1980.
- DUNN, L.C. "Raça e Biologia". In: Raça e Ciência II, SP, Ed. Perspectiva, 1980.
- FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização, Tomo III. O Brasil Republicano, 1º, 2º e 3º volumes, SP, Difel.
- FOUCAULT, Michel. História da Loucura, SP, Perspectiva, 1987.
- _____. Microfísica do Poder, RJ, Graal, 1981.

- _____. *História da Sexualidade - A Vontade do Saber*, RJ, Graal, 1981.
- _____. *Vigiar e Punir*, RJ, Vozes, 1977.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*, RJ, Livraria José Olympio Editora, 1952 (2 vols.).
- GOMES, Angelo Castro. *A invenção do trabalhismo*, SP/RJ, VERTICE/IUPERJ, 1988.
- GROP, Gerald N. *Mental Illness and American Society (1875-1940)*, EUA, Princenton University Press.
- HARRIS, Ruth. *Assassinato e Loucura - Medicina, Leis e Sociedade no "fin de siècle"*, RJ, Ed. Rocco, 1993.
- HUTZLER, Celina Ribeiro. "Ulysses Pernambuco: Psiquiatra Social". In: *Ciência e Trópico*, Ed. Massangana da Fundação Joaquim Nabuco, Vol. 15. nº1., 1987
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem. A origem do Trabalho Livre no Brasil*, SP, Brasiliense, 1987.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática*, SP, Brasiliense, 1983.
- _____. "Reversibilidade". In: *Revista de História*, SP, Campinas-Unicamp, 1989.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*, Campinas, Papius/ed. da Unicamp, 1986.
- LINK, A.S. *História Moderna dos Estados Unidos, Volume II*, RJ, Zahar Editores, 1965.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer (coordenação). *Rio de Janeiro Operário (1930-1970)*. Access Editora, RJ, 1992.

- LOBO, Eulalia M. Lahmeyer e STOTZ, Eduardo Navarro.
"Flutuações Cíclicas da economia, Condições de Vida e Movimento Operário 1880-1930". In: Revista do Rio de Janeiro, vol. 1, nº 1, Niterói, 1985.
- LUZ, Madel T. Medicina e Ordem Política Brasileira: Política e Instituições de Saúde (1850-1930), RJ, Graal, 1982.
- MACHADO, Roberto e outros. Danação da Norma, medicina e Constituição da psiquiatria no Brasil, RJ, Graal, 1978.
- MARQUES, Vera Regina Brandão, Eugenia da Disciplina: o discurso médico-pedagógico dos anos 20, Faculdade de Educação, Campinas, Unicamp, 1982.
- MUNAKATA, Kazumi. A Legislação Trabalhista no Brasil, SP, Brasiliense, 1981.
- MURICY, Katia. "A questão da Verdade em Michel Foucault". In: Revista Filosófica Brasileira, Vol. III, nº 1, Departamento de Filosofia, UFRJ, RJ, 1985.
- NUNES, Silvia A. "Da Medicina Social à psicanálise". In: Percurso na história da Psicanálise, Ed. Taurus, 1988.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. A Questão Nacional na Primeira República, SP, Ed. Brasiliense, 1990.
- _____. (org.) - Estado Novo, ideologia e Poder, RJ, Zahar Editores, 1982.
- ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional, SP, Ed. Brasiliense, 1986.

- PEREIRA CUNHA, Maria C. O espelho do Mundo - Juquery, a história de um asilo, SP, Paz e Terra, 1986.
- _____. Cidadelas da Ordem - A Doença Mental na República, SP, Brasiliense, 1990.
- _____. "Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo da virada do séc. XX". In: Rev. Bras. de Hist., nº18, SP, ANPUH/MARCO ZERO, 1989.
- PERROT, Michelle. Os excluídos da história, RJ, Paz e Terra, 1988.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estratégias da Ilusão, SP, Ed. Companhia das Letras, 1991.
- PORTOCARRERO, Vera. Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria, Tese de Mestrado, departamento de Filosofia - PUC, RJ, 1980.
- RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar (1890-1930), RJ, Paz e Terra, 1985.
- RIEFF, Philip. "O surgimento do Homem Psicológico". In: SOUZA, Paulo Cezar (org). Sigmund Freud e o Gabinete do Dr. Lacan, SP, Brasiliense, 1989.
- ROLL-HANSEN, Nils. "The progress of Eugenica: Growth of Knowledge and change in ideology". In: History of Science, Vol. 26, parte 3, nº73, 1988.
- ROPA, Daniela. Análise dos discursos psiquiátricos: o discurso psicológico, Tese de Mestrado, UERJ/IMS, RJ, 1982.
- SAIDE, Oswaldo. Psiquiatria e organização do Estado Brasileiro, Tese de Mestrado, UERJ/IMS, RJ, 1990.

- SANTOS, Luiz A. de Castro. "O Pensamento Sanitarista na Primeira República: Uma Ideologia de Construção da Nacionalidade". In: Dados, Vol. 28, nº 2, RJ.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças, Companhia das Letras, SP, 1993.
- SHECHTMAN, Alfredo. Psiquiatria e Infância um estudo histórico sobre o desenvolvimento da psiquiatria infantil no Brasil, Tese de Mestrado, UERJ/IMS, RJ, 1981.
- SILVA, Denise Ferreira. "Revisitando a democracia racial: raça e identidade nacional no pensamento brasileiro". In: Cadernos Cândido Mendes, Estudos Afro-asiáticos, nº16, RJ, 1989.
- SKIDMORE, Thomas. Preto no Branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro, RJ, Paz e Terra, 1976.
- STEPAN, Nancy. "Eugenesia genética y salud pública. El movimiento eugenésico brasileiro y mundial". In: QUIPU, Revista Latino americana de História de Las ciências y la Tecnologia, Vol. 2, nº 3, México, Set/Dez. 1985.
- THIELEN, Eduardo e SANTOS, Ricardo Augusto. "Monteiro Lobato e a fotografia como diagnóstico". In: Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz, nº01, Vol. 1, 1989.
- VAINER, Carlos B. "Estado e raça no Brasil: notas exploratórias". In: Caderno Cândido Mendes - Estudos Afro-asiáticos, nº 18, RJ, 1990.
- VIANA, Luis Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil, RJ, Paz e Terra, 1976.

- _____. "Leis sociais e demografia". In: Estudos CEBRAP, nº 21, jul-ago-set., 1977.
- VILLENA, Cynthia Pereira de Souza. Família, mulher e prole: a doutrina social da Igreja e a política social do Estado Novo, SP, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da USP, 1988.